



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROFESSOR MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

EDVALDO MENDES ARAÚJO
(Zulu Araújo)

POLÍTICAS CULTURAIS NO INTERCÂMBIO AFRO-LATINO:
BRASIL, COLÔMBIA E EQUADOR – 2003/2010

Salvador – Bahia
2024

EDVALDO MENDES ARAÚJO
(Zulu Araújo)

**POLÍTICAS CULTURAIS NO INTERCÂMBIO AFRO-LATINO:
BRASIL, COLÔMBIA E EQUADOR – 2003/2010**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais do Instituto de Humanidades,
Artes e Ciências Professor Milton Santos,
Universidade Federal da Bahia, como
requisito para obtenção do grau de Doutor.

Orientador:
Professor Doutor Victor Coutinho Lage.

Salvador – Bahia

2024

MEMÓRIA AFETIVA

Na minha dissertação de mestrado, intitulada *Políticas públicas de cultura para afro-latinos, o trabalho da Fundação Cultural Palmares - 2003/2010* (2020), afirmei que minha presença afetiva e profissional no campo da cultura – assim como meu particular interesse em entender a função, o papel e a importância da cultura para os africanos e afrodescendentes – vinha de longe e sempre foi fonte de curiosidades e indagações. Afirmar, ainda, que essas indagações passaram para o terreno das preocupações quando fui dirigir a Fundação Cultural Palmares nas gestões dos ministros da Cultura Gilberto Gil e Juca Ferreira no período de 2003 a 2010.

Afinal, a Fundação Cultural Palmares, além de ser a primeira instituição constituída pelo Estado brasileiro com a função precípua de, por meio da cultura, promover a inclusão plena dos negros na sociedade brasileira, também tinha como missão formular e executar políticas públicas de cultura que promovessem, preservassem e divulgassem as manifestações culturais de origem negra no Brasil. Sobretudo, tinha contado com a minha participação ativa quando das discussões para sua criação no período da Assembleia Nacional Constituinte.

O segundo momento que essas indagações me tocaram profundamente foi quando estive na República dos Camarões, em 2015, como pesquisador do projeto Brasil: DNA África, que resultou num documentário exibido pela TV Globo, momento em que descobri, por meio dos testes de DNA, que minha origem era do povo Tikar e não yorubana como eu imaginava. Essa etnia, que está localizada majoritariamente na cidade de Bankin, existe há mais de 1.200 anos e funcionou para mim como uma revelação. Ali, percebi que a contribuição cultural africana para a humanidade, e particularmente para o Brasil, era muito maior do que podíamos imaginar; e que se não fossem a força das nossas culturas e a resiliência dos nossos ancestrais, teríamos sucumbido a esses crimes hediondos cometidos contra os africanos e seus descendentes: o tráfico negreiro e a escravidão.

Ao me deparar com essas angústias e curiosidades na diretoria da Fundação Palmares, instalaram-se na minha cabeça três grandes indagações:

- Primeira - Por que por meio da cultura e não da educação, da economia ou da justiça se deveria promover a articulação dos variados campos e das variadas dimensões da vida para a inclusão plena do negro na sociedade brasileira?
- Segunda - Por que o Movimento Negro Brasileiro e seus aliados definiram a cultura como espaço estratégico para a luta de combate ao racismo e a promoção da igualdade?
- Terceira - As políticas públicas de cultura estavam cumprindo com a missão de combater o racismo e de criar as condições mínimas para a promoção da igualdade e a inclusão dos negros/as no Brasil?

Com o desenrolar das atividades na Fundação Palmares e as oportunidades de contato com as mais diversas e distintas comunidades negras no Brasil e no exterior, particularmente na América Latina, passei a perceber que o grande elo que une os afrodescendentes ao redor do mundo, seja na luta ou no lúdico, é a cultura. Afinal, foi o que nos restou para que pudéssemos sobreviver com o mínimo de dignidade diante dessa tragédia monumental e transatlântica chamada escravidão.

Portanto, o que estou me propondo agora é entender a cultura enquanto política pública nas relações internacionais, com suas ações organizadas e coordenadas pelo Estado; analisá-la

e avaliá-la no período em que estive à frente da instituição responsável por essa política no Brasil; e discutir como essa política pôde contribuir para que fosse reduzida a dívida impagável para com os afrodescendentes do Brasil e, em alguma medida, na América Latina, tendo a Colômbia e o Equador enquanto espaços de referência.

Por fim, esse esforço intelectual, após mais de 70 voltas em torno do sol, é também uma homenagem à continuidade da nossa presença no planeta Terra, por meio da minha neta Júlia Mendes Villas Boas.

Toca a zabumba que a terra é nossa!

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma especial ao meu orientador, professor Victor Coutinho Lage, que conheci na banca de seleção para o doutorado (2020), em plena pandemia, cuja atenção, carinho e respeito com os quais lidou comigo e com as minhas angústias investigativas, ao longo desses últimos quatro anos, se transformaram em confiança e amizade mútua.

Agradeço, ainda, às pessoas aqui citadas pelo apoio, carinho e solidariedade que tiveram comigo para que esse desafio se transformasse em realidade.

Alexandra Perea

Bruno Henrique Melo

Cláudia Miranda

Daise Pereira

Elsa Kraychette

Embaixadora Maria Elisa Luna

Fanny Milena Quiñones

Gilberto Gil

João Jorge dos Santos Rodrigues

Josi Fernandes Sales

Karina Muniz

Katiane Zape

Lilian Figueroa

Paulo Miguez

Regina Bonfim

Silvia Mendes

Valdicley Villas Boas

Zeo Antonelli

RESUMO

Esta tese de doutorado propõe o estudo das políticas públicas de cultura para os afro-latinos que foram desenvolvidas pelo Ministério da Cultura do Brasil, por meio da Fundação Cultural Palmares, no período compreendido entre os anos de 2003 a 2010, e que influenciaram as políticas de cultura desenvolvidas na Colômbia e no Equador, países com os quais a Fundação Cultural Palmares manteve intensas relações de cooperação internacional. A pesquisa toma como referência as ações formuladas e executadas pelo Ministério da Cultura do Brasil/Fundação Cultural Palmares, em articulação com os ministérios da Cultura da Colômbia e do Equador. Nesse sentido, a tese elenca as principais ações que foram executadas ou tiveram a participação ativa da Fundação Cultural Palmares e as analisa a partir dos documentos produzidos em seminários internacionais por estudiosos, diplomatas e ativistas culturais da América Latina.

O material analisado inclui, ainda, registros dos encontros entre ministros da Cultura dos países latino-americanos, voltados a uma agenda afrodescendente nas Américas, relatórios de gestão institucionais, palestras, documentos, manifestos públicos e matérias na imprensa. Também foram conduzidas entrevistas com autoridades que desempenharam papéis importantes no período e foram incorporados depoimentos de beneficiários dos projetos de intercâmbio cultural entre esses países. Com isso, o objetivo principal é identificar os resultados alcançados na valorização, preservação e difusão das manifestações culturais de origem negra na América Latina, bem como o fortalecimento da cooperação internacional entre esses países a partir das políticas culturais voltadas para os afro-latinos.

Para a consecução desse objetivo, a tese coloca em diálogo, de maneira inovadora, estudos sobre cooperação internacional para o desenvolvimento com discussões conceituais sobre raça, racismo, cultura e identidade nas relações internacionais e sobre políticas públicas de cultura para afro-latinos. Assim, a pesquisa apresenta potencial impacto tanto para debates conceituais contemporâneos no campo de relações internacionais quanto para a análise, o aprimoramento e a formulação de políticas públicas (em âmbitos nacional e internacional) para a cultura, com destaque para afro-latinos.

Palavras-chave: Afro-latino; América Latina; cooperação internacional; cultura negra; Fundação Cultural Palmares; políticas públicas de cultura; racismo; relações internacionais.

ABSTRACT

This doctoral thesis proposes a study of public cultural policies for Afro-Latinos developed by Brazil's Ministry of Culture through the Palmares Cultural Foundation during the period from 2003 to 2010, which influenced cultural policies implemented in Colombia and Ecuador — countries with which the Palmares Cultural Foundation maintained close international cooperation relations. The research takes as a reference the actions formulated and executed by Brazil's Ministry of Culture/Palmares Cultural Foundation in collaboration with the Ministries of Culture of Colombia and Ecuador. In this regard, the thesis lists the main actions carried out or actively participated in by the Palmares Cultural Foundation and analyzes them based on documents produced in international seminars by scholars, diplomats, and cultural activists from Latin America.

The material analyzed also includes records of meetings between Ministers of Culture of Latin American countries focused on an Afro-descendant agenda in the Americas, institutional management reports, lectures, documents, public manifestos, and press articles. Interviews were also conducted with authorities who played significant roles during the period, along with testimonies from beneficiaries of cultural exchange projects among these countries.

The main objective is to identify the results achieved in valuing, preserving, and disseminating cultural manifestations of Black origin in Latin America, as well as in strengthening international cooperation among these countries through cultural policies directed toward Afro-Latinos. To achieve this objective, the thesis innovatively integrates studies on International Development Cooperation with conceptual discussions about race, racism, culture, and identity in international relations and public cultural policies for Afro-Latinos.

Thus, the research presents a potential impact both for contemporary conceptual debates in the field of International Relations and for the analysis, enhancement, and formulation of public policies (at national and international levels) for culture, with an emphasis on Afro-Latinos.

Keywords: Afro-Latino; Latin America; international cooperation; black culture; Palmares Cultural Foundation; public cultural policies; racism; international relations.

RESUMEN

Esta tesis doctoral propone el estudio de las políticas públicas de cultura para los afro-latinos desarrolladas por el Ministerio de Cultura de Brasil, a través de la Fundación Cultural Palmares, en el período comprendido entre los años 2003 y 2010, las cuales influyeron en las políticas culturales implementadas en Colombia y Ecuador, países con los que la Fundación Cultural Palmares mantuvo intensas relaciones de cooperación internacional. La investigación toma como referencia las acciones formuladas y ejecutadas por el Ministerio de Cultura de Brasil/Fundación Cultural Palmares, en articulación con los Ministerios de Cultura de Colombia y Ecuador. En este sentido, la tesis enumera las principales acciones que fueron ejecutadas o contaron con la participación activa de la Fundación Cultural Palmares y las analiza a partir de documentos producidos en seminarios internacionales por estudiosos, diplomáticos y activistas culturales de América Latina.

El material analizado incluye, además, registros de los encuentros entre ministros de Cultura de países latinoamericanos, orientados a una agenda afrodescendiente en las Américas, informes de gestión institucional, conferencias, documentos, manifiestos públicos y reportajes en la prensa. También se llevaron a cabo entrevistas con autoridades que desempeñaron papeles importantes en el período, e incluyeron testimonios de beneficiarios de proyectos de intercambio cultural entre estos países.

De esta forma, el objetivo principal es identificar los resultados alcanzados en la valorización, preservación y difusión de las manifestaciones culturales de origen negro en América Latina, así como el fortalecimiento de la cooperación internacional entre estos países a partir de las políticas culturales dirigidas a los afro-latinos. Para lograr este objetivo, la tesis pone en diálogo, de manera innovadora, estudios sobre Cooperación Internacional para el Desarrollo con debates conceptuales sobre raza, racismo, cultura e identidad en las relaciones internacionales y sobre políticas públicas de cultura para afro-latinos.

Así, la investigación presenta un impacto potencial tanto para los debates conceptuales contemporáneos en el campo de las Relaciones Internacionales como para el análisis, perfeccionamiento y formulación de políticas públicas (en los ámbitos nacional e internacional) para la cultura, con énfasis en los afro-latinos.

Palabras clave: Afro-latino; América Latina; cooperación internacional; cultura negra; Fundación Cultural Palmares; políticas públicas de cultura; racismo; relaciones internacionales.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AECID – Agência Espanhola Internacional para o Desenvolvimento
CIAD – Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora
CID – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CNIRC – Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
D.O.U. – Diário Oficial da União
FCP – Fundação Cultural Palmares
FESMAN – Festival Mundial das Artes Negras
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FNB – Frente Negra Brasileira
FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MinC – Ministério da Cultura
MN – Movimento Negro
MNU – Movimento Negro Unificado
NEAB – Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros
OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos
OIM – Organização Internacional para as Migrações.
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PROCEN – Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura
SEGIB – Secretaria-Geral Ibero-Americana
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILAB – Universidade Luso Afro-Brasileira
UP – Universidade del Pacífico
UPN – Universidade Pedagógica Nacional (Colômbia)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I (Introdução)	7
1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DA EUROPA ÀS AMÉRICAS, O MAR FOI O CAMINHO	10
1.1 Raça e racismo, iluminando as relações internacionais há mais de 200 anos.....	16
1.2 “Silenciando o passado”: o experimento da igualdade racial que a Revolução do Haiti introduziu na política internacional.....	20
1.3 Raça e racismo nas relações internacionais: uma verdade inconveniente	25
1.4 Para nunca esquecer	28
1.5 América Latina, um espaço visionário de raças e culturas	32
1.6 Afro-latino-americanos e a diáspora africana	34
1.7 A arquitetura política da destruição e o neoliberalismo na América Latina	38
1.8 O neoliberalismo, o brutalismo e a política	49
CAPÍTULO II	
2. A CENTRALIDADE DA CULTURA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	55
2.1 Cultura, identidades e entre-lugares nas relações internacionais	56
2.2 Políticas públicas de cultura.....	69
2.3 Interseccionalidade nas relações internacionais	75
2.4 Cultura, cooperação internacional e desenvolvimento.....	79
CAPÍTULO III	
3. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES: UM MARCO HISTÓRICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	84
3.1 Fundação Palmares: uma história coletiva para um objetivo coletivo	84
3.2 Fundação Palmares: um espelho da luta contra o racismo institucional no Brasil ...	91
CAPÍTULO IV	
4. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DIPLOMACIA CULTURAL NO PROGRAMA INTERCÂMBIO AFRO-LATINO	103
4.1 Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID).....	105
4.2 Cooperação Sul/Sul (CSS)	108
4.3 Diplomacia cultural brasileira	111
4.4 O Brasil na Cooperação Sul/Sul.....	117

4.5 Programa Intercâmbio Afro-Latino	119
4.5.1 <i>I Encontro Ibero-Americano</i>	141
4.5.2 <i>Observatório Afro-Latino</i>	150
4.6 Esmeraldas – a Pérola Negra do Equador	154
4.6.1 <i>II Encontro Afro-Latino e Caribenho</i>	158
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169

ANEXOS

ANEXO I - Protocolo de Intenções Colômbia-Brasil	175
ANEXO II - Declaração de Bogotá	178
ANEXO III - Discurso do ministro Gilberto Gil - Assinatura de protocolos	180
ANEXO IV - Ata Final - Comissão Mista entre Brasil e Colômbia	183
ANEXO V - Encuentro Iberoamericano de Afrodescendencia – Cartagena	187
ANEXO VI - Declaração de Salvador	196

INTRODUÇÃO

O Brasil, além de ter sido o último país latino-americano a extinguir a escravidão e de ter possuído o maior contingente de escravizados do mundo moderno, tem como um dos seus legados a maior população negra fora do continente africano. Por conta dessa longevidade do sistema escravocrata brasileiro, como também desse expressivo quantitativo populacional, aliado às profundas desigualdades que estruturam nossa sociedade, o Brasil carece de políticas públicas, sejam quais forem os campos abordados, para que possamos superar essa tragédia humana transatlântica intitulada Escravidão.

No que diz respeito à América Latina, a situação não é muito distinta. Embora tenhamos experiências positivas em vários campos para o enfrentamento das mazelas derivadas do seu passado escravocrata, em especial no campo da cultura, a exemplo do que vem ocorrendo na Colômbia, Equador, Cuba, Uruguai, Panamá, Costa Rica e Peru, essas experiências são, além de reduzidas, esparsas e desarticuladas. Além disso, o Brasil possui baixa inserção cultural na região, não só por ser o único país latino a falar o idioma português como também por priorizar, ao longo de sua história, as relações políticas, econômicas, culturais e institucionais com a Europa e os Estados Unidos.

Importante ressaltar que dentre os variados fatores que definiram a escolha da Colômbia e do Equador como objetos de análise desta pesquisa, um fato histórico e singular definiu em grande medida a escolha desses dois países. Entre 2007/2008 (início do Programa Intercâmbio Afro-Latino), os três ministros da cultura desses três países eram afrodescendentes: Gilberto Passos Gil Moreira (Brasil), Paula Marcela Moreno Zapata (Colômbia) e Antônio Preciado Bedoya (Equador), fato inédito na história dos três países bem como da América Latina. Além disso, os três comungavam da mesma expectativa no tocante à presença das manifestações culturais afro-latinas, de forma digna e respeitosa, nas tratativas de intercâmbio cultural latino-americano, mesmo com as diferenças ideológicas existentes entre os governos dos quais participavam, visto que, o ministro Antônio Preciado, considerado entre seus pares equatorianos como o “poeta da diáspora”, integrava um governo de esquerda, liderado pelo então presidente Rafael Correa, Gilberto Gil integrando um governo de centro esquerda liderado pelo presidente Lula, e o governo colombiano, liderado pelo presidente Álvaro Uribe, que a ministra Paula Moreno Zapata integrava, era marcadamente identificado como de extrema direita.

A presença do artista Gilberto Gil no Ministério da Cultura do Brasil, no período de 2003 a 2008, inaugurou um momento especial acerca da importância estratégica da cultura na cena internacional, tendo o Brasil como protagonista. Além da existência de um conjunto de pesquisas e estudos no sentido de identificar o legado construído e deixado pelo ministro Gilberto Gil para as políticas públicas de cultura no Brasil e no mundo, é inegável que sua contribuição enquanto ministro foi relevante e serviu, em grande medida, para reposicionar o Brasil no cenário cultural mundial, em particular nos organismos internacionais multilaterais, tais como: Unesco, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Mercosul Cultural e União Africana (UA).

Com o continente africano essa relação foi mais expressiva e intensa por conta da estreita relação que Gil manteve com a União Africana e o continente, ao longo da sua vida artística e cultural, tendo inclusive presidido o maior encontro de intelectuais da África e da Diáspora já realizado no Brasil, intitulado: II Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora – II CIAD, realizado na cidade de Salvador/Bahia, em julho de 2006, com a presença de 18 chefes de estados do continente africano, além do então presidente da República do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva.

A prova maior desse reposicionamento foi a liderança estratégica que o Brasil exerceu, sob o comando do ministro Gilberto Gil, quando da votação do texto final da Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, promovida pela Unesco, realizada em Paris em outubro de 2005. Graças ao seu poder de persuasão, articulação e convencimento, em especial junto à Índia, à China e mais especialmente aos países árabes, o Brasil obteve uma vitória significativa. Cento e cinquenta países votaram favoravelmente, dois países votaram contra (Israel e Estados Unidos) e quatro se abstiveram. Aspectos importantes das políticas públicas de cultura que vieram a ser desenvolvidas pela Fundação Cultural Palmares na América Latina tiveram por referência os indicativos aprovados nessa convenção, como o respeito à diversidade cultural e étnica.

Por fim, um sinal simbólico dessa experiência exitosa de Gil no campo da cooperação internacional por meio da cultura ficou registrado quando da homenagem prestada pela Organização das Nações Unidas, em setembro de 2003, ao embaixador brasileiro Sérgio Vieira de Melo, assassinado em missão diplomática num atentado terrorista, quando Gil teve a ousadia de convidar o secretário-geral da ONU Kofi Annan para subir ao palco e participar como percussionista no espetáculo. Simbolicamente, naquele momento, se materializou algo que Gil

vem afirmando há muito tempo: a cultura é um elemento estratégico do desenvolvimento humano e das nações.

Foi por conta desse espírito que a gestão dos ministros Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010) imantou no Sistema MinC que me senti estimulado a realizar essa pesquisa, onde a cultura e raça se entrelaçam em um novo mundo, também conhecido como América Latina.

No primeiro capítulo desta pesquisa, abordarei e indicarei como as relações raciais estão presentes nas relações internacionais desde os seus primórdios e tratarei do impacto que elas produzem nas formulações das políticas culturais em todo o mundo, particularmente nos países periféricos, apesar do apagamento que lhes foi imposto nos estudos das relações internacionais. Para tanto, farei uso dos estudos, ensaios e artigos produzidos por intelectuais como: Onofre Santos Filho, sociólogo, professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em *Ultra Aequinoxialem Non Peccari: anarquia, estado de natureza e a construção da ordem político-espacial*, (2019); Renato da Silveira, antropólogo e professor da Universidade Federal da Bahia, em *Os selvagens e a massa: o papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental* (SILVEIRA, 2000), onde o autor traça uma linha do tempo, a partir do advento do iluminismo até os dias atuais, sobre a presença da raça e do racismo nas relações entre o Ocidente e o resto do mundo; Immanuel Wallerstein, sociólogo e professor de várias universidades, como Universidade McGill em Montreal, e Universidade Binghamton, em Nova Iorque, em *O universalismo europeu: a retórica do poder* (WALLERSTEIN, 2007), também será uma referência, pois ali encontraremos reflexões críticas sobre esse modo eurocentrista de se ver, analisar e tentar organizar o mundo, a partir dos interesses políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais dos europeus.

Michel-Rolph Trouillot (2016), em *Silenciando o passado: poder e a produção da história*, também estará presente, como prova incontestável do apagamento histórico produzido pelo Ocidente, em particular pela França, acerca da Revolução Haitiana, fato este que, aliado a um boicote econômico impiedoso àquela nação, impede, até os dias atuais, que a primeira revolução vencida por escravizados no mundo possa ter sucesso e o seu povo ser definitivamente liberto. Também farei uso da obra *Raça e racismo nas relações internacionais: confrontando a linha global de cor*, organizada por Alexander Anievas, Nivi Manchanda e Robbie Shilliam (2015), na qual estudos e pesquisas comprovam que a dimensão racial sempre esteve presente na disciplina das relações internacionais. Do mesmo modo, dialogo com o texto *Ordem branca e política do poder negro*, de Robert Vitalis (2016), que relata o *modus operandi*

utilizado pelos Estados Unidos para apagar dos estudos das relações internacionais no país a questão racial, além da reflexão sobre um dos episódios mais bárbaros cometidos pelos supremacistas brancos norte-americanos, também conhecido como o Massacre de Tulsa, ocorrido em 1921, no estado de Oklahoma, onde uma cidade cuja maioria absoluta da população era negra, também conhecida como a Wall Street negra, foi destruída e teve sua população massacrada, por conta do seu sucesso econômico.

Para discorrer sobre os conceitos que deram origem a terminologias como América Latina, afro-latinos e diáspora negra, essenciais para a compreensão do escopo da pesquisa, utilizarei dos estudos realizados por Mauricio Tenorio Trillo e Sergio B. F. Tavolaro. Este que, em seu trabalho *América Latina, variável independente? Para uma crítica ao binômio centro-periferia*, aborda a força que o termo adquiriu ao longo do tempo. Já a partir dos estudos produzidos pelo historiador americano George Reid Andrews e pelo professor de História e Economia da América Latina na Universidade de Harvard Alejandro De La Fuente apresentarei suas reflexões sobre os povos de ascendência africana na América Latina, para que haja uma melhor compreensão das distintas identidades da América Latina.

Buscarei, ainda, no ensaio do filósofo, cientista político, historiador, intelectual e atualmente professor na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, o camaronês Achille Mbembe, intitulado *Brutalismo*, as análises necessárias para a compreensão de como o neoliberalismo tem incidido e agido nos países periféricos, em particular nos países latino-americanos, e de como a questão racial está presente nesse cenário contemporâneo. A conclusão do capítulo terá como referência as discussões propostas por Victor Coutinho Lage (UFBA) sobre o “Atlântico Vermelho”, assim como pelo já citado Onofre dos Santos Filho.

No segundo capítulo, tratarei sobre a centralidade da cultura nas relações internacionais, onde utilizarei os conceitos de identidade que foram definidos por Stuart Hall nos *Estudos Culturais Britânicos*, assim como os conceitos de Hommi K. Bhabha, no seu trabalho *O local da cultura*, onde ele discorre sobre como os representantes da pós-modernidade têm estabelecido relações de afinidade com regimes autoritários e de como se dá essa mesma relação com as regiões da periferia, a exemplo da América Latina. Édouard Glissant será outra referência nesse capítulo, no tocante ao seu trabalho sobre criouliização, que expressa de forma singular em uma de suas palestras, intitulada “Introdução a uma poética da diversidade”, a complexidade cultural da presença negra na América Latina. Complementando essa abordagem, terei no trabalho de Silviano Santiago, *O entre-lugar do discurso latino-americano*,

os insumos necessários para a compreensão das singularidades e dos desafios que o cenário latino-americano no campo da cultura nos impõe.

As reflexões da professora Isaura Botelho (2001), no trabalho intitulado *Dimensões da cultura e políticas públicas*, e as análises produzidas pelo professor Albino Rubim, estudioso das políticas culturais no Brasil, nos ajudarão a compreender as políticas culturais que foram desenvolvidas nas gestões dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, enfatizando a importância do diálogo e da participação coletiva. Também farei uso nesse capítulo das reflexões e dos trabalhos das professoras e ativistas negras norte-americanas Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw sobre interseccionalidade nas relações internacionais, até porque elas são pioneiras nessas reflexões. Concluirei esse capítulo tratando da incidência positiva que teve no trabalho da Fundação Palmares a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), em particular no eixo Sul/Sul, em diálogo com os trabalhos reunidos na coletânea *Cooperação internacional para o desenvolvimento: desafios no século XXI*, organizada por Elsa Sousa Kraychete e Denise Vitale.

No terceiro capítulo, farei uma apresentação sobre a Fundação Cultural Palmares: um marco histórico da sociedade brasileira, para que possamos entender as singularidades do seu surgimento, a importância política e cultural que a mesma possui e a contribuição que tem dado para a valorização, preservação e difusão das manifestações culturais de origem negra no Brasil, assim como no combate ao racismo. Por isso mesmo, teremos vários depoimentos de ativistas que participaram da sua criação e posteriormente foram dirigentes da Fundação Palmares, como Carlos Alves Moura e João Jorge dos Santos Rodrigues. Nesse capítulo, também faço o meu próprio depoimento como ex-diretor da Fundação. Para a discussão sobre os percalços que a instituição tem vivido ao longo da sua história, serão importantes os trabalhos de Fabiana Guimarães Xavier (2018), *Políticas públicas para a cultura negra: a Fundação Cultural Palmares*, e Lucas dos Santos de Paulo (2024), *O acervo da vergonha: atos e institucionalidades na Fundação Cultural Palmares*”, onde são relatadas as enormes dificuldades que as gestões da instituição têm enfrentado para colocar em prática aquilo que está nos seus estatutos, que é a inclusão plena dos negros/as na sociedade brasileira por meio da cultura.

No quarto capítulo, abordarei a cooperação internacional e a diplomacia cultural brasileira, por meio das análises dos diálogos, inferências e convergências que o trabalho da Fundação Palmares possibilitou ao executar o Programa Intercâmbios Afro-Latinos, em particular na parceria com a Colômbia e o Equador. Nesse sentido, farei uso das contribuições

de Iara Costa Leite, em *Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos* (2012), e de Bruno Ayllón, em *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento* (AYLLÓN, 2014), assim como do texto do embaixador Edgard Telles Ribeiro *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira* (RIBEIRO, 1989). Também será importante para o capítulo a pesquisa de Leila Bijos, doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), e Verônica Arruda, bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) e mestranda pela Universidade de Brasília, no ensaio *A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira* (BIJOS; ARRUDA, 2010).

Analisa-se, ainda, documentos oficiais do Ministério das Relações Exteriores (Protocolos de Intenções e Programas Executivos) e do Ministério da Cultura (discursos dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira e cartas dos encontros internacionais). Além disso, farei uso de depoimentos e entrevistas com diplomatas, gestores e dirigentes culturais e educacionais, a exemplo do reitor da Universidade Federal da Bahia, professor Paulo Miguez, da chefia da Cooperação Internacional da Universidad del Pacífico, na Colômbia, e de representantes da sociedade civil sobre as ações que foram desenvolvidas pela Fundação Palmares, por meio do Programa Intercâmbio Afro-Latino.

Por fim, apresentarei as considerações finais da tese, onde indicarei que o trabalho desenvolvido pela Fundação Palmares, na América Latina, por meio do Programa Intercâmbio Afro-Latino, ao longo do período de 2003/2010, contribuiu positivamente para que o Ministério da Cultura e o Brasil avançassem nas ações de cooperação internacional por meio da cultura na América Latina.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo, com o objetivo de situar adequadamente esta pesquisa no campo das relações internacionais, buscarei no trabalho produzido pelo professor Onofre Santos Filho, sociólogo, professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, intitulado *Ultra Aequinoxialem Non Peccari: anarquia, estado de natureza e a construção da ordem político-espacial* (SANTOS FILHO, 2019), publicado na *Revista Monções*, para explicitar de como os europeus, a partir dos conceitos sobre contrato social, anarquia, estado e natureza construíram a ideia de que no Novo Mundo o uso da força era o único mecanismo capaz de colocar aquelas sociedades a serviço do Ocidente.

Do mesmo modo, farei uso do artigo do professor Renato da Silveira (UFBA), *Os selvagens e a massa: o papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental* (SILVEIRA, 2000), onde o autor traça a trajetória percorrida pelo racismo ao longo dos últimos dois séculos, os motivos que fizeram com que a raça e o racismo fossem elementos tão importantes na relação entre o Ocidente e o restante do mundo, desde o iluminismo até os dias atuais. Além disso, o artigo demonstra de forma cabal de como o racismo foi um projeto estratégico e que, por isso mesmo, sempre esteve articulado com os interesses políticos, econômicos e culturais do mundo ocidental, particularmente da Europa.

Outra referência importante para esta pesquisa serão os estudos de Immanuel Wallerstein apresentados no trabalho *O universalismo europeu: a retórica do poder* (WALLERSTEIN, 2007), onde o autor tece duras críticas sobre o conceito de civilização como algo exclusivo do mundo ocidental cristão, visto que está associado aos interesses políticos, ideológicos e econômicos do Ocidente. Para o autor, essa é uma retórica antiga que tenta a todo o custo estabelecer o que ele conceitua de universalismo europeu, ou seja, o universalismo parcial, o universalismo dos poderosos. Para contrapor-se a esta concepção, fortemente presente nas teorias realistas, Wallerstein propõe que se rompa com os atuais conceitos de democracia, direitos humanos e superioridade da civilização ocidental para com as demais civilizações e que seja estabelecido o que ele chama de “universalismo universal”. Como a América Latina possui um destaque especial nas suas análises, pois o marco temporal que ele estabelece para a introdução desse conceito no mundo é 1492, por conta da chegada de Cristóvão Colombo nas Américas, é importante a análise que o autor produz a partir da contenda entre o bispo

Bartolomé de Las Casas e o filósofo Juan Ginés de Sepúlveda sobre quem tem o direito de intervir, quando da apresentação da tese “Das causas justas das guerras contra os índios”, defendida por Sepúlveda, sendo um importante documento para o entendimento do processo de colonização, exploração e subalternização que a América Latina vive até hoje.

Também farei uso dos relatos de Michel-Rolph Trouillot (2016), *Silenciando o passado: poder e a produção da história*, que desnuda como o Ocidente, liderado pela França, promoveu o silenciamento histórico da maior revolução antiescravista do século XVIII ocorrida no Haiti, em 1791, na qual, pela primeira vez na história, escravizados não só derrotaram escravizadores como instituíram um novo Estado. Esse relato histórico produzido pelo autor, funciona como a materialização de como funcionam as teses desenvolvidas por Wallerstein sobre o universalismo europeu e a retórica do poder.

Já na obra *Raça e racismo nas relações internacionais: confrontando a linha global de cores*, que teve como organizadores Alexander Anievas, Nivi Manchanda e Robbie Shilliam (ANIEVAS *et al.*, 2015), extrairei os argumentos utilizados por vários autores dessa coletânea de ensaios, tais como: Errol A. Anderson, Débora Thompson, Branwen Gruffydd Jones, John M. Hobson, David Roediger, Ricardo Seymour e Charles W. Mills, para explicar as razões pelas quais a questão racial tem sido pouco explorada na disciplina das relações internacionais. Também buscarei socorro no texto *Ordem branca e política do poder negro*, de Robert Vitalis ([1955] 2016), onde o autor detalha de modo minucioso de como os Estados Unidos apagaram deliberadamente a questão racial da memória dos estudos sobre relações internacionais entre os EUA e o restante do mundo. Aqui, os textos utilizados servem para comprovar que a invisibilidade da questão racial no campo das relações internacionais não é algo episódico, mas sim, fruto de um processo mais amplo no qual se insere o apagamento histórico do papel da raça na definição das estruturas de poder no mundo ocidental e nas suas periferias.

Ainda neste capítulo, realizarei pesquisas e análises sobre os estudos existentes acerca da presença e do uso do conceito de América Latina, afro-latinos e diáspora negra, por meio dos estudos realizados por Mauricio Tenorio Trillo (PhD em História pela Universidade de Stanford e professor pela Universidade de Chicago nos EUA), onde o autor reflete sobre os debates contemporâneos em torno do uso da terminologia América Latina e a postura do Brasil e da maioria dos brasileiros que resistem ao seu uso e sua rendição nesse debate.

Também farei uso das reflexões trazidas a público pelo doutor em Sociologia pela The New School for Social Research (New York) e professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia Sergio B. F. Tavoraro, que no seu

trabalho, *América Latina, variável independente? Para uma crítica ao binômio centro-periferia*, discorre sobre a força que o termo adquiriu ao longo do tempo, apesar da sua origem no imperialismo francês.

Outro trabalho que utilizarei neste capítulo será *Estudos afro-latino-americanos: uma introdução*, organizado por George Reid Andrews (historiador americano da América Afro-Latina e atualmente professor da Universidade de Pittsburgh) e Alejandro de la Fuente (acadêmico, curador de arte, professor de História e Economia da América Latina, de Estudos Africanos e Afro-Americanos e de História na Universidade de Harvard). Para que assim possamos entender com a profundidade necessária nossas distintas identidades produzidas a partir da diáspora, os distintos contextos nos quais ela ocorreu e as distintas e semelhantes manifestações culturais de origem africana que se desenvolveram a partir dessa realidade (colonialismo/escravismo).

Para completar a análise, farei uso do ensaio intitulado *Brutalismo* (MBEMBE, 2021), do filósofo, cientista político, historiador, intelectual e professor universitário camaronês Achille Mbembe, para situar de como o neoliberalismo tem atuado na contemporaneidade para perpetuar os interesses das potências mundiais, em particular nos países e regiões periféricas, e o uso de violências de toda ordem para a consecução dos seus objetivos.

Concluirei o capítulo tendo como base os artigos dos professores Victor Coutinho Lage, da UFBA, com *O Atlântico vermelho: modernidade e marcadores de discriminação* (LAGE, 2021) e *Ultra Aequinoxialem Non Peccari: anarquia, estado de natureza e a construção da ordem político-espacial*, do já citado professor Onofre Santos Filho, pois os dois autores deixam claro que, apesar de todas as dificuldades que a civilização ocidental impôs aos não ocidentais, a ciência das relações internacionais foi criada e desenvolvida dentro desses marcos e, por isso mesmo, teremos que encontrar as vacinas para as doenças que foram geradas a partir do colonialismo, levando em conta e fazendo uso das brechas e rasuras que esse processo possui.

Por isso mesmo, fiz uso de autores que, apesar de possuírem visões distintas e até mesmo contraditórias sobre as questões relativas ao colonialismo, aos modos de produção econômica e ao papel da raça e do racismo enquanto componentes decisivos para o sucesso da colonização europeia, ainda assim contribuem decisivamente para a compreensão desse contexto, isto porque, cultura, raça e racismo nas relações internacionais são e estão atravessadas permanentemente por uma profusão de interpretações, que apesar das suas contradições não são excludentes na obtenção do resultado final, que é o estabelecimento de relações assimétricas e subalternas entre colonizadores e colonizados.

1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DA EUROPA ÀS AMÉRICAS, O MAR FOI O CAMINHO

Onofre Santos Filho, sociólogo, professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, faz uma provocação das mais interessantes no seu ensaio *Ultra Aequinoxialem Non Peccari: anarquia, estado de natureza e a construção da ordem político-espacial*, publicado na *Revista Monções*. Essa provocação também nos inspira e traz à luz informações importantes sobre o conceito de América Latina e de como ele foi construído dentro das relações internacionais, a partir de um conceito europeu de ocupação espacial. Segundo o autor, no século XVI, a máxima existente era que “ao sul da linha equinocial não se peca” (*ultra aequinoxialem non peccari*). Essa expressão de profunda consequência política foi traduzida poeticamente pelo compositor Chico Buarque de Holanda em uma de suas músicas mais famosas: *Não existe pecado ao sul do Equador*:

Não existe pecado do lado de baixo do Equador
Vamos fazer um pecado rasgado, suado, a todo vapor
(Vamos fazer um pecado safado debaixo do meu cobertor)
Me deixa ser teu escracho, capacho, teu cacho, um riacho de amor
Quando é lição de esculacho, olha aí, sai de baixo, que eu sou professor.

Para Onofre, esse conceito expressava muito mais que poesia, e muito mais do que uma liberalidade moral, como insinuava a música de Chico Buarque: “Exprime um sistema de localização espacial que, a partir do Trópico de Câncer, demarca dois mundos distintos: um ao Norte, baseado no Direito das Gentes europeu, que regula o exercício da violência e as relações entre os nascentes Estados territoriais; outro ao Sul, não sujeito a este Direito, aberto ao exercício da violência pelos Estados europeus na tomada de terra do Novo Mundo.” Ou seja, o domínio pleno sobre as gentes e os territórios localizados naquele espaço.

Na verdade, essa expressão definia e determinava aquilo que os contratualistas consideravam o que era civilização (povos do norte), o que era barbárie (povos do sul), e de como essas duas realidades deveriam ser entendidas e tratadas do ponto de vista das relações entre os povos do norte e os povos do sul. Para eles, os povos bárbaros “viviam em situação de anarquia no estado de natureza” (SANTOS FILHO, 2019, p. 486), e como em tal situação a única forma de ordenamento possível é aquela derivada do uso da força, os estados colonizadores europeus se viam autorizados a ela recorrerem na conquista e dominação das etnias locais do chamado Novo Mundo. Após o último empreendimento colonial europeu, no último quartel do século XIX, conhecido como a partilha da África, não havia mais terras livres

a conquistar e a ideia de anarquia e de estado de natureza foi paulatinamente se estendendo ao conjunto das interações internacionais.

Onofre Santos Filho diz que, ao fim do século XIX, não havia mais estoques de “terras livres” a serem conquistadas, visto que o último grande episódio de predação das terras alheias, por parte das potências ocidentais, havia ocorrido na Conferência de Berlim, realizada entre 1884/1885, quando o continente africano foi literalmente partilhado entre os países europeus para exploração de toda ordem. Essa máxima servia como senha para que uma nova abordagem fosse dada às relações com os territórios abaixo da linha do Equador. Abordagem essa que não poderia ser regulada pelos mesmos padrões morais, civilizatórios ou religiosos dos europeus. Afinal, esses povos viviam “em situação de anarquia no estado de natureza” e, conseqüentemente, o único meio de colocá-los em ordem era com o uso da força em estado puro para que os povos locais fossem não só dominados e explorados, mas convertidos à imagem e semelhança dos europeus.

O estado de natureza definido por Hobbes, fruto dos seus estudos sobre contrato social nas sociedades europeias, pactuados a partir das construções dos seus estados nacionais, era aquele onde os homens viviam em “estado deplorável”, sob constante perigo por conta das guerras decorrentes desse estado bruto e sem condições de ter acesso aos confortos do “bem-estar humano”. Enquanto numa sociedade contratada, os homens teriam renunciado ao estado de natureza “em benefício da sociedade política em que livremente acordam entre si a maneira como seriam governados, e não entre súditos e o soberano como advoga Hobbes”. E vaticinava: “Assim, a vida [...] é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta” (HOBBS, 1983, p. 76). Concluindo que:

Poderá porventura pensar-se que nunca existiu um tal tempo, nem uma condição de guerra como esta, e acredito que jamais tenha sido geralmente assim, no mundo inteiro; mas há muitos lugares onde atualmente se vive assim. Porque os povos selvagens de muitos lugares da América, com exceção do governo de pequenas famílias, cuja concórdia depende da concupiscência natural, não possuem qualquer espécie de governo, e vivem em nossos dias daquela maneira embrutecida que acima referi. Seja como for, é fácil conceber qual seria o gênero de vida quando não havia poder comum a reinar, através do gênero de vida em que os homens que anteriormente viveram sob um governo pacífico costumam deixar-se cair, numa guerra civil (HOBBS, 1983, p. 76).

Onofre nos alerta que esse tipo de percepção racista não só foi assimilada como se consolidou academicamente nas relações internacionais. Era o estabelecimento do contrato social, defendido por Hobbes e Locke, como paradigma para explicar os fenômenos

internacionais. Assim como a justificativa para o uso da força, para pôr ordem nesse estado de anarquia que reinava entre os selvagens e bárbaros que viviam nas Américas. E Onofre nos esclarece de como o colonialismo, em particular o português, foi entendido pelos europeus:

A expansão e a colonização lusitana são entendidas, desde o início, como conquista e missão catequético-civilizadora. Como conquista, ela é empreendida como ato de força em que a submissão do vencido e a apropriação de seus despojos são tributos ao guerreiro em campo de batalha. Como catequese civilizacional, é apropriação do vencido a partir da reelaboração do seu universo simbólico: alguns valores são excluídos e outros incluídos, numa lógica de aculturação que pode implicar, ou não, no uso da força. Mas o fundamental na catequese é a persuasão via recursos da oratória/retórica. Digamos que a conquista é ato da espada; a catequese civilizadora é, acima de tudo, função da palavra (SANTOS FILHO, 2019).

Portanto, a ausência de pecado do lado de baixo do Equador, para além de todas as dimensões aqui tratadas anteriormente, revela, também, a presença e a chancela do poder religioso, expresso por meio da Igreja Católica, neste caso, umbilicalmente atrelado aos interesses expansionistas dos povos do norte e do capitalismo.

Com esses pressupostos, “comercializar produtos e adquirir posses ocupando a terra é, assim, uma condição civilizacional”. Aprisionar pessoas e escravizá-las, pirataria, roubo, submissão pela força, genocídio, todos esses atos que eram considerados criminosos nos estados europeus terminam por se consolidar em que “a gênese do sistema ou da sociedade internacional moderno foi pensado em função dos interesses europeus, e não dos povos dele excluídos”. E, Onofre nos diz: “a narrativa convencional de construção do internacional a partir da anarquia e do estado de natureza é um relato ocidental de sua própria gênese”, isto é, ao mesmo tempo em que descreve o que se encontra além do Trópico de Câncer, demarca um espaço.

E esse autor vai mais adiante ao afirmar que a própria constituição das relações internacionais, na área acadêmica, logo após a Primeira Guerra Mundial, consolidou a ideia “do internacional como similar ao estado de natureza em que predomina a anarquia” (SANTOS FILHO, 2019, p. 505). Nesse sentido, continua Onofre, “anarquia e estado de natureza transformam-se então em pressupostos analíticos por meio dos quais a ideia de campo de forças emerge em diferentes conotações explicativas dos fenômenos internacionais”.

E, por via de consequência, criou-se um modelo, tanto na geopolítica quanto nas relações internacionais, no qual é fortemente enfatizado o papel do estado no formato que adquiriu na modernidade, como se fosse “produto das interações independentes entre unidades políticas soberanas”, afirma o autor.

Despreza-se, assim, uma série de elementos, principalmente o papel da ordem capitalista que também emergiu no mesmo período, que não se combinou aos interesses de concentração e acumulação de poder por parte das casas senhoriais europeias, contribuindo, desta maneira, para que o estado assumisse sua forma contemporânea. Para que essa ideia se consolidasse, foi preciso supor, também, a separação entre política doméstica e política internacional (SANTOS FILHO, 2019, p. 509).

Outro autor que chama a atenção sobre esse entendimento que os povos do norte, em particular os da Europa, possuíam sobre as relações internacionais com o resto do mundo é Immanuel Wallerstein, que num trabalho provocador e esclarecedor sobre o conceito daquilo que é chamado de universal pelo Ocidente, aborda e acentua questões importantes. Em *O universalismo europeu: a retórica do poder*, as análises de Wallerstein (2007) dialogam diretamente com o objeto desta pesquisa sobre as políticas públicas de cultura para afro-latinos desenvolvidas pelo Brasil, Colômbia e Equador. São três países latino-americanos, vítimas de séculos do colonialismo europeu, numa região que tem sido um grande laboratório para o exercício de dominação, exploração, discriminação e doutrinação europeia e norte-americana. Nesse sentido, tanto a abordagem quanto as análises produzidas por Wallerstein não só desnudam as dimensões complexas e obscuras do colonialismo europeu como nos apresentam indicativos do seu esgotamento e da necessidade de sua superação no mundo contemporâneo.

A apresentação feita pelo cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira do trabalho de Wallerstein, além de primorosa, funciona como um guia para que possamos fazer com que a leitura seja a mais profunda e rentável possível. Ele discorre sobre o conteúdo e os objetivos que o trabalho de Wallerstein contém, assim como a origem ideológica pela qual o autor se orienta (marxismo), e traça de maneira clara o “Estado da Arte” no qual as nações centrais desenvolveram e continuam desenvolvendo suas teorias de relações internacionais, seus métodos, bem como os variados mecanismos que camuflam seus interesses. Moniz Bandeira acentua que o texto de Wallerstein deixa claro “que a história do sistema capitalista mundial moderno tem sido, em grande parte, a história da expansão dos povos e dos Estados europeus pelo restante do planeta, por meio da conquista militar, exploração econômica e injustiças em massa [...]”, processo esse chamado pelos europeus de “civilização, crescimento e desenvolvimento econômico ou progresso”.

O conceito de civilização como algo exclusivo do mundo ocidental é o mote pelo qual Moniz Bandeira apresenta o trabalho de Wallerstein, em que o Estado Democrático de Direito, a Democracia, o Meio Ambiente e os Direitos Humanos possuem o papel de legitimar as intervenções norte-americanas e europeias nos países periféricos e semiperiféricos como o

Brasil, Colômbia e Equador, em particular quando os seus interesses geopolíticos e econômicos se encontram em jogo.

Segundo Wallerstein, três apelos têm sido utilizados regularmente pelo universalismo do mundo pan-europeu em sua antiga retórica de estabelecer a todo custo o universalismo dos poderosos, parcial e distorcido, como referência para tudo e todos – o universalismo europeu. Para contrapor-se a essa hegemonia, Wallerstein afirma que há um universalismo distinto do europeu e que o mesmo é universal – o universalismo universal –, e que para perceber, entender e exercer esse universalismo seria necessário romper com os conceitos ocidentais de democracia e direitos humanos, em particular com o conceito de superioridade da civilização ocidental. Para analisar esse contexto e ambientar a sua proposta, ele estabelece a premissa da existência de um sistema-mundo que se confunde com a própria história da expansão dos povos e dos estados europeus pelo mundo, que ocorreu por meio das conquistas militares, exploração econômica e injustiças de toda ordem. Para ele, 1492 é o marco inicial desse processo, pois é a chegada de Cristóvão Colombo às Américas. Um dado que chama a atenção nesse aspecto, segundo o autor, é que 50 anos após a chegada de Colombo às Américas, mais da metade da população nativa existente havia sido literalmente exterminada: algo em torno de 50 milhões de nativos, revelando assim o grau de violência do modelo colonizador europeu.

Por meio de uma contenda histórica entre dois membros da elite espanhola, o bispo Bartolomé de Las Casas e o filósofo Juan Ginés de Sepúlveda, o autor relata como se consolidou ao longo do tempo a legitimidade do uso da força e da violência contra os nativos das Américas, principalmente por meio da escravização e do extermínio, apesar dos sólidos argumentos apresentados por um dos contendores, o bispo Bartolomé de Las Casas, que era contrário ao uso dessas medidas. Segundo Las Casas, não haveria justificativas morais ou religiosas para o exercício da tutela, do domínio e do jugo espanhol sobre outros povos, particularmente os ameríndios, pois esses padeciam dos mesmos problemas daqueles que eram chamados de bárbaros ou selvagens. Sepúlveda, que defendia a tese “Das causas justas das guerras contra os índios”, representando os interesses da elite espanhola e do colonialismo mais feroz, assentava seus argumentos em quatro pontos, os quais terminaram vitoriosos:

- a) Os nativos das Américas eram bárbaros, simplórios, iletrados e não instruídos e incapazes de aprender qualquer coisa que não fosse a atividade mecânica. Além disso, eram cheios de vícios e cruéis, sendo, portanto, aconselhável que fossem governados por outros;

- b) Os índios deveriam aceitar o jugo espanhol, mesmo que não quisessem, por conta de seus crimes contra a lei divina e natural com os quais estão manchados, principalmente por conta da idolatria e o costume ímpio do sacrifício humano;
- c) Os espanhóis eram obrigados pela lei divina a impedir o mal e as grandes calamidades que os índios infringiram, e que aqueles que ainda não estão sob o domínio espanhol continuam hoje a infligir um grande número de pessoas inocentes, sacrificadas aos ídolos todos os anos;
- d) O último argumento era que o domínio espanhol facilitava a evangelização cristã ao permitir que os padres católicos pregassem “sem riscos a serem mortos por governantes e sacerdotes pagãos”.

Quinhentos anos após essa contenda, na qual o filósofo Sepúlveda saiu-se vencedor, esses argumentos e práticas continuam não só vigentes na arena internacional como continuam sendo utilizados não apenas pelos espanhóis, mas por todos os países poderosos do mundo ocidental para justificar intervenções dos “civilizados” contra os “bárbaros”, mesmo que o resultado dessas intervenções custe muito mais sofrimento, mortes e destruição do que as que motivaram a própria intervenção.

Nesse sentido, qualquer semelhança com as teses defendidas recentemente pelos europeus e norte-americanos para as intervenções no mundo árabe, notadamente no Afeganistão, Iraque, Síria e Líbia, não são meras coincidências ou frutos da conjuntura política atual, mas sim uma prática secular do mundo ocidental para justificar a expansão dos seus domínios políticos, econômicos e militares. Outro aspecto também importante dessa abordagem feita por Wallerstein é que por mais que esses argumentos proporcionem “um forte incentivo moral aos conquistadores” de ontem e de hoje, duas premissas precisam ser acopladas a eles para que o risco valha a pena: o poderio político/militar dos interventores e os benefícios materiais que esse tipo de empreendimento possa proporcionar. É por isso que os espólios das intervenções, seja no século XVI, com o ouro e a prata na chamada América Espanhola e o ouro no Brasil, ou as riquíssimas reservas de petróleo no Oriente Médio no século XXI, não podem ser ignorados. Até porque, todas as vezes que os princípios éticos, morais e espirituais se opuseram aos interesses econômicos e políticos das nações centrais ocidentais, a visão realista destas nações se sobrepôs a esses princípios, quase sempre fazendo uso do seu poderio militar.

1.1 Raça e racismo, iluminando as relações internacionais há mais de 200 anos

O professor Renato da Silveira, da Universidade Federal da Bahia, mestre em Antropologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1980) e doutor em Antropologia na mesma instituição (em 1986), com larga experiência na área de comunicação, publicou um ensaio intitulado *Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental* (SILVEIRA, 2000), que nos ajuda a entender um pouco melhor as táticas e estratégias dos europeus para fazer da raça e do racismo um dos seus mais eficientes instrumentos de dominação. Ele traça de maneira didática e convincente a linha do tempo, desde o advento do iluminismo, nos finais do século XVII, até os dias atuais, quando os conceitos de raça e racismo se consolidaram enquanto marcadores das relações entre nações, povos e civilizações, a partir da clivagem estabelecida pelo Ocidente. Logo no início do texto, Silveira afirma que:

O racismo europeu, no século XIX, foi institucionalizado e esmagadoramente majoritário na opinião das elites cultas e das classes governantes. Naquela época, a situação era diametralmente oposta à atual: quase todos os cientistas eram racistas convictos (SILVEIRA, 2000, p. 89).

E, mesmo levando em consideração que o racismo nunca foi uma doutrina harmônica na Europa, também nunca deixou de ser deliberadamente utilizado como “uma política de conquista e subordinação”, até porque era fruto do trabalho organizado, debatido e provado, “cientificamente” por inúmeros e renomados especialistas.

Esses provedores de modelos éticos, valores cívicos e aspirações coletivas, mesmo quando eventualíssimamente discordassem da agressão colonial ou da escravização dos africanos, deixavam fora de discussão a superioridade do europeu (SILVEIRA, 2000, p. 91).

Mas, é importante registrar que é também nessa quadra histórica que o mundo, em particular o mundo ocidental, dá um verdadeiro salto do ponto de vista da ciência. Com o evento da Revolução Francesa, o aparato de produção de conhecimento da monarquia é desmantelado, a Academia Real desaparece e surge o Comitê de Instrução Pública, que era composto pelas ciências, ensino, técnicas, pesquisas e a cultura. E nesse comitê estava presente o que havia de melhor da intelectualidade francesa de então. Lá estavam “os químicos Lavoisier, Fourcroy, Chaptal e Berthollet, os matemáticos Condorcet, Laplace, Monge e Fourier, os naturalistas Saint-Hilaire, Lamarck, Cuvier e Lacépède, os astrônomos Bailly, Lalande e Delambre, os físicos Borda e Coulomb, os médicos Pinel, Bichat e Baudelocque, sem falar do jornalista Marat” (SILVEIRA, 2000). É desse empreendimento que surgem inventos e mudanças que vão alterar as relações entre o homem e a natureza em todo o mundo.

Assim nasceram o metro, o sistema decimal, o telégrafo, a solda, o gás de iluminação, assim se deu a renovação do ensino, a unificação da medicina com a cirurgia, a fundação da Escola Central de Trabalhos Públicos (Escola Politécnica), da Escola Normal Superior e do Liceu de Artes e Ofícios, assim surgiram novas legislações e novos métodos de gestão (SILVEIRA, 2000, p. 92).

É desse momento histórico que surge um personagem, o “cientista”, que passa a ser a figura pública mais importante da sociedade, na qual repousavam todas as esperanças da modernidade. É bem verdade que isso se deu após uma enorme disputa com a Igreja Católica e que, após a Revolução Francesa, finalmente, os cientistas conseguiram ocupar o seu lugar nas universidades, que até então eram absolutamente controladas pela elite clerical.

Ciência, técnica e indústria, a organização de influentes associações científicas setoriais, a avalanche de revistas especializadas, a envolvente ideia de progresso, tudo isso aumentou enormemente o prestígio de médicos, naturalistas, sociólogos, antropólogos, geólogos, engenheiros, matemáticos e homens de laboratório (SILVEIRA, 2000, p. 92).

É nesse caldo de cultura que o racismo dá os seus primeiros passos enquanto instrumento importante para assegurar às elites europeias os benefícios desses inventos espetaculares. Esses mesmos homens que modernizaram a tecnologia, a ciência, o ensino e a gestão pública também afirmavam categoricamente que os homens brancos, cristãos e europeus eram os únicos capazes de liderar esse processo de modernização e colocar o mundo no caminho certo. A renomada Enciclopédia de D’Alembert e Diderot, por exemplo, publicou, à época, sem o menor constrangimento, que: “Todos esses povos são feios e grosseiros, superficiais e estúpidos”, referindo-se aos povos não europeus. Já Voltaire, um dos mais importantes líderes da Revolução Francesa, que defendia as liberdades individuais, a tolerância, o direito à liberdade de expressão, à liberdade religiosa e à liberdade política, tinha a mais absoluta convicção quando publicou:

A grande questão entre eles [os negros] é se são descendentes dos macacos ou se os macacos descendem deles. Nossos sábios disseram que o homem é a imagem de Deus: eis aqui uma curiosa imagem do Ser eterno, um nariz negro achatado, com pouca ou nenhuma inteligência! Um dia virá sem dúvida onde esses animais saberão cultivar a terra, embelezá-la com casas e jardins e conhecer a rota dos astros: é preciso tempo para tudo (SILVEIRA, 2000, p. 97).

Detalhe importante: Voltaire, além de revolucionário francês, era um dos grandes traficantes de escravos do continente africano e não via a menor contradição nisso, afinal de contas, para ele e os seus pares, os africanos eram não humanos. Portanto, liberdade, igualdade e fraternidade eram para todos os europeus e/ou semelhantes, não para africanos, asiáticos, orientais ou indígenas. Outro exemplo marcante de como a elite europeia e os seus mais renomados cientistas se entendiam enquanto raça superior, e entendiam os demais povos como

inferiores, está registrado numa das obras mais importantes da época que era o *Systema naturae*, editado pelo também importante cientista sueco Lineu (Carlos Lineu, botânico, zoólogo e médico, considerado o pai da taxonomia moderna):

O homem branco foi assim apresentado: “Sanguíneo, ardente; cabelos louros, abundantes; olhos azuis; leve, fino, engenhoso; usa roupas estreitas; é regido pelas leis”. Os demais, é claro, ganharam notas mais baixas. O asiático foi apresentado como melancólico, severo, fastoso e avaro, “regido pela opinião”. O americano seria vermelho, bilioso, teria cabelos negros, lisos e abundantes, narinas amplas, queixo quase imberbe; “teimoso, alegre, erra em liberdade; pinta-se de linhas curvas vermelhas; é regido pelos costumes”. O africano, sempre mais perseguido, teria por sua vez cabelos crespos, lábios grossos, pele oleosa e nariz simiesco; seria “indolente, de costumes dissolutos [...] vagabundo, preguiçoso e negligente [...] regido pelo arbítrio” (SILVEIRA, 2000, p. 99).

Praticamente todas as grandes organizações científicas europeias de então, tais como: a Associação Britânica para o Progresso da Ciência (1831), a Enciclopédia de D’Alembert e Diderot, Sociétés d’Anthropologie (1859), a Revue d’Anthropologie (1871), a Escola de Antropologia parisiense, o Museu de História Natural, a Royal Society, considerada à época a associação de cientistas mais renomada do mundo, juntamente com um sem número de cientistas, tais como: Henry de Boulainvilliers, na sua *Histoire de l’Ancien Gouvernement de la France*; Georges Leclerc, o conde de Buffon, químico e geólogo; o suíço Caspar Lavater, que sistematizou a fisiognomonia; o anatomista holandês Camper; o médico austríaco naturalizado francês Franz Josef Gall, e sua obra *Anatomia e fisiologia do sistema nervoso em geral*, dedicou-se a estudar biologicamente os seres humanos com o propósito de provar cientificamente a superioridade da raça branca.

Por isso, podemos afirmar ser absolutamente verdadeira a tese de que o racismo não foi algo produzido e disseminado por pessoas incultas, de má índole, ignorantes ou desinformadas. Muito pelo contrário, o racismo foi engendrado nas mais altas cortes europeias, bem como nos mais altos escalões políticos e nos mais refinados ambientes científicos, com um único objetivo: garantir para o homem branco europeu, assim como para a civilização ocidental cristã, o poder de mando sobre os demais povos e seus territórios.

Nesse sentido, o conde de Gobineau (Arthur de Gobineau), que tinha origem numa família de banqueiros da França e um título de nobreza comprado, escritor e diplomata, que inclusive esteve no Brasil entre 1869/1970, tendo se tornado amigo íntimo do imperador D. Pedro II, foi talvez o grande sintetizador desse espírito discriminatório e racista da Europa para com o mundo. Ele escreveu a obra *Essai sur l’inégalité des races humaines*, que é considerado por

muitos estudiosos como um livro seminal para o surgimento da eugenia (teoria que busca na seleção dos seres humanos melhorar a espécie, e que etimologicamente significa: “bom em sua origem ou bem-nascido”. Essa teoria racista que acredita na existência de raças superiores, e que estas possuem as condições necessárias para se adequar ao meio ambiente, teve grande influência no Brasil nos meados do século XX.

Gobineau era antirrepublicano, antidemocrático. Segundo Silveira, ele era simples e direto nas suas exposições e argumentações e por isso mesmo ganhou muitos adeptos pelo mundo: “Para o conde de Gobineau, é claro, nenhuma raça poderia rivalizar com a branca”, afirma o autor. Segundo Gobineau:

Por si só as raças amarelas e negras estariam condenadas à bestialidade eterna. A “variedade negra”, conforme a “lei natural”, pertenceria a “essas tribos humanas que não são aptas a se civilizar [porque] nutrem o mais profundo horror por todas as outras raças”; “sua suprema alegria é a preguiça, sua suprema razão é o assassinato” (SILVEIRA, 2000, p. 108).

O entendimento visceral de Gobineau sobre o antagonismo entre as raças e a impossibilidade de convivência harmônica entre elas é que dá origem, por exemplo, ao surgimento do *apartheid* na África do Sul, do segregacionismo nos Estados Unidos e outras formas de desigualdades raciais radicais construídas pelos europeus mundo afora.

Na contemporaneidade, segundo Silveira, essas ideias tiveram seguimento com os estudos e pesquisas produzidos nas três últimas décadas do século XIX, que desembocaram no chamado darwinismo social. “O Darwinismo Social, ideologia de exaltação da elite loura de olhos azuis e utilização sistemática da linguagem e dos métodos científicos com objetivos políticos”, segundo Silveira, tinha como um dos seus maiores expoentes o professor de Antropologia e de Ciência Política, nas faculdades de Rennes e Montpellier, Georges Vacher de Lapouge. No final do século XIX (1899), ele publicou na França o livro que veio a servir de grande referência para os nazistas na Alemanha: *L’aryen – son rôle social (O ariano – seu papel social)*. Silveira assim o descreve:

Adversário intransigente do otimismo progressista e do ideal de justiça social, censor severo da democracia, do estado de direito e das garantias individuais, defensor da escravidão, inimigo rancoroso dos socialistas, anarquistas e liberais, crítico ríspido do catolicismo social, depreciador sistemático das massas populares e da educação como fator de ascensão social, Lapouge considerava-se um portador da fria lucidez trazida pelas lições da ciência, de onde deveria surgir a “arte política” (SILVEIRA, 1999, p. 134).

Silveira revela também que “Nos capítulos VI e VII do seu livro, intitulados *Psicologia do ariano* e *O papel social do ariano*, Lapouge faz uma descrição/definição daquilo que seria o homem

ariano que se aproxima da perfeição”. Não à toa, suas ideias sobre raças são consideradas como precursoras do regime nazista que viria a ser implantado anos depois na Alemanha:

Individualista, mas dotado de forte espírito comunitário, quando necessário; de espírito independente, mas voluntariamente soldado disciplinado pelo bem da pátria; forte e implacável, dotado de potência intelectual inigualável, o ariano teria adaptado brilhantemente o Cristianismo às suas altas tendências hereditárias; seria, além do mais, um prodigioso homem de negócios, excelente profissional em todas as áreas, artista brilhante, excelente marido e bom pai. Em resumo, um modelo dotado de todas as qualidades pensáveis: “À medida que a civilização torna-se mais intensiva, a extraordinária aptidão dos arianos ao esforço contínuo e calculado lhes assegura uma superioridade ainda mais esmagadora sobre as outras raças” (SILVEIRA, 2000, p. 136).

Além disso, Lapouge defendia abertamente a eliminação daqueles que fossem considerados os “menos aptos” ou excedentes, para que os arianos pudessem cumprir com sua missão quase divina no planeta Terra. Nesse sentido, defendia também que se fizesse uma esterilização em massa das raças consideradas impuras. “São selvagens que, com um pouco de cuidado, a civilização poderá eliminar”, afirmava Lapouge. A tradução dessa visão foi levada para os estudos sobre multidão, particularmente para os setores pobres gerados pela sociedade industrial. Para os adeptos das teorias de Lapouge, as multidões de excluídos do capitalismo selvagem nada mais eram do que gente “infantil, supersticiosa, grosseira, irracional, delinquente, crédula, manipulável pelo mais esperto”. Democracia e igualdade, para esses cientistas, deveriam ser apenas para as elites, internas e externas. Esse viés autoritário, discriminatório e excludente passou a fazer parte do repertório político das potências europeias no trato com os países e regiões periféricas, a exemplo do continente africano, o Oriente e a América Latina. Ou seja, a assimetria nas relações internacionais entre as potências mundiais e o restante do mundo tem se acentuado ainda mais com o uso do racismo científico como instrumento para justificar a espoliação sem limites daqueles que são considerados “raças inferiores”.

1.2 “Silenciando o passado”: o experimento da igualdade racial que a Revolução do Haiti introduziu na política internacional

Michel-Rolph Trouillot, PhD pela Johns Hopkins em 1985, acadêmico e antropólogo haitiano-americano, professor de Antropologia e de Ciências Sociais na Universidade de Chicago, foi um dos pensadores mais influentes da diáspora afro-caribenha. É importante situar a Universidade Johns Hopkins, que teve grande importância na formação de intelectuais afro-

-americanos. A Hopkins era uma instituição de ensino superior privada e sem fins lucrativos, situada em Baltimore, Maryland, Estados Unidos. Fundada em 22 de fevereiro de 1875, com base no modelo da Universidade Humboldt de Berlim, que dava grande ênfase à pesquisa acadêmica. Essa universidade foi criada por um rico empreendedor, filantropo e abolicionista estadunidense chamado Johns Hopkins. É nesse cenário que Trouillot escreveu uma das obras mais densas sobre uma das revoluções mais importantes da história da humanidade. *Silenciando o passado: poder e a produção da história* (TROUILLOT, 2016) trata da Revolução do Haiti, ocorrida em 1791, e que pela primeira vez levou ao poder e à criação de um Estado-nação uma população de escravizados, e que, por isso mesmo, sofreu um dos maiores silenciamentos da história, promovido pelos europeus e liderado pela França.

Este livro é sobre história e poder. Lida com as muitas formas que a produção de narrativas históricas envolve a desigual contribuição de grupos e pessoas concorrentes, que têm um acesso desigual aos meios dessa produção. As forças que pretendo expor são menos visíveis que o fogo das armas, que o direito de propriedade ou que as cruzadas políticas. O meu argumento é que nem por isso são menos poderosas (TROUILLOT, [1995] 2016).

Trouillot deixa claro, desde o primeiro momento, que não cairá na armadilha de acreditar que “somos prisioneiros de nossos passados”, nem muito menos de que a história é aquilo “que fizemos dela”. A marca infalível do poder pode bem ser sua invisibilidade; o desafio inescapável será expor suas raízes”. Por isso mesmo, ele faz uma afirmação crucial para o entendimento da sua obra. E, no caso da Revolução Haitiana, o seu silenciamento ocorreu exatamente por uma decisão de poder do mundo ocidental, que previamente estabeleceu que aquela era uma história que não poderia ter acontecido.

A classificação de todos os não ocidentais como fundamentalmente não históricos também está vinculada à suposição de que a história requer um sentido linear e cumulativo de tempo, que permita ao observador isolar o passado como uma entidade distinta (TROUILLOT, [1995] 2016).

O livro de Trouillot é o exemplo mais contundente que podemos apresentar para materializar as críticas de Wallerstein ao universalismo europeu, bem como a parcialidade com que direitos ditos universais só são universais para os poderosos que têm origem no continente europeu. É um depoimento poderoso sobre o colonialismo europeu na América Latina, no caso, o Haiti, país situado na América Central, que merece ser destacado nesta pesquisa. Sua obra trata do momento histórico mais importante para os descendentes de africanos escravizados em todo o mundo, a Revolução Haitiana, ocorrida em 1791, na então colônia francesa, conhecida à época como São Domingos, fato este que levou a ser considerada a primeira revolução

vitoriosa de escravizados em todos os tempos, colocando-se, portanto, desde o primeiro momento, como um agente não neutro na abordagem dos fatos que irá relatar.

O autor deixa claro na sua narrativa que a Revolução Haitiana tem a mesma dimensão histórica que a Revolução Francesa, ocorrida em 1789, e que é cantada em prosa e verso em todo o mundo ocidental como a parteira da chegada da modernidade ao mundo, por meio dos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade. Ou seja, as duas revoluções seriam faces de uma mesma moeda da trama internacional, onde estavam em jogo, no caso do Haiti, os interesses da colonização francesa na América Latina, bem como os interesses econômicos, políticos e militares da Europa em toda a região latino-americana. Mas, Trouillot também expõe os limites da Revolução Francesa, que se autointitulava “universal”, ao não reconhecer nos povos que subjugava o direito aos mesmos princípios que se advogava para a França. E isso se dá pelo silenciamento brutal dos acontecimentos históricos da que foi e ainda tem sido a vítima, a Revolução Haitiana.

Para Trouillot, em verdade, tem havido duas formas ou duas correntes de pensamento que dominam a produção da história no mundo ocidental e ambas têm sido insuficientes para refletir historicamente sob a ótica dos subalternizados, pois quase sempre nessas narrativas apenas uma das visões é privilegiada. Ele fala sobre o positivismo, no qual a história é vista como apenas aquilo que de fato aconteceu, e a visão construtivista, na qual tudo não passa de uma narrativa sobre um determinado ponto de vista, e que, por isso mesmo, quaisquer das opções no trato do fato histórico são válidas. O autor também deixa claro que tanto rejeita a ideia, segundo ele ingênua, de que “somos prisioneiros de nossos passados” quanto também de que “a história é o que quer que fizermos dela”.

Para Trouillot, é o poder que promove o silenciamento e o faz de diversas formas e em diversos momentos. Seja nas fontes de pesquisas, nas criações dos arquivos históricos ou nas narrativas que são disponibilizadas ao público. E Trouillot deixa claro que o silenciamento da Revolução Haitiana pela historiografia ocidental se deveu exatamente ao desnível de poder, seja na produção das fontes, dos arquivos e das narrativas.

O poder é constitutivo da história. Rastrear o poder por meio de diversos “momentos” ajuda simplesmente a enfatizar o caráter fundamentalmente processual da produção histórica, insistindo sempre que aquilo que a história é importa menos que o modo como ela funciona (TROUILLOT, 2016, p. 60).

Exemplo do que o autor afirma está no apagamento feito pelo Ocidente, em particular pela França, que mesmo estando num período revolucionário, no qual alardeava a defesa

intransigente dos direitos fundamentais da humanidade, via a Revolução Haitiana com bastante preocupação e fez uso do golpe do 18 Brumário, que concentrava as atenções dos franceses e da Europa, para tentar restaurar de forma violenta a escravidão no Haiti, enviando, para tanto, em 1802, as forças militares francesas compostas por 15 mil soldados. E esse silenciamento não foi obra do acaso, segundo o autor: “Narrativas históricas baseiam-se em entendimentos prévios, que se baseiam, por sua vez, na distribuição de poder arquivístico.” E esses arquivos são frutos de convenções, normas e procedimentos estabelecidos pelo poder do Ocidente, no caso a França. E Trouillot chama a atenção de que “os primeiros memoriais e textos históricos publicados sobre a revolução foram escritos quase exclusivamente em francês”, e por franceses. E ao poder francês interessava contar a história sob o seu ponto de vista, onde o silenciamento era mais poderoso do que a ausência ou fala de memória.

Segundo Trouillot, tendo sido “o primeiro estado moderno independente do assim chamado Terceiro Mundo, o Haiti experimentou bem cedo todas as agruras da construção nacional pós-colonial”. O primeiro e talvez o mais poderoso de todos foi a incredulidade do mundo ocidental de que a revolução pudesse ter acontecido:

A Revolução Haitiana entrou para a história, portanto, com a característica peculiar de ter sido inconcebível, mesmo enquanto acontecia. Debates oficiais e publicações da época, incluindo a longa lista de panfletos sobre Saint-Domingue publicados na França de 1790 a 1804, demonstram a incapacidade da maioria dos contemporâneos para compreender em seus próprios termos a revolução em curso (TROUILLOT, 2016, p. 122).

Primeiro porque não cabia na cabeça de nenhum europeu, muito menos de um francês, que escravizados pudessem fazer uma revolução. Para o Ocidente, naquela quadra histórica do final do século XVIII, “Homem (com H maiúsculo) era fundamentalmente europeu e masculino”, portanto, como explicar ou entender que não homens haviam feito uma revolução. Isso era inconcebível. Àquela época o lugar destinado para os negros, e consequentemente os escravizados, era o nível mais baixo da escala humana. E, para os fazendeiros da região, o racismo contra os negros era algo absolutamente normal e central para o desenvolvimento dos seus negócios.

Quando, em 1789, eclode a Revolução Francesa, com toda aquela catilinária de direitos, a equação não fecha e o debate sobre a escravidão nas colônias francesas vem à tona. Mas, é resolvida quase que imediatamente: os descendentes de africanos não eram considerados seres humanos, portanto não poderiam assim serem tratados. Não estavam aptos para serem sujeitos de direitos. E o problema foi resolvido. Não apenas para os franceses, para toda a Europa e a então Liga das Nações. Bárbaros, selvagens, incultos, pagãos, antes de mais nada, deveriam ser

civilizados e adestrados ao modelo civilizacional europeu antes que pudessem ter acesso aos direitos fundamentais. No caso haitiano, a questão era mais grave ainda. Para o autor, a elite europeia considerava o evento impensável.

O impensável é aquilo que não se pode conceber dentro do espectro de alternativas possíveis, aquilo que perverte todas as respostas, porque desafia os termos em que as questões foram postas. Nesse sentido, a Revolução Haitiana era impensável em sua época: ela questionava o próprio quadro referencial dentro do qual proponentes e oponentes haviam examinado temas como raça, colonialismo e escravidão nas Américas (TROUILLOT, 2016, p. 136).

Para Trouillot, o fato de a Revolução Haitiana ser considerada algo impensável para o Ocidente, visto que colocava em xeque não apenas a escravidão, mas o próprio conceito de ser humano elaborado meticulosamente pelo Ocidente, que para tanto havia mobilizado toda sua inteligência e conhecimento científico, o caminho adotado foi o puro, amplo e mais completo silenciamento que um evento dessa magnitude já teve dentro da historiografia ocidental. E nesse empreendimento contou com a participação ativa de praticamente todas as potências mundiais e até mesmo das emergentes, como era o caso do Brasil, que como mecanismo de prevenção ampliou todas as medidas de coerção e punição para aqueles que buscassem se inspirar no movimento haitiano, a exemplo da violenta repressão que se abateu sobre os líderes da Revolta dos Búzios que veio a acontecer na cidade de Salvador/Bahia em 1798.

Enfim, o que o autor nos sugere é que na produção histórica existem quatro momentos que são considerados cruciais: a) O momento da criação do fato; b) O momento da composição do fato; c) O momento da recuperação do fato; d) O momento da significância retroativa.

No primeiro momento, está presente a elaboração das fontes de pesquisa, no segundo a elaboração dos arquivos, no terceiro a elaboração das narrativas e no quarto e último momento temos a elaboração histórica. Portanto, o silenciamento da Revolução Haitiana está presente desde o primeiro momento, quando escritores e intelectuais franceses se dispõem a narrar o evento, ao elaborarem fontes de pesquisas que lhes interessavam e não necessariamente as mais importantes. Continuou na elaboração dos arquivos que seriam posteriormente disponibilizados ao público, bem como das narrativas, sob o ponto de vista francês e europeu, do que significava aquela revolução. Melhor dizendo, a revolução impossível. E se era impossível de ter acontecido, precisava ser silenciada. É o próprio autor que diz:

Mas, se estou certo ao afirmar que essa revolução, da maneira como ocorreu, era impensável, então a insignificância da história já está inscrita nas fontes, não importando se, além disso, ainda possam revelar algo mais (TROUILLOT, 2016).

O que devemos apreender, segundo o autor, sobre o silenciamento da Revolução Haitiana, é que o poder e suas assimetrias se fazem presentes na história desde antes da sua narrativa, e que, por isso mesmo, “contribui para sua criação e para sua interpretação. Na história, o poder começa na fonte”. E a fonte, no caso da Revolução Haitiana, foi a França, os narradores foram os franceses e os difusores foram os europeus. E, para eles, aquela revolução não poderia ter existido.

1.3 Raça e racismo nas relações internacionais: uma verdade inconveniente

Conforme vimos anteriormente, a questão racial não só está presente nas relações internacionais como tem permeado, desde os primórdios, as relações entre as nações a partir do século XVIII, particularmente após o advento da expansão capitalista. No trabalho organizado por Alexander Anievas, Nivi Manchanda e Robbie Shilliam intitulado *Raça e racismo nas relações internacionais: confrontando a linha global de cores*, logo no início do trabalho, os organizadores citam uma afirmação feita pelo intelectual e ativista afro-americano William Edward Burghardt, conhecido publicamente como “W. E. B.” Du Bois, que também era pan-africanista, sociólogo, socialista e historiador, afirmando que:

O problema do século XX é o problema da linha de cor – a relação das raças mais escuras com as raças mais claras dos homens na Ásia e na África, na América e nas ilhas do mar (DU BOIS, 1961, p. 23).

A intenção dos organizadores citados acima é deixar claro que iriam tratar da questão racial nas relações internacionais de forma objetiva e direta, visto que, apesar de todas as evidências sobre a importância do tema no campo da ciência política, indicar que as questões de raça e racismo deram causa a esses estudos, por conta de ter encontrado soluções aos desafios colocados pela construção dos impérios coloniais, ainda assim, tem sido quase sempre postergadas a um segundo plano. Porém, nos últimos tempos, o assunto tem vindo à superfície e com grande intensidade. Lançando mão dos estudos desenvolvidos por Du Bois, desde os anos 1920 até a década de 1960, e que são contemporâneos com o surgimento da ciência das relações internacionais nos Estados Unidos, os autores vão estabelecer uma linha do tempo sobre a importância do tema racial nas relações internacionais. E, nesse sentido, os questionamentos têm sido muito fortes, segundo os autores

O terreno recuperado num tempo relativamente curto tem sido impressionante: por exemplo, os estudiosos têm questionado a cumplicidade dos principais recursos teóricos, cálculo moral e categorias das principais RI, com pressupostos racializados ou racistas, com o

exame de práticas passadas e contemporâneas de “racialização” e formação de identidade racial para analisar as profundas interconexões históricas entre práticas imperiais e a produção de categorias racializadas (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015).

Portanto, tratar sobre a “linha global da cor como agenda de pesquisa”, como sugere Du Bois na sua interpretação sobre as motivações que deram causas à Primeira Guerra Mundial, é fundamental. Para ele, a paz mundial que era intensamente defendida à época possuía um enquadramento nitidamente racial, tanto no pensamento quanto no ordenamento. Daí ele afirmar que “a guerra não foi uma aberração da civilização europeia, mas a sua expressão mais clara, e as principais causas da grandeza europeia – a expansão ultramarina e o engrandecimento colonial – foram também as próprias causas da guerra” (DU BOIS, 1925, p. 502).

Acima de tudo, defendeu Du Bois (1925, p. 512), “a indústria deve atender às necessidades de muitos e não de poucos, e o negro, o indiano, o mongol e o ilhéu do Mar do Sul devem estar entre os muitos, bem como alemães, franceses e ingleses” (DU BOIS, 1925, p. 513).

Para além da intenção de tratar com a profundidade necessária a questão da raça e do racismo nas relações internacionais, os autores estão interessados mesmo é na possibilidade desse mergulho no trabalho de Du Bois estimular novas agendas de pesquisas. Nesse sentido, os autores propõem que:

A utilidade de revisitar o trabalho de Du Bois reside menos na afirmação de que ele fornece uma teoria pronta para uso das relações internacionais e mais no fato de que sinaliza uma agenda de pesquisa rica e venerável para a interrogação de relações internacionais através de uma episteme que se concentra nas operações de raça e racismo. Esta episteme baseia-se em três proposições principais (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015).

Nesse sentido, os autores desse trabalho contribuem para que a temática da raça e do racismo ganhe relevância tanto do ponto de vista histórico como contemporâneo. Assim como nos indica que, ao adotar essa metodologia, as relações internacionais podem ajudar e facilitar o entendimento de que raça tem sido um princípio estruturante quando tratamos de processos transnacionais de “acumulação, desapropriação, violência e luta que emergem na sua esteira”.

Já no capítulo I da coletânea, no texto intitulado “Escondido à vista: racismo na teoria das relações internacionais”, Errol A. Henderson (professor associado de Relações Internacionais (RI), PhD em Ciência Política na Universidade de Michigan) aponta que “a centralidade do racismo nas relações internacionais (RI) teria, especificamente, no realismo e no liberalismo, dois dos paradigmas mais proeminentes das RI”. É algo indiscutível, visto que essas duas visões

se orientam por “preceitos racistas”, particularmente aqueles que são inerentes à “supremacia branca”. É o próprio Henderson que diz:

Afirmo que as teses do contrato social, muitas vezes consideradas “neutras em termos de raça”, na verdade sugerem um tipo de relações para pessoas brancas, suas instituições e estados, e outra para não brancos pessoas, suas instituições e estados (HENDERSON, 2015, p. 32).

Henderson afirma, por exemplo, que o racismo é algo muito mais profundo do que intolerância ou preconceito. É na verdade um conjunto “de crenças, práticas e políticas que refletem e são apoiadas pelo poder institucional, principalmente pelo poder estatal”. Essa verdade inconveniente, do ponto de vista político, de que raça e racismo orientavam todo o processo de colonização, ocupação de territórios e violências para manutenção do controle, foi substituída pela de que os brancos eram superiores porque possuíam uma civilização, e que os demais povos ocupavam “um estágio inferior de desenvolvimento, caracterizado pela barbárie ou pela selvageria”. Tanto na América Latina quanto no continente africano essa foi a máxima que presidiu todas as análises sobre as políticas internacionais emanadas dos países europeus. É dessa concepção que se extrai a ideia de “missão civilizadora” que os homens brancos teriam no mundo, e que essa missão justificaria todas as formas de violência: genocídios, escravizações, colonizações.

O autor deixa claro que nos momentos iniciais das políticas de relações internacionais:

A centralidade da raça no campo incipiente das RI é evidente na genealogia de uma das revistas mais populares em assuntos internacionais, a *Foreign Affairs*. A *Foreign Affairs* tornou-se o órgão do Conselho de Relações Exteriores em 1922, após mudar seu nome de Jornal o Internacional Relativos, que existia desde 1919 (HENDERSON, 2015, p. 34).

Henderson chama a atenção para o fato de que “as primeiras disposições sobre direitos humanos na Carta das Nações Unidas foram ali colocadas por causa da raça”. Ele lembra também que “a convenção internacional com maior número de signatários é a sobre raça”. E prossegue:

Nas Nações Unidas, há mais resoluções que tratam da raça do que de qualquer outro assunto. E certamente um dos problemas mais antigos e frustrantes nas Nações Unidas é o da raça. Quase cento e oitenta governos, por exemplo, chegaram recentemente ao ponto de concluir que a discriminação racial e o racismo ainda representam os problemas mais graves para o mundo de hoje (HENDERSON, 2015, p. 38).

O que mais impressiona no trato dos acadêmicos sobre as questões de raça e racismo nas relações internacionais é que, apesar das análises, estudos e abordagens importantes que foram feitas e que têm contribuído, e muito, para a compreensão do papel do racismo no plano

internacional, os teóricos das relações internacionais, sejam realistas, liberais ou construtivistas, têm ignorado como o racismo influi nesses paradigmas, afirma Henderson.

1.4 Para nunca esquecer

Outro exemplo marcante no campo das demandas raciais nas relações internacionais, e que merece atenção, é a análise produzida por Robert Vitalis no seu premiado livro *White World Order, Black Power Politics* (VITALIS, 2016), sobre a relação umbilical, ocorrida nos Estados Unidos, entre as relações internacionais e as relações raciais, quando do surgimento da primeira enquanto ciência; isso porque, os Estados Unidos são hoje o principal ator, senão o mais poderoso ator das relações internacionais contemporâneas no mundo. O texto de Vitalis é impactante para quem não é familiarizado com o mundo das relações internacionais. Ele afirma de forma clara que, para os Estados Unidos, no período entre as primeiras décadas do século passado, momento em que o país ainda se consolidava enquanto potência mundial, relações internacionais e relações raciais possuíam praticamente o mesmo significado. Para os norte-americanos brancos, em particular os professores de relações internacionais de então, a hegemonia mundial dos brancos poderia vir a ser ameaçada por conta de uma guerra racial. E que esse perigo não só era real, como estava perto deles, nos bairros e cidades cuja população negra era majoritária.

Ao lermos a matéria sobre Tulsa: “Massacre que destruiu a ‘Wall Street negra’ completa 100 anos ainda pouco conhecido”,¹ podemos não só confirmar a assertividade das reflexões de Vitalis, como também perceber as tragédias decorridas desse entendimento e de como elas foram apagadas, conforme afirma Vitalis. Segundo a reportagem

Em 31 de maio de 1921, na cidade de Tulsa, no estado de Oklahoma, uma multidão de pessoas brancas invadiu e destruiu o distrito de Greenwood, que na época era uma das comunidades negras mais prósperas do país, apelidada de “Wall Street Negra”. “A violência se estendeu por 18 horas, durante as quais mais de mil casas e estabelecimentos comerciais foram saqueados e incendiados.” Alguns historiadores calculam que até 300 pessoas tenham sido mortas (VITALIS, 2016).

O clima racial era extremado à época nos Estados Unidos, em reação à abolição da escravidão, e ao lermos a matéria por inteiro percebemos que a razão fundamental que gerou o massacre e a destruição do distrito foi a existência de uma comunidade negra se

¹ Publicada pela BBC News/Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57294425>. Acesso em: 12 jan. 2025.

desenvolvendo econômica e socialmente em melhores condições que os brancos. E isso era considerado um perigo que punha em risco a hegemonia branca, não apenas no distrito, mas, na região. O historiador Scott Ellsworth, autor do livro *Death in a Promised Land: The Tulsa Race Riot of 1921* (Morte em uma terra prometida: o tumulto racial de Tulsa de 1921), afirmou em seu livro que Tulsa era um bairro vibrante que abrigava dois jornais, várias igrejas, uma biblioteca e vários estabelecimentos comerciais que pertenciam a proprietários negros. Os 40 quarteirões que formavam a chamada "Wall Street Negra" eram pontuados por hotéis, restaurantes, joalherias e cerca de 200 estabelecimentos comerciais de pequeno porte, como farmácias, armarinhos, lavanderias, barbearias e salões de beleza. Havia até um cinema (VITALIS, 2016).

Ainda segundo o autor, as casas do distrito eram elegantes e residências de figuras negras importantes, como o melhor cirurgião negro do país (A. C. Jackson, morto no massacre) e um piloto negro (Simon Berry), que além de possuir uma empresa de transportes, possuía seu próprio avião. “Era extraordinária a prosperidade que existia na comunidade negra de Tulsa na época”, afirmou o autor. O forte ressentimento no país, pelo fato de alguns negros serem bem-sucedidos, é confirmado por vários historiadores, e que isto motivou um sem número de conflitos raciais nas cidades americanas.

Muitos brancos tinham inveja do sucesso dos afro-americanos, faziam comentários do tipo ‘como esses negros ousam ter um piano de cauda em sua casa se eu não tenho um piano na minha?’ Além de acreditarem que os afro-americanos estavam roubando seus empregos (VITALIS, 2016).

Na verdade, essa matéria da BBC News nos faz entender como a maior potência do mundo deu os seus primeiros passos no âmbito das relações internacionais tendo como premissa a luta racial. Como espaços discriminados, ocupados por discriminados, que haviam sido escravizados, poderiam ser tão perigosos a ponto de exigir tamanha atenção da elite intelectual norte-americana? Vitalis nos apresenta um conjunto de razões que fazem plausíveis suas afirmações iniciais, mas o massacre de Greenwood as torna reais.

Outro exemplo marcante desse receio dos supremacistas brancos norte-americanos foi o projeto desenvolvido pela comunidade negra do Harlem, intitulado “Renascimento do Harlem” (1920), que era tão pujante e possuía figuras tão brilhantes tais como: Josephine Baker (dança), Marcus Garvey, James Weldon Johnson, W.E.B. Du Bois (intelectuais), James Baldwin (escritor), Jessie Redmon Fauset, Langston Hughes, Claude McKay (poetas), Louis Armstrong, Count Basie, Duke Ellington, Ella Fitzgerald, Dizzy Gillespie, Billie Holiday, Bessie Smith e Thelonious Monk. Era mesmo de assustar qualquer supremacista branco. Do mesmo modo, o

desenvolvimento econômico e cultural do distrito de Greenwood (1920) era tão exitoso e visível que além de assustar causava profundo ressentimento aos supremacistas brancos liderados pela Ku Klux Klan.

Ao analisar o projeto do Harlem, Vitalis afirma que o mesmo era muito mais que um projeto cultural, era um movimento político e teórico que tinha por objetivo responder às teorias e práticas do supremacismo branco que vigia nos Estados Unidos. Além disso, era composto por uma elite negra pensante que representava o que havia de mais sofisticado no campo cultural e intelectual daquele país. E isto foi percebido pela classe política norte-americana como um risco em potencial, não só para os Estados Unidos como para todo o mundo branco, no sentido mais literal que isso possa significar. Daí que, o surgimento e desenvolvimento das teorias das relações internacionais estadunidenses emergem como uma ferramenta intelectual dos supremacistas para responder a essas inquietações da sua elite branca. Em Greenwood, não foi diferente, até porque são acontecimentos da mesma época (1920). E o historiador norte-americano Ellsworth, estudioso do massacre, cita que a “explosão de violência” em Greenwood foi apenas uma entre tantas outras estimuladas pela Ku Klux Klan no período, o que revela que era um projeto nacional e não algo episódico e local.

Retornando a Vitalis, ele também nos mostra o papel que as instituições acadêmicas norte-americanas cumpriram no sentido de assegurar a supremacia branca, tanto interna quanto externamente. Dialogaram com essa realidade, refletiram sobre a mesma e interferiram nela de forma contundente, no sentido de assegurar os privilégios, sendo uma parte importante da história das relações internacionais nos Estados Unidos.

Faculdades e universidades são cruciais, obviamente, para a reprodução contínua de nossas maneiras cotidianas de pensar, falar e escrever sobre o mundo da política, caminhos que são reconhecíveis não apenas para o minúsculo leitor de periódicos acadêmicos, como *International Security*, mas também para aqueles que leem (ou escrevem para) o *New York Times* [...] (VITALIS, 2016).

O que o autor nos explica é que toda a geração de intelectuais, diplomatas, estudiosos e políticos dos Estados Unidos da época, e que irão operar momentos cruciais para a história norte-americana e mundial na chamada Guerra Fria (vide a guerra da Coreia e a crise dos mísseis com Cuba), tiveram os seus alicerces ideológicos, seus embasamentos teóricos e suas formulações políticas orientadas por esse sentimento de que a supremacia branca estava em risco e que por isso mesmo necessitava ser afirmada. Ou seja, o processo de racialização da política interna norte-americana irá interferir no restante do mundo, a partir da sua visão e experiência doméstica com os afro-americanos. Para tanto, ano a ano, durante décadas,

estudantes aprenderam nas escolas, nas palestras, nos cursos e nas faculdades que o realismo, o liberalismo e o construtivismo eram as únicas referências teóricas no campo das relações internacionais, e que a presença dos Estados Unidos na África, Ásia e América era uma generosidade do mundo civilizado branco para com os incultos, incivilizados e subdesenvolvidos.

Nesse sentido, tanto o Harlem quanto Greenwood, além de terem sido um “modelo negativo” para os interesses dos norte-americanos brancos nos Estados Unidos, funcionaram também como um experimento/alerta que não poderia nem deveria ser reproduzido em outras partes do mundo. Aquelas localidades onde talentosos artistas, intelectuais, pensadores e políticos negros interagiam, apresentando-se como a modernidade não branca do mundo ocidental, criando um novo modo de relações interracialis, era um péssimo exemplo. Era necessário que a hierarquia racial fosse reposta, para que elas continuassem dependentes e submissas, caso contrário, poderiam influenciar “povos ‘atrasados’ e dependentes em todo o mundo”, pondo em risco a supremacia branca. Não à toa, o Harlem era chamado de “a guarda avançada dos povos africanos no seu contato com a civilização no século XX”, e Greenwood, a Wall Street Negra. Toni Morrison, primeira escritora negra a ganhar um Nobel, da Universidade de Howard, confirma essa tese de Vitalis ao afirmar no seu livro *Black Matter* que, após a Segunda Guerra Mundial, a academia norte-americana fez questão de ignorar o racismo em vez de enfrentá-lo.

Enfim, a racialização das relações internacionais norte-americanas é um fato irrefutável, tanto quanto a perseguição ao Harlem e a destruição física de Greenwood. Tanto o é que o caminho adotado para a superação das desigualdades nos EUA não foi a integração, mas sim a exclusão dos negros e o apagamento de sua história, inclusive nas teorias das relações internacionais; os cientistas políticos eram brancos, que ensinavam em instituições brancas e publicavam em revistas brancas, produzindo um abismo imenso entre as relações internacionais e os estudos africanos.

Podemos depreender das reflexões de Vitalis que, nas Américas, considerando as variáveis locais, por conta dos distintos atores que fizeram parte do processo de colonização na região (indígenas, europeus e africanos escravizados), a hierarquização racial e consequente exclusão racial de indígenas e afrodescendentes foi um dos componentes essenciais na formulação das relações internacionais na região. No Brasil, em particular, tendo em vista sua importância na região, assim como sua dimensão territorial, populacional e econômica, a longevidade do regime escravista teve como uma das suas consequências deixar de fora das

decisões referentes às relações internacionais tanto a população afrodescendente quanto a indígena. Daí que as demandas raciais no campo das relações internacionais, seja do ponto de vista reativo ou propositivo, têm sido intensas. Muito caminho terá que ser percorrido, muita luta terá que ser travada para que a relevância das questões raciais nesse campo seja devidamente reconhecida.

Por isso mesmo, o trabalho que essa pesquisa busca produzir visa contribuir para que demandas históricas dos afro-latinos, no campo da cultura, mesmo que represadas e/ou silenciadas por séculos de colonialismo, escravismo e exclusões, quando devidamente acessadas, podem contribuir positivamente para a cooperação internacional, em particular entre os países da América Latina.

1.5 América Latina, um espaço visionário de raças e culturas

Antes de abordarmos o tema propriamente dito, vale a pena dialogar com alguns autores que têm se debruçado a entender o fascínio e a repulsa que o termo América Latina tem causado ao longo do tempo entre intelectuais e estudiosos. Isto porque, o termo encerra, desde o seu nascedouro, intenções, interesses e conflitos os mais variados. Além disso, no caso brasileiro, ainda hoje causa uma certa estranheza o uso do termo “latino-americano” como um vocábulo que nos identifique enquanto tal. Para a maioria dos brasileiros, incluindo a elite intelectual, latinos são os nossos vizinhos. Mas, apesar de todos os debates, negações e confusões em torno dessa terminologia, ela continua firme e forte, tanto nos discursos políticos quanto nos estudos acadêmicos, e hoje é quase uma unanimidade quanto ao seu uso, ao menos nos estudos acadêmicos.

No ensaio *América Latina: a ideia, mais uma vez* (TRILLO, 2012), publicado na revista *Interseções*, Mauricio Tenorio Trillo, PhD em História pela Universidade de Stanford e professor do Departamento de História da Universidade de Chicago, nos remete a um conjunto de reflexões sobre o conceito de América Latina e suas contradições, que nos ajuda a compreender a complexidade desse entre-lugar. Segundo Trillo, “a ideia de América Latina tinha que ter se tornado obsoleta há muito tempo atrás. Ou ao menos eu assim achava há alguns anos” (TRILLO, 2012). Para o autor, América Latina possui tantos significados que tem funcionado como uma crença desde 1850. Tem sido, “ao longo de quase dois séculos, as sobras de diversos banquetes explanatórios que alimentaram o termo – raça, cultura, imperialismo francês, imperialismo espanhol, revolução, desenvolvimento, anti-imperialismo, religião”.

Mas é fato: a América Latina nunca foi um lugar real, uma civilização clara ou uma cultura ou culturas bem demarcadas e únicas. E ainda assim, sendo tão duradoura, seria tolo não perceber sua importância como uma influente “segunda natureza”, que um dia se materializa como o espírito da latinidade versus as forças materiais do anglo-saxonismo, no outro ressuscita como a superioridade hispânica sobrenatural de José Enrique Rodó ou o triunfo nietzschiano da beleza e da luxúria universal de José Vasconcelos. Não, o termo veio para ficar e é importante. O que fazer com ele? (TRILLO, 2012).

Para Trillo, o conceito inicial da “Amérique Latine” era a representação de uma forma “antissaxônica, racial, transformada não em uma forma francesa, mas em uma forma hispânica global de antiamericanismo, antiprotestantismo e antimodernismo”, se tivesse cumprido com o papel que o império francês desejava. Mas, apesar da sua origem no imperialismo francês, o termo “se tornou um senso comum automático, apesar de sua inexistência e de suas conotações desagradáveis”.

E, por isso mesmo, o conceito merece respeito. O termo foi capaz de encarnar como o pressuposto geográfico e cultural essencial das teorias da modernização pós-Segunda Guerra Mundial; teorias que assumiram, sem questionar, a existência de uma parte latina das Américas – tradicional, católica, patrimonialista, retrógrada, confusa, violenta –, onde aplicar uma nova engenharia social (TRILLO, 2012).

A força que o conceito “América Latina” adquiriu ao longo do tempo foi tamanha que chegou mesmo a ser parte das “utopias revolucionárias marxistas” e, num determinado momento histórico (década de 1970), era quase que um sinônimo da “la revolución”, afirma o autor. Isso, no entanto, não impediu que inúmeros intelectuais da região como Jorge Volpi tecessem duras críticas ao uso do termo. Na verdade, o surgimento do termo tem origem na disputa de duas vertentes do colonialismo. De um lado, Espanha e Portugal com o “iberismo”, e de outro, a França com a “latinidade”. Essa disputa que também alcançou os Estados Unidos e traduzia em verdade “estratégias comerciais geopolíticas que buscavam encarar os desafios colocados tanto pelos realinhamentos dos impérios europeus durante o século XIX quanto pela emergência maciça dos modernos estados-nação”.

Sergio B. F. Tavolaro, doutor em Sociologia pela The New School for Social Research (New York) e professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, no seu ensaio *América Latina, variável independente? Para uma crítica ao binômio centro-periferia*, diz que já se transformou em prática corrente não mais se tratar do tema, não mais sem falar no singular, mas sim no plural Américas Latinas, por tratar-se de:

[...] fatores tão variados quanto os de natureza geográfica, de ordem linguística, de configuração econômica, de cabedal cultural, de herança

histórica, de composição étnica, de ordem política, dentre outros. (TAVOLARO, 2009).

Segundo o autor, esse questionamento, apesar de recorrente, seja entre estudiosos do primeiro mundo sobre a América Latina como Thomas Skidmore e Peter Smith, em *Modern Latin América*, ou Celso Furtado, em *Formação econômica da América Latina*:

Após século e meio de separação de suas antigas metrópoles europeias, os países latino-americanos ainda apresentam, individual ou conjuntamente, um perfil não totalmente definido, encontrando-se cada sub-região em fase distinta de um processo de homogeneização cultural, de modernização social e política, e de um desenvolvimento econômico sob muitos aspectos *sui generis* (FURTADO, 1969, p. 353).

Ainda assim, a força da expressão se impõe logo adiante, com a afirmação do próprio Celso Furtado dizendo que:

Os traços essenciais do que seria a estrutura social dos países latino-americanos têm sua origem na forma mesma que tomou a conquista espanhola e nas instituições que, espanhóis e portugueses, implantaram para criar uma base econômica capaz de consolidar a conquista das novas terras (FURTADO, 1969, p. 28).

1.6 Afro-latino-americanos e a diáspora africana

Se tomarmos como base os censos mais recentes (2015) de 16 países da região latino-americana iremos encontrar, aproximadamente, cerca de 133 milhões de afrodescendentes, que representam quase 24% de sua população total. Outro dado interessante é que mais de 91% deles estão concentrados no Brasil e na Venezuela, e outros 7% na Colômbia, em Cuba, no Equador e no México. Ou seja, qualquer narrativa na região sobre afrodescendentes é fortemente influenciada pelos países do Caribe (Cuba, Venezuela), pelas nações da costa do Pacífico (Colômbia, Equador) e, acima de tudo, pelo Brasil, segundo os estudos realizados pelo Banco Mundial, intitulado *Afrodescendentes na América Latina: rumo a um marco de inclusão* (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 16).

Apesar da América Latina possuir um significativo conjunto de leis e acordos internacionais para a proteção dos direitos dos afrodescendentes, a discriminação e o racismo ainda se fazem presentes fortemente na região, por conta do enraizamento cultural que a discriminação possui e que é manifestada das mais variadas formas, desde gestos informais da vida cotidiana até a naturalização das hierarquias étnico-raciais, traduzidas na prática em exclusão. “Isso inclui desde piadas e práticas de seleção profissional até a aplicação de perfis

raciais por autoridades policiais e judiciais, sem que os indivíduos sequer percebam sua existência ou efeitos.” (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 17). Segundo a Secretaria-Geral Ibero-Americana afirma no prefácio do seu relatório *Cuadernos Segib-Pnud*, nº 1, publicado em julho de 2010, por meio do seu secretário-geral de então, Enrique V. Iglesias, esse cenário precisa ser alterado na América Latina, e para tanto:

Isto requer a entrada em funcionamento de mecanismos que contribuam para a visibilidade como uma condição necessária para promover a tolerância, o apoio entre os diferentes coletivos e o desenvolvimento de políticas públicas para a igualdade (SEGIB, 2010, p. 4).

Outra dimensão fundamental para o entendimento sobre para quê e para quem deve servir uma política pública de cultura para afro-latinos é o que chamamos de Diáspora Negra. Nesse sentido, é importante dizer que a terminologia afro-latino se insere e deriva do conceito de afrodescendentes, acordado pelos movimentos sociais e instituições multilaterais que tratam do tema de raça e racismo. Popularmente conhecido como o afro(hífen): afro-colombiano, afro-americano, afro-peruano, afro-brasileiro etc.

Em sendo assim, inevitavelmente teremos que nos remeter às nossas origens, ao menos as geográficas e territoriais que é a África. Não a África mítica que habita a cabeça e os corações de milhões de deserdados daquele continente por conta do longo e penoso processo histórico em que se constituiu o tráfico negreiro, mas a África onde coexistem diversas civilizações que ora são complementares, ora se sobrepõem, ou ora conflitam-se abertamente. A África heterogênea em suas realidades políticas, culturais e religiosas. Ou o continente que exemplifica de forma contundente sua heterogeneidade por meio de milhares de línguas, ora faladas, ora escritas, que continuam vivas expressando sua riquíssima diversidade cultural (ARAÚJO, 2020)

É importante deixar claro que, apesar de facilitar as abordagens do ponto de vista acadêmico, o uso dessas terminologias não elimina a diversidade de que são compostas as culturas de origem africana. Afinal, essas culturas são diversas na sua origem e não podemos sequer imaginá-las únicas na diáspora, mesmo que a colonização assim o tenha desejado. Portanto, mesmo que forçada, não seria a diáspora negra o elemento unificador dessa diversidade. Até porque, as formas de resistência, negação ou hibridização dos povos africanos escravizados, bem como suas culturas, seguiram o curso natural das civilizações, ou seja, foram muitas e diversas.

Nesse sentido, Kwame Anthony Appiah, filósofo e escritor anglo-ganês, especializado em estudos culturais e literários, nos dá boas pistas, em particular no seu célebre livro intitulado *Na casa de meu pai* (APPIAH, 1997). Ancorado em seus profundos conhecimentos sobre filosofia, ele percorre e discorre sobre os variados conceitos de tradição, modernidade, pós-

-modernidade, pré-colonialismo, colonialismo e pós-colonialismo. Lastreado nos estudos de filósofos, sociólogos e antropólogos como Michel Foucault, Du Bois, Aimé Césaire, James Baldwin e Chinua Achebe, apresentando, discutindo e fundamentando os equívocos decorrentes dessa visão ora preconceituosa, ora mítica, ora racista que o Ocidente elaborou e construiu para e sobre os africanos, e os danos que essa visão tem produzido tanto para os africanos quanto para os seus descendentes pelo mundo afora.

Dito isto, vale a pena nos debruçarmos sobre os *Estudos afro-latino-americanos: uma introdução*, trabalho coordenado e organizado por George Reid Andrews e Alejandro de la Fuente, que conta com a participação de vários estudiosos da temática afro-latina. Andrews é um historiador americano especialista em América Afro-Latina e atualmente é professor da Universidade de Pittsburgh. Fuente é acadêmico e curador de arte.

Na apresentação da coletânea que é feita pela professora Márcia Lima (ANDREWS, 2018), do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e pesquisadora sênior do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), temos uma síntese das mais interessantes, não só sobre os propósitos do livro, como também da importância que a temática possui para a quadra atual dos estudos raciais e culturais na América Latina. A justificativa, segundo ela, não é apenas porque o Brasil faz parte da região, por óbvio, mas porque há quatro pontos que nos ligam irremediavelmente ao campo de estudos afro-latino-americanos: a escravidão, as relações raciais, as desigualdades raciais e a organização política.

Nesse sentido, a autora destaca que a leitura de que a influência católica no processo escravista na América Latina teria produzido um tipo de escravidão mais benevolente que a promovida pelos anglo-saxões, mesmo com todas as contestações já realizadas por historiadores, ativistas e os próprios fatos, essa interpretação levou a um outro fato histórico que foi a produção do discurso da “democracia racial e suas versões”. Nesse aspecto, a autora ressalta que, apesar do termo ser fortemente identificado com a experiência racial brasileira, é exatamente ele que deixa o Brasil mais próximo da América Latina e elenca alguns pontos que justificam essa leitura:

O primeiro é o ideal do branqueamento, visto como um projeto nacional implementado por meio de uma miscigenação seletiva. O segundo ponto refere-se à concepção de harmonia e tolerância racial e à ausência de preconceito e discriminação racial desenvolvida pelas elites políticas e intelectuais desses países (LIMA, 2018, p. 12).

Segundo a autora, Carlos Hasenbalg (1996), em seus estudos sobre a América Latina, identifica que essa visão contribuiu sobremaneira para “uma fragmentação das identidades raciais tornando-se um projeto bem-sucedido de dominação racial”, que teve como consequência a manutenção dos afro-latino-americanos em permanente posição de subalternidade, tanto econômica como social, fato este que os leva a ocupar os estratos mais baixos da sociedade. E esse tipo de desigualdade racial é típico da América Latina. Por conta da assimetria populacional de origem negra que ocorre entre o Brasil e o restante dos países da América Latina (os afro-brasileiros correspondem a mais de dois terços dos afro-latinos, algo em torno de 105 milhões de pessoas), o Brasil tem capitaneado a agenda sobre as desigualdades raciais na região. Nesse aspecto, a mobilização da comunidade negra brasileira tem sido fundamental para uma “agenda de políticas públicas de recorte racial no início deste século”, afirma a autora (LIMA, 2018).

A luta do Movimento Negro Brasileiro no sentido de desconstruir a ideia de que no país se vivia uma democracia racial, bem como de outros países na América Latina, vem de longe. Exemplos marcantes nesse sentido são “A Frente Negra Brasileira na década de 1930” (desativada pelo Estado Novo em 1937) e o “Partido Independiente de Color em Cuba” (eliminado violentamente em 1912), registra a autora. Ela nos lembra que, nos anos 1970, o jornal alternativo *Versus* publicou, entre 1977 e 1979, a seção “Afro-Latino-América” e nos lembra também que, no editorial da primeira edição, lá estava a seguinte afirmação:

Afro-Latino-América, e não apenas América Latina, porque define melhor a importância da presença africana nesta parte do mundo. Nossas raízes africanas – prova de vitalidade e resistência do negro às situações criadas pelo colonialismo – vêm sendo avaliadas com maior exatidão e resultam da ação de novas correntes que emergem nas comunidades de origem africana (VERSUS, 2014, p. 13).

Lima lembra também que “nos anos noventa houve outra estratégia importante de construção política da agenda afro-latino-americana, liderada pelas feministas negras da região”. Isto ocorreu quando da realização do I Encontro de Mulheres Negras Latinas e Caribenhas, realizado em Santo Domingos, na República Dominicana. Faço aqui um parêntese importante: acompanhei de perto essa iniciativa, pois a entidade na qual eu exercia a função de diretor cultural, à época – o Grupo Cultural Olodum –, enviou duas de suas diretoras (Maria Auxiliadora Regis Dias e Cristina Rodrigues) para participarem desse encontro. Como consequência imediata das resoluções adotadas no encontro, o Olodum criou o grupo Mãe, Mulher, Maria, que veio a ser a primeira banda de percussão formada exclusivamente por mulheres negras no país. Além da montagem de uma agenda de discussões específicas sobre as

questões femininas dentro da entidade e uma rede de mulheres dos blocos afros na Bahia. É também desse encontro que nasce o Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha (25 de julho), “data que foi reconhecida pela ONU no mesmo ano do encontro”.

Mas, é nas pré-conferências para a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata que se consolida a ideia de afro-latinidade:

O marco desta aproximação foi a mobilização dos movimentos negros da América Latina para a participação na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada na África do Sul, em 2001. A conferência regional preparatória, realizada em Santiago, Chile, foi um momento crucial para a construção da agenda afro-latino-americana, com destaque, mais uma vez, para atuação das feministas negras (LIMA, 2018, p. 15).

Há três outras experiências importantes que consolidam não apenas a terminologia “afro-latino” para o movimento negro da região: o “Projeto Raça e Etnicidade na América Latina” (Perla), coordenado pelo professor Edward Telles, com representantes no Brasil, Colômbia, México e Peru. O projeto “Antirracismo na América Latina numa Era ‘Pós-Racial’” (Lapora), coordenado pelos professores Monica Moreno Figueroa e Peter Wade, com pesquisas no Brasil, na Colômbia, no Equador e no México, e com a criação do Afro-Latin-American Research Institute (Alari), ligado ao Hutchins Center for African & African American Research da Universidade de Harvard, que tem promovido o diálogo entre estudiosos e militantes negros norte-americanos e latino-americanos. É nesse cenário que a pesquisa sobre políticas públicas de cultura para afro-latinos se situa, imaginando que poderá contribuir para uma maior aproximação entre intelectuais, ativistas e políticos brasileiros, no sentido de compreenderem a importância que possui essa aproximação para o fortalecimento da promoção da igualdade racial em todos os campos do conhecimento na América Latina.

1.7 A arquitetura política da destruição e o neoliberalismo na América Latina

Neste item, abordaremos as novas formas pelas quais o colonialismo se faz presente nos países e regiões periféricas do mundo na contemporaneidade, em particular na América Latina, e as novas formas de violências decorrentes dessa intervenção. Para tanto, faremos o uso do ensaio intitulado *Brutalismo*, escrito pelo filósofo e cientista político camaronês Achille Mbembe, publicado em 2021.

Segundo ele – tomando emprestado um conceito arquitetônico desenvolvido no pós-Segunda Guerra Mundial –, a relação existente entre a arquitetura e a política, em particular na contemporaneidade, identificando que essa relação é muito mais que simbólica, ela é intrínseca, e por isso mesmo, as semelhanças entre essas duas dimensões do conhecimento humano não passam de “uma questão de disposição adequada de materiais e corpos, uma questão de quantidades, volumes, escalas e medidas, de distribuição e modulação da força e da energia”. (MBEMBE, 2021). A obra é uma forte denúncia de como a humanidade tem sido desconstruída a partir dos interesses econômico-financeiros das grandes corporações mundiais, além de apontar que os grandes palcos dessa destruição têm sido as regiões periféricas do mundo, em particular o continente africano e a América Latina.

É exatamente por conta dessa abordagem visceral de Mbembe que seus trabalhos têm chamado a atenção daqueles que buscam entender como o processo neocolonial está se dando nas regiões periféricas do planeta nos dias atuais. Em *A necropolítica* (2011), *A crítica da razão negra* (2013), *A era do humanismo está terminando* (2017), *Políticas de inimizade* (2021) e *Brutalismo* (2021), ele tem nos oferecido análises contundentes sobre a responsabilidade que o pensamento e a ação política dos europeus possuem acerca da crise civilizacional que estamos vivendo, e indicado possíveis alternativas para o enfrentamento dos desafios que têm se colocado a nossa frente, tendo sempre como grande referência o continente africano, que ele tem nomeado como o “devir negro”.

É, portanto, desse estímulo provocado pela publicação do filósofo camaronês que vem o interesse em aprofundar as reflexões entre essa dimensão abordada e a crise que vivemos no campo democrático, em particular na América Latina, e mais particularmente no Brasil; e que impacta de forma contundente as políticas públicas de cultura para os afro-latinos, tendo em vista a onipresença do neoliberalismo em todos os campos da vida humana nessa quadra da nossa história.

Na quadra atual dos choques e entrechoques de interesses econômicos, políticos, sociais, étnicos e religiosos que ocorrem em dimensão global e, portanto, de caráter civilizatório, essa relação conceitual entre a arquitetura e a política tem sido cada vez mais intensa e indissociável. Construir e destruir, tensionar, flexibilizar e distribuir forças, montar e desmontar, modelar e organizar de acordo com os materiais disponíveis – sejam eles humanos ou não – aos interesses do grande capital, expressos por meio das grandes corporações e das grandes potências, são formas que podem ser aplicadas tanto arquitetonicamente quanto politicamente, segundo Mbembe (2021).

Nesse sentido, a arquitetura política da destruição dos pilares e valores democráticos que está ocorrendo mundo afora, pilotada pelos arautos do neoliberalismo, tem assumido dimensões alarmantes. Daí que parte da crise democrática que o planeta está vivendo, da qual a América Latina tem sido um palco privilegiado, é fruto dessa arquitetura destrutiva, onde conquistas das mais elementares do ponto de vista civilizacional têm sido não apenas questionadas por essas forças como literalmente demolidas em nome de um projeto socio-político-econômico neoliberal sem qualquer compromisso com a humanidade. Do mesmo modo, há também fortes indícios que, como consequência desse *modus operandi* encarnado pelo neoliberalismo, formas autoritárias e fascistas de exercício do poder político, assim como o racismo, têm retomado o protagonismo em inúmeras regiões do planeta, particularmente em áreas com pouca tradição de relações democráticas no campo político e social, como é o caso do Brasil.

Por isso mesmo, a governança global proposta e orientada pelos marcos do neoliberalismo contemporâneo tem tido como norma a demolição de direitos, valores, instituições e instrumentos que nortearam o estado de bem-estar social estabelecido na Europa no pós-Segunda Guerra Mundial, após longas jornadas de luta e complexas pactuações entre o capital e o trabalho. Para tanto, tem feito uso de todo o aparato tecnológico disponível, das brechas existentes no arcabouço legal do chamado Estado Democrático de Direito, em particular nos países em desenvolvimento; e do culto ao individualismo da forma mais exacerbada possível, tendo como valor agregado um processo de desumanização e coisificação nunca visto na história da humanidade.

Esse projeto político-econômico neoliberal tem se aprimorado na destruição meticulosa de tudo aquilo que represente bem-estar social ou qualquer resquício de igualdade ou oportunidade para a maioria da humanidade, em particular nas áreas periféricas do sistema econômico mundial. Diria mesmo que, no mundo contemporâneo, ao menos no campo ocidental, essa destruição tem sido um elemento constitutivo do *modus operandi* do neoliberalismo. Mas, essa política de destruição tem tido endereço, território, nome e sobrenome claramente definidos. Os palcos são variados – América Latina, África, Ásia, Índia e Oriente Médio, e até mesmo a própria Europa –, a técnica tem sido praticamente a mesma, com pequenos ajustes e variações para que seus objetivos sejam alcançados com maior precisão. A arquitetura política decorrente dessa ação meticulosa do neoliberalismo tem atingido e comprometido o cerne da existência humana no planeta Terra, tanto corporalmente quanto materialmente. Nada lhe escapa. É sobre essa presença totalizante que o neoliberalismo tem

alcançado que este artigo pretende se debruçar e refletir sobre esses desafios – a arquitetura política da destruição, a crise democrática e o neoliberalismo.

No entendimento de Karl Polanyi, na sua obra antológica *A grande transformação: as origens da nossa época*, a crise democrática que vivemos atualmente possui raízes profundas que datam do século XIX. Crise democrática esta que tem caminhado lado a lado com as crises econômicas, nos mais variados períodos de desenvolvimento do capitalismo. Segundo ele, a quebra do equilíbrio de poder existente à época – e que era baseado em quatro institutos: o equilíbrio do poder, o padrão internacional do ouro, o mercado autorregulável e o estado liberal – está na raiz dos problemas que vivemos nos dias atuais. Essa arquitetura político-econômica, embora frágil, proporcionou aproximadamente 100 anos de paz entre as grandes potências, fato este que permitiu o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas de forma razoavelmente tranquila. Essa tranquilidade terminou por caracterizar de forma singular esse período, onde o padrão-ouro era o elemento central. A tese defendida por Polanyi era de que esse sistema ruiu por ter adotado o mecanismo de mercado autorregulável e não por falhas na sua construção ou execução, pois para ele a autorregulação punha em risco não só o sistema, mas a própria existência humana, sendo, portanto, uma utopia, e por isso mesmo artificial.

Para ele, apesar da civilização do século XIX ter sido única, o sistema de equilíbrio de poder adotado não tinha a menor condição de continuar assegurando a paz desejada (uma das condições para o sucesso econômico do período) após a ruptura do sistema econômico mundial que regulava as relações políticas, visto que um era absolutamente dependente do outro. Tanto isso era verdade, que o fim dessa utopia de um mercado autorregulável é também o fim de um período civilizatório da humanidade. Portanto, compreender os fatores determinantes desse debacle é fundamental, até porque, essa paz duradoura era na verdade fruto do que se convencionou chamar de “pacifismo pragmático” (POLANYI, 2000).

Esse “pacifismo pragmático” nada mais era que um arranjo entre as grandes potências (Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha, Dinamarca, Portugal, Espanha, França, Bélgica, Holanda, Itália, Império Alemão, Suécia, Noruega, Império Austro-Húngaro e Império Turco-Otomano) que buscavam estabelecer a proteção dos seus interesses comuns em momentos de turbulência, mas que não eliminavam os conflitos entre as nações menores e essas potências. Prova disso é que, no período do chamado “pacifismo pragmático”, ocorreram inúmeras guerras civis, movimentos revolucionários, invasões em várias partes da Europa, intervenções armadas, como na Bélgica, Polônia, Dinamarca, Suíça etc., tudo isso sob as expensas dessas grandes potências.

É também nesse período que essas grandes potências impõem a derrocada e dissolução dos impérios otomano e egípcio, além de obrigar a China a se integrar ao comércio mundial por meio da força. Era a arquitetura política da destruição a serviço dos interesses das grandes potências ocidentais, a fim de proporcionar a expansão capitalista. Sem falar no crime de “lesa-humanidade” cometido contra o continente africano, que foi literalmente dividido entre as potências ocidentais na famosa Conferência de Berlim, liderada pelo chanceler alemão Otto von Bismarck em 1884/1885.

É bom lembrar, ainda, que também nesse momento tanto a Alemanha quanto a Itália conquistam suas unidades nacionais e se incorporam ao modo de produção capitalista de forma mais expressiva. Para que o “pacifismo pragmático” se concretizasse, inúmeras guerras foram travadas entre as grandes potências e as nações periféricas ou de menor poder bélico, a exemplo da Rússia na Ásia Central, da Inglaterra na Índia, da França na África, para que assim fosse construído o “trajeto da civilização industrial nos domínios das culturas ultrapassadas ou dos povos primitivos”, conforme afirma Polanyi (2000).

Portanto, não importava o caminho, a forma, a ética, a supressão da liberdade ou o puro e simples exercício da força militar na consecução dos objetivos das grandes potências de então para a defesa dos seus interesses. E essa opção ficou tanto mais evidente por conta do susto causado pela Revolução Francesa com suas propostas revolucionárias de novos arranjos do poder na Europa. É nesse período que se afirma, sem meias palavras, que aquilo que a Europa necessitava era a paz, e não a liberdade ou democracia, contradizendo os princípios iluministas que nortearam a Revolução Francesa, que em certa medida eram anunciados ao mundo como inegociáveis para o processo civilizatório da humanidade: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Esse súbito “interesse pela paz”, afirma Polanyi, era promovido exatamente por aqueles que sentiam que seus interesses econômicos estavam em risco por conta dos movimentos revolucionários. Daí que o “pacifismo pragmático” se caracterizou por sufocar pleitos populares, patrióticos ou democráticos, sempre em nome da paz, por meio dos seus exércitos.

A Santa Aliança (coalizão que unia a Áustria, Prússia e Rússia), que foi um movimento reativo e tinha como objetivo enfrentar o liberalismo e o secularismo na Europa, por conta das Guerras Revolucionárias Francesas e das Guerras Napoleônicas, conforme o próprio nome indica, era em verdade a junção dos interesses clericais (direito divino) e as hierarquias de sangue (reinados e aristocracias) europeias, onde os primeiros forneciam a capilaridade e apoio social e os segundos as estruturas de poder, notadamente das forças militares. Essa “Santa

Aliança” funcionou a contento, durante um bom tempo, mas não era suficiente para voos mais amplos, como os exigidos pela Revolução Industrial.

O Concerto da Europa (aliança composta inicialmente pela Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia, e posteriormente a França) buscou superar esse vácuo político e para tanto necessitava de novos instrumentos de coesão e coerção que correspondessem a esse novo momento. E é dessa necessidade que surge, segundo Polanyi, “o núcleo de uma das mais complexas instituições que a história do homem já produziu”, a “*haute finance*”, que de certa forma anunciava o controle financista sobre o modo de produção capitalista. Do ponto de vista organizacional, funcionava como um banco internacional, posteriormente chamada de “alta finança” internacional, e agia como uma agência permanente de desenvolvimento.

“Havia um contato íntimo entre a finança e a diplomacia”, afirma Polanyi, e essa intimidade gerava planos de longo prazo, fossem de paz ou de guerra, pois o grande segredo dessa parceria estava no fato de que a longevidade de uma paz ampla e geral estava assentada na “posição, organização e técnicas da finança internacional” que defendiam, com unhas e dentes, os interesses dos setores privados no âmbito comercial em todo o mundo. Exemplo disso era o papel desempenhado pelos Rothschilds, uma família de banqueiros judeus que não possuía vínculos de submissão a interesses governamentais em nenhum dos países onde desenvolvia suas atividades, isto porque seu único compromisso era com o sucesso dos seus empreendimentos, e exatamente por conta disso incorporavam o caráter internacional. Até porque, numa economia em crescimento, o que interessava mesmo era o crédito que o banco disponibilizava.

Importante afirmar que em nenhum momento esse circuito financista internacional buscou para si o caráter de ser instrumento de paz: sua preocupação era tão somente o lucro. Para tanto, o “pacifismo pragmático” era fundamental, pois possibilitava um bom trânsito entre aqueles que ambicionavam o poder e a conquista, sem quaisquer condicionantes tais como respeito, soberania, processos democráticos, liberdades políticas etc. As grandes vítimas desse processo eram as nações mais frágeis, que eram obrigadas a se submeter às regras estabelecidas pelos banqueiros, mesmo que isso destruísse seus arranjos econômicos ou políticos internos. Vale a pena ressaltar que qualquer semelhança com fatos atuais não é mera coincidência. À época, o interesse dos estados, em particular dos “grandes estados”, era a máxima regamente respeitada, pois eram coincidentes com os interesses privados. Ao fim e ao cabo, o que prevalecia mesmo era “a influência que a *haute finance* exercia sobre as potências, que era sempre favorável a uma paz europeia”.

A simbiose entre a diplomacia e as altas finanças internacionais era de tal forma articulada que empréstimos, renovação de empréstimos e créditos estavam intimamente dependentes dos avais políticos. É daí que deriva a importância do “pacifismo pragmático”. Guerras entre as grandes potências poderiam jogar por terra todo esse arcabouço político-financeiro do mundo capitalista. Nesse sentido, o manejo das finanças no campo internacional funcionava como um elemento poderoso de dissuasão, particularmente para os países periféricos, haja vista que o comércio dependia literalmente do sistema monetário internacional; e para que este funcionasse a contento, guerras generalizadas eram absolutamente indesejáveis, embora os mecanismos de força fossem utilizados com alguma regularidade nas contendas entre as potências e países menores.

O sistema de equilíbrio internacional implodiu quando o padrão-ouro entrou em colapso. A consequente erosão do sistema no campo político levou à Primeira Guerra Mundial, e o não entendimento das suas verdadeiras razões fez com que a crise se agravasse ainda mais, explodindo de vez com a Segunda Guerra Mundial. A Liga das Nações, que buscava responder ao anacronismo do Concerto da Europa, com novas propostas de equilíbrio de poder entre as grandes potências e a nova realidade econômica, esbarrava nas duras sanções que foram estabelecidas aos derrotados da Primeira Guerra Mundial. As sanções inviabilizavam qualquer acordo minimamente decente, posto que propunham o desarmamento total de apenas um dos lados do conflito, criando ressentimentos e instabilidades que eclodiram de maneira catastrófica em 1936.

E o mundo pagou um preço alto por essas transformações. A arquitetura da destruição que até então só atingia os países periféricos operou em larga escala e foi experimentada com toda intensidade entre as grandes potências, em particular no continente europeu. O resultado não poderia ter sido mais destrutivo, a Segunda Guerra Mundial não só ceifou a vida de mais de 60 milhões de pessoas, sendo 40 milhões de civis, assim como promoveu a destruição física de quase toda a infraestrutura econômica em boa parte do mundo, principalmente na Europa. Ou seja, a crise democrática, oriunda da crise econômica, cobrou um preço altíssimo a toda a humanidade.

É desse caldeirão altamente destrutivo que surgem duas das mais importantes vertentes ideológicas no mundo – o fascismo e o socialismo. Cada uma delas interpretando o mundo de forma bastante diversa, e que irão provocar conflitos, destruições e tensões de alcance planetário. Mais uma vez, Polanyi nos lembra que, embora as sociedades sejam definidas por fatores econômicos, no caso da civilização do século XIX houve uma peculiaridade que foi o

estabelecimento do lucro enquanto objetivo essencial (POLANYI, 2000). Esse fato alterou todas as relações existentes entre os seres humanos de forma planetária. Mas, é também nessa quadra histórica que parte da Europa, liderada pela Alemanha, movida pelos ressentimentos e humilhações que lhe foram impingidas após a Primeira Guerra Mundial, que se engendra um dos mecanismos mais nefastos de supressão da democracia, de direitos e de respeito aos princípios mais elementares das relações sociais que foi o advento do fascismo. Era a arquitetura da destruição em estado concentrado.

Na arquitetura política da destruição adotada como padrão pelo neoliberalismo, e que também tem incidido na crise democrática, está o racismo, tema que Mbembe se debruça com especial atenção em seus estudos, particularmente em *A era do humanismo está terminando* (MBEMBE, 2017). Mas, assim como a crise democrática tem raízes profundas, o racismo também as tem. Em verdade, o racismo tem sido parte integrante na demolição dos valores democráticos, éticos e civilizatórios desde que foi instituído enquanto padrão racional e científico pelos europeus nos fins do século XVIII e adotado como justificativa para toda sorte de iniquidades cometidas mundo afora, em particular no período colonial, para justificar a produção de desigualdades para a expansão do modo de produção capitalista. Seus impactos negativos no processo democrático e na construção de padrões civilizatórios entre os seres humanos têm sido gigantescos, e o continente africano bem como os afrodescendentes talvez sejam as grandes vítimas desse processo de destruição.

Apesar dos esforços para sua erradicação, a resiliência do racismo é impressionante e está presente em muitas das tragédias atuais da humanidade. O racismo esteve presente na ocupação do continente africano, na colonização do continente americano e apresentou-se com toda sua crueldade entre aqueles que o elaboraram – os europeus. Isto ocorreu na Segunda Guerra Mundial, onde milhões de seres humanos foram mortos (judeus, ciganos, poloneses, africanos etc.), assim como inúmeras nações foram destruídas por serem consideradas inferiores; seguramente, foi o momento no qual o racismo apresentou todo seu potencial destrutivo, também conhecido como nazismo. E ainda hoje continua pautando relações econômicas, sociais, políticas e até mesmo ambientais nas mais diversas regiões do mundo.

Para Hannah Arendt, filósofa política alemã de origem judaica, das mais respeitadas no século XX, no seu já consagrado *As origens do totalitarismo* (ARENDT, 1989), muito antes da ideologia racial se manifestar nas doutrinas estatais alemãs, o racismo não só já fazia parte do ideário do mundo intelectual europeu como possuía forte apoio na opinião pública de então. Aliás, uma das razões do sucesso do nazismo é que “os nazistas sabiam que o melhor meio de

propagar a sua ideia estava na sua política racial”, afirmou Arendt. Em verdade, a ideologia racista que vicejava na Europa desde o século XVIII estava presente em praticamente todos os países ocidentais, e era tratada como algo natural e parte de um conjunto de ideias que poderiam resolver os dilemas que o liberalismo econômico estava enfrentando para a abertura de novos mercados. Só que até ali estava voltada para os de fora do continente europeu (África, Ásia, Índia e América) e não para os de dentro, como veio a ocorrer.

Ou seja, racismo, economia e crise democrática estavam presentes nas cabeças das grandes lideranças políticas e econômicas do mundo europeu, assim como a discriminação, a exclusão e o autoritarismo, mas considerados como mecanismos eficientes que poderiam ser usados como instrumentos apropriados para a superação da grave crise que o continente vivia naquele período, mas aplicados aos “outros”. Segundo Arendt, o racismo e a luta de classes foram tão poderosos na árdua disputa para transformarem-se em ideologias e galvanizar as massas que somente eles sobreviveram às intempéries da história: “a ideologia que interpreta a história como uma luta econômica de classes, e a que interpreta a história como uma luta natural entre raças” (ARENDT, 1989). Não é por acaso que ambas as ideologias foram armas poderosas e estabeleceram relações distintas com a política imperialista, uma combatendo-a e a outra dando-lhe apoio. Com um detalhe, para Arendt, o racismo, além de corroer as relações democráticas numa determinada sociedade, também nega o princípio basilar da humanidade nas formações das sociedades nacionais, que é o espírito de igualdade e solidariedade.

Mas, é no continente africano onde as teses racistas elaboradas no continente europeu serão utilizadas com maior eficiência e intensidade. O objetivo era claro: obtenção de resultados econômicos (acumulação primitiva do capital) para a expansão capitalista no mundo. Após a partilha do continente africano, ocorrida de forma criminoso na Conferência de Berlim em 1884/1885 (onde as potências ocidentais autorizaram, de forma literal, a invasão, a pilhagem e o uso da violência plena para a consecução dos seus objetivos, a fim de materializar e consolidar a fase imperialista do desenvolvimento capitalista no mundo), é que o racismo se manifesta com todo vigor, à custa da destruição de etnias, povos, instituições e culturas milenares.

A justificativa da inferioridade racial dos africanos, em contraposição à superioridade racial dos europeus, decorre, de um lado, do fato dos europeus não admitirem a sua ignorância quanto à existência de seres humanos tão distintos dos seus fenótipos brancos e de descendência divina, como eles se autointitulavam; também foi utilizada em todo o processo de colonização nas Américas, onde indígenas e africanos escravizados foram submetidos a toda sorte de brutalidades. Era o racismo enquanto política de estado, a serviço do estado e dos seus

financiadores e para tanto destruir era preciso. Destruir unidades étnicas, culturais e religiosas, destruir sistemas comunitários e agrários. Destruir lideranças políticas e militares dos territórios ocupados era fundamental, e a base da justificativa para isso era a superioridade racial, da qual derivava a superioridade política, econômica e moral.

Era como se a existência do outro pusesse em xeque seus conceitos e padrões humanitários. O racismo justificava a tudo, inclusive a dimensão econômica, que embora decorrente da primeira, justificava o saque, a exploração, a violência e tudo aquilo que fosse necessário para a obtenção das riquezas naturais dessa região e assim pudesse financiar a expansão capitalista no mundo ocidental. Com essas duas justificativas absurdas, o continente africano foi vítima dos maiores massacres da história da humanidade. Só na região do Congo, onde o rei Leopoldo II da Bélgica atuou com sua empresa, intitulada Association Internationale Africaine, foram dizimados aproximadamente 12 milhões de seres humanos, além dos danos irreparáveis ao patrimônio cultural da humanidade.

Como pudemos ver nos capítulos anteriores, o *modus operandi* do liberalismo econômico, hoje contemporaneamente denominado de neoliberalismo, vem de longe e sempre fez uso da sua máquina destruidora de valores, sejam eles quais forem, desde que atendesse aos objetivos dos interesses europeus. É dessa arquitetura política da destruição que tem se nutrido o liberalismo econômico ao longo do tempo, e hoje, de forma exponencial, o neoliberalismo. Valores democráticos e conquistas sociais duramente alcançadas ao longo do século XX têm sido postas em xeque e consideradas dispensáveis.

Para Wendy Brown, em *O Frankenstein do neoliberalismo*:

O neoliberalismo é comumente entendido como um conjunto de políticas econômicas que promovem ações, fluxos e acumulações irrestritas de capital por meio de tarifas e impostos baixos, desregulamentação de indústrias, privatização de bens e serviços anteriormente públicos, estados de bem-estar social despojados e a dissolução de trabalho organizado (BROWN, 2021).

Do mesmo modo, para o professor e filósofo César Candiotti, em seu ensaio *Neoliberalismo e democracia*, publicado na revista *Princípios*, a defesa da desigualdade e da exclusão sempre foi um princípio do neoliberalismo (CANDIOTTO, 2012). Com efeito, a luta por políticas sociais equânimes jamais foi o objetivo principal do neoliberalismo. No bojo do pensamento neoliberal, o crescimento econômico supõe a desigualdade e o desemprego como algo natural e estrutural. Impera a subserviência explícita do trabalho ao capital, do trabalhador ao empresário, dos países periféricos aos países centrais.

E, nessa concepção, a desigualdade e a subalternidade são elevadas à condição de essencialidade para que ocorra o pleno desenvolvimento econômico neoliberal; e as lutas trabalhistas, as organizações sindicais e a melhoria das condições de vida das populações mais pobres são consideradas retrocessos históricos, quando não criminalizadas. Nesse sentido, a demolição do estado de bem-estar social passa a ser um objetivo fundamental e para tanto algumas falácias são canonizadas, tais como a afirmação de um dos grandes formuladores das teses neoliberais, Friedrich von Hayek, que afirmava em *O caminho da servidão*, seu livro seminal de 1944, que: “cresce a convicção de que, para se realizar um planejamento eficaz, a gestão econômica deve ser afastada da área política e confiada a especialistas – funcionários permanentes ou organismos autônomos independentes” (HAYEK, 1990).

Nas suas análises, Candiottto identifica que, para os neoliberais, o “Estado é um mal necessário” e por isso mesmo deve ser o menor possível, derivando para o discurso do chamado Estado mínimo, mas que, ainda assim, deve estar a serviço do mercado. É também com essa mesma compreensão que o neoliberalismo compreende a democracia, pois seria apenas um jogo simulado a serviço do capital, afirma Candiottto. E é com essa concepção que o neoliberalismo se instala, inicialmente na Inglaterra, quando do enfrentamento da primeira-ministra Margareth Thatcher com os direitos trabalhistas dos mineiros; posteriormente nos Estados Unidos, na gestão de Ronald Reagan, sob o argumento de que estaria combatendo o comunismo e a partir daí se alastra pela Europa com a derrocada da União Soviética. Mas, é a partir dos anos 1990 que o neoliberalismo alcança sua dimensão planetária.

Na concepção de Candiottto, é na América Latina que o neoliberalismo alcança sua dimensão mais fortalecida, numa combinação entre autoritarismo político, destruição das organizações sindicais e experimentalismo econômico, tendo o Chile (1973) como a primeira cobaia e a Bolívia num segundo momento (1985). Para tanto, no Chile, foi instalado um regime de extrema violência, com restrição às liberdades democráticas, supressão dos direitos políticos, sindicais e associativos de qualquer ordem. Tudo isso assegurado por uma ditadura militar, num regime de repressão brutal, liderada pelo general Augusto Pinochet e que provocou a morte ou desaparecimento de aproximadamente três mil chilenos, milhares de torturados e em torno de 200 mil exilados, numa população de 10 milhões de habitantes.

É a partir dessas experiências que o neoliberalismo se espalha para o México (1988), Argentina (1989), Venezuela (1989) e Brasil (1989 – no período de Collor de Mello), onde Candiottto chama a atenção para o fato de todos esses governos terem de algum modo o viés autoritário e/ou populista, mesmo alguns deles tendo sido oriundos de processos eleitorais

democráticos, a exemplo do caso brasileiro. Nesse sentido, Candiottto alerta que foi nesse período que a América Latina teve o mais alto grau de pobreza, juntamente com o Oriente Médio e o Norte da África. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) indicou que, em 1990, “45% da população do subcontinente encontrava-se na linha da pobreza”. E o “Projeto Regional para a Superação da Pobreza”, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), calculou um índice ainda maior, em torno de 61,8%.

A busca do desmantelamento do estado social ocasiona graves problemas, propositadamente não referidos ou subestimados. A ‘flexibilização’ dos direitos sociais é apresentada como indispensável e contrária à rigidez impeditiva do livre jogo das forças econômicas. [...] Destroem-se os serviços públicos, na ânsia de privatizá-los, vale dizer, comprá-los a bom preço para auferir lucros imediatos [...] (AZEVEDO, 1999, p. 114/115).

Ou seja, o sucesso do neoliberalismo na América Latina se deu à custa da miséria, da fome e da violência contra as populações vulneráveis e pelo uso da força e da supressão das liberdades democráticas dos setores organizados dos trabalhadores, além da destruição das políticas públicas de bem-estar social ofertadas pelo estado. A desigualdade foi tão acentuada que, em alguns países, conforme dados do Banco Mundial (2018), os “10% mais ricos da população têm 84 vezes os recursos dos 10% mais pobres”. Com esses dados, quero deixar claro de como o neoliberalismo faz uso de uma arquitetura política e econômica de destruição que estimula a desigualdade, o empobrecimento e a supressão de direitos, demolindo instituições, organizações, direitos e excluindo de qualquer participação dos benefícios gerados pelo desenvolvimento capitalista aqueles que deveriam ser os seus principais beneficiários.

1.8 O neoliberalismo, o brutalismo e a política

Ao lermos os primeiros parágrafos do preâmbulo de *Brutalismo* (MBEMBE, 2021), temos a nítida sensação de que estamos numa apresentação de “*street artists*” (artistas de rua), onde artistas distintos, em locais distintos, interpretam a mesma música, de forma sincronizada, em edição perfeita. Todos dirigidos por um editor invisível a partir de um estúdio de audiovisual invisível, porém hipersofisticado, localizado num país de primeiríssimo mundo. Ao voltar o olhar para o empréstimo conceitual do brutalismo arquitetônico, feito por Mbembe aplicado à política, percebemos como o mesmo se encaixa como uma luva ao modo de fazer política de Donald Trump nos Estados Unidos, Tayyip Erdogan na Turquia, Rodrigo Duterte nas Filipinas, ou mesmo Victor Orbán na Hungria, assim como de Bolsonaro no Brasil. A única distinção é quanto aos espaços cênicos que podem ser demolidos, moldados, torcidos, adequados de acordo

com as necessidades do editor, desde que atendam à demanda principal que é a harmonia com a música que está sendo executada, no caso, o neoliberalismo.

Por outro lado, as demolições que essas lideranças políticas produzem nos seus respectivos países, e em alguns casos em várias regiões do mundo, são muito eficazes, sobretudo naquilo que representa o estado de bem-estar social, valores democráticos ou respeito à vida e à solidariedade humana ou à igualdade de direitos. Conquistas estas que foram obtidas a duras penas após a catástrofe da Segunda Guerra Mundial. A impressão que temos é que essas ações foram regidas por um maestro invisível, que apesar de ter racionalidades claramente articuladas como: “a razão econômica/instrumental (a lógica neoliberal), a razão eletrônica/digital (a forma computacional) e a razão neurológica/biológica (o processo de carbonização do vivo)”, possui um objetivo único que é o de implantar um modo de produção econômica e um pensamento político no qual a única razão de ser seja o mercado e as mercadorias.

Destruir todo e qualquer modo de vida no planeta que não esteja submetido aos interesses do mercado capitalista, das grandes corporações e das grandes potências, era e tem sido o mantra. E, talvez por estar convivendo, em tempo real, com esse processo, é que o conceito de brutalismo que Mbembe exprime no campo da política nesse preâmbulo cause tanto impacto:

O que é o político senão uma apreensão de elementos de toda ordem aos quais se tenta dar forma, se necessário pela força, um exercício de torção e remodelação por excelência? [...]. Além disso, a arquitetura é uma forma de política na medida em que inevitavelmente desencadeia uma tensão – ou, se assim preferirem, uma distribuição do fator força entre atos de demolição e de construção –, muitas vezes com base no que se poderia chamar de blocos elementares (MBEMBE, 2021).

Apesar do autor se relacionar, no primeiro momento, com materiais, forças, tensões, demolições etc., ele está se referindo em verdade àquele que tem sido o alvo maior de todo esse processo de brutalidade que o neoliberalismo tem produzido para alcançar seus objetivos econômicos – os seres humanos. Para tanto, o autor chama a atenção para esse processo de “obscuridade” no qual estamos inseridos em escala mundial, para que esses objetivos sejam alcançados. Nesse sentido, haveria uma espécie de discurso velado por parte de grandes lideranças mundiais defensoras do neoliberalismo de que o nosso planeta não teria mais solução e que, portanto, só nos restaria aguardar o seu fim de forma passiva e conformada. O curioso é que em nenhum momento é abordada a situação de que nunca na história da humanidade houve uma concentração de capital tão grande nas mãos de tão poucos e que talvez aí esteja a razão originária de tanto desequilíbrio.

Concentração de poder e riqueza de um lado e aumento vertiginoso do quantitativo populacional de despossuídos de tudo, gerando, por conseguinte, o desejo de violência para a solução dos seus problemas, pois o modelo econômico ancorado no neoliberalismo e vigente no mundo atual não vislumbra qualquer solução que os inclua, ou mesmo amenize sua penúria. Pelo contrário, o que tem ocorrido é a retomada de processos seletivos (eugenia) para a escolha dos eleitos que sobreviveriam a esse processo de esgotamento do planeta. Aliado a isso, a exploração sem limites de toda e qualquer fonte de energia da natureza, sejam elas fósseis, minerais ou líquidas, tem evidenciado a finitude tanto desses recursos naturais quanto do próprio planeta. E o modelo neoliberal da produção capitalista tem se recusado a encontrar soluções para esse dilema. A solução neoliberal tem sido exaurir ou se apoderar das fontes de energia ainda existentes, e para tanto tem usado de mecanismos dos mais perversos que vão da guerra pura e simples à demolição/destruição de estruturas políticas e econômicas de nações não alinhadas a esse modelo.

Talvez o Brasil, na América Latina, tenha sido o país que viveu com a maior intensidade os rigores da arquitetura política da destruição nos últimos anos. Após a derrubada de uma presidente da República legal e legitimamente eleita pela população, aplicou-se no Brasil praticamente todo o arsenal que compõe o *modus operandi* do neoliberalismo. A guerra híbrida, o *lawfare*, as *fake news*, a intimidação política e a ameaça constante de ruptura democrática passaram a fazer parte da “normalidade” no país. Ao longo desse período se buscou demolir/destruir de forma meticulosa tudo aquilo que estivesse relacionado com a defesa do processo democrático, do Estado Democrático de Direito, dos direitos dos trabalhadores, do respeito à diversidade étnica e cultural (indígenas em particular), das questões de gênero e de opção sexual, da promoção da igualdade, em particular a racial, e até mesmo da liberdade religiosa, apesar de a mesma estar inscrita na Carta Constitucional. Aqui o brutalismo está expresso inclusive na morte física dos seus adversários, a exemplo dos assassinatos da vereadora da cidade do Rio de Janeiro Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes, assim como dos indigenistas Bruno Pereira e Dom Phillips no estado do Amazonas.

De acordo com Mbembe, “as práticas de demolição, quebra, apedrejamento, pilhagem e esmagamento estão no cerne do brutalismo em sua acepção política”. E foi exatamente isso que representou, por exemplo, a operação Lava Jato no Brasil que, fazendo uso intenso da “*lawfare*” (uso estratégico do Direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar um inimigo), torceu a realidade, quebrou as regras do Judiciário, esmagou direitos constitucionais de inúmeros cidadãos e cidadãs, empresas e instituições com o uso de ferramentas tecnológicas e

comunicacionais, e culminou com a prisão arbitrária do ex-presidente da República do país – fato esse que interferiu diretamente no pleito eleitoral, proporcionando a presença de um representante da extrema direita mundial no mais alto cargo de poder no país. Portanto, o que vivemos no Brasil, em passado recente e ainda não superado, são os tempos sombrios “de forja e martelo, de brasa e bigorna, e o ferreiro talvez seja o derradeiro avatar dos grandes sujeitos históricos” (MBEMBE, 2021).

A reflexão de Mbembe nos remete, inevitavelmente, ao papel que o neoliberalismo vem desempenhando no mundo contemporâneo e o projeto que esse conceito totalizante encerra, que tem se caracterizado como um empreendimento gigantesco, de dimensões planetárias, ocupando territórios, dominando corpos e mentes, desmontando estruturas e instituições e demolindo tudo aquilo que seja obstáculo aos seus interesses econômico-financeiros. Para o autor, o projeto final que o neoliberalismo está perseguindo é “a transformação da humanidade em matéria e energia” e, por isso mesmo, passível de “fraturamento e fissuração” numa escala infinitesimal, mas sempre tratados como matérias inertes a serviço dos interesses da ordem econômica mundial.

Brutalismo é seu verdadeiro nome, a apoteose de uma forma de poder sem contornos nem limites e que renunciou tanto ao mito da saída quanto ao de um outro mundo por vir. Em termos concretos, o brutalismo se caracteriza pela estreita imbricação de várias figuras da razão: a razão econômica e instrumental; a razão eletrônica e digital; e a razão neurológica e biológica. Ele se baseia na profunda convicção de que não há mais distinção entre seres vivos e máquinas (MBEMBE, 2021).

Apesar dessa imersão profunda na gravidade do que está ocorrendo no planeta, a partir do reconhecimento de que o neoliberalismo ganhou forma e conteúdo desprovido de qualquer preocupação com a humanidade, onde as crises migratórias, o desastre ecológico mundial e a inovação tecnológica têm alcançado protagonismos preocupantes, indicando que tais processos podem levar à redução ou até mesmo extinção do planeta, Mbembe não considera que devamos nos ausentar dessa luta.

Pelo contrário, para ele, o “processo em andamento de desmaterialização, o triunfo da imagem e o surgimento de um nanomundo baseado nos mais diversos tipos de práticas instrumentais foram insuficientes para apagar a matéria” (MBEMBE, 2021). Deve nos estimular à reação, e por isso mesmo ele nos convida a fazer parte de um terreno comum, palpável e visível para o enfrentamento desse desafio, deixando claro que sem luta não haverá qualquer possibilidade de solução. Portanto, as reflexões de Mbembe sobre o brutalismo a que o planeta está submetido não tem como objetivo promover a paralisia diante do inevitável, mas

sim, serem entendidas como um convite para o enfrentamento dessa lógica desumana que tem pautado essa etapa de desenvolvimento do modo de produção capitalista que é o neoliberalismo.

O que Mbembe considera importante mesmo é que compreendamos as relações do capital (via o neoliberalismo) com a estrutura organizada para redução da qualidade de vida de todos aqueles que não sejam detentores do capital, por meio do reforço contra os estigmas do racismo e das exclusões dos direitos mais elementares para a convivência humana saudável. Nesse sentido, ele oferece o continente africano, suas culturas, sua resiliência, como o espaço possível para esse outro mundo possível.

Essa talvez seja uma das contribuições que a pesquisa sobre a cooperação internacional, por meio de políticas públicas de cultura para afro-latinos, possa dar para o enfrentamento da arquitetura da destruição que estamos vivendo na América Latina e no mundo.

Conclusão

Num artigo denso e primoroso, intitulado *O Atlântico vermelho: modernidade e marcadores de discriminação*, o professor associado do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Victor Coutinho Lage, nos aponta algumas pistas de como podemos entender e ao mesmo tempo nos movimentar diante da indissociável relação entre raça e racismo e o seu uso de forma sofisticada e intensa nas políticas de relações internacionais promovidas pelas potências ocidentais (LAGE, 2021). Traduzindo de forma precisa o alerta do professor Onofre Santos Filho, no qual ele afirma que: “Nosso lugar de discurso é o da ciência ocidental e o que podemos fazer é subvertê-la no sentido de recorrer às suas categorias, mas lendo-as em um registro diferente daquele que convencionalmente é feito a partir do Norte” (SANTOS FILHO, 2019, p. 518). Lage também nos alerta e sugere:

O Atlântico Vermelho, seguindo essa proposição, abarca o Atlântico Negro, mas também o Atlântico Indígena, o Atlântico das(os) Trabalhadoras(es), em suma, o Atlântico das maneiras heterogêneas pelas quais os processos de subalternização têm se combinado, mas também têm sido contestados. Em outras palavras, como diferentes modos de coexistência têm sido negociados, disputados, resistidos, subvertidos, defendidos e combatidos (LAGE, 2021).

Portanto, as políticas públicas de cultura para afro-latinos, que será objeto de análise nesta pesquisa, devem sempre levar em conta que “viver é melhor que sonhar”, e para que essas políticas sejam construídas com dignidade e seriedade no âmbito da cooperação internacional

deverão estar pautadas pelos diferentes modos de negociar, disputar, resistir, subverter, defender e combater que os afro-latinos construíram até o presente momento.

Enfim, a cooperação internacional, quando executada a partir de políticas públicas que levam em conta o respeito e a dignidade das dimensões culturais e raciais das populações, que foram subalternizadas pelo universalismo europeu ao longo dos últimos 500 anos – universalismo este que fez da discriminação e exclusão sua pedra de toque –, possibilita que trabalhos como os que foram executados pela Fundação Cultural Palmares/MinC na América Latina, no período de 2003 a 2010, demonstrem que as relações internacionais podem cumprir papéis distintos daqueles que têm cumprido, até o momento, ao referenciarem-se apenas pelos conceitos, interesses e objetivos dos povos do norte.

CAPÍTULO II

2. A CENTRALIDADE DA CULTURA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Introdução

Neste capítulo, abordarei a cultura e sua centralidade nas relações internacionais, em particular na América Latina. Para tanto, farei uso dos conceitos de identidade trabalhados por Stuart Hall na sua escola de pensamento dos Estudos Culturais Britânicos. Em seguida, utilizarei os estudos de Hommi K. Bhabha, no seu trabalho *O local da cultura*, onde ele exercita duras críticas aos conceitos e práticas da pós-modernidade, em particular na relação com regimes autoritários e sua relação com regiões periféricas do mundo, como é o caso dessa pesquisa. Logo após, por meio do conceito de criouliização desenvolvido por Édouard Glissant, no seu conjunto de palestras intitulado *Introdução a uma poética da diversidade*, enunciado por Silviano Santiago no seu trabalho *O entre-lugar do discurso latino-americano*, apresentarei as singularidades que compõem o cenário latino-americano no campo da cultura em geral, e no campo da cultura afro-latina, em particular, bem como suas idiossincrasias quando da formulação e execução de políticas públicas de cultura.

Num segundo momento, discutirei a importância da formulação correta das políticas públicas de cultura, em suas dimensões antropológica e sociológica, bem como a importância da definição correta e precisa do campo de trabalho em que essas políticas públicas serão aplicadas, assim como a necessidade do compartilhamento das suas ideias e propostas, visto que a cultura não tem sido a prioridade das políticas governamentais em nenhuma parte do mundo, muito menos na América Latina. Isso será feito por meio das reflexões realizadas por Isaura Botelho, especialista no tema, e com um trabalho exemplar intitulado *Dimensões da cultura e políticas públicas* (BOTELHO, 2001).

Nesse sentido, as análises produzidas pelo professor Albino Rubim, estudioso das políticas culturais no Brasil, também ajudarão a compreender as condições, de certa forma, “especiais”, quando os ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira desenvolveram essas políticas, bem como a importância do diálogo e da participação coletiva na sua elaboração (RUBIM, 2009).

Também utilizarei os trabalhos das professoras e ativistas negras norte-americanas Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw sobre interseccionalidade na centralidade da cultura

nas relações internacionais, visto que elas são pioneiras nesses estudos, para que assim possamos estabelecer o diálogo com as dimensões contemporâneas da cultura afro-latina e suas interfaces com as questões raciais, de gênero e de classe.

Para encerrar este capítulo, farei uma breve análise sobre a importância da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no eixo Sul/Sul, no trabalho desenvolvido pelo Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares para fazer das políticas culturais afro-latinas um eixo importante de trabalho do governo na América Latina.

2.1 Cultura, identidades e entre-lugares nas relações internacionais

Ao abordar o tema da cultura e identidade e dos entre-lugares na minha dissertação de mestrado (2020), percebi a importância da sua compreensão para a elaboração de políticas públicas de cultura no cenário contemporâneo e mais ainda no cenário cultural latino-americano. Por isso mesmo, argumentei que:

Um dos binômios mais complexos para o entendimento nos dias atuais, no campo da cultura, é definir as culturas e identidades presentes na sociedade contemporânea. Embora não seja novidade, as implicações decorrentes dessa complexidade são tão contundentes, tão amplas e tão presentes no mundo atual, que necessitamos nos debruçar com vagar e paciência sobre os aspectos mais profundos dessa complexidade para que não cometamos equívocos e erros quando da elaboração e/ou execução de políticas públicas de cultura, particularmente aquelas voltadas para os afrodescendentes, e mais particularmente ainda, na América Latina, ambiente no qual este trabalho de pesquisa está sendo desenvolvido. O tema é tão delicado e causa tanta polêmica que não são poucos os autores (todos eles de grande importância no campo acadêmico) que se debruçaram sobre essa temática a fim de entendê-la ou decifrá-la (ARAÚJO, 2020, p. 28).

Para melhor nos situarmos nessa temática, é importante que busquemos auxílio nos estudos realizados por um dos grandes pesquisadores dos estudos culturais, Stuart Hall. Atuando no Reino Unido, fundou e liderou juntamente com Richard Hoggart e Raymond Williams uma escola de pensamento intitulada Estudos Culturais Britânicos. Nesses estudos, Hall abordou questões importantes sobre as culturas e identidades no mundo contemporâneo, de forma instigante, particularmente no primeiro capítulo do seu livro intitulado *A identidade em questão* (HALL, 2006, pp. 7-22).

Portanto, entender e analisar corretamente a afirmação de Hall de que as identidades modernas estão sendo deslocadas, fragmentadas ou descentradas pode ser a chave para que identifiquemos as frestas, as armadilhas e as fissuras que o conceito de identidade cultural

carrega na modernidade tardia na qual estamos vivendo, em particular nos países que são objetos desta pesquisa (Brasil, Colômbia e Equador). Até mesmo para melhor entendermos o seu uso no campo das relações internacionais, bem como nas construções de alternativas que possamos ter que lançar mão quando das formulações, elaborações e execuções de políticas públicas de cultura no âmbito da cooperação internacional. Nos seus estudos, Hall deixa claro a centralidade que a cultura assumiu em todas as partes do mundo. Embora ele sempre alerte para os riscos que a não compreensão correta desse processo globalizante pode trazer, em particular para os segmentos mais vulneráveis da população ou dos países periféricos.

Hall tem afirmado nos seus trabalhos em estudos culturais que:

[...] a cultura tem assumido uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais. Os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação (HALL, 2006).

Para tanto, ele percorre um longo caminho, analisando criticamente os conceitos estabelecidos pelos povos europeus desde o iluminismo, no século XVIII, até o momento atual. No iluminismo, ainda segundo Hall, o indivíduo era o centro da existência humana, dotado de todas as qualidades e condições para enfrentar o mundo. Indivíduo este caracterizado como: masculino, europeu e cristão. Fruto de uma concepção individualista, machista e eurocêntrica, que possui inferência direta na América Latina, seja no campo social, político ou religioso, até os dias atuais, bem como, e aí com uma força monumental, na formação cultural da sociedade latino-americana, por conta do processo colonial europeu ao qual essa região esteve submetida por mais de 500 anos. Já o sujeito sociológico, explica Hall, reflete a complexidade do mundo moderno e seu entorno, ou seja, “outras pessoas” que também o influenciam na definição “dos seus valores, sentidos e símbolos”; e, nesse contexto, a identidade deixa de ser algo endógeno e passa a ser fruto da mediação entre o indivíduo e a sociedade, que pode ser modificada ao longo da sua existência, por conta das influências externas.

Já na pós-modernidade, ainda segundo Hall, o sujeito possui identidades absolutamente distintas, em momentos distintos, além de poderem ser absolutamente contraditórias. Nessa etapa ou nessa concepção, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”, afirma Hall. Na minha dissertação de mestrado (ARAÚJO, 2020) fiz uso dos ensinamentos de Hommi K. Bhabha, estudioso indiano e teórico crítico, professor e diretor do Centro de Humanidades Mahindra da Universidade de Harvard, em seus trabalhos sobre pós-modernismo e pós-colonialismo (BHABHA, 2011), assim como em *O local da cultura*

(BHABHA, 2005), para chamar a atenção das armadilhas e contradições que o conceito da pós-modernidade carrega intrinsecamente, argumentando que:

[...] no movimento pós-modernista, apesar do mesmo ter sido popular e ter adquirido enorme credibilidade na história recente. Ele mostra que, ainda assim, embora o pós-modernismo possua, enquanto referência básica, um pressuposto “tacanho e antielitista”, que ele caracteriza como “populismo esperançoso e inocente”, esse movimento não conseguiu enfrentar de fato o conservadorismo inerente às políticas públicas de cultura no mundo pós-colonial. Pois, segundo Bhabha, o pós-modernismo em sua essência terminou por produzir e entronizar no altar das celebrações, com ajuda da mídia, um “estilo de vida destituído de valores”, convivendo quase que em harmonia com as chamadas culturas globalizadas e ao mesmo tempo com regimes políticos autoritários, a exemplo de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos (ARAÚJO, 2020, p. 22).

As críticas de Bhabha ganham maior sentido quando nos debruçamos sobre os trabalhos desenvolvidos pelos expoentes do estruturalismo e do pós-estruturalismo que possuem forte incidência sobre o conceito de pós-modernidade, a exemplo de Michel Foucault, Louis Althusser, Jacques Leenhardt, Gilles Deleuze e outros. Apesar de terem produzido análises e conceitos dos mais importantes, curiosamente em todo esse processo de crítica aos modelos de governança – da identificação clara e precisa das mudanças ocorridas na passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle; da defesa dos pressupostos aos direitos individuais, abordados de forma profundamente rica e instigante no período do pós-guerra na França, no qual a aliança do socialismo com a direita nacionalista francesa produziu um ambiente de crescimento econômico e bem-estar social –, em nenhum momento apareceu como objeto de estudo ou análise desses influentes e poderosos intelectuais a presença colonial francesa na Ásia ou no continente africano e suas implicações nas complexas transformações pelas quais passava tanto a Europa quanto a França. Esse “esquecimento” intelectual também se fez presente no tocante ao colonialismo na América Latina e em certa medida concorreu para sua expansão e consolidação.

Se observarmos com algum cuidado o cenário cultural latino-americano contemporâneo, veremos que vivemos essas três dimensões de identidades, indicadas por Hall, de forma quase permanente, nos diálogos e conflitos existentes no campo da cultura. No caso específico da cultura negra na América Latina, ainda teremos que agregar a escravidão e suas consequências, em especial o racismo e a discriminação racial como elementos norteadores desses entendimentos e consequentemente da formulação, elaboração e execução de políticas públicas de cultura para esse segmento populacional intitulado afro-latino, exigindo assim uma compreensão aprofundada do processo histórico do qual essas populações foram vítimas, pois

a presença da cultura de origem africana na região está permeada por essas inferências de forma incontornável.

Essas indicações preliminares de Hall deixam claro que se quisermos produzir, formular ou implementar políticas públicas de cultura adequadas ao momento histórico que estamos vivendo e ao público que nos interessa, deveremos necessariamente considerar a multiplicidade de identidades, a mobilidade de interesses e, sobretudo, a velocidade com que as mudanças ocorrem no seio da sociedade contemporânea por conta do avanço tecnológico que possibilita comunicações e interações quase que instantâneas entre pessoas no mundo atual. No caso das populações afro-latinas, essas questões se apresentam com um “*plus*” de complexidade ainda maior no campo das identidades culturais, visto que essas populações, além do diálogo com todas as interfaces dessa modernidade tardia, continuam sendo submetidas a processos profundamente distintos de dominação, paradoxais nos seus métodos, a depender da experiência colonial, mas sempre permeados pela subalternidade e exclusão.

Ainda no campo da centralidade da cultura no âmbito das relações internacionais, em diálogo com as ideias de Hall, assim como com os pressupostos estabelecidos por Botelho no que diz respeito às dimensões da cultura, e se admitimos que “a cultura possui centralidade em nossas vidas, estamos admitindo que ela nos governa; se ela nos governa, ela influencia nossas condutas, nossas ações e modos de agir e pensar, tanto nas relações interpessoais, nas instituições, como na sociedade” (ARAÚJO, 2020); e, por via de consequência, também estará presente nas relações entre as nações, seus povos, bem como nas relações internacionais. Diria mais, “se desejarmos, então, influenciar por meio da cultura os rumos de nossas vidas, teremos que necessariamente acessar os mecanismos dessa governança e sobre ela deter algum modo de influência ou controle” (ARAÚJO, 2020).¹

A política de relações internacionais assim como a cooperação internacional para o desenvolvimento são governanças das mais sofisticadas que temos na contemporaneidade, visto que incorporam múltiplos interesses, de múltiplos atores (estatais, paraestatais e sociedade civil) e em múltiplas direções (política, econômica, religiosa, territorial etc.). Nesse âmbito, a centralidade da cultura tem ocupado espaços cada vez mais generosos, pois tem servido tanto para auxiliar no combate às desigualdades regionais, econômicas e de gênero quanto para o

¹ Em 2020, foi aprovada minha dissertação de mestrado intitulada *Políticas públicas de cultura para afro-latinos: o trabalho da Fundação Cultural Palmares (2003/2010)*, no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC). Por conta disso, farei uso de algumas dessas análises na pesquisa atual.

aprofundamento da dominação neocolonial, por meio do controle dos meios de difusão das suas manifestações. Ao agregarmos a essa complexidade a dimensão racial – conforme afirmei anteriormente, visto que estamos pesquisando a cooperação entre países –, na qual o centro da abordagem é política pública para afro-latinos, o cuidado deve ser redobrado.

Pelas razões expostas anteriormente, torna-se fundamental a definição do nosso campo de trabalho e o nosso lado, ou lados, nessa empreitada, visto que as políticas culturais são um campo de disputa política permanente e dos mais importantes. Não é sem razão que os intitulados neoliberais e conservadores de todos os matizes têm difundido massivamente a ideia de que o Estado não deve ter qualquer responsabilidade com a cultura, nem muito menos com a definição de mecanismos de controle, para assim possibilitar que apenas as chamadas “forças do mercado” os definam de acordo com seus interesses, tanto de ordem política quanto de ordem econômica. Portanto, política pública de cultura não é apenas um método de planejamento do trabalho cultural. Em verdade, é o caminho para que se aumente o pluralismo e a diversidade cultural. E Stuart Hall nos alerta nesse sentido, quando diz que os mercados

Necessitam ser estruturados e policiados; apoiam-se em outras condições sociais e culturais (a confiança, os hábitos e convenções, a moral e considerações públicas mais amplas, a efetiva aplicação da lei, a inspeção e a responsabilização (*accountability*), o treinamento e a certificação do pessoal especializado, e assim por diante) que o próprio mercado não pode oferecer. Alguém tem de arcar com os “custos” sociais daqueles que falham no mercado (o mercado sempre cria tanto “vencedores” quanto “perdedores”, com consequências sociais amplas e não apenas relacionadas ao mercado). Os mercados cairiam imediatamente na anarquia se não fossem regulados (HALL, 2006).

Essa afirmação ganha mais veracidade quando a abordamos sob o olhar de Silviano Santiago, ensaísta, poeta, professor, contista e romancista e que tem dedicado boa parte da sua vida aos estudos sobre as literaturas nos trópicos. Ele é considerado um dos maiores escritores brasileiros da atualidade. Por meio do seu trabalho *O entre-lugar do discurso latino-americano* (SANTIAGO, 2000, p. 9-26), o autor deixa claro que:

[...] se a América Latina tiver a pretensão de contribuir para o desenvolvimento da cultura ocidental terá que deixar de ser um simulacro de unidade e pureza do colonialismo europeu e imprimir sua marca no mapa da civilização ocidental por meio de um movimento do desvio da norma. E para tanto, terá que recusar o papel de busca permanente de fontes e influências que, no seu entender, reduz a criação dos artistas latino-americanos à condição de obra parasita, sem nunca apresentar algo próprio. Aqui vale a pena aprofundar o sentido com que Santiago trabalha o conceito do “entre-lugar”. Esse não é um lugar vazio, desprovido de conteúdo ou de valor (ARAÚJO, 2020).

Em sua análise crítica, Silviano chama atenção para este “entre-lugar” que é a América Latina, onde o escritor latino-americano vive a um só tempo entre o amor e o respeito pelo que já foi escrito e a necessidade de elaborar um novo texto que não só afronte o primeiro, mas que em muitas vezes o negue; para esse exercício, a democracia, a autonomia e a liberdade de expressão são fundamentais. Aliás, essa percepção, ao analisarmos as políticas públicas de cultura para os afrodescendentes, se aplica como uma luva.

E nada melhor do que o ensaio *Crítica da razão negra* (MBEMBE, 2014), de Achille Mbembe, filósofo de origem camaronesa, cientista político e intelectual africano especialista no pós-colonialismo, para nos socorrer e oferecer muito mais do que explicações e sim alternativas de análises e encaminhamentos. Ele abre o seu ensaio com uma constatação óbvia, mas de difícil assimilação por parte dos europeus, que é o fato de a Europa ter deixado de ser o centro de gravidade do mundo e de que essa circunstância, mesmo estando carregada de muitos perigos, abre inúmeras possibilidades para o pensamento crítico. Logo em seguida, ele afirma: “o pensamento europeu sempre teve a tendência para abordar a identidade não em termos de pertença mútua (copertença) a um mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo ao mesmo, de surgimento do ser e da sua manifestação no seu ser primeiro ou, ainda, no seu próprio espelho.”

Diz ainda Mbembe que o projeto moderno de conhecimento e governação que o mundo ocidental difundiu a partir da Europa teve como referências basilares a negação do outro, ou “designações primárias, pesadas, perturbadoras e desequilibradas, símbolos de intensidade crua e de repulsa” no que diz respeito à África e aos africanos. Tudo aquilo que não representasse o seu espelho de homem branco, cristianizado e europeu foi inviabilizado. Ele nos explica e nos apresenta algo que os afrodescendentes e os africanos vivem no seu cotidiano e conhecem bem – do seu nascimento à morte –, “o negro ser aquele (ou ainda aquele) que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo quando nada queremos compreender [...]”. É tão forte a construção preconceituosa sobre o africano e, como consequência, sobre os afrodescendentes, que a presença do negro, segundo ele, “liberta dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional que tem abalado o próprio sistema racional”, e é algo tão poderoso e nefasto “[...] que ninguém – nem aqueles que o inventaram nem os que foram englobados neste nome – desejaria ser um negro ou, na prática, ser tratado como tal” (MBEMBE, 2014).

Para comprovar tais afirmações, basta acompanhar com o mínimo de atenção o chamado “fenômeno do branqueamento”, instaurado particularmente na colonização de origem

portuguesa, onde a busca alucinada de sair da condição de negro tem permeado a vida e o inconsciente coletivo de milhões de afrodescendentes, tanto na América Latina quanto no continente africano. No caso brasileiro, chegamos à sofisticação de criarmos categorias classificatórias, tais como o “pardo”, que só existe como expressão da negação de ser negro ou da origem negra. A redução do corpo do africano ou do afrodescendente a uma questão de aparência, de pele ou de cor, segundo Mbembe, fez com que o mundo europeu construísse uma visão do negro e da raça como duas versões de uma única e mesma figura, que ele chama de “loucura codificada”.

Mbembe identifica, ainda, três momentos como cruciais para o entendimento desse processo. “O primeiro foi a espoliação organizada do tráfico atlântico”, quando “homens e mulheres originários da África foram transformados em homens objetos, homens mercadoria e homens moeda”. O segundo é quando esses homens têm acesso à escrita (final do século XVIII) e, “pelos seus próprios traços”, “estes seres capturados pelos outros conseguiram articular uma linguagem para si, reivindicando o estatuto de sujeitos completos do mundo vivo”. E o terceiro se dá no início do século XIX, quando da “globalização dos mercados, a privatização do mundo sob a égide do neoliberalismo e do intrincado crescimento da economia financeira, do complexo militar pós-imperial e das tecnologias eletrônicas e digitais”. É nesse caldeirão que os afrodescendentes se encontram hoje e têm que a um só tempo identificar, evitar ou desarmar essas armadilhas para se constituir enquanto ser humano e demandar políticas públicas, em particular no campo da cultura, que possam dar conta de suas demandas.

No contexto atual, em que o neoliberalismo exige ou impõe que a felicidade deva ser oriunda da capacidade de reconstruir publicamente a nossa vida íntima e oferecê-la num mercado enquanto produto, transformando os seres humanos, “homem coisa, homem máquina, homem código e homem fluxo”, o desafio posto é tanto maior quanto maior for o desejo de exercício da liberdade. O controle e a sujeição aos desígnios do neoliberalismo são exercidos de formas absolutamente sofisticadas e poderosas, “as guerras de ocupação e as guerras anti-insurrecionais visam não apenas capturar e liquidar o inimigo, mas também levar adiante uma distribuição do tempo e uma atomização do espaço”, nos indica Mbembe.

Portanto, tanto a captura como a predação que ocorrem nas guerras assimétricas empreendidas pelas potências coloniais, exercitam a um só tempo a rebalkanização do mundo, bem como as práticas de zoneamento. Tais práticas são acompanhadas de forma transnacional de: “quadriculação ideológica das populações, contratação de mercenários, formação de comandos de caça e o recurso sistemático a prisões em massa, tortura e execuções

extrajudiciais”, vide o Iraque, Afeganistão, Síria, Líbia, Costa do Marfim, Gaza etc. E, nesse processo, introduzem-se nessas nações empresas estrangeiras que cumprem o papel de arrecadar as riquezas desses países, realizando transferências gigantescas de fortunas e de tudo aquilo que tenha algum valor de mercado.

Daí ser ingênuo imaginar que as lutas que são travadas hoje, em particular nos territórios das ex-colônias como a África ou América Latina, podem ocorrer de forma autônoma e independente. A depender dos interesses ou da intensidade desses movimentos que venham a pôr em risco interesses do sistema neoliberal mundial, abater-se-á sobre os mesmos toda a fúria e força dos seus operadores. Nesse cenário, analisar, refletir, discutir e entender que objetivos devem cumprir as políticas públicas de cultura para os afrodescendentes na América Latina é fundamental. E uma das reflexões que devemos fazer, segundo Mbembe, é: se “sendo o negro e a raça duas figuras centrais do discurso euro-americano”, seria possível pensar que a desclassificação da Europa enquanto centro proporcionaria ou determinaria a extinção do racismo. Ainda mais, sabendo-se que este termo é produto indissociável do capitalismo e que foi inventado com o objetivo claro de significar a exclusão, o embrutecimento e a degradação. Para que fiquemos mais atentos,

Mbembe faz uma afirmação lapidar: “o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria – a cripta viva do capitalismo.” É importante notar que, embora o universalismo republicano se diga indiferente ou negue a existência das raças, os não brancos continuam encarcerados em suas origens, agora identificadas por formas racializadas, em particular pela via das religiões, gerando a partir daí preconceitos violentíssimos como o da islamofobia e a satanização das religiões de matriz africana.

Inevitavelmente, temos que pensar, ou melhor, nos assenhorar do que seria o devir negro na quadra atual e na América Latina, para que possamos não apenas sobreviver enquanto negros, mas nos configurarmos como seres humanos plenos. Nesse sentido, vale a pena indagar se nos dias de hoje já foram verdadeiramente estabelecidas, com o negro, relações distintas daquelas que ligam o senhor ao seu criado ou escravo. Será que o próprio negro não estaria ainda convencido de que é um duplo ser, “uma entidade alheia que o impede de chegar ao conhecimento de si mesmo?”, nos sugere Mbembe.

Nesse sentido, afirma Mbembe, “a nossa vocação para durar só pode realizar-se quando o desejo da vida for a pedra de toque de um novo pensamento, da política e da cultura”. Esta, no meu entendimento, é a chave para que busquemos o sentido, a função e os objetivos que

devem nortear a elaboração de uma política pública de cultura para os afrodescendentes na América Latina. Afirmar isto não pode nem deve significar que vamos ignorar a brutalidade e o cinismo que se fazem presentes, ainda hoje, no encontro dos povos e das nações. Até porque, ainda segundo Mbembe: “Para construir este mundo que é nosso, será necessário restituir, àqueles e àquelas que passaram por processos de abstração e de coisificação na história, a parte de humanidade que lhes foi roubada.”

Ao buscar essas referências para analisar as políticas públicas de cultura voltadas para os afrodescendentes na América Latina, esse turbilhão de novos e emergentes conceitos e enunciados nos intimida e nos instiga, nos deprime e nos assusta, mas também nos empurra para o enfrentamento desse desafio que é o de realizar uma análise crítica sem que possuamos elementos suficientes para nos referenciar. Mais que isto, perceber que, no caso dos afrodescendentes, se apresentam circunstâncias tão peculiares quanto desafiadoras, tais como o fato de possuírem uma dupla pertença de subalternidade: a primeira na sua origem, onde o pensamento ocidental os identificou e catalogou como não portadores de história, bem como de não humanos, daí serem passíveis de toda a sorte de uso, manipulação, exclusão ou mesmo de eliminação; e, partindo desse pressuposto de origem, sua segunda subalternidade enquanto parte da constituição da América Latina é também negada, suprimida e considerada não importante, até mesmo por aqueles que criticam ideologicamente o formato no qual o colonialismo se realizou no continente para os afro-latinos – a escravidão.

Volto a afirmar que esse quadro, longe de significar ou estimular o afastamento dessas questões, deve provocar o intelectual a investigar que fatores ainda estão presentes no campo da crítica da cultura e entre os seus estudiosos que dificultam a abordagem dessas questões. Se esse entendimento vale para os latino-americanos em geral, para os afro-latinos possui um significado maior ainda, se o entendermos com os olhos e a visão de Glissant, quando define o que é a “crioulização” ou o hibridismo cultural, conforme define Canclini em seu livro *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade* (CANCLINI, 1995).

Em ambas situações, apesar das fusões, dos apagamentos e das alterações inerentes aos processos históricos e às dinâmicas culturais, a memória da cultura de origem africana está impressa por meio do seu DNA cultural de forma contundente na América Latina, transmitida por gerações e gerações, muitas vezes exatamente por conta do profundo processo de exclusão/repressão do qual foi vítima, a exemplo do que ocorreu com as comunidades quilombolas, (Brasil), garifunas (Honduras e Guatemala) palenques (Cuba e Colômbia), maroons (Jamaica) ou cimarrones em vários outros países. Ou seja, aos afro-latinos sequer foi

dado o direito de vir a ser um simulacro, pois o que estava posto no primeiro plano era a eliminação total de quaisquer vínculos com o continente de origem e que se estabelecesse de forma quase exclusiva a subalternidade e o aculturamento por meio da absorção da cultura do colonizador.

Portanto, abordar o entre-lugar do afro-latino no mundo contemporâneo é, a um só tempo, compreender a complexidade na qual suas manifestações culturais sobreviveram, assim como entender que já não somos como na chegada. Édouard Glissant, poeta, filósofo e romancista, oriundo da Martinica, é bastante ousado no seu trabalho *Introdução a uma poética da diversidade* (GLISSANT, 2005), no qual ele explicita com clareza o significado da “hibridização cultural” para os afrodescendentes nas Américas, por meio do conceito de “crioulização”.

Tendo sido uma espécie de discípulo de Aimé Césaire (também poeta, prefeito de Fort-de-France, na Martinica, e deputado da Assembleia Nacional francesa, representando a Martinica por quase 50 anos), Glissant não só refletiu sobre a complexidade da presença negra na América Latina como participou ativamente da criação do Movimento da Negritude e das lutas de independência do seu país da colonização francesa. Nesse seu trabalho, que é um conjunto de palestras que ele realizou, Glissant desenvolveu inúmeros estudos sobre os efeitos da colonização na América Latina, em particular junto aos descendentes de africanos e suas consequências positivas e negativas no campo cultural. Para Glissant, o processo de “crioulização” é uma espécie de hibridismo cultural que os afro-latinos produziram, em particular na América Central, onde por meios dos rastros e fragmentos de memórias ressignificaram suas culturas originárias em diálogos/conflitos com as culturas antilhanas e americanas, tudo isso marcado pelo tráfico de africanos e a escravidão. Nos seus estudos, Glissant amplia esse conceito de “crioulização” para além das Américas e o situa nas relações contemporâneas entre os povos e seus colonizadores, exemplificando essa dimensão ao tratar dos conflitos entre as culturas ciganas e europeias.

Na sua introdução ao tema – “crioulização” no Caribe e nas Américas –, Glissant nos chama a atenção de que para ele não há fronteiras nessa divisão que o colonialismo estabeleceu (América Central, América do Norte e América do Sul), o que há são diálogos e conflitos entre culturas autóctones, europeias e africanas, e desses embates surge o que ele chama de Neo América, por meio da “crioulização”, tendo em vista a forte presença das culturas africanas na região. Crioulização tem origem no “termo crioulo/a e da realidade das línguas crioulas” (GLISSANT, 2005, p. 24).

E o que é uma língua crioula? É uma língua compósita, nascida do contato entre os elementos linguísticos absolutamente heterógenos uns aos outros (GLISSANT, 2005, p. 24).

O autor diz ainda que ocorreram três tipos de “povoadores” nas Américas: o migrante armado (europeu), o migrante familiar (geração posterior aos migrantes armados) e o migrante nu (aquele que veio à força para o continente por meio do tráfico negreiro). E o resultado desse encontro de mais de três séculos é a fusão de culturas absolutamente diversas que nesse processo dão lugar a um outro tipo de cultura, e a isso ele denomina de “crioulização”. No caso específico dos descendentes de africanos, ele enfatiza que em razão das condições em que foram trazidos para as Américas (escravizados), uma das primeiras perdas foram suas línguas, por conta da estratégia aplicada pelo colonizador de não permitir que houvesse ajuntamento de pessoas que falassem a mesma língua, fosse nos navios negreiros ou nas plantações. E isso é recomposto, por meio dos rastros/resíduos, numa outra língua já não mais originária, mas de acesso a todos. É como se houvesse uma “recomposição da paisagem mental dessas humanidades presentes hoje no mundo” (GLISSANT, 2005, p. 20).

O autor ressalta que o verdadeiro processo de “crioulização” não é aquele que estabelece graus de inferioridades entre as culturas, a exemplo do que ocorreu no Brasil, nem muito menos se confunde com a mestiçagem, que para ele é algo que pode ser programado, enquanto a crioulização é fruto da imprevisibilidade. Para o autor, “era absolutamente imprevisível que em dois séculos, uma comunidade submissa tivesse podido produzir uma língua a partir de elementos tão heterogêneos”. Daí ele afirmar que:

A crioulização exige que os elementos heterogêneos colocados em relação “se intervalorizem”, ou seja, que não haja degradação ou diminuição do ser nesse contato e nessa mistura, seja internamente, isto é, de dentro para fora, seja externamente, de fora para dentro (GLISSANT, 2005, p. 22).

Portanto, para Glissant, a crioulização, em particular nas Américas, é parte do devir de futuro da humanidade que desejamos. Nesse sentido, ele distingue e nos alerta sobre o papel que as culturas atávicas e compósitas desempenham nesse processo, onde as culturas atávicas, por conta da busca incessante de uma raiz única e pura, onde esse tipo de identidade quase sempre exclui o outro – conceitos originários dos povos europeus e das culturas ocidentais que impregnaram o mundo, e em particular a América Latina por meio da colonização –, terminam por gerar conflitos sangrentos e mortais, a exemplo do que está ocorrendo no Oriente Médio bem como em outras partes do planeta. Nas culturas compósitas, o autor afirma que as identidades surgem da crioulização, sem a busca da raiz única e consequentemente “raiz indo ao encontro de outras raízes, ou seja, da identidade enquanto rizoma” (GLISSANT,

2005, p. 27). Para deixar claro o seu pensamento, o autor o exemplifica com o dilema da África do Sul e afirma:

Um dos grandes desafios do ANC e de Nelson Mandela é, obviamente, de encontrar soluções para a sobrevivência econômica para todo esse contingente da população que durante tanto tempo foi mantida na miséria e na escravidão pelo regime do *apartheid*. Mas, parece-me existir um outro desafio que solicita o engajamento do século XXI. Se o ANC e Nelson Mandela não conseguirem que os zulus, os negros, os mestiços, os indianos e os brancos vivam juntos dentro do contexto da África do Sul, algo do nosso século XXI, do nosso devir e do futuro das humanidades que representamos, estará visivelmente ameaçado, visivelmente perdido (GLISSANT, 2005, p. 29).

Enfim, a abordagem de Glissant sobre a temática da criouliização, mesmo por ter sido realizada há quase 20 anos, é mais do que pertinente para o momento que o mundo está vivendo, sendo um convite irrecusável à reflexão de todos aqueles que fazem da cultura o seu foco de trabalho e mais ainda para aqueles que fazem da cultura afro-latina o seu “*locus*” para a produção de políticas públicas de cultura, ainda mais no campo das relações internacionais. Em certa medida, esse foi um dos desafios que a gestão do ministro Gilberto Gil e a Fundação Cultural Palmares enfrentaram para o exercício da cooperação internacional entre o Brasil, a Colômbia e o Equador, por meio de projetos culturais afro-latinos. Sem que tenhamos a compreensão correta da complexidade de que se revestiu o empreendimento colonial nas Américas, dificilmente compreenderemos essa migração forçada de milhões de seres humanos, que também agregou seres humanos dotados de saberes, religiosidades, culturas e conhecimentos.

Esses seres e seus conhecimentos foram postos em diálogo forçado, sob condições inauditas, com outros seres e conhecimentos e saberes absolutamente distintos, e que hoje representam, em alguns casos como o Brasil, a maioria da população. E isso tem gerado uma forte hegemonia cultural, que apesar de todas as discriminações, pode ser a chave para entendermos a importância da centralidade da cultura no mundo contemporâneo no campo das relações internacionais.

Na América Latina, e em especial no Brasil, o período de 2003/2010, no qual se insere esta pesquisa, tem sido considerado por inúmeros estudiosos, a exemplo de Albino Rubim – pesquisador, jornalista, professor da UFBA e considerado um dos principais pesquisadores na área dos estudos em cultura no Brasil – como um dos mais ricos no tocante às liberdades democráticas, e ele confirma isso com a seguinte afirmação:

A visão abrangente que o ministro Gilberto Gil estabeleceu como ponto de partida para sua gestão possibilitou avanços importantes nas políticas públicas

de cultura do Brasil. Essas experiências foram tão positivas que foram incorporadas por diversos países latino-americanos em suas políticas de cultura nacionais, a exemplo dos pontos de cultura (RUBIM, 2008).

Por conta dessa compreensão sobre os avanços e recuos no campo sociocultural é que ao nos remetermos à análise das questões culturais no Brasil, seja ela no campo conceitual, popular ou imaginário, a presença da cultura negra nessas análises é absolutamente incontornável, visto que ela é tão palpável que atravessa todos os espaços da vida cultural brasileira. No livro *O que faz o Brasil, Brasil?*, Roberto DaMatta (1989) elaborou um perfil sobre as singularidades culturais no Brasil no capítulo “A ilusão das relações raciais”, que serve, apesar do seu viés conservador, para fazermos uma análise sobre a hipocrisia tão presente nas relações raciais brasileiras, em permanente prejuízo da população negra. Do mesmo modo, Maria Aparecida Silva Bento, no seu trabalho *Branqueamento e branquitude no Brasil*, segue a mesma trilha: “O branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais.” Ou seja, nessa perspectiva, não há problema racial no Brasil.

Exatamente por conta dessa “invisibilidade” produzida pelo racismo brasileiro, que em certa medida permitiu e permite sua expansão e seu enraizamento em todos os campos da atividade humana em nossa sociedade, que a formulação de políticas públicas culturais adquiriu importância. Um mérito do Ministério da Cultura, tendo como centralidade a cultura afro-latina, numa política que foi executada pela Fundação Cultural Palmares. Isso porque, embora saibamos da enorme contribuição dada pelos descendentes de africanos à cultura e à formação histórico/social no Brasil e na América Latina, há uma enorme dificuldade em reconhecê-la.

A tendência tem sido adotar a máxima de que “todo mundo é igual a ninguém”, ou seja, a capoeira é brasileira, do mesmo modo que o samba, a moqueca, o acarajé etc., e nunca houve qualquer problema nesse sentido, mesmo que a gente saiba o que de fato ocorreu ao longo da história do Brasil. Pouco importa que se afirme e comprove que há menos de 100 anos praticar a capoeira era considerado crime com punição estabelecida no Código Penal; exatamente por ser praticado por negros, o samba era considerado vadiagem; pelo mesmo motivo que o acarajé está sendo transformado em “bolinho de Cristo” pelos evangélicos neopentecostais, por conter uma porção demoníaca na sua associação nominal e simbólica com o continente africano (ARAÚJO, 2020, p. 34).

A verdade é que o “Brasil foi colonizado por portugueses brancos e aristocráticos, numa sociedade brutalmente hierarquizada”, que a moldou num quadro rígido de valores discriminatórios, que inibe até mesmo a reflexão sobre sua formação histórica. Portanto, refletir sobre essas peculiaridades entranhadas na sociedade brasileira é fundamental para identificar o alcance das políticas públicas de cultura para a população negra no Brasil e os possíveis resultados derivados das mesmas na América Latina. Essa reflexão pode contribuir, inclusive, para que não caiamos na armadilha de engrossar o caldo de cultura das desigualdades, exclusões e preconceitos, voltado para as culturas de origem negra, em vez de combatê-lo.

2.2 Políticas públicas de cultura

Se entendermos as políticas públicas como aquelas que buscam “colocar o governo em ação” para o atendimento das demandas advindas da sociedade, será necessário tanto a identificação quanto a existência de governos democráticos que traduzam essas aspirações e vontades populares nas suas mais diversas dimensões ou manifestações. No campo das políticas culturais afro-latinas, essa atenção deve ser redobrada, por conta do grau de discriminação e exclusões a que os produtores dessas manifestações estão submetidos.

Portanto, esta pesquisa se propõe a analisar comparativamente o trabalho da Fundação Cultural Palmares nas gestões dos ministros da Cultura Gilberto Gil e Juca Ferreira, nos dois governos do presidente Lula (2003 a 2010), com as políticas culturais desenvolvidas pelos ministérios da Cultura da Colômbia e do Equador.

Ao analisar a presença da cultura e da sua centralidade nos trabalhos desenvolvidos pela Fundação Palmares na minha dissertação de mestrado (*Políticas públicas de cultura para afro-latinos: o trabalho da Fundação Palmares – 2003/2010*), esta percepção de que sem um governo democrático dificilmente teríamos tido sucesso nessa empreitada, sempre esteve presente.

Cultura e centralidade da cultura nos espaços de conflito instalados no mundo pós-colonial, em que as tensões entre o dominante e o subalterno disputam palmo a palmo o espaço de ser protagonista nessa narrativa; ora a voz do subalterno se faz ouvir, mesmo estando impregnada de valores e conceitos do dominante, ora se apresenta enquanto mero simulacro, servindo de ferramenta para a consolidação do neocolonialismo. Portanto, transitar no terreno das políticas públicas de cultura para afrodescendentes na América Latina exige atenção especial de quem se debruça sobre essa temática, para que não reforcemos aquilo que pretendemos eliminar: a discriminação, a exclusão e o racismo ainda presentes nas políticas públicas de cultura da América Latina (ARAÚJO, 2020, p. 22).

Nesse sentido, as análises produzidas por Isaura Botelho, diretora e pesquisadora do Centro de Estudos da América Latina no Memorial da América Latina, em artigo publicado na revista *São Paulo em Perspectiva* (2001), intitulado *Dimensões da cultura e políticas públicas*, apesar de ter sido produzido há mais de 20 anos, continua atual e incontornável para que possamos entender melhor o lugar da cultura no mundo contemporâneo, suas nuances, o papel da sociedade civil e o papel do poder público, em particular no âmbito do Estado, e mais particularmente ainda no Estado brasileiro, em pleno exercício democrático.

No primeiro momento, a autora alerta que essas definições sobre quais dimensões da cultura o Estado pretende trabalhar no âmbito da cultura são fundamentais para a escolha de “estratégias diversificadas” por parte dos gestores, pois isso facilitaria as distintas formas de articulação entre as instâncias do poder público. Fato este que permitiria uma melhor divisão de responsabilidades entre o poder público e o privado, assim como a participação ativa da sociedade. Nessa mesma abordagem, a autora faz uma dura crítica a uma tendência dominante nos dias atuais, que é a do Estado transferir essa responsabilidade para os setores privados, notadamente no campo do financiamento, pois isso estabelece uma forte dependência com os chamados departamentos de *marketing* das empresas privadas e seus interesses corporativos. É bem verdade que essa tem sido uma tendência mundial, mas no caso brasileiro devemos acrescentar a essa crítica o fato de o Estado estar adotando quase que como um método exclusivo de fomento às manifestações culturais no Brasil o mecanismo dos editais, que se por um lado facilita o acesso de pequena parcela dos artistas e produtores aos recursos públicos oriundos do Estado, por outro estimula a demanda espontânea sem que haja qualquer relação com planejamento do governo. Além disso, não temos vislumbrado nenhuma medida ou recursos financeiros para que as ações estruturantes sejam retomadas, basta que observemos os orçamentos destinados para a Cultura nos últimos anos. Ressalto esse aspecto, visto que as ações estruturantes que cuidam dos museus, cinematecas, espaços culturais e o patrimônio cultural brasileiro são fundamentais para que o exercício do direito à cultura se efetive de forma plena no país.

Como nossa ênfase neste trabalho de pesquisa será nas relações entre os estados nacionais, visto que a pesquisa está relacionada à cooperação internacional entre três países latino-americanos (Brasil, Colômbia e Equador), por meio das ações da Fundação Cultural Palmares, no âmbito da cultura afro-latina, enfatizaremos aqui suas análises sobre o papel que o Estado deve ter na formulação, elaboração e execução de políticas públicas de cultura. Nesse artigo, Botelho também indica que, apesar das dimensões antropológicas e sociológicas da

cultura serem igualmente importantes, as estratégias a serem utilizadas para a elaboração de políticas públicas de cultura deverão ser distintas a partir do uso de cada uma delas, por conta das características intrínsecas e estruturais que cada uma dessas dimensões possui. Botelho afirma, ainda, que enquanto “na dimensão antropológica a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças [...]”, na dimensão sociológica, “[...] deixam-se de lado, as construções que ocorrem no universo privado de cada um, abordando-se aquelas que, para se efetivarem, dependem de instituições, de sistemas organizados socialmente” (BOTELHO, 2001, p. 3, 5).

É importante reconhecer que o trabalho no campo da cultura sem uma definição clara do universo que se pretende trabalhar, sem o reconhecimento dos limites do nosso campo de atuação e sem a compreensão de que cultura, apesar de ser um artigo de primeira necessidade para o bem-estar do ser humano e da humanidade, não é assim compreendido na esfera pública e que, por conta dessa visão, dificilmente teremos políticas públicas de cultura que atinjam seus objetivos se não forem pactuadas com outras áreas de poder. Isso porque “Uma política pública exige de seus gestores a capacidade de saber antecipar problemas para poder prever mecanismos para solucioná-los” (BOTELHO, 2001, p. 14). Ou seja, se faz necessário que o Estado, que deve ser o fomentador das ações, por meio dos seus gestores, identifique com precisão quais são os problemas que estão afetando aquela área cultural de trabalho, seja no campo da criação, produção, difusão ou consumo, e se posicione de forma correta, a fim de atender os objetivos demandados pela sociedade, além de dividir com ela as responsabilidades na sua execução. Até porque, segundo Botelho, “As políticas culturais, isoladamente, não conseguem atingir o plano do cotidiano” (BOTELHO, 2001).

Para tanto, dois tipos de investimentos precisam estar presentes como premissa para a elaboração de políticas públicas de cultura: o primeiro deles é a organização da sociedade, exigindo dos poderes públicos medidas e ações que solucionem seus problemas, que não raro são muito mais amplos do que aqueles da esfera exclusivamente de ordem cultural, “[...] E isso só é possível a partir de uma articulação das pessoas diretamente interessadas, unindo, pelos laços de solidariedade, demandas dispersas em torno de objetivos comuns [...]”, afirma ainda a autora (BOTELHO, 2001).

“O segundo tipo de investimento refere-se à área de cultura dentro do aparato governamental.” Ou seja, diz respeito diretamente aos operadores culturais do Estado – gestores. Para que seja obtido o sucesso desejado, há que se ter o cuidado de definir com clareza

o seu universo de trabalho, com o objetivo de reduzir ou eliminar os sombreamentos e/ou conflitos com outras áreas governamentais, visto que, não raro, as instituições culturais sempre são vistas como algo acessório às demais políticas governamentais. Ora são utilizadas como instrumento para contribuir na redução da violência, ora como estimulador do turismo, e outras tantas como meros apêndices dos setores educacionais, notadamente por meio das linguagens artísticas. Isso quer dizer que as instituições culturais governamentais deverão, sempre que possível, fazer parte de articulações com diversas áreas do poder, para que assim possa dar conta de sua atuação de forma autônoma e positiva, pois os desafios que as dimensões antropológica e sociológica da cultura apresentam são enormes. Ou seja, o papel principal da área cultural no âmbito governamental deverá ser a de “articuladora de programas conjuntos”, com habilidade e sensibilidade política, compartilhamento de ideias e ações, pois sem o compromisso do governo como um todo com essas políticas culturais, as demandas culturais da sociedade dificilmente serão atendidas.

Se essa política pública de cultura estiver no campo das relações internacionais, como é o objeto desta pesquisa, pois trata da cooperação internacional entre países, a definição clara do seu escopo, do seu alcance e do seu conteúdo é mais fundamental ainda, visto que a diversidade de atores, interesses e objetivos é tão grande e muitas vezes oculta-se nessa área da política internacional, que não só amplia a complexidade da política pública de cultura como também nos obriga a estar atentos para que ela não venha a se transformar num mero instrumento para a efetivação de outras políticas de governo, muitas vezes nocivas ao próprio desenvolvimento cultural. Segundo Botelho, não podemos esquecer que “vida cultural” não se dá apenas nos eventos e/ou manifestações culturais, mas também em momentos nos quais acreditamos não haver vida cultural; um exemplo marcante nesse sentido é o tempo gasto pelo indivíduo no trabalho ou nos deslocamentos urbanos pelos diversos meios de transporte, no mundo atual.

“Vida cultural”, segundo a autora, precisa ser entendida não como um ato isolado, mas “como o conjunto de práticas e atitudes que têm uma incidência sobre a capacidade do homem de se exprimir, de se situar no mundo, de criar seu entorno e de se comunicar” (BOTELHO, 2001, p. 2). A autora também acentua que na área governamental é importante que as duas dimensões da cultura – a antropológica e a sociológica – sejam tratadas de forma clara e distinta. Isso porque, na execução das políticas públicas de cultura, os países ora tendem a enfatizar o conceito mais abrangente da cultura (antropológico), e assim concentrar seus investimentos em ações estruturantes, e ora no âmbito mais restrito da cultura (sociológico), concentrando suas ações, por via de consequência, no campo das artes e do entretenimento.

Na cooperação internacional na área da cultura isso é bem nítido quando os intercâmbios ocorrem entre os chamados países centrais e os periféricos, onde o principal interesse dos países centrais é subordinar as relações culturais com os periféricos, a dimensão do consumo dos produtos originários dos seus países ou a venda pura e simples desses produtos culturais, muitas vezes anacrônicos e obsoletos, já sem espaço nos países de origem. No campo das relações internacionais, compreender essas duas dimensões e identificá-las quando da elaboração das políticas de cooperação com qual delas estamos nos relacionando, é essencial para que os objetivos definidos quando dos acordos de cooperação técnica sejam efetivamente alcançados. Nesse aspecto, a autora aprofunda sua análise, em particular no tocante aos países do chamado terceiro mundo, que sempre se sentem atraídos pelo discurso fácil da dimensão antropológica, esquecendo-se que, muitas vezes, o trato superficial dessa dimensão esconde grandes armadilhas. “Embora uma das principais limitações das políticas culturais seja o fato de nunca alcançarem, por si mesmas, a cultura em sua dimensão antropológica, esta dimensão é, no entanto, geralmente eleita como a mais nobre [...]” (BOTELHO, 2001, p. 75).

Segundo Botelho, a razão é que imagina-se que o uso da dimensão antropológica no espaço governamental é a forma mais democrática de se definir a cultura e isso termina por produzir um discurso político mais agradável, embora muitas vezes descolados da realidade. Isso tem ocorrido, em particular, nos chamados países do terceiro mundo, a exemplo daqueles que compõem esse escopo de trabalho (Brasil, Colômbia e Equador), onde a ênfase a essa dimensão da cultura é muitas vezes hiperdimensionada, na vã ilusão de que assim o pragmatismo político/econômico, que opera muitas vezes de forma selvagem, poderia vir a ser amenizado ou sensibilizado com uma visão mais holística da cultura. Essa visão simplista de que há uma “nobreza” conceitual na cultura em sua dimensão antropológica tem produzido equívocos perigosos e muitas vezes nocivos para a formulação das políticas públicas de cultura, particularmente no campo internacional, onde muitas vezes vemos o estabelecimento de situações curiosas como a que enfatizamos abaixo:

Tem-se a situação paradoxal de ver os setores mais democratas e os mais conservadores partilhando uma separação estanque entre o erudito e o popular: uns vendo neste último o apanágio dos valores nacionais não contaminados; e outros vendo nele o espelhamento de uma pobreza e de um atraso a serem rejeitados (BOTELHO, 2001, p. 75).

É importante estarmos atentos a esses equívocos conceituais, pois “para que a cultura, tomada nessa dimensão antropológica, seja atingida por uma política, é preciso que, fundamentalmente, haja uma reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de

recursos econômicos” (BOTELHO, 2001, p. 4). Em outras palavras, o que a autora está afirmando é que: entendida essa dimensão cultural com a profundidade que a mesma encerra, isso demandaria uma ação radical do ponto de vista cultural, revolucionária do ponto de vista político, fatos esses que implicariam em mudanças profundas de hábitos, costumes, relações familiares, relações de vizinhança e outras mudanças na sociedade. Além da complexidade intrínseca que possui, é um processo bem mais lento e difícil do que podemos imaginar. A autora afirma ainda que “uma política cultural que defina seu universo a partir do pressuposto de que ‘cultura é tudo’, como alguns defensores desse campo tentam nos convencer, além de ser uma ingenuidade gigantesca, não há como se traduzir a amplitude deste discurso em mecanismos eficazes que viabilizem sua prática”.

Quando a abordagem se dá na dimensão sociológica, a autora nos lembra que isso exige uma produção vocacionada, seja do Estado ou do setor privado, voltada para um determinado público e oferecendo meios adequados para sua expressão, como é o caso das políticas públicas de cultura para afro-latinos, para os indígenas ou para as mulheres. Passando a exigir “um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria” (BOTELHO, 2001, p. 5). Em verdade, essa é a dimensão da cultura na qual as instituições públicas e privadas têm tido seu foco maior, visto que, para essas políticas culturais se efetivarem, elas “dependem de instituições, de sistemas organizados socialmente” (BOTELHO, 2001, p. 74). Assim, é aí que se localiza o senso comum da população sobre o significado da cultura. É nessa dimensão da cultura que estão estabelecidas de forma clara as composições organizacionais que estimulam a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, da forma mais variada possível. É na dimensão sociológica da cultura que se apresentam de forma nítida tanto a expressão profissional quanto a amadora das linguagens artísticas. É também nesses espaços onde as políticas públicas de cultura se efetivam de maneira mais transparente, segundo a autora:

Neste espaço, tais políticas podem ter uma ação efetiva, pois se está falando de uma dimensão que permite a elaboração de diagnósticos para atacar os problemas de maneira programada, estimar recursos e solucionar carências, através do estabelecimento de metas em curto, médio e longo prazos (BOTELHO, 2001, p. 75).

Portanto, é importante deixar claro: para que uma política pública de cultura elaborada e executada pelo aparelho do Estado, ainda mais se for no campo internacional, seja consequente, as duas dimensões da cultura precisam não só estar presentes, como articuladas, tanto na sua

formulação quanto na sua execução. Até porque, essas duas dimensões culturais não são “polos excludentes”, nem muito menos “opções ideológicas”.

Questões de democracia e de identidade nacional não se reduzem à defesa do popular entendido como apanágio do valor e da autenticidade. Estão em jogo a circulação das várias formas de expressão e conhecimento, o uso de linguagens diversificadas e a promoção das formas de cultura que permitam avançar tanto em termos de arte quanto de qualidade de vida (BOTELHO, 2001, p. 76).

2.3 Interseccionalidade nas relações internacionais

Se agregarmos a essas análises as reflexões realizadas por Patricia Hill Collins em *Dilemas sobre a definição de interseccionalidade* (COLLINS, 2015, pp. 1-20), bem como o trabalho desenvolvido por Kimberlé Crenshaw em *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero* (CRENSHAW, 2004), teremos um caldo de cultura inovador nas discussões sobre os conteúdos que devem estar presentes nas políticas culturais, em particular aquelas voltadas para os afro-latinos.

Nesse sentido, é importante situar o surgimento desse não tão novo conceito, visto que vem sendo discutido desde a década de 1970 nos círculos acadêmicos norte-americanos, mas que ainda sofre enormes resistências em vários ambientes, sejam eles acadêmicos ou culturais mundo afora. Ele tem origem no movimento feminista negro norte-americano que, no final da década de 1970, contestava a ideia de que as mulheres eram uma categoria homogênea e que por isso mesmo compartilhavam as mesmas experiências de vida.

A criadora desse conceito é Kimberlé Crenshaw, professora de Direito nas universidades da Califórnia e Columbia, nos Estados Unidos, que também é uma renomada pesquisadora e ativista norte-americana no campo dos direitos civis, teoria legal afro-americana e do feminismo. Seus trabalhos têm tido forte influência no campo internacional – um dos seus textos foi utilizado como base para a elaboração da cláusula de igualdade na Constituição da África do Sul. Além disso, um dos seus artigos integra o dossiê da III Conferência Mundial contra o Racismo (em Durban, 2001), publicado pela *Revista Estudos Feministas* em 2002. Ela também desenvolveu o conceito da interseção das desigualdades de raça e gênero.

O conceito de interseccionalidade consolidou-se em 1989, por meio de Crenshaw, e evoluiu como uma vertente que examina o racismo como algo naturalizado na sociedade por

meio das instituições e leis, e não apenas por indivíduos. Portanto, o desafio aqui será o de entender como ele se encaixa no discurso antirracista e cultural, nesse método de análise, visto que a interseccionalidade tem sido um grande guarda-chuva para uma série de projetos de cultura e justiça social, dentre eles o antirracismo, mas que se não forem corretamente trabalhados podem vir a enfraquecer a própria política antirracista, conforme afirma Collins em suas reflexões. “Falar gratuitamente, da boca para fora, sobre a raça dentro da interseccionalidade pode torná-la, e ao racismo, mais palatáveis para os praticantes da interseccionalidade; entretanto, pode também sabotar o potencial crítico de uma política antirracista.” Concluindo: “O movimento ‘Black Lives Matter’ não é o ponto de chegada, mas um ponto de entrada em uma política antirracista, que testa a interseccionalidade ao usá-la.” Por isso mesmo, este será o nosso teste.

Começemos pela análise produzida por Kimberlé Crenshaw no seu trabalho *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero*. Nele, ela afirma que a interseccionalidade “pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos” (CRENSHAW, 2004, p. 9), abrindo assim a possibilidade de ocorrer maior proximidade entre as diversas instituições e fazer com que a luta das mulheres negras avance no sentido da inclusão plena. O trabalho de Crenshaw busca enfatizar que nem sempre as leis e as políticas decorrentes delas percebem que as mulheres podem ser a um só tempo mulheres e negras e, portanto, vítimas de duas discriminações a um só tempo. A interseccionalidade é uma ferramenta que busca dar conta dessa complexidade que atinge as mulheres negras. Portanto, para a autora o desafio é:

O desafio é incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e à questão racial ao gênero. Isso significa que precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero (CRENSHAW, 2004).

E quando nos deparamos com situações como essas, duas perguntas devem ser feitas de forma quase que obrigatória: “O que há de errado com a prática tradicional dos direitos humanos? O que há de errado com a visão tradicional das discriminações racial e de gênero?” (CRENSHAW, 2004, p. 9). Portanto, o que a interseccionalidade tem afirmado a partir dessas indagações é que as formulações generalistas tanto sobre a questão racial quanto a questão de gênero não são suficientes para dar conta do desafio quando lidamos com grupos sobrepostos. Em síntese, o que a autora busca chamar a atenção é que se não estivermos atentos para identificar a combinação dos diversos tipos de discriminação que se apresentam ao mesmo

tempo para um mesmo grupo poderemos incorrer em graves erros, tanto no combate a essas discriminações quanto na formulação correta de políticas públicas para o seu enfrentamento.

Talvez, por isso mesmo, a autora sugere algumas medidas que podem fazer da interseccionalidade um instrumento eficaz nas análises e elaborações de políticas públicas, em particular as voltadas para a cultura. A primeira delas “é reconhecer que os direitos contra a discriminação interseccional já existem” (CRENSHAW, 2004, p. 15), a exemplo do que já vem ocorrendo no entendimento de que as mulheres devem ser protegidas contra a discriminação racial ou de gênero, não apenas quando os homens também são atingidos ou quando afetam as mulheres da elite.

Nesse sentido, precisamos identificar especialistas no âmbito mais local e básico. Assim como identificar pessoas que efetivamente trabalham com mulheres negras e em prol das mulheres, e que compreendem as influências que afetam suas vidas para que assim contribuam no entendimento de que a interseccionalidade é uma ferramenta ampla e que pode ajudar de forma significativa a inclusão plena das mulheres negras na sociedade. Para Crenshaw: “A interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas” (CRENSHAW, 2004, p. 16).

Já Patricia Hill Collins, em entrevista sobre “Dilemas sobre a definição de interseccionalidade”, tece um conjunto de comentários que indicam com clareza os cuidados que devemos ter quando da utilização desse conceito, particularmente no campo da luta antirracista que está, ao menos no caso brasileiro, fortemente assentada no campo da cultura. Logo no início da entrevista, Collins expressa uma preocupação:

Tratar a interseccionalidade como um quadro de referência que diz respeito primeira ou unicamente à experiência das mulheres de cor, das pessoas negras, das minorias sexuais, dos pobres, jovens e politicamente excluídos é a expressão de uma perspectiva que costuma representar esse tipo de conhecimento como particularista e não universal (COLLINS, 2015, p. 288).

E segue acentuando que, para ela, a interseccionalidade não é uma teoria para dar explicações ou assegurar a manutenção da ordem social vigente, mas para realizar a crítica na busca da sua transformação. A autora considera que a interseccionalidade proporciona incentivos e desafios para o enfrentamento das hierarquias do poder já existentes, e que, por isso mesmo, terminam por delimitar a capacidade de realização do trabalho intelectual. Quando confrontada com uma possível limitação de ordem territorial, visto que seu trabalho é quase todo baseado nas experiências das mulheres negras norte-americanas, ela respondeu:

Enfim, sendo clara, quando escrevi BFT (Black Feminist Thought) (COLLINS, [1990] 2000), nunca pensei que as perspectivas ali apresentadas com respeito às mulheres negras americanas seriam verdadeiras para todas as mulheres negras. Tinha plena consciência do viés da mídia e da academia americanas sobre as mulheres negras da diáspora africana, mas fiz uma aposta ao escrever esse livro, acreditando que outras pessoas poderiam considerá-lo útil (COLLINS, 2015, p. 293).

Ou seja, Collins deixa claro que nem mesmo ela conhece com profundidade a realidade das mulheres negras brasileiras, seja por conta das peculiaridades raciais que a nossa realidade possui, seja pelo filtro/censura que a mídia em geral estabelece sobre o tema, insistindo nas teses da democracia racial e de que espaços culturais como as festas carnavalescas são paraísos de integração racial, ou porque a realidade norte-americana é bem distinta da brasileira, bem como da América Latina. Ela afirma, inclusive, que a necessidade de se construir “Uma comunidade global de mulheres negras não é apenas algo a ser descoberto – tais comunidades precisam, antes, ser construídas” (COLLINS, 2015, p. 292). Esses alertas feitos pela autora são fundamentais para que usemos corretamente o conceito da interseccionalidade no campo das políticas públicas de cultura para afro-latinos, pois apesar da importância da introdução desse conceito nas análises, estudos e proposições de políticas públicas para a cooperação internacional, elas precisam estar ancoradas numa realidade concreta e atender aos interesses das mulheres negras latino-americanas, no sentido da superação de suas dificuldades e não apenas como um modismo teórico acadêmico.

Ao ser indagada sobre a forte presença do antirracismo na interseccionalidade, ela respondeu: “Quando comparada à política antirracista proposta pelos negros, a interseccionalidade pode ser ao mesmo tempo cúmplice e rejeitar a forma como o racismo tem sido organizado, aplicado e confrontado.” (COLLINS, 2015, p. 300). Indicando mais uma vez, que não há uma fórmula única para a luta antirracista. Ampliando sua visão sobre essas duas questões:

Onde a interseccionalidade se encaixa no discurso antirracista? Por um lado, a interseccionalidade oferece um grande guarda-chuva para uma série de projetos de justiça social, aí compreendido o antirracismo. Por outro lado, definições de raça e de racismo dentro da interseccionalidade podem, ironicamente, enfraquecer a política antirracista (COLLINS, 2015, p. 301).

Arrematando o seu pensamento de forma clara, ela afirma: “Contudo, buscar políticas antirracistas apenas no interior das fronteiras da interseccionalidade pode ser uma estratégia frágil.” Deixando claro que embora a interseccionalidade seja uma dimensão importante a ser considerada quando tratamos de relações internacionais, ela não pode ser o único caminho a ser adotado para o enfrentamento de questões tão complexas quanto as políticas culturais, a luta

antirracista ou a cooperação internacional. Para tanto, ela evidencia em vários momentos da sua entrevista a importância do movimento “Black Lives Matter”, que tem colocado inúmeros novos desafios no campo da cooperação internacional, da cultura e da luta antirracista.

Por fim, lembro que, ao assumirmos o Ministério da Cultura/Fundação Palmares, em 2003, havia um desejo latente, tanto entre os gestores, cujo maior entusiasta era o ministro Gilberto Gil, como também no Movimento Negro Brasileiro, de que houvesse uma intensificação do diálogo com os afro-latinos. Já tínhamos as experiências dos encontros e conferências preparatórias de Durban, mas na área da cultura pouca coisa havia sido produzida do ponto de vista institucional. E foi exatamente por meio da cultura que conseguimos transformar esse desejo em realidade e concretizá-lo por meio de um conjunto de ações articuladas tanto pelo Ministério da Cultura como pelo Ministério das Relações Exteriores, em uma política pública de cultura para os afro-latinos.

A centralidade da cultura, que era o nosso mister institucional, e a defesa intransigente do respeito à diversidade cultural que o Brasil havia protagonizado na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2006) e na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (2001) foram nossos combustíveis, bem como a participação ativa do ministro Gilberto Gil, fato este que proporcionou à Fundação Cultural Palmares a liderança desse processo na América Latina, tendo como instrumento a cultura negra brasileira em diálogo especial com as culturas afro-colombianas e afro-equatorianas. Mas, não só isso, pois também dialogamos com as culturas afro-uruguaia, afro-cubana, afro-peruana, tendo como parceiros a Unesco, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid) e a Secretaria-Geral Ibero-Americana (Segib).

Enfim, para a Fundação Cultural Palmares e o Ministério da Cultura, todas as dimensões da centralidade da cultura foram os elementos norteadores para que a cooperação internacional entre os afro-latinos se transformasse em realidade.

2.4 Cultura, cooperação internacional e desenvolvimento

A presença da área cultural brasileira no campo internacional se deu desde os primeiros passos do ministro Gilberto Gil no Ministério da Cultura. É bem verdade que essa circunstância foi favorecida pela coincidência de termos, de um lado, um ministro das Relações Exteriores (Celso Amorim) que tinha fortes vínculos com a área cultural (ele, além de cineasta, havia sido

presidente da Embrafilme), e de outro, um ministro da Cultura que compreendia a dimensão internacional das políticas culturais. E essa coincidência facilitou bastante as articulações interministeriais dentro do governo.

O Ministério da Cultura e a Fundação Cultural Palmares estiveram presentes e com ação destacada na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005), e na II Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora (2006), quando o ministro Gilberto Gil a presidiu, por indicação da União Africana e que contou com a participação do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e mais 13 chefes de Estados. A Fundação Cultural Palmares teve a função de coordenação das atividades culturais na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), onde participamos da elaboração do I Portfólio de Perfis de Projetos Culturais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2010), bem como de inúmeras outras ações desenvolvidas pelo Ministério das Relações Exteriores na Europa, na África e na América Latina, tendo a cultura, em geral, e a cultura negra, em particular, como protagonistas das ações internacionais do Brasil, inaugurando assim um período virtuoso da cultura enquanto elemento estratégico para o desenvolvimento do Brasil.

Logo na apresentação da coletânea de artigos da publicação *Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: desafios no século XXI*, as organizadoras afirmam que: “O campo das relações internacionais tem sido marcado, desde seu advento, pela dualidade cooperação *versus* conflito” (KRAYCHETE; VITALE, 2013, p. 7). No caso da América Latina, eu afirmaria que mais conflitos do que cooperação, dada a natureza com que se deram e têm se dado as relações entre colonizadores e colonizados, escravizadores e escravizados. Esse fato histórico não impede, no entanto, que haja no cenário internacional, em particular entre os estados latino-americanos, consensos, dentre eles o de que:

(...) é mais vantajoso buscar a cooperação mútua nos vários temas da agenda política mundial – como por exemplo nas áreas de desenvolvimento, direitos humanos, meio ambiente – do que arcar com os custos de um conflito [...] (KRAYCHETE; VITALE, 2013, p. 7).

Nesse sentido, Kraychete e Vitale afirmam que os intensos processos de globalização, ocorridos no final do século XX, nas suas mais variadas dimensões (comercial, financeira, tecnológica, política, cultural, social), acentuando as dificuldades entre “integração e fragmentação, interdependência e autonomia, inclusão e exclusão, apontando novas demandas para os Estados, é um fato incontornável” (KRAYCHETE; VITALE, 2013, p. 7). Ou seja, os critérios econômicos não são mais os únicos marcadores para que a cooperação internacional

para o desenvolvimento se materialize; há novos padrões no cenário, dentre eles o do humanismo e da sensibilidade, assim como o da cultura.

Ao alinharmos esse novo cenário político das relações internacionais, assim como a nova postura do governo brasileiro a partir da gestão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como a sensibilidade dos ministros que ocupavam as pastas da Cultura e das Relações Exteriores à época (Gilberto Gil e Celso Amorim, respectivamente), estavam criadas as condições para que pudéssemos fazer da Cooperação Internacional Sul/Sul uma ferramenta importante para o trabalho cultural e, por consequência, para a formulação de políticas culturais, incluindo aquelas voltadas para o público afro-latino, que são o foco desta tese. Essa compreensão mais ampla desse novo cenário também está posta por Kraychete e Vitale:

[...] O quadro se complexifica na medida em que o reposicionamento do Brasil na cena internacional envolve atitudes diferenciadas diante dos multilateralismos, das novas configurações regionais, das diferentes estratégias de participação no cenário internacional, da gestão de políticas e projetos. As marcas de um tempo de redefinições são fortemente sentidas no país e nas suas instituições [...] (KRAYCHETTE; VITALE, 2013, p. 7).

Nas reflexões sobre a Cooperação Sul/Sul, tendo como estudo de caso a cooperação entre o Brasil e Moçambique, ficam claras as dificuldades inerentes desse modal de relações internacionais. O marco histórico, considerado por todos, é a Conferência Ásia-África, realizada em 1955 na cidade de Bandung, conforme afirmam Elsa Souza Kraychete e Elga Lessa de Almeida no seu artigo *Cooperação Brasil-Moçambique no governo Lula: marcos para a compreensão de um discurso*:

[...] Dessa Conferência resultou, além da inspiração para a criação do Movimento dos Países Não Alinhados, a ideia de coalização entre países terceiro-mundistas para compartilhar e denunciar as dificuldades de resistir às pressões das grandes potências, manter a sua independência e opor-se ao colonialismo e ao neocolonialismo em um contexto de Guerra Fria [...] (KRAYCHETE; ALMEIDA, 2013, p. 240).

É nessa conferência que se definem os princípios que norteariam as relações entre os países terceiro-mundistas, muito embora a preocupação principal ainda serem as questões relativas à segurança:

1) Respeito aos direitos fundamentais; 2) Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações; 3) Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas; 4) Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outro país; 5) Respeito pelo direito de cada nação defender-se, individual e coletivamente; 6) Recusa na participação dos preparativos da defesa coletiva destinada a servir aos interesses particulares das superpotências; 7) Abstenção de todo ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política

de outro país; 8) Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações, arbitradas por tribunais internacionais); 9) Estímulo aos interesses mútuos de cooperação; 10) Respeito pela justiça e obrigações internacionais (KRAYCHETE; ALMEIDA, 2013, p. 240).

Apesar da retórica igualitária e horizontal e da sua ênfase do valor moral na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, ainda assim há vários percalços na sua trajetória e que têm dificultado as suas ações, particularmente quando se dá na relação Norte/Sul, visto que, conforme afirmam as mesmas autoras:

[...] No caso da ajuda aos países em desenvolvimento, a observância de uma série de condicionalidades exigidas aos países beneficiários já demonstrava que a ajuda prestada não era isenta de interesses e nem sempre coincidia com a real necessidade daquele que buscava ajuda [...] (KRAYCHETE; ALMEIDA, 2013, p. 242).

Um dos esforços que têm sido feitos na Cooperação Sul/Sul é exatamente estabelecer novos paradigmas no âmbito dessa cooperação, onde o relacionamento entre os países deva ser pautado pela parceria igualitária e “pelo reconhecimento das especificidades (ao invés da unidade universalizada) e da capacidade de cada país de desenvolver-se a partir de seus próprios valores” (KRAYCHETE; ALMEIDA, 2013, p. 243). A experiência que o Brasil vem tendo na cooperação com Moçambique revela, segundo as autoras, que ela tem se dado de forma horizontal e que esse formato horizontal, onde não há imposições de condicionalidades, é uma novidade na cooperação que vem sendo praticada entre os países em desenvolvimento, mesmo não sendo desprovida de interesses políticos e comerciais.

Também no trabalho intitulado *Cartografias de ação na América do Sul: uma proposta de abordagem*, realizado por Maria Teresa Franco Ribeiro, professora da UFBA e pesquisadora do Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo), Adriana Melo, professora visitante do Departamento de Geografia (DGEOP/IGC/UFMG), ficcionista, poeta e ensaísta, e Diego Silva, graduando em Geografia pela Universidade Federal da Bahia, encontraremos pistas importantes para entender que:

[...] A cidade contemporânea latino-americana, as grandes cidades dos mundos do Sul, de modo geral, têm mostrado sua pluralidade cultural, econômica, social, política e, também, sua plurinacionalidade, através da realização de diversas manifestações por condições dignas de vida [...] (RIBEIRO; MELO; SILVA, 2013, p. 269).

A América Latina tem tido um processo de modernização marcado por diferenças econômicas gigantescas, assim como nas dimensões culturais e políticas. Esse processo é fruto de uma sociedade fortemente hierarquizada, que reproduz essa hierarquização em todas suas

atividades. Para compreender melhor essas especificidades é que consideramos interessante essa nova dinâmica da cartografia, bem como os seus movimentos, articulações e complementaridades. E a dimensão da cultura nessa nova cartografia é fundamental, sendo mais importante ainda às culturas afro-latinas, por expressarem manifestações de setores e segmentos historicamente excluídos de quase todas as políticas públicas, em especial das políticas públicas de cultura.

Portanto, a inclusão da dimensão cultural nesse consenso de que a cooperação é mais importante do que o conflito, com a introdução das políticas de cultura para os afro-latinos, pode ser atribuída a uma questão de percepção política e de senso de oportunidade por parte do governo brasileiro, em especial das gestões dos ministros Gilberto Gil e Celso Amorim. Nesse sentido, é importante dizer que, apesar dos inúmeros estudos e reflexões críticas sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, notadamente no âmbito Sul/Sul, as reflexões sobre a importância da cultura nesse campo ainda são muito escassas, mesmo sendo a cultura um elemento estratégico para o desenvolvimento dos países no eixo Sul/Sul. Por isso, esta pesquisa contribui, de forma inovadora, para a ampliação dessas discussões.

Conclusão

Busquei ao longo deste capítulo demonstrar que a centralidade da cultura nas relações internacionais, em particular na América Latina, sempre esteve presente nas relações políticas entre as nações, por ser algo incontornável, mas quase sempre de forma subordinada aos chamados interesses maiores explicitados no campo da segurança, do comércio e da política institucional. A novidade da entrada em cena da cultura, no caso brasileiro, é que ela tenha se dado por meio das políticas públicas de cultura para os afro-latinos, tendo em vista as singularidades que as cercam, tanto na sua formulação quanto na sua execução, por conta também do fato dela ser permeada por discriminações de todas as ordens.

Ainda assim, as reflexões e estudos aqui apresentados demonstram que, apesar de todas as dificuldades relatadas, as políticas culturais podem contribuir não só para o desenvolvimento da própria cultura, como também serem parte de uma contribuição civilizatória para o desenvolvimento da humanidade e para a superação dessa demanda histórica por igualdade que os afro-latinos buscam desde sempre.

CAPÍTULO III

3. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES: UM MARCO HISTÓRICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Introdução

Neste capítulo, apresentaremos a história da criação da Fundação Cultural Palmares, com destaque para a mobilização realizada no ano do centenário da abolição da escravidão (1988) que resultou na sua criação enquanto espaço primordial para que o Estado brasileiro assumisse suas responsabilidades no combate ao racismo e na promoção da igualdade, tendo a cultura e as manifestações culturais de origem negra como ferramentas centrais.

Apresentaremos, com breves análises, o cenário político no qual a Fundação Cultural Palmares foi gestada e posteriormente criada, ou seja, no bojo dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1988 que nos legou a chamada “Constituição Cidadã”, que pôs fim aos 21 anos de ditadura militar que o Brasil vivenciou de 1964 a 1985, e à grande ebulição social que o país atravessava naquele momento com a emergência e mobilização de inúmeros grupos sociais subalternizados, dentre eles o movimento negro.

Ainda neste capítulo, será apresentado o conjunto de ações, atividades e eventos que a Fundação Palmares de algum modo articulou, participou e/ou apoiou, e que foram referências para que a instituição e seus gestores compreendessem melhor a dimensão cultural da afro-latinoidade, bem como contribuisse para que a sociedade brasileira, no geral, e a área cultural, no particular, também assim o fizessem.

3.1 Fundação Palmares: uma história coletiva para um objetivo coletivo

A Fundação Cultural Palmares é uma instituição vinculada ao Ministério da Cultura do Brasil. Criada no dia 22 de agosto de 1988, ano do Centenário da Abolição da Escravidão no Brasil, por meio da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, durante a gestão do presidente da República José Sarney.

O ano de criação da Fundação Palmares possui um caráter histórico e emblemático para a democracia no Brasil. Foi o ano da aprovação da Assembleia Nacional Constituinte – a

chamada Constituição Cidadã, fruto da mobilização e organização de inúmeros movimentos sociais e políticos, assim como de direitos individuais e coletivos que estavam represados na sociedade brasileira, por conta da ditadura militar que vitimou o país ao longo de 21 anos (1964/1985). Foi também o ano do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, fato histórico que mobilizou milhares de ativistas do Movimento Negro Brasileiro, bem como parte da sociedade, para a celebração/contestação da referida data, exigindo que o Estado brasileiro adotasse medidas concretas para a superação das consequências nocivas do período escravocrata, ou seja, o preconceito, a discriminação e o racismo.

É desse movimento amplo em torno da retomada do Estado Democrático de Direito e da liberdade de expressão no país que o Movimento Negro Brasileiro emergiu de forma vigorosa, juntamente com outros movimentos sociais, ao final dos anos 1970. Nesse sentido, a criação da Fundação Palmares é parte indissociável da luta democrática ocorrida no Brasil pela derrubada da ditadura militar e retomada da democracia. Ou seja, a Fundação Palmares simboliza a um só tempo a luta pela igualdade racial, social e a defesa da diversidade cultural. É nesse contexto que a Fundação Cultural Palmares assume, a partir de então, a liderança dos debates que envolvem as questões raciais no campo da cultura, assim como na sociedade brasileira em geral. Em certa medida, toma para si a atribuição de discutir as políticas públicas para a redefinição do papel do Estado brasileiro na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial no país.

Para compreendermos a importância da Fundação Palmares naquele contexto da luta política no Brasil, é preciso que compreendamos também a dinâmica que presidia o Movimento Negro Brasileiro naquele período e os impactos que causaram no seu interior a proposta de criação de uma instituição que ocuparia um espaço dentro da estrutura do Estado brasileiro para tratar das questões de ordem cultural e racial da comunidade negra. Daí ser fundamental analisar as condições objetivas que possibilitaram a criação da Fundação Palmares naquele momento. Uma breve análise e algumas considerações sobre as polêmicas e conflitos que a proposta de criação da Fundação Palmares causou no seio do Movimento Negro Brasileiro, até sua aprovação em 22 de agosto de 1988, são mais do que necessárias; trata-se de uma condição incontornável para esta pesquisa.

Muito distinto do que está no imaginário da sociedade, o Movimento Negro Brasileiro sempre foi composto de várias tendências e visões, muitas vezes antagônicas, na compreensão da realidade e do encaminhamento das soluções para o enfrentamento do racismo no Brasil. Esse fenômeno não é novo nem exclusivo desse movimento, em verdade está presente na

maioria dos movimentos sociais organizados, a exemplo do das mulheres, dos sem-terra, do ambientalista etc. As razões dessas divisões não serão aqui aprofundadas por não serem o objeto desta pesquisa, mas possuem fatores e origens distintos que transitam entre as opções ideológicas, religiosas, culturais, regionais e históricas.

Por isso mesmo, vamos nos valer da conceituação de movimento negro que o professor, historiador e escritor Joel Rufino dos Santos (ex-presidente da Fundação Cultural Palmares, 1994-1996) expressava em seus escritos, assim como Fernanda Barros dos Santos, doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apresenta no seu artigo na revista *Tempo & Argumento*. Movimento Negro é:

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros [...]. Entidades religiosas (como terreiros de candomblé, por exemplo), assistenciais (como as confrarias coloniais), recreativas (como “clubes de negros”), artísticas (como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia), culturais (como os diversos “centros de pesquisa”) e políticas (como o Movimento Negro Unificado); e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (SANTOS, 2018, p. 114-182).

Portanto, sempre que utilizarmos as expressões “Movimento Negro Brasileiro” ou “Movimento Negro” neste trabalho, levaremos em conta essa multiplicidade de entidades e ações que a conceituação expressa por Joel Rufino abrange.

O ano de 1988, no Brasil, foi emblemático. Não apenas por conta da aprovação da nova Carta Constitucional, que restaurou a democracia plena no Brasil. Mas também, pelo conjunto de direitos que foram reconquistados após terem sido suprimidos pelo regime autoritário, a exemplo da liberdade de expressão, a eleição direta em todas as esferas públicas, o reconhecimento das terras remanescentes de quilombos e a inscrição no texto constitucional do racismo enquanto crime inafiançável. Em 1988, celebrou-se também o Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, fato histórico dos mais relevantes para a comunidade negra e a sociedade brasileira, por conta da longevidade com que a escravatura se fez presente no país. Este fato provocou uma profunda discussão, em particular nos campos acadêmicos, políticos e da militância antirracista brasileira, por conta das distintas visões existentes sobre o papel que a Abolição da Escravatura teve para a libertação dos escravizados brasileiros. Em 1988, o Brasil fervilhava, de um lado com as discussões sobre a Constituinte, enquanto na comunidade negra

e entre seus aliados, ocorriam centenas de seminários, encontros, passeatas, debates, manifestações, lançamento de livros e publicações as mais diversas por todos os cantos do país, em torno do tema do Centenário da Abolição da Escravatura, e de como esse fato histórico deveria ser analisado, interpretado, enfrentado e superado.

Teses e abordagens as mais distintas foram exaustivamente debatidas. Desde aquelas que negavam pura e simplesmente a Lei Áurea como marco formal do término da escravidão no país, àquelas que consideravam importante o ato formal da libertação dos escravizados, mas que também criticavam as insuficientes ou quase inexistentes medidas adotadas pelo Estado brasileiro para a mitigação dos danos causados pela escravidão, até aquele momento. Havia também aquelas que representavam a narrativa oficial do Estado brasileiro e que pregavam e defendiam a existência de uma democracia racial no país e que por isso mesmo o racismo seria um assunto superado. Para essa corrente, a discussão sobre o centenário era inoportuna, além de correr o risco de introduzir o ódio racial no seio da sociedade brasileira, a exemplo do que ocorria na sociedade norte-americana, causando assim transtornos indesejáveis para o Brasil.

Nos embates ocorridos ao longo do ano de 1988, praticamente todos os segmentos do Movimento Negro Brasileiro participaram ativamente dessa discussão. Parte dele se posicionou de forma clara e contrária diante da proposta de criação de um órgão no aparelho do Estado brasileiro para tratar das questões raciais de maneira mais sistemática. Esse segmento considerou que aquele gesto do governo federal poderia ser uma manobra do governo de então (José Sarney, 1985/1990) para conter e manipular o movimento negro que estava em pleno processo de ascensão na luta de combate ao racismo. Uma preocupação que era legítima e plausível, visto que o Estado brasileiro sempre negou a existência do racismo no Brasil. Mas, havia outra questão grave. Esse segmento do Movimento Negro Brasileiro, particularmente aquelas instituições e lideranças mais ideologizadas e ligadas à esquerda, sempre viu o movimento cultural com desconfiança e até mesmo com preconceito. A cultura e as entidades culturais de origem negra eram vistas por esses segmentos, naquele momento, como se fossem a versão alienada, no campo da negritude, daquilo que a esquerda clássica no Brasil (partidos comunistas) intitulava pejorativamente de “ópio do povo”, que era a religião. Assim, a cultura e as entidades culturais da comunidade negra também eram vistas, em certa medida, como mecanismos alienantes da luta política. Dessa concepção “ortodoxa” da política também vinha grande parte da resistência à criação de uma instituição que tivesse como característica central a Cultura – e a Palmares era antes de tudo uma Fundação Cultural.

Para melhor entendimento dessa questão, que mobilizou parte significativa do movimento negro de então em discussões ácidas, entrevistei para minhas pesquisas sobre a Fundação Cultural Palmares algumas personalidades e lideranças que tiveram, à época, influência direta na consolidação da proposta de sua criação.

Carlos Moura, membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ativista do movimento negro e um dos mais ativos articuladores para a criação da Fundação Cultural Palmares, assim se pronunciou em entrevista ao autor:¹

Produziram-se conteúdos destinados ao resgate dos valores: culturais, políticos, econômicos, religiosos, além de outros, trazidos ao Brasil por africanos e africanas escravizados, todos formadores da sociedade brasileira. Nasciam, assim, os conceitos que deram origem aos principais fundamentos da Fundação Cultural Palmares (MOURA, 2020).

O ex-ministro da Cultura Gilberto Gil, que foi membro do Conselho Consultivo do Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura, afirmou o seguinte:

A criação da Fundação Palmares foi uma resposta aos anseios dos povos negros e negro-mestiços quanto ao reconhecimento da importância da sua história, sua obra e sua cultura na formação do Brasil. Estavam ali presentes os conceitos de resgate e de legado. A sua missão seria o trabalho permanente para a afirmação desse reconhecimento. A visada era o fortalecimento do elo necessário passado/presente/futuro na constituição da ação negra como parte essencial da nação brasileira (GIL, 2019).²

Outro integrante importante desse conselho, o ativista político e cultural João Jorge dos Santos Rodrigues, ex-presidente do Grupo Cultural Olodum e atual presidente (2023-) da Fundação Cultural Palmares, também se manifestou sobre aquele momento histórico, afirmando:

[...] a crítica à cultura era uma crítica que não procedia. Um gaúcho, Oliveira Silveira, mostrou isso. Ele, um poeta, um homem da cultura, foi quem propôs o Dia Nacional da Consciência Negra. O Olodum e o Ilê participaram de várias ações, nos anos 80 e anos 90, significativas para a comunidade negra. O GTI (Grupo de Trabalho Interministerial) é um exemplo. [...] A abertura de embaixadas no continente africano, o apoio do Banco do Brasil e da Caixa Econômica às ações do movimento negro [...].

[...] há um certo setor da militância, dez, quinze, vinte por cento, que parece que torce para que nada funcione, torce para que nada dê certo, sob pena de tirar esse patrimônio do lugar de fala de alguns. Nós temos problemas, nós resolveremos os problemas com a dinâmica que a sociedade brasileira permite (RODRIGUES, 2019).

¹ Algumas das entrevistas citadas nesta pesquisa foram concedidas ao autor antes do início do doutorado, quando da realização da minha dissertação de mestrado (2020). Devido a esse fato, as datas de algumas delas são anteriores ao início do doutorado.

² Entrevista concedida ao autor em 2019 para o mestrado, autorizada para utilização nesta tese de doutorado em 2024.

A criação e composição do Conselho Consultivo do Programa do Centenário da Abolição da Escravatura, realizada pelo governo federal, conforme Portaria nº 314, de 14 de julho de 1987, publicada pelo então ministro da Cultura Celso Furtado, é reveladora, por si só, da importância que esse conselho teve para a aprovação da Fundação Palmares, enquanto instituição do Estado brasileiro. Havia a participação de dezenas de membros da sociedade civil, em sua grande maioria representantes respeitados do Movimento Negro Brasileiro.

Lideranças do movimento negro, personalidades e religiosos/as, como Ana Célia da Silva, do MNU, Adão Ventura, poeta e escritor, o embaixador Alberto da Costa e Silva, Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Carlos Alves Moura, da Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica, reverendo Santana, do Conselho Mundial de Igrejas, João Jorge dos Santos Rodrigues (presidente do Olodum), o deputado federal Abdias Nascimento, a deputada federal Benedita da Silva (PT), o deputado federal Paulo Paim (PT), Lélia Gonzales, ativista feminina, Edmilson Valentim (PCdoB), o deputado federal Carlos Alberto Caó (PDT), Clóvis Moura (antropólogo), Cândido Mendes (escritor), Mestre Didi (sacerdote), Décio Freitas (historiador), Gilberto Gil (cantor), José Carlos Capinam (poeta), Joel Rufino dos Santos (historiador), Marcos Terena (indígena), Martinho da Vila (cantor), Mãe Stella de Azevedo (sacerdotisa), Milton Gonçalves (ator), Zezé Mota (atriz), dentre outros, contribuíram decisivamente para consolidar a ideia de que era importante construir e deixar um legado institucional do Centenário da Abolição da Escravatura e assim dar a consistência social necessária para a responsabilização do Estado brasileiro do seu papel fundamental, por meio de políticas públicas a serem adotadas no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial.

Na instalação do Conselho, ocorrida no dia 21 de março de 1988, data em que as Nações Unidas celebram o “Dia Internacional Pela Eliminação da Discriminação Racial”, o presidente Sarney consolidou o processo, afirmando:

Não cabe ao Estado brasileiro conduzir as comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura como se detivesse ele a chave de interpretação da nossa história. Determinei ao ministro da Cultura, Dr. Celso Furtado, que as comissões criadas para esse propósito funcionassem tão somente como órgãos de apoio às próprias iniciativas da sociedade, à militância dos movimentos negros e aos projetos por eles mesmos propostos em todo o território nacional, em simpósios, debates, seminários, conferências, publicações e outras manifestações. Quando necessário, esse apoio será também material. E, por isso, estou abrindo um crédito especial para as comemorações (BRASIL, 1988).

Com esse discurso e as alianças construídas no seio do Movimento Negro Brasileiro estava consolidada a criação da Fundação Cultural Palmares, e coube ao Parlamento sua

aprovação no dia 20 de abril de 1988, por meio do Projeto de Lei nº 549/1988, enviado pelo Executivo.

Um detalhe importante desse processo é que apesar das inúmeras resistências que havia no Parlamento, o projeto foi aprovado praticamente por unanimidade, tendo como único voto contrário o do representante do Partido dos Trabalhadores (PT), que por meio do seu líder de então, o deputado federal Eduardo Jorge, justificou o seu voto contrário por estar seguindo a orientação do Conselho do Negro, órgão interno do partido. Faziam parte daquela mesa diretora: Arnaldo Faria de Sá, (PTB), Carlos Alberto Caó dos Santos (PDT), Eduardo Jorge (PT), Aldo Arantes (PCdoB), Augusto Carvalho (PCB), Siqueira Campos (PDC), Inocêncio de Oliveira (PDS), Genebaldo Correia (PMDB), Gerson Peres (PDS) e César Maia (PDT) (ARAÚJO, 2020, p. 55).

Portanto, a Fundação Cultural Palmares não é uma instituição qualquer, criada a partir do bolso do colete de um político sagaz, um burocrata esperto ou um ministro sensível. É fruto de um movimento amplo, diverso e de um momento histórico singular na trajetória do país. A Palmares é filha diletta da grande mobilização nacional que empolgou o país em 1988, no qual as mulheres, os movimentos dos direitos humanos, da defesa das crianças e combate à intolerância religiosa se uniram aos partidos políticos, para defender o retorno da democracia ao nosso país. A Palmares é a vitória mais importante do Movimento Negro Brasileiro no século XX. Teve origem na sociedade, foi aprovada pelo Congresso Nacional e foi a primeira instituição do Estado brasileiro incumbida de elaborar políticas públicas de combate ao racismo e promoção da igualdade, a partir da valorização, preservação e difusão das manifestações culturais de origem negra no país.

A Fundação Cultural Palmares assume, a partir de então, a liderança dos debates que envolvem as questões raciais no campo cultural. Toma para si a atribuição de discutir as políticas públicas para a redefinição do papel do Estado brasileiro na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial. Torna-se protagonista de uma história permeada por sucessos, mas também por equívocos e traumas. Foi a primeira instituição pública a debater as cotas nas universidades. Coordenou os debates e assumiu a liderança da participação brasileira na III Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, África do Sul, em 2001. Liderou a campanha pelo combate à intolerância religiosa. Coordenou, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, realizada pela Unidade Africana e pela ONU. Publica centenas de livros para a formação de professores e lideranças, para atender à Lei nº 10.639/2003. Certificou, até agora, mais de 5.000 comunidades remanescentes de quilombos, possibilitando-lhes o acesso aos bens e serviços públicos, além

do direito à cidadania. Essas e muitas outras iniciativas que reafirmam a contribuição da cultura negra na formação do Brasil tiveram a ação consciente da Palmares.

No entanto, a Fundação Palmares também viveu momentos de angústia e incertezas em vários momentos da sua existência, quando por várias vezes teve o seu funcionamento questionado, seja pelo por órgãos de controle do aparelho do Estado, seja por parlamentares e setores conservadores da sociedade brasileira, que viam na ação da Fundação Palmares o uso indevido de recursos orçamentários e financeiros do Estado. Mais recentemente, até mesmo dirigentes da própria instituição contribuíram para essa visão negativa da Fundação e puseram em dúvida a missão da Palmares, ao acusarem-na de, ao longo dos últimos anos, estar a serviço de um único campo ideológico da sociedade brasileira – o chamado “marxismo cultural”.³

Na quadra atual, a Fundação tem procurado o diálogo com as comunidades negras da América Latina, além da intensificação das suas ações junto aos países africanos, em particular os países de língua portuguesa, na busca de fortalecer suas raízes comuns.

3.2 Fundação Palmares: um espelho da luta contra o racismo institucional no Brasil

Logo após a aprovação da criação da Fundação Cultural Palmares pelo Congresso Nacional, interesses e reivindicações da comunidade negra brasileira, que estavam represados de há muito, foram quase que automaticamente direcionados para a instituição que nascia. Até porque, a Fundação Palmares na sua criação exibia objetivos bastante abrangentes, embora voltados para a área cultural, a exemplo do artigo primeiro do seu estatuto: “Promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.”⁴

Nessa formulação cabia quase tudo. Desde a defesa dos territórios remanescentes de quilombos até o intercâmbio cultural entre o Brasil e o continente africano. Além disso, havia uma enorme expectativa para com a instituição, tendo em vista o seu pioneirismo. Afinal, os

³ **Marxismo cultural:** o “marxismo cultural” é o que se pode chamar de uma “teoria da conspiração” que foi difundida pelo conservadorismo da extrema direita estadunidense a partir dos anos 1990. Trata-se de uma forma de marxismo, como alegam esses grupos conservadores, que engloba termos econômicos a termos culturais via Escola de Frankfurt. Segundo os extremistas de direita, o “marxismo cultural” teria se infiltrado nas sociedades ocidentais com o objetivo final de destruir suas instituições e valores tradicionais através do estabelecimento de uma sociedade global, “igualitária” e multicultural (LOPES, 2019; SCHMIDT, SANTOS, 2019).

⁴ Links do Estatuto e do Regimento Interno da Fundação Cultural Palmares: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17668.htm. Acesso em: 13 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menu-acesso-a-informacao/legislacao/regimento-interno-anexo.pdf>.

tempos eram de redemocratização da sociedade e a esperança era grande. Em verdade, a Fundação Palmares tentou ser uma espécie de “abre alas” do grande desfile de reivindicações que a comunidade negra tinha acumulado ao longo dos últimos 100 anos pós-abolição da escravidão. Não fosse o racismo institucional arraigado nas estruturas de governo do país, teria conseguido responder a contento esses desafios; não fossem os entraves, as resistências e quase nenhum recurso orçamentário/financeiro destinado à instituição no processo de materialização da decisão política adotada pelos parlamentares de criação da instituição.

Por conta dessa ação silenciosa, porém eficiente, muito da energia daqueles que estavam dispostos a transformar em realidade o sonho de milhões de afro-brasileiros teve que ser desviado para ações mezinhas de manutenção da frágil estrutura administrativa. Para tanto, o movimento negro teve que contar com muita determinação e habilidade no seu enfrentamento e superação. Segundo a pesquisadora Fabiana Guimarães Xavier afirma em sua dissertação de mestrado, a precariedade é mais visível ao se analisar os orçamentos da Fundação Palmares ao longo dos anos.

Embora a Palmares tenha sobrevivido aos desmanches e negligência dos órgãos de cultura, ainda hoje não ocupa, dentro da estrutura política e institucional do Estado, o mesmo lugar de importância que a cultura negra tem para a formação e desenvolvimento da cultura no Brasil, o que fica muito claro quando analisamos os orçamentos da instituição (XAVIER, 2018, p.17).

Para que tenhamos ideia da fragilidade material que a Fundação Palmares viveu nos seus primeiros dias, Xavier nos informa:

Com orçamento inicial de CZ\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzados) – o equivalente a R\$ 850.982,48, em moeda atual – sendo CZ\$ 5 milhões para a constituição inicial do patrimônio da Fundação e para as despesas iniciais de instalação e funcionamento e a quantia de CZ\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados) destinados ao patrimônio da Fundação Cultural Palmares, a FCP inicia seus trabalhos, instalada no subsolo de um prédio, ocupando uma área de 1.300 m² e em condições precárias de funcionamento (XAVIER, 2018, p. 34).

Em 12 de julho de 1989, o presidente nomeado da Fundação Cultural Palmares, Carlos Alves Moura, publicou portaria tornando público “os critérios básicos para operacionalizar o processo de implantação do quadro de pessoal da FCP”. O processo seletivo previa o aproveitamento de servidores federais efetivos e de servidores que estavam prestando serviço ao Programa Nacional Centenário da Abolição de Escravidão. Os candidatos a integrar o quadro funcional da Palmares seriam escolhidos por comissão avaliadora, que obedeceria como referência primeira critérios como formação “*latu sensu*”, experiência profissional e necessidades específicas da Fundação.

Ou seja, quase um ano após sua criação pelo Congresso Nacional, a FCP só existia cartorialmente e não possuía qualquer estrutura administrativa ou física para o seu funcionamento. Mas as tentativas de impedir o funcionamento da Fundação Palmares não cessavam por aí, e o processo seletivo, para composição do quadro de funcionários do órgão, foi barrado pelo Ministério da Administração, que entendia que a investidura para os cargos só poderia ocorrer mediante concurso público, posto que assim determinava a Constituição Federal então aprovada em 1988. Para Moura, “buscava-se uma filigrana administrativa para impedir o funcionamento da instituição afro-brasileira” (MOURA, 2020). Dessa forma, a FCP começou os seus trabalhos com quadro de servidores absolutamente reduzido, em espaço físico precário e contando apenas com os integrantes do Procen (Programa do Centenário da Abolição).

E, mais uma vez, Carlos Moura e sua equipe tiveram que buscar aliança e apoio de setores do movimento negro e daqueles aliados políticos que trabalhavam no campo da cultura negra, assim como no Parlamento, para não só resistir tanto à inanição orçamentária/administrativa de que a FCP padecia quanto ao boicote político que havia recrudescido no Congresso Nacional.

Entre as instituições vinculadas do Ministério da Cultura, a Fundação Casa de Rui Barbosa e a Fundação Cultural Palmares, que é responsável pela Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro bem como de promover e preservar a cultura de origem negra no Brasil, são as instituições com os menores orçamentos nesse período.

Se compararmos o orçamento da Palmares com a previsão de recursos do MinC, essa diferença fica ainda mais gritante. Como podemos observar na tabela abaixo, uma pequena parte dos recursos do Ministério são destinados à Fundação.

Quadro 1 – Comparativo da previsão orçamentária do MinC e da FCP (2003-2010)

Ano	MinC	FCP	%
2003	924.508.189,95	32.542.946,91	3,520%
2004	1.011.033.694,76	45.449.236,56	4,495%
2005	1.280.931.122,30	34.795.540,01	2,716%
2006	1.368.102.967,64	27.444.235,41	2,006%
2007	1.289.356.356,33	42.983.946,55	3,333%
2008	2.053.126.270,57	61.493.335,26	2,995%
2009	2.283.276.235,57	34.192.921,59	1,497%
2010	3.589.805.649,82	35.777.511,4	0,996%

Fonte: XAVIER, 2018, p.115.

Se analisarmos as previsões orçamentárias do MinC e Palmares com um pouco mais de atenção, veremos que a evolução percentual do orçamento da Fundação Cultural Palmares, em relação aos recursos totais do Ministério da Cultura, é abaixo da variação do MinC. No Quadro 1 acima, constatamos que, no período de 2003/2010, excetuando alguns picos como nos anos de 2003, 2004, 2007 e 2008, onde a transferência de recursos do MinC para a Palmares previstos em LOA atingiram uma média de 3,5%, nos demais anos o crescimento da previsão orçamentária da Palmares em relação ao MinC gira em torno de 1,3%, em média.

Mas, é em 1990, na gestão do presidente Fernando Collor de Mello, que a Fundação Palmares vive sua primeira grande crise. Assim relatada pelo ex-presidente da instituição Carlos Moura:

Em março de 1990, a nova administração propõe a extinção sumária da Fundação Cultural Palmares. Foi preciso encetar uma campanha na Câmara dos Deputados para evitar o pior. Corria-se o risco de se perder uma instituição legitimada por segmentos discriminados. Uma instituição destinada, entre outros pressupostos, a resgatar e consolidar o patrimônio histórico afro-brasileiro; fomentar o desenvolvimento humano das comunidades negras no Brasil; impulsionar e apoiar lideranças comunitárias negras; fomentar o desenvolvimento humano das comunidades remanescentes dos quilombos (MOURA, 2008, p. 14).

Segundo Xavier, no ano de 1991, o orçamento da Fundação Palmares é reduzido a mais de um terço dos recursos do exercício anterior:

Fernando Collor de Mello, então presidente do Brasil, extingue o Ministério da Cultura e várias de suas instituições vinculadas, mas, por interesses políticos e pessoais, relativos a negociações com empresários do ramo açucareiro de Alagoas, mantém a Fundação Cultural Palmares. No entanto, esse corte orçamentário brusco denota a tentativa de inviabilizar o trabalho do único órgão federal responsável por proteger e promover a cultura negra no país, um indício de como o racismo estava impregnado nas instituições públicas e de como o Estado, mesmo mantendo a Palmares, deixava claro que, naquele momento, o nível de importância da instituição, bem como de todo campo cultural, era baixíssimo para o governo. (XAVIER, 2018, p.119)

Esse risco identificado por Moura tem pairado como uma sombra ao longo de toda a existência da Fundação Palmares. Outros episódios demonstram isso com clareza, a exemplo do ocorrido em 2002, durante o período de transição para o governo Lula (2003/2006), quando setores do Partido dos Trabalhadores, vinculados ao grupo que estava formulando a estrutura administrativa da Seppir (Secretaria Especial de Promoção de Políticas para Igualdade Racial), apresentaram a proposta para que a Fundação Palmares saísse do âmbito do Ministério da Cultura e fosse incorporada à estrutura da Seppir, tendo em vista as várias interfaces que havia entre o trabalho dessa nova secretaria e a Fundação Palmares, a exemplo do combate à

intolerância religiosa e a defesa das terras remanescentes de quilombos. Fato este que causou forte reação não só em vários segmentos culturais do Movimento Negro Brasileiro, assim como o próprio ministro da Cultura Gilberto Gil reagiu duramente à proposta, que posteriormente veio a ser abandonada.

O período de funcionamento mais tranquilo e produtivo da Fundação Palmares, e não à toa, é o período quando a instituição consegue exercitar com maior presteza o cumprimento da sua missão, mesmo com as dificuldades orçamentárias, são os dois governos do presidente Lula, nos quais estiveram à frente do Ministério da Cultura dois ministros sensíveis e engajados na luta antirracista: Gilberto Gil e Juca Ferreira, ambos baianos. Isso porque, a Fundação Palmares não só contou com o apoio irrestrito do ponto de vista institucional do Ministério da Cultura, particularmente no tocante as suas ações no plano internacional, bem como na suplementação das suas verbas orçamentárias, realizadas a partir das descentralizações de recursos oriundos do próprio gabinete ministerial. Além disso, esses ministros puseram o seu capital político e simbólico à disposição da Palmares para que ela pudesse impulsionar ações importantes tanto internamente como externamente.

Dois exemplos foram marcantes nesse sentido: a participação da Fundação Palmares como coordenadora das atividades culturais da II Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora, realizada na cidade do Salvador/Bahia/Brasil, em 2006, que contou com a presença de mais de 3.000 intelectuais afrodescendentes, assim como de 13 chefes de Estado, dentre eles o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. E a coordenação do III Festival Mundial de Artes Negras (Fesman), realizado em Dakar/Senegal, no ano de 2010, que contou com uma delegação de 465 artistas e intelectuais brasileiros.

No campo específico de nossa análise sobre o trabalho da Fundação Palmares na América Latina, o I e II Encontro Ibero-Americano de Ministros da Cultura da América Latina para uma Agenda Afrodescendente nas Américas foram ações marcantes da instituição, visto que produziram dois documentos importantes, aprovados por unanimidade pelos ministros da Cultura e representantes dos países presentes para nortear ações conjuntas e articuladas entre os países latino-americanos na preservação, valorização e difusão das manifestações culturais de origem negra da região, assim como por parte dos organismos multilaterais presentes nos referidos encontros, a exemplo da Unesco, da Organização dos Estados Ibero-Americanos e Secretaria-Geral Ibero-Americana e da Associação Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. O primeiro encontro foi realizado em Cartagena das Índias, na

Colômbia (16 a 18 de outubro de 2008), e o segundo, na cidade de Salvador, Bahia (24 a 26 de maio de 2010).

Outras iniciativas relevantes da Fundação Palmares, no campo da América Latina, foi a criação do I Observatório Afro-Latino (em 2008), o I Seminário Internacional Intercâmbios Afro-Latinos, realizado nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, de 2 a 8 de agosto de 2007, além dos eventos que foram derivados dos protocolos firmados pela Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura e Ministério das Relações Exteriores do Brasil, como exposições, palestras, oficinas e publicações sobre a temática afro-latina, nos Estados de Alagoas, Rio de Janeiro e Bahia, além das cidades de Quito e Esmeralda, no Equador.

Também nesse período, avanços importantes foram realizados, a exemplo da instalação da Fundação em um novo espaço, com as condições físicas adequadas para o seu funcionamento, e da reforma administrativa que deu à Fundação Palmares uma estrutura funcional e de recursos humanos mínima para o desempenho das suas atividades. Entretanto, ainda assim, a instituição sofreu fortes resistências na sua atuação junto a setores governamentais importantes como a área da educação, como por exemplo: A Lei nº 10.639/2003, que estabelece obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira, é um exemplo clássico. Sua implementação encontra resistências até os dias atuais, conforme afirmam Débora Kelly Ferreira Vasconcelos e Patrícia Formiga Maciel Alves, da Universidade Federal de Pernambuco, no artigo: *As dificuldades de implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no ambiente escolar* (2024);⁵ o gabinete institucional da Presidência da República (que interferiu diretamente na elaboração das portarias de titulação das terras remanescentes de quilombos, referente ao Decreto nº 4.877/2003); e a área da infraestrutura – com insuficiência permanente no quantitativo de servidores, bem como o diminuto orçamento da Fundação Palmares (XAVIER, 2018) –, revelando o grau de dificuldade ainda existente no campo institucional diante da luta para a superação do legado discriminatório que a escravidão deixou ao país.

Nos governos da presidente Dilma Rousseff (2011/2016), foi retomado o caráter restritivo e de pouca importância no trato do governo federal para com a Fundação Palmares, que ocorria nos governos anteriores ao do presidente Lula. A presidente tratou a Fundação Palmares e, de modo mais amplo, a questão racial como classicamente a esquerda a tratava nos anos 1970/1980, colocando-a no campo da pobreza. Esse posicionamento retomava um discurso

⁵ Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v13n2a2024-69548>. Acesso em: 15 jan. 2025.

anacrônico do ponto de vista racial, pois considerava que, resolvendo-se a questão da pobreza, seria resolvida a questão racial. Como se a questão racial brasileira pudesse ser resolvida exclusivamente com a dimensão econômica, fato este largamente contestado por análises e estudos de vários segmentos e intelectuais da luta de combate ao racismo no Brasil e no mundo. E, mais uma vez, a instituição teve enormes dificuldades para o desenvolvimento das suas atividades, notadamente no campo das ações vinculadas aos territórios remanescentes de quilombos, que passaram a ser objeto de questionamentos, notadamente dos setores militares do seu governo.

No entanto, é na gestão do então presidente da República, Jair Bolsonaro, e do então presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, que a instituição sofreu o ataque mais violento, severo e sistemático nos seus 36 anos de existência. Em verdade, a Fundação Palmares foi o alvo principal para os experimentos de desconstrução de toda e qualquer política pública vinculada à cultura no âmbito do governo federal. Durante os quatro anos da gestão do então presidente da República, a Fundação Palmares foi alvo do mais profundo processo de desmonte que uma instituição pública poderia sofrer no aparelho do Estado.

O que ocorreu na Fundação Palmares, no período de 2019/2022, foi algo mais letal do que a maldade de um dirigente mal-intencionado ou de uma mera perda de prioridade das questões relativas à promoção da cultura negra no país. Promoveu-se a destruição de um símbolo de luta e resistência, dos sonhos de igualdade, diversidade, fraternidade e de respeito ao outro, à religião do outro, à origem do outro. O objetivo fundamental era deixar claro que a missão para a qual a Fundação Palmares tinha sido criada não cabia nos princípios norteadores da gestão pública do então presidente da República, e para tanto era necessário desconstruir tijolo por tijolo tudo aquilo que representasse, mesmo que simbolicamente, os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade.

É bem verdade que esse objetivo de destruição das políticas públicas estava presente em todos os setores da cultura: patrimônio, memória, linguagens, produção de conhecimento, literatura, enfim, tudo aquilo que significasse inteligência, civilidade, cidadania. Mas, na Fundação Palmares essa ação ganhou uma intensidade jamais vista. Havia uma intencionalidade muito clara por parte do governo de então em fazer da destruição da Fundação Palmares um exemplo para aquilo que seria feito com as demais políticas culturais do Estado brasileiro.

Na sua dissertação de mestrado intitulada: *O acervo da vergonha: atos e institucionalidades na Fundação Cultural Palmares*, Lucas dos Santos de Paulo afirma que os

alvos principais dessa ação destruidora foram os livros, a leitura e o conhecimento. E por isso mesmo todo o acervo que se encontrava na Biblioteca da instituição, intitulada “Biblioteca Oliveira Silveira”, em homenagem a um dos grandes líderes do movimento negro e criador do Dia Nacional da Consciência Negra, foi intitulada de “Acervo da Vergonha” e apartada da instituição física e ideologicamente:

A biblioteca da Fundação, intitulada de Biblioteca Oliveira Silveira, que presta homenagem ao Oliveira Ferreira da Silveira, poeta e intelectual negro, é formada por diversas obras bibliográficas e museológicas (como quadros, vasos, cerâmicas, estátuas, ferramentas do período colonial etc.). Para além do valor cultural e histórico, artístico e documental, em 2021 parte do acervo da FCP foi classificado por Sérgio Camargo como “vergonhoso” e, posteriormente, realocado para o espaço “Acervo da vergonha” (PAULO, 2024, p. 13).

A biblioteca da Fundação Palmares foi criada em minha gestão como presidente, no ano de 2009, “com o objetivo de ser referência em relação à história e à cultura da população afro-brasileira” (PAULO, 2024, p. 67). Possuía inicialmente mais de sete mil exemplares, incluindo livros, periódicos, fotos, cartazes, entre outros (FPC, 2010). O acervo tinha acesso aberto ao público em geral, auxiliando na busca por informações sobre a cultura negra, e foi atualizado em 2010, conforme afirma o autor. Rapidamente ganhou o apoio de inúmeros escritores e intelectuais negros que passaram a doar seus acervos pessoais para a Fundação. Já no ano de 2013, a biblioteca possuía mais de 16 mil exemplares, contando, em seu acervo, com obras de Wilson Lins, Simone de Beauvoir, Samora Machel, Octávio Ianni, Nelson Werneck Sodré, Max Weber, Marilena Chauí, Marco Antônio Villa, Luiz Câmara Cascudo, Leandro Konder, Karl Marx, John Reed, Florestan Fernandes, Emílio Durkheim, Celso Furtado, Bernardo Ricupero, Alex Tolstoi, Aimé Césaire, dentre outros, todas doadas gentilmente, muitas delas pelos próprios autores.

Foi parte desse acervo que, após avaliação do então presidente da Fundação Palmares Sérgio Camargo, em 2021, deveria ser eliminado: “ao menos 54% do acervo deveria ser excluído por abordar temáticas que fugiam à missão institucional, como o marxismo, a revolução sexual, e a bandidolatria, nas palavras do presidente” (PAULO, 2024, p. 68). Na verdade, o ataque ao livro, à biblioteca, ao conhecimento, à informação histórica não era algo desprovido de lógica, nem muito menos de uma intenção clara em desconstruir tudo aquilo que havia sido tecido ao longo de anos pelo Movimento Negro Brasileiro e que se condensava na experiência que a Fundação Palmares vinha desempenhando. Políticas públicas para livro e leitura na América Latina têm um sinal considerado perigoso por fascistas e racistas, pois “é pensar na transformação e emancipação dos sujeitos e na construção de uma sociedade “[...]”

não mercantilizada, que não se fundamenta no dinheiro, no lucro, na reificação e na alienação” (PAULO, 2024, p. 60). Não nos esqueçamos que todas as vezes em que o Brasil aderiu a regimes autoritários, a primeira vítima foi o livro, a exemplo do que ocorreu no Estado Novo, quando o Instituto Nacional do Livro serviu para “propaganda política e censura à liberdade de expressão de autores brasileiros, como Jorge Amado. As obras do escritor baiano foram reprimidas em nome da moral e dos bons costumes, discurso que instaura a cultura de censura no Brasil” (OLIVEIRA; SILVA; CASTRO, 2018).

O ataque à Fundação Palmares não se restringiu ao conhecimento, mas também a sua estrutura administrativa. Em 2018, foi instituído Plano de Integridade da Fundação Palmares, lastreado por uma portaria publicada, ainda no governo do presidente Michel Temer (Portaria nº 1.089/2018 - Programas de Integridade) do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, na qual o governo federal orientava as suas instituições sobre o que deveria ser entendido como “integridade pública”

Integridade pública refere-se ao alinhamento consistente e à adesão de valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados no setor público. A qualidade daquele que se comporta da maneira correta, honesta e contrária à corrupção (BRASIL, 2018).

Este Plano de Integridade, que foi aprovado pelo Comitê de Governança da Palmares, instituído pela Portaria FCP nº 248, de 3 de outubro de 2018, que aparentemente buscava orientar a instituição e seus servidores a não incorrerem em atos atentatórios à boa governança, foi instrumentalizado para paralisar praticamente todas as iniciativas, programas, projetos e ações que a Fundação Palmares vinha desenvolvendo há anos, muitas delas inclusive articuladas com organismos internacionais, a exemplo da Unesco, da Segib, da CPLP, assim como com organismos e governos nacionais. Além disso, o Plano de Integridade promoveu a redução de cargos, funções e responsabilidades que a instituição possuía e que eram de fundamental importância para a preservação, promoção e difusão da cultura afro-brasileira, conforme consta nos seus estatutos.

As principais ações derivadas desse Plano de Integridade foram perseguições, assédio e discriminações de todas as ordens aos servidores/as que ousaram dar continuidade ao seu trabalho laboral de forma republicana. A situação tornou-se tão grave que o juiz Gustavo Carvalho Chehab, da 21.^a Vara do Trabalho de Brasília, decidiu pelo afastamento do então presidente da Palmares Sérgio Camargo, conforme sentença proferida em 11 de outubro de 2021.

CONCEDO PARCIALMENTE a tutela de urgência para impor as seguintes obrigações de não fazer de caráter inibitório, com o fim de coibir eventuais práticas tidas, a princípio, como abusivas: i) proibição de nomear, de transferir, de ceder, de devolver ou de exonerar servidores públicos fundados em critérios ideológicos, partidários, raciais, discriminatórios ou motivados por perseguição ou por assédio moral; ii) proibição de admitir, de impedir, de não renovar, de dispensar ou de indicar para não aproveitamento de empregados terceirizados fundados em critérios ideológicos, partidários, raciais, discriminatórios ou motivados por perseguição ou por assédio moral; iii) proibição de elaboração e de transmissão a quem quer que seja de lista de empregados terceirizados indesejados em razão de critérios ideológicos, partidários, raciais, discriminatórios ou motivados por perseguição ou por assédio moral; e iv) não submeter, não permitir e não tolerar a exposição de trabalhadores, independentemente da natureza do vínculo, a atos, práticas e situações de assédio moral, de perseguição, de práticas vexatórias, de intimidação, de humilhação, de pressão psicológica, de condutas abusivas, de constrangimentos, de ofensas, de ameaças, por qualquer meio ou forma, especialmente as advindas de gestores, administradores, diretores e outras chefias e coordenação ou que, de alguma forma, causem riscos à integridade física, psicológica ou moral a esses trabalhadores (CHEHAB, 2021, p. 51-52).

Em 2023, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2022 para a Presidência da República pela terceira vez, a Fundação Palmares retoma sua missão inicial, tendo como seu novo presidente o líder e ativista do Movimento Negro Brasileiro, João Jorge dos Santos Rodrigues, ex-presidente do Grupo Cultural Olodum, grupo esse consagrado nacional e internacionalmente com relevantes serviços prestados à valorização das manifestações culturais de origem negra no Brasil, em particular a música.

É louvável o empenho que a gestão liderada por João Jorge vem realizando no sentido de recuperar o protagonismo da Fundação Palmares junto à sociedade brasileira, isto porque, na gestão de Sérgio Camargo, por motivos meramente ideológicos, nomes importantes que representam e representaram a comunidade negra brasileira em todos os tempos foram retirados da lista de personalidades negras da Fundação Cultural Palmares, a exemplo do sambista Martinho da Vila, da ativista e líder dos travestis no Rio de Janeiro, Madame Satã, bem como da cantora e deputada estadual por São Paulo Leci Brandão, da deputada federal Benedita da Silva, do Rio de Janeiro, da ativista do meio ambiente e ministra Marina Silva e até mesmo de nomes consagrados como a cantora Elza Soares e o do músico e ex-ministro da Cultura Gilberto Gil, que foram excluídos sob a alegação de que representavam o “marxismo cultural” e que deveriam ser substituídos por pessoas que “têm valor”, segundo o então presidente da Fundação Palmares.

Essa medida foi revogada com a publicação da Portaria n.º 73, de 3 de abril de 2023, que, em sequência, deu causa à publicação da Portaria n.º 329, de 16 de novembro de 2023, que reprimou os nomes originalmente contidos na lista e, para além disso, instituiu a Comissão de

Análise de Personalidades Notáveis Negras no âmbito da FCP. Essa nova comissão, formada com 40% de participação da sociedade civil, vem trabalhando para estabelecer uma nova dinâmica de indicação e inclusão de homenageados na lista, de modo a democratizar a participação social e popular nessa importante iniciativa da Fundação Palmares.

Outra medida anulada foi a exclusão do histórico logotipo da FCP, que retrata o machado de Xangô de maneira estilizada e simbólica. Na gestão liderada por João Jorge dos Santos Rodrigues (2025), o machado de Xangô foi restaurado e utilizado de maneira a conectar a instituição às tradições das religiões de matriz africana, em especial a Xangô, orixá que remete à justiça e à sabedoria. O machado duplo de Xangô reforça a conexão da FCP com as tradições de matriz africana e com a identidade negra do Brasil.

Segundo o presidente da Fundação Palmares:

Outra medida descontinuada diz respeito à priorização do dia 13 de maio (assinatura da Lei Áurea) em detrimento ao dia 20 de novembro (Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra). Embora esta gestão reconheça a importância de ambas as datas, nas últimas décadas, o movimento negro brasileiro e a própria historiografia reconhecem o dia 13 de maio ocorreu sem qualquer reparação para a população negra que, além disso, era criminalizada por práticas como a capoeira e o samba, mesmo após a abolição. A população negra foi impedida de receber educação formal, receber salários e exercer a cidadania mesmo após a abolição. O 20 de novembro, por outro lado, marca o assassinato de Zumbi de Palmares e remete à resistência quilombola que foi fundamental para impulsionar os movimentos abolicionistas e criaram, de fato, a camada mais importante de enfrentamento ao sistema escravagista vigente no Brasil. Com essa correção, a FCP passou a frequentar a Serra da Barriga, monumento histórico que abrigou a sede do Quilombo dos Palmares e que hoje é reconhecida como Patrimônio Cultural da Unesco. A nova gestão estabeleceu parceria com o Tik Tok para modernizar as instalações do Parque Memorial Serra da Barriga, revitalizando placas, áudios e equipamentos culturais para a recepção de usuários e visitantes durante todo o ano (RODRIGUES, 2025).

Ainda segundo o presidente João Jorge Rodrigues,

Outro objetivo desta gestão é deixar um legado de ampliação da estrutura da FCP. Atualmente, a Fundação é o órgão do Executivo Federal com o menor orçamento disponível e o menor quadro de servidores efetivos. Essa gestão acredita que a cultura afro-brasileira merece mais do que a mera sobrevivência institucional: merece protagonismo. Por isso, a luta pela ampliação do orçamento e do quadro funcional da Fundação Cultural Palmares é uma prioridade. A estrutura atual da FCP não condiz com a importância histórica e social da sua missão (RODRIGUES, 2025).

Enfim, as dificuldades inerentes ao período crítico que a sociedade brasileira vive são consideráveis – tais como orçamento diminuto (o orçamento da Palmares continua sendo o menor entre todos os órgãos que fazem parte do sistema MinC) –, contingenciamentos e incompreensões do próprio governo sobre o papel estratégico que a Fundação Palmares possui

para o enfrentamento do racismo e a promoção da igualdade. Contudo, a situação é ao menos respirável, do ponto de visto democrático. Por isso mesmo, a luta pelo fortalecimento dessa importante instituição precisa ter foco e precisão. E, para tanto, o Movimento Negro Brasileiro terá que estar unido, além de fortalecido, e fortalecer a luta democrática em defesa do respeito à diversidade. E, por fim, faz-se necessário incluir na agenda política nacional a luta pela promoção da igualdade racial como algo de todos que são democratas e progressistas, visto que a promoção da igualdade, além de um avanço civilizatório, é uma necessidade humana e consequentemente cultural.

Conclusão

Ao longo deste capítulo, identificamos que, fora o período dos dois primeiros governos do presidente Lula (2003/2011), a Fundação Palmares tem vivido um conjunto de dificuldades e ataques deliberados por parte de variados setores do aparato estatal, que têm dificultado sobremaneira a sua atuação de forma plena, conforme determina o seu estatuto. Não fosse o fato da Fundação Palmares ter sido fruto de uma ampla mobilização democrática e ser instituída por meio de Lei, votada pelo Congresso Nacional e consequentemente incorporada ao aparelho do Estado, muito provavelmente já teria sido extinta.

Também identificamos que, apesar de todos os obstáculos que lhe são interpostos, por parte das mais variadas matizes ideológicas que têm governado o país, ainda assim, a Fundação Palmares tem dado uma grande contribuição para a valorização, preservação e difusão das manifestações culturais de origem negra no país, assim como para o combate ao racismo e a promoção da igualdade, bem como para a ampliação do intercâmbio cultural, tanto internamente quanto com o continente africano e a América Latina.

CAPÍTULO IV

4. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DIPLOMACIA CULTURAL NO PROGRAMA INTERCÂMBIO AFRO-LATINO

Introdução

Para Carlos Drummond de Andrade, poeta maior da sociedade brasileira, o diálogo significava a “capacidade de expressar os próprios pensamentos e de suportar as ideias dos outros” (DRUMOND, 1977).

No poema, intitulado “Constante Diálogo”, ele diz: “Escolhe teu diálogo e tua melhor palavra ou teu melhor silêncio. Mesmo no silêncio e com o silêncio dialogamos”. Embora, muito provavelmente, essa consciência não tivesse sido elemento disparador para a cooperação no campo da cultura afro-latina, o diálogo sempre esteve presente na elaboração do Programa Intercâmbio Afro-Latino, apesar de tomado pelo silêncio entre as culturas de origem negra no Brasil e na América Latina. Isso porque, havia um diálogo nesse silêncio e bastou que fossem dadas condições às intuições e observações para que o diálogo real fosse estabelecido e as instituições pudessem reconhecer as enormes convergências existentes entre o Brasil e a América Latina, no campo das culturas afro-latinas e, mais particularmente ainda, entre o Brasil, a Colômbia e o Equador.

Neste capítulo, analisaremos os diálogos, as inferências e as convergências que o trabalho desenvolvido pela Fundação Cultural Palmares, no período de 2003/2010, teve com os ministérios da Cultura da Colômbia e do Equador.

Antes de abordarmos o tema propriamente dito, que é a verificação da diminuta, porém valiosa, participação da cultura, em particular da cultura afro-latina (mesmo existindo o reconhecimento quase que unânime da importância das políticas culturais nos países desenvolvidos), nas agendas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, notadamente na América Latina, farei uma breve análise sobre as origens, etapas e concepções que têm norteado esse modelo de cooperação pelo mundo, além da sua presença ainda incipiente na América Latina, visto que ainda persistem entendimentos bastante amplos e conflitantes sobre a natureza, importância e formas que o caracterizam.

No segundo momento, buscarei analisar de forma breve como vem se dando a presença brasileira e da cultura afro-brasileira, tanto na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento quanto na Cooperação Sul/Sul, bem como de que forma a cultura tem sido abordada enquanto elemento importante para o desenvolvimento da cooperação nos países latino-americanos a partir da gestão do presidente Lula no Brasil.

No terceiro momento, farei uma análise da diplomacia cultural, dimensão ainda incipiente na diplomacia brasileira, mas que ganhou força, notadamente no período analisado, talvez por ter à frente dos ministérios da Cultura e das Relações Exteriores dois gestores (Gilberto Gil e Celso Amorim, respectivamente) que, além de possuírem fortes afinidades culturais, também compartilhavam a mesma visão quanto à importância da cultura enquanto um elemento da diplomacia brasileira.

No quarto momento, apresentarei as circunstâncias, cenários e conjuntura política na qual o Programa Intercâmbio Afro-Latino foi elaborado e posteriormente executado, tais como o I e II Encontro Ibero-Americano para uma Agenda Afrodescendentes nas Américas, a turnê do Ilê Aiyê ao Equador, especialmente à cidade de Esmeraldas, e o Observatório Afro-Latino compuseram parte do programa. Nesse sentido, farei também uma breve análise dos protocolos de intenções e programas executivos firmados com esses países sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores e que ancoraram o programa.

Também apresentarei um conjunto de depoimentos sobre o período pesquisado, realizado por meio de entrevistas com ex-ministros, estudiosos, diplomatas e gestores da área cultural, tanto dos ministérios da Colômbia, do Brasil e do Equador quanto do Ministério das Relações Exteriores.

Por fim, apresentarei algumas experiências de cooperação internacional desenvolvidas pelo Brasil, Colômbia e Equador no campo da cultura afro-latina, ocorridas nos mandatos do presidente Lula no Brasil (2003/2010) e dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira no Ministério da Cultura do Brasil, por meio da Fundação Cultural Palmares, finalizando com o indicativo que a cultura afro-latina teve sim um papel inédito e interessante na cooperação entre o Brasil, a Colômbia e o Equador, no campo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento na América Latina.

4.1 Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)

Alguns estudiosos e pesquisadores da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) indicam que os seus primeiros passos ocorreram ainda no século XIX, por meio das potências europeias, as quais, via a chamada assistência humanitária moderna, destinavam pequenas ajudas para o desenvolvimento das suas colônias no período entreguerras. Posteriormente, os Estados Unidos têm sido apontados, como o país que inicia verdadeiramente esse tipo de cooperação quando, por meio de incentivos financeiros, cria e viabiliza o Plano Marshall, destinando mais de 18 bilhões de dólares para a recuperação econômica do continente europeu, particularmente de países como Inglaterra, França e Itália, que estavam com suas economias destroçadas no pós-Segunda Guerra Mundial. Essa cooperação estadunidense, que possuía dois objetivos básicos – o comercial/econômico e o geopolítico – e que visava à contenção do comunismo na região, praticamente consolidou um modelo de cooperação que vigorou durante muito tempo entre as potências ocidentais e suas periferias.

Para administrar o Plano Marshall foi criada, em 1948, a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), que foi substituída em 1961 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), vigente até os dias atuais e que desde essa época conta com a presença dos Estados Unidos e do Canadá na sua organização. É nesse período que a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento estabelece as suas bases permanentes, tendo como cenário político o contexto da Guerra Fria (um mundo bipolar onde Estados Unidos e União Soviética lideravam blocos políticos e conflitavam seus interesses de forma agressiva e permanente), e que também foi de um crescimento econômico mundial jamais visto.

Nas palavras de Iara Costa Leite (Doutora em Ciência Política pelo IESP/UERJ e pesquisadora do Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul):

Se, a princípio, a CID se configurou como expediente temporário no âmbito da disputa bipolar, posteriormente evoluiu para a formação de um regime internacional pautado, em grande medida, pela profissionalização das agências prestadoras de cooperação e pela emergência de *constituencies* pró-desenvolvimento internacional dentro dos países desenvolvidos (COSTA LEITE, 2012, p. 9).

Segundo a autora, esse modelo internacional, ao longo do tempo, foi se transformando, na medida em que houve uma evolução do próprio conceito de desenvolvimento no mundo. Enquanto nas décadas de 40 e 50 esse modelo era em grande medida bilateral e focava na melhoria da infraestrutura dos chamados países em desenvolvimento, o foco da cooperação era baseado num tipo de desenvolvimento econômico no qual o crescimento da renda nacional era

o referencial, o qual deveria ou poderia ser alcançado por meio de uma “rápida industrialização”. Ou seja, o subdesenvolvimento era entendido via padrões analíticos puramente econômicos e que, para superá-lo, esses países deveriam seguir rigorosamente os padrões dos países desenvolvidos, pois a razão do subdesenvolvimento era decorrente da falta de capital e de conhecimentos técnicos para a industrialização. Nesse modelo, os doadores tinham como missão, a exemplo do ocorrido no Plano Marshall, preencher esses espaços vazios. Além disso, os países receptores das doações (os subdesenvolvidos) eram obrigados a adquirirem bens e serviços do país doador para que assim pudessem “definir e monitorar padrões globais em áreas chave do desenvolvimento” (PORTAL OCDE, 2016).¹

Assim, essa modelagem da CID, representando uma primeira etapa da sua concepção, era definida por meio da promoção do desenvolvimento econômico e social de países menos desenvolvidos (receptores) via diferentes estratégias, podendo ser efetivada por meio de transferência de recursos financeiros e/ou de conhecimentos técnicos especializados.

Ao longo das décadas de 60 e 70, muitas transformações foram aditadas a essa concepção inicial, influenciadas muitas vezes pelas ideias dependentistas, desenvolvidas a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), pelos países em desenvolvimento que buscavam a ampliação do conceito de cooperação, a fim de que o mesmo fosse aplicado também no espaço comercial, no aumento dos fundos de cooperação pelas instituições multilaterais, assim como na destinação de fundos oficiais para o planejamento familiar, pois o aumento populacional era visto, de forma equivocada, como um dos entraves para a superação das dificuldades nesses países e conseqüentemente para o alcance do pleno desenvolvimento.

Nesse período, também houve um conjunto de publicações de renomados economistas que atribuíam o fracasso do modelo anterior ao fato de não ter havido a devida atenção ao setor agrícola no tocante ao desenvolvimento econômico. Para esses economistas, o desenvolvimento industrial estava ligado diretamente ao desenvolvimento das áreas rurais, e que estas deveriam fornecer o alimento, trabalho e capital para o setor industrial, “além de servir de mercado para produtos industriais locais e gerar divisas em moeda externa, por meio de exportações, para as importações necessárias para o avanço industrial”. Outro aspecto importante desse período é o vigoroso questionamento sobre o modelo ocidental de desenvolvimento servir obrigatoriamente de paradigma para os demais países, ainda mais em se tratando de um período em que os países

¹ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi criada em 1960, substituindo a Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OECE). A sede da OCDE está localizada em Paris, na França.

em desenvolvimento tinham desemprego e subemprego em massa e os países desenvolvidos testemunhavam movimentos estudantis e ambientalistas em plena efervescência. Nesse sentido, a recomendação era que a pauta para o desenvolvimento deveria ser de “políticas voltadas para aumento da produção para políticas de manutenção de emprego, passando a produção de bens de fim a meio para garantir o emprego” (COSTA LEITE, 2012).

Conforme afirma Costa Leite, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento acompanhou essa trilha, até porque foi fortemente influenciada pelas recomendações da Organização Internacional para o Trabalho (OIT). Assim, também nesse período, surge a preocupação com a pobreza, de modo que as ações voltadas para o desenvolvimento ganham o foco de “necessidades humanas básicas”, desbancando as ações voltadas unicamente para o crescimento de longo prazo. Para tanto, adotaram-se as políticas intersetoriais que destinavam financiamentos para educação e saúde básicas, estradas, esgotos etc., desde que beneficiassem os pobres. Embora tenha havido resistências dos governos dos países beneficiários dessa cooperação, as agências de desenvolvimento internacional as adotaram com grande ênfase, visto que havia uma forte preocupação de que esse modelo de desenvolvimento assimétrico, desigual, produtor de exclusões e pobreza pudesse levar a uma radicalização política de tal ordem nesses países que viesse a ameaçar os países desenvolvidos.

Com a estagnação econômica e a presença de governos conservadores na maioria dos países industrializados, houve uma redução substancial nesse modo de cooperação internacional, pois a mesma era vista como ineficaz, visto que mesmo após mais de 30 anos de execução seus resultados eram considerados pífios, sendo introduzido então um novo modelo de cooperação para o desenvolvimento, a partir dos anos 2000, com o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e posteriormente a Agenda de Paris sobre Eficácia da Ajuda. A partir desses eventos, são introduzidos novos mecanismos de avaliação sobre a efetividade das cooperações, com o estabelecimento de novas regras que deveriam ser seguidas tanto pelos doadores como pelos receptores. Essa nova modalidade da CID que está em plena vigência, porém, tem sofrido fortes críticas, pois aos olhos dos países receptores além de não incorporar novas temáticas, a exemplo da mudança climática, não reconhece novos atores da cooperação internacional, expressando em grande medida a visão e os interesses estratégicos dos países doadores (COSTA LEITE, 2012).

4.2 Cooperação Sul/Sul (CSS)

É nesse contexto que a Cooperação Sul/Sul (CSS) aparece, onde um conjunto de países, com situações assemelhadas do ponto de vista econômico, chamados do “Sul Global” se articulam em torno de objetivos comuns, tais como a promoção dos seus desenvolvimentos e a defesa das suas soberanias. Dois eventos são marcantes no início desse movimento: a Conferência de Bandung (Afro-Asiática), em 1955, primeira conferência mundial sem a presença dos Estados Unidos, da União Soviética e da Europa; e o Movimento dos Não Alinhados, em Belgrado, em 1961, onde ficou expressa a necessidade desses países defenderem suas autonomias diante das novas ameaças colonialistas frutos da Guerra Fria. Os primeiros resultados dessa articulação Sul/Sul são as criações do Mercado Comum da América Central (1960); da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (1960); da Organização da União Africana (1963); da União Econômica e Aduaneira da África Central (1964); da Associação das Nações do Sudeste Asiático (1967); e do Pacto Andino (1969) (COSTA LEITE, 2012, p. 15).

Aqui é importante destacar e contextualizar do ponto de vista político as origens da Cooperação Sul/Sul (CSS). Logo após a Segunda Guerra Mundial, segundo análise de Bruno Ayllón, doutor em Ciência Política pela Universidade Complutense de Madri (UCM), em *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento* (AYLLÓN, 2014), os processos de descolonização na África e na Ásia, além de serem acelerados, ocorreram ao mesmo tempo em que a renovação da consciência latino-americana no tocante ao “atraso estrutural” que a região estava submetida desde sempre, estimulada, por sua vez, pela criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Nesse sentido, a efervescência política deslocou-se dos países centrais capitalistas para as periferias em desenvolvimento. Tudo isso expresso de formas dramáticas e violentas, a exemplo das guerras coloniais na Argélia e na Indochina, bem como os processos libertários e revolucionários na África e na América Latina. A luta político-ideológica entre o capitalismo e o comunismo abarcava praticamente todo o mundo e por conta disso se dá o início da chamada Guerra Fria, tendo como seus principais contendores os Estados Unidos e a União Soviética.

Outro elemento importante que impulsiona a criação da CSS é que quando da realização da Conferência de Bretton Woods, em 1944 (com a presença de 45 países aliados), momento em que se reestrutura a economia mundial, na qual os Estados Unidos seriam os grandes beneficiários, possibilitando que o mesmo, dali por diante, comandasse

as finanças do mundo, os chamados países subdesenvolvidos foram literalmente ignorados, embora representassem do ponto de vista numérico a maioria dos países da Assembleia Geral das Nações Unidas. Por conta disso e em reação a essa exclusão, esses países conseguem introduzir o tema do desenvolvimento na agenda internacional, obrigando os países centrais a criarem o Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Unfed), que tinha como objetivo principal a transferência de recursos dos países ricos para projetos de infraestrutura nos países pobres. Apesar desse avanço, os países em desenvolvimento continuaram considerando que essa medida era insuficiente para o atendimento dos problemas estruturais que esses países viviam.

No entanto, o grande momento, ainda segundo Ayllón, que marca definitivamente a Cooperação Sul/Sul foi a aproximação entre Índia e China: “A visita de Zhou En Lai, primeiro-ministro chinês, à Índia – em abril de 1954, com o objetivo de negociar a resolução do conflito bilateral do Tibete –, serviu para afirmar os cinco princípios da coexistência pacífica:

- i) o respeito mútuo da integridade territorial e da soberania;
- ii) a não agressão mútua;
- iii) a não ingerência mútua;
- iv) a igualdade e o benefício mútuos;
- v) a coexistência pacífica” (AYLLÓN, 2014, p. 60).

Os cinco princípios elencados acima vão, em certa medida, balizar as relações internacionais entre os países do “Sul Global”, o Movimento dos Países Não Alinhados (MNOAL), a Cooperação Sul/Sul, assim como a própria ONU, via “Resolução sobre Coexistência, em 11 de dezembro de 1957”. Ou seja, foram dados passos firmes no sentido de alterar as relações internacionais em torno dos interesses dos países em desenvolvimento.

A Conferência de Bandung é outro marco histórico na consolidação da Cooperação Sul/Sul, pois instaura um período de “solidariedade estimulante”, onde o “intercâmbio horizontal de especialistas, a assistência técnica, a perícia tecnológica e o estabelecimento de instituições regionais de pesquisa e capacitação” (AYLLÓN, 2014, p. 61) seriam os instrumentos utilizados. A declaração final expressa a vontade política dos líderes dos países em desenvolvimento, ao incluir itens que têm norteado a Cooperação Internacional Sul/Sul até os dias atuais, a exemplo do “respeito aos direitos humanos fundamentais e aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, o reconhecimento da igualdade entre todas as raças e entre todas as nações, grandes e pequenas, emprego de soluções pacíficas em todos os conflitos

internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, promoção dos interesses mútuos e da cooperação” (AYLLÓN, 2014, p. 61).

Em verdade, a Conferência de Bandung tem funcionado como o grande farol na orientação para a Cooperação Sul/Sul. Para Ayllón, sua importância política foi fundamental para fazer avançar a cooperação política entre sociedades com características semelhantes que se encontravam na periferia do sistema internacional, por meio de caminhos alternativos, autônomos e independentes, diante da magnitude do conflito da Guerra Fria, a partir da identificação de interesses mútuos e do rechaço ao colonialismo e a suas manifestações econômicas, políticas e intelectuais. Em suas palavras:

Não é possível compreender a lógica da CSS sem fazer referência ao processo de surgimento da consciência do Sul e de sua manifestação nas relações internacionais da segunda metade do século XX. Este processo tem início com os armistícios das guerras da Coreia e da Indochina (AYLLÓN, 2014, p. 60).

Por isso mesmo, vários autores indicam que o nascimento e o fortalecimento da CSS se dão devido às “frustrações com o modelo de cooperação vigente”, de um lado e de outro por conta da “conscientização dos países em desenvolvimento da necessidade de ser parceiros integrais no processo de solução de seus problemas, e não apenas recebedores passivos de ajuda externa” (AYLLÓN, 2014, p. 64).

Acompanhando os estudos de Ayllón, ele afirma que:

Uma das principais tendências das relações internacionais contemporâneas é a ascensão econômica e política de certos atores estatais e transnacionais do “Sul global”, expressão cunhada no final da Guerra Fria para fazer referência aos países e às sociedades em desenvolvimento do hemisfério Sul, bem como a outros localizados no hemisfério Norte, que possuem indicadores de desenvolvimento médios e baixos. Estes países são na maioria jovens nações africanas e asiáticas, mas também Estados latino-americanos independentes há mais de dois séculos (AYLLÓN, 2014, p. 57).

Essa designação “Sul Global” representa um conjunto de países em desenvolvimento, distintos em suas origens, tradições políticas e históricas, com olhares e práticas distintas tanto do ponto de vista do exercício do poder quanto culturais, mas todos submetidos a uma lógica assimétrica e desigual forjada a partir dos interesses dos países centrais. A maioria desses países considerados jovens (africanos, asiáticos) é aliada de nações latino-americanas, com independência formal há mais de 200 anos. O fato é que mais de 150 países soberanos fazem dessa articulação Sul-Sul um “espaço de resistência híbrido” ao “Norte Global”. Nesse grupo, estão presentes agentes públicos e privados que têm como eixo organizador a construção de uma “globalização contra-hegemônica”, conforme afirmam Ayllón *et al.* (2014, p. 57).

Três fenômenos têm caracterizado essa articulação do “Sul Global” e se materializado na Cooperação Sul/Sul:

- i) o deslocamento do eixo gravitacional do crescimento da economia mundial;
- ii) a difusão estrutural do poder ocasionada pela diplomacia enérgica e multidirecional aplicada pelos emergentes, o que tem gerado mudanças na governança global política e econômica; e
- iii) a progressiva perda do monopólio do poder por parte das potências ocidentais depois de cinco séculos de hegemonia no concerto internacional.

Fonte: AYLLÓN, 2014, p. 58.

Apesar de vivermos num cenário internacional marcado pela crise econômica cujas vítimas principais são os países do “Sul Global”, aqueles com desenvolvimento mais avançados estão consolidando esse modelo de cooperação, proporcionando assim a ampliação do incremento de programas e projetos, além da ampliação das discussões na OCDE e na ONU.

É nesse cenário, no qual países emergentes como o Brasil se inseriram até 2015, o momento em que a crise econômica mundial gerada pela desvalorização cambial, queda de preços de *commodities* e fuga de capitais alcança o país (fazendo com que seja um dos mais afetados, por conta da crise política e de governabilidade que estava vivendo). Mas, ainda que convivendo com fragilidades institucionais, desigualdades gigantescas e bolsões de miséria e pobreza, o Brasil avançou. Portanto, será com esse olhar que analisarei a presença brasileira na Cooperação Internacional Sul/Sul, bem como sua contribuição no âmbito da CSS e a introdução da variável cultura, embora tímida, na cooperação internacional na América Latina.

4.3 Diplomacia cultural brasileira

Para o escritor e diplomata Antônio Houaiss, apesar da relação orgânica que a diplomacia possui com a cultura, a literatura sobre o assunto ainda era muito escassa nos circuitos acadêmicos brasileiros, quando o então diplomata Edgar Telles Ribeiro ousou tratar do tema, em 1989, o qual ele prefaciou. Segundo Houaiss, “[...] Não deixa, assim, de ser estranho que a questão da diplomacia como relações culturais – ou das relações culturais como objeto da diplomacia – seja de uma peregrina pobreza bibliográfica” (RIBEIRO, 1989, p.18).

Isso porque, para Houaiss:

Em verdade, as relações culturais vêm sendo antes matéria de prática real do que de teorização ou mesmo avaliação, sobretudo quando se trate de avaliação em abstração, que se faça como conjunto de noções depreendidas da realidade prática anterior e destinada a uma prática subsequente, colegiada, mais consequente e fecunda (RIBEIRO, 1989, p. 18).

Ou seja, Houaiss afirma que as relações culturais no âmbito da diplomacia sempre foram um dado importante nas relações internacionais, embora não tenham sido objeto de grandes reflexões ao longo do tempo, em particular na diplomacia brasileira. O próprio autor, o embaixador Edgard Telles Ribeiro, que apresentou sua tese de promoção para ministro de Segunda Classe, intitulada *Diplomacia cultural, seu papel na política externa brasileira* (RIBEIRO, 1989), no Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, também faz afirmações nesse sentido, ao dizer que “Claro está que a vida cultural internacional não constitui propriamente um fenômeno recente, nem é uma invenção da era eletrônica” (RIBEIRO, 1989, p. 22). Até porque, segundo o autor, praticamente todos os países desenvolvidos se valem, há muito tempo, das múltiplas interligações culturais, até porque “o intercambio cultural, na medida em que possibilita a transferência de um povo a outro de experiências, ideias e patrimônios valiosos, prolonga, enraíza, consolida e preserva uma atmosfera que favorece o entendimento”. E afirma:

O cinema, os meios eletrônicos de divulgação, a publicidade, entre muitos outros fatores que possam ser aqui invocados, de certa forma alteram costumes e hábitos, exercendo influências sobre culturas que por vezes chegam a ser dramaticamente ameaçadas em sua identidade (RIBEIRO, 1989, p. 23).

Para a época, o trabalho de Ribeiro, foi seminal e apontava aos seus colegas diplomatas do Itamaraty a importância estratégica que a diplomacia cultural poderia ter nas políticas de relações internacionais do Brasil. Arguia o então embaixador que quase todos os países desenvolvidos “tiram enorme partido da emergência do fator cultural” (RIBEIRO, 1989, p. 24). E continuava: “Valendo-se dessas avenidas espontaneamente abertas pelos homens, multiplicam suas interligações culturais e, por meio delas, circulam ideias, impõe produtos e negocia alianças” (RIBEIRO, 1989, p. 24).

O Brasil, argumentava o autor, possui uma “cultura tão rica, dinâmica e variada quanto a de nossos vizinhos de terceiro ou primeiro mundo” (RIBEIRO, 1989, p. 26). E, por isso mesmo, não poderia nem deveria abrir mão desse ativo cultural em prol dos interesses mais diversos da nação brasileira, fosse no campo da segurança, do comércio ou do meio ambiente.

Indo mais adiante, afirmava:

A cultura brasileira, ou as culturas brasileiras, podem e devem, assim, constituir matéria-prima para a aceleração de nossos processos de aproximação bilateral, regional e internacional, com outros povos e seus governos. No dia em que isso ocorrer, os benefícios logo se farão sentir, e em todos os campos de nosso intercâmbio. É só questão de tempo, confiança, imaginação e trabalho (RIBEIRO, 1989. p. 26).

Ribeiro alertava, ainda, que no campo das relações internacionais a cultura passava a ter um papel cada vez mais relevante e que o Brasil não poderia ignorar esse cenário, particularmente o Ministério das Relações Exteriores:

Em consequência, a cultura – entendida ainda aqui no sentido mais abrangente que lhe confere a antropologia – passa a ocupar um lugar de crescente importância na política internacional. Para muitos autores, inclusive, após as revoluções agrária, industrial e tecnológica, estaríamos agora às voltas com uma revolução cultural – viabilizada pela revolução tecnológica, mas que em muito transcenderia os contornos desta última (RIBEIRO, 1989, p. 23).

Já àquela época, Ribeiro (1989) estava convencido de que a cultura, além de seus predicados intrínsecos, poderia desempenhar um papel estratégico para a consecução dos objetivos brasileiros no cenário internacional, fossem eles de ordem política, econômica ou comercial. Por isso, afirmava:

O Brasil tem um papel e, mais do que isso, uma responsabilidade nesse campo – sobretudo se desejar que suas próprias mensagens de natureza política, comercial, econômica ou de assistência técnica encontrem maior ressonância internacional. Esse papel, naturalmente, só pode ser desempenhado em escala compatível com seu peso específico no cenário internacional. Mas tem que ser desempenhado (RIBEIRO, 1989. p. 25).

A embaixadora Maria Elisa Teófilo Luna,² que foi chefe de divisão no Departamento de África, do Ministério das Relações Exteriores, no período de 2003 a 2008, e que trabalhava em estreita ligação com a Fundação Alexandre de Gusmão, instituição vinculada ao Itamaraty, ao ser entrevistada para esta pesquisa também se manifestou positivamente sobre o conceito defendido por Ribeiro, afirmando que embora não houvesse àquela época uma definição clara sobre o conceito de diplomacia cultural no Itamaraty, na gestão do ministro Celso Amorim esse conceito foi levado à prática, particularmente no tocante à cultura negra e em estreita parceria com a Fundação Palmares, tanto na cooperação com os países latino-americanos quanto com o continente africano, em especial com a CPLP. Dois eventos, a seu ver, foram marcantes nesse período: A II Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora, realizada em Salvador, em

² Embaixadora Maria Elisa Luna, lotada atualmente em Trinidad Tobago.

2006, e o II Fesman – Festival Mundial de Artes Negras, que ocorreu na cidade de Dakar/Senegal, em 2010.

Segundo Luna, havia uma intenção clara do Departamento e mais especificamente da divisão na qual ela trabalhava de abrir politicamente diálogo com a África pela via da cultura, e para tanto o Ministério da Cultura e a Fundação Palmares eram parceiros fundamentais (LUNA, 2024).³

Após 14 anos (1989/2003) dessas afirmações fazerem parte dos anais dos altos estudos do Itamaraty, o ministro da Cultura Gilberto Gil, juntamente com o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim transformaram essa expectativa apontada pelo embaixador Edgard Telles Ribeiro em realidade, ao colocar em andamento a diplomacia cultural brasileira, em sua quase inteireza, particularmente nas relações com a América Latina e com o continente africano. E, nesse sentido, a Fundação Palmares cumpriu um papel relevante por meio das suas políticas culturais voltadas para os afrodescendentes brasileiros, assim como por meio do intercâmbio cultural com os países africanos e os afro-latinos.

Na quadra atual, o antigo Departamento Cultural do Itamaraty foi alçado à condição de Instituto Guimarães Rosa (IGR), criado em 2022, como parte das celebrações do bicentenário da Independência do Brasil, e que está voltado à diplomacia cultural e educacional do Brasil, tendo como missão elaborar as diretrizes da política externa brasileira no âmbito das relações culturais e educacionais, com atribuições importantes, como a promoção da língua portuguesa, a negociação de acordos no âmbito das relações culturais e educacionais e a difusão no exterior da arte e da cultura brasileira. Isso é revelador que a cultura passou a ter um outro tratamento no Itamaraty, assumindo a condição de elemento se não estratégico, mas de relevância na diplomacia brasileira, visto que ganhou uma estrutura semelhante a que vários países do primeiro mundo possuem.

O Instituto Guimarães Rosa possui uma estrutura assemelhada a outros institutos internacionais, a exemplo do Camões (Portugal), Goethe (Alemanha) e Cervantes (Espanha), e coordena 24 unidades administrativas no exterior (são os antigos Centros Culturais Brasileiros), todas vinculadas e subordinadas às embaixadas brasileiras e aos consulados no exterior que trabalham na promoção da língua e da cultura brasileira.

Outra análise interessante sobre a diplomacia cultural brasileira foi publicada, em 2010 – pelas pesquisadoras Leila Bijos, doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB),

³ Entrevista concedida ao autor em dezembro de 2024, Trinidad Tobago.

pesquisadora visitante da Universidade da Califórnia em San Diego, U.S.A. e da Universidade de Tsukuba, no Japão, e Verônica Arruda, bacharel em Relações Internacionais pelo UDF e mestranda pela Universidade de Brasília, membro do núcleo de pesquisa Laboratório de Política Internacional, sob a coordenação da Profa. Dra. Leila Bijos –, o ensaio intitulado *A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira* (2010), onde analisam de forma acurada a diplomacia cultural nos períodos dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. As autoras afirmam de saída que no período:

A diplomacia cultural emerge como uma das mais completas ferramentas capazes de consolidar a posição brasileira em lugar destacado no cenário internacional, por permitir um intercâmbio entre os ganhos de cunho político, econômico e de cooperação (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 34).

Dando sequência às suas análises, as autoras lembram que a “França foi pioneira ao incorporar a cultura em favor de sua política externa, mesmo antes do século XIX, ainda nos reinados de Luis XIII e XIV” (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 36). Do mesmo modo, os Estados Unidos, no período da Guerra Fria, onde o conflito era acirrado com a União Soviética e seus aliados, produziram um poderoso e eficiente arsenal ideológico cultural, sintetizado no *slogan* “*American way of life*” (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 37); assim como a Espanha, por meio do Instituto Cervantes e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional; e Portugal, por meio do Instituto Camões. Apesar das formas distintas que cada um desses países operam a diplomacia cultural, todos possuem um objetivo em comum:

a diplomacia cultural é responsável por criar e implementar projetos nos quais a cultura será difundida, atuando na defesa dos valores nacionais, visando à inserção internacional daquele país (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 37).

Segundo as autoras, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil adotou uma agenda de negociações internacionais, onde a democratização e a abertura econômica eram os carros-chefes, no plano interno, fato este que contribuiu para uma leitura positiva da política externa brasileira. Apesar de no seio do Itamaraty existirem distinções conceituais entre um governo e outro quanto às ênfases e aos objetivos que deveriam se dar no plano externo, as autoras consideram que os dois governos deram contribuições importantes no campo da diplomacia cultural.

De um lado, estavam os institucionalistas pragmáticos do governo Fernando Henrique Cardoso, que priorizavam as relações do Brasil com os chamados regimes internacionais, por meio da noção de “soberania compartilhada”, conforme afirmam as autoras, acreditando que todos os países deveriam respeitar as regras do jogo, defendendo “valores universais”, inclusive

os países desenvolvidos inferindo que isto era algo positivo para o desenvolvimento econômico do Brasil, fazendo com que as relações internacionais brasileiras com os países do primeiro mundo fossem as prioritárias e que por via de consequência seriam uma contribuição importante na construção da liderança brasileira na América do Sul. Por conta dessa concepção, o Brasil, nesse período, priorizou as relações com os países do primeiro mundo em detrimento dos países vizinhos, em particular aqueles que constituem a América Latina, e até mesmo de países emergentes como a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul.

A outra linha de pensamento político dentro do Itamaraty, conhecida como autonomista ou nacionalista, que foi protagonista no governo Lula, tinha como objetivo principal “tornar o Brasil uma liderança regional e utilizar essa posição para se tornar uma potência mundial” (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 42). E, nesse sentido, o presidente Lula foi explícito em declaração dada logo após a sua eleição em 2002. “Queremos impulsionar todas as formas de integração da América Latina que fortaleçam a nossa identidade histórica, social e cultural.”⁴

A partir dessa orientação do então presidente da República, segundo as autoras, o Brasil:

busca a liderança na região como forma de alcançar seus objetivos globais, o Brasil lidera as Forças de Paz da ONU no Haiti, aportando recursos financeiros, desenvolvendo projetos sociais, treinando sua força militar, com uma visão de orientar as diretrizes da política externa brasileira para um cenário internacional que lhe traga maiores resultados e benefícios concretos para a sociedade (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 42).

É nesse contexto que o ministro da Cultura Gilberto Gil toma posse em 2003, lastreando sua gestão em três dimensões culturais: a simbólica, a econômica e a cidadã. Todas elas importantes para o novo momento que o Brasil e o mundo viviam. No campo simbólico, a ideia era de valorização do patrimônio cultural brasileiro, colocando-o como ativo importante, tanto interna quanto externamente, no campo econômico, a partir do entendimento de que a cultura era também um bom negócio, que gerava emprego e renda para milhões de pessoas e que deveria ter a atenção governamental sem preconceitos; e no campo da cidadania, com a ênfase na defesa da ampliação do acesso aos bens culturais por parte de toda a população, em particular os segmentos mais carentes. Tudo isso terminou por desaguar nas relações internacionais, segundo as autoras. Ou seja:

Reforçar a cultura brasileira, sua difusão no exterior, a constituição de um setor empresarial forte de produção e difusão, o grau de diversidade cultural e acesso, enfim, reforçar a identidade cultural do país e a sua capacidade de

⁴ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Compromisso com a mudança. Brasília: Presidência da República. Discurso proferido em São Paulo, em 28 out. 2002.

produzir e difundir esta cultura são metas governamentais, que visam impactar diretamente o desenvolvimento do país e sua inserção no mundo globalizado (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 47).

A materialização dessas diretrizes traçadas pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério das Relações Exteriores esteve presente, por exemplo, na “Agenda para o Desenvolvimento”, que foi elaborada pelo MinC e pelo governo argentino com o objetivo de criar um programa no âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). Esteve presente também na participação brasileira na Rede Internacional de Políticas Culturais, no encontro entre ministros da cultura para a aprovação da convenção da Unesco (a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - 2005). Assim como na participação da Comissão Interamericana de Cultura da Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (CIAD), na qual a Fundação Cultural Palmares teve atuação intensa (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 48).

O que podemos inferir, tanto das abordagens realizadas pelo embaixador Edgard Telles Ribeiro, bem pelas pesquisadoras Leila Bijos e Veronica Arruda, é que a diplomacia cultural é um instrumento importante para as relações internacionais e que no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva essa diplomacia foi utilizada com intensidade jamais vista nos governos anteriores, notadamente nas gestões dos ministros Gilberto Gil (Ministério da Cultura) e Celso Amorim (Ministério das Relações Exteriores), com objetivos claros de reparar injustiças históricas e projetar novos paradigmas sobre a compreensão que o governo possuía sobre o papel da cultura nas suas relações internacionais.

4.4 O Brasil na Cooperação Sul/Sul

É quase unanimidade no mundo acadêmico brasileiro, ao menos entre aqueles que se debruçam sobre os estudos das relações internacionais, que a partir do governo do presidente Lula a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) ganhou grande impulso, além de assumir novo perfil.

O trabalho de Haroldo Ramanzini Junior e Mariano e Almeida, *As diferentes dimensões da Cooperação Sul/Sul na política externa brasileira* (2015), deixa isso muito claro. Para eles, a política externa brasileira no período define de forma contundente a mudança de orientação que o Brasil imprimiria nesse campo. A partir de então, dois aspectos chamam a atenção: uma ação mais internacionalista do país, com claro protagonismo do Brasil, assim como uma aproximação também clara com os países do Sul Global, adotando, por conseguinte, o discurso

de que a CSS (Cooperação Sul/Sul) teria características e objetivos bastante distintos da CSN (Cooperação Sul/Norte), pois não teria condicionalidades na sua implementação.

Apesar dos avanços ocorridos no período acima citado, tanto a presença brasileira na Cooperação Sul/Sul quanto uma definição clara dos objetivos que o Brasil deseja nessa seara são aspectos ainda em construção, necessitando de uma sistematização mais precisa e de ampliação do debate. Só em 2010, o governo brasileiro realizou o primeiro levantamento das atividades nesse campo, estudo esse realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, sob a orientação do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) onde se busca “identificar, resgatar e sistematizar os dados e as informações do investimento público para atividades, projetos e programas da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional no período 2005-2009” (IPEA, 2010, p. 12). Ainda assim, podemos identificar alguns elementos norteadores da cooperação brasileira, tais como: o respeito à soberania, a solidariedade entre os povos e a não interferência nos assuntos internos dos países parceiros. Estes princípios, aliás, estão presentes historicamente nas relações dos países que são designados como do Sul Global e simbolizam uma relação horizontal com benefícios mútuos, distinta, portanto, da cooperação vertical dos países centrais.

Evidente que há controvérsias quanto a essa ausência de condicionalidades na cooperação brasileira, de certo na própria Cooperação Sul/Sul. Por isso mesmo, “o Brasil vem se empenhando em apoiar os esforços de outros países no sentido de superar os desafios ao desenvolvimento, a partir do compartilhamento de conhecimentos, experiências bem-sucedidas e oferta de insumos de diferentes naturezas” (IPEA, 2010. p. 10).

Por conta da escassez de documentos oficiais sobre a política de cooperação internacional e a inexistência de uma orientação política clara que defina a estratégia do governo nessa área, não há um planejamento de médio prazo, comprometendo assim uma ação mais proativa e articulada, com resultados mais eficazes. Há também outro dado na cooperação brasileira: “O caráter descentralizado das ações implementadas pelas instituições do governo federal configura desafio para definir com clareza o volume de investimento em cooperação internacional, fator-chave para o fortalecimento de suas parcerias com países, sobretudo os do Eixo Sul” (IPEA, 2010, p. 12).

O IPEA, após participar dos estudos que citei acima, identificou a cooperação internacional para o desenvolvimento brasileira como: “a totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais, com o

propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria das suas condições socioeconômicas” (IPEA, 2010, p. 11). Nesse sentido, vale a pena destacar algumas áreas para que tenhamos noção da atuação brasileira. São quatro modalidades, basicamente: (i) a assistência humanitária; (ii) as bolsas de estudo; (iii) as contribuições para organismos internacionais e bancos regionais; (iv) a cooperação técnica. O investimento brasileiro na cooperação para o desenvolvimento, só no período de 2005 a 2009, chegou a aproximadamente R\$ 3,20 bilhões, com ênfase nas contribuições para os organismos multilaterais que alcançaram R\$ 2,46 bilhões, ou seja, mais de dois terços.

A partir desses dados, verificamos quão diminuta foi a participação da cultura na cooperação brasileira, mesmo com sua forte presença tanto do ponto da economia da cultura quanto do ponto de vista simbólico para o povo brasileiro. Mais que isto, o período analisado pelo IPEA é aquele onde a cultura no Brasil era entendida enquanto elemento estratégico para o desenvolvimento da nação e o ministro que estava à frente era Gilberto Gil, reconhecido nacional e internacionalmente como um excelente gestor. Em todo caso, apenas 1,7% da cooperação brasileira na área da cooperação técnica foi destinado para a cultura, um pouco mais de 50 milhões de reais (IPEA, 2010). Pois foi exatamente nesse cenário de quase invisibilidade que a Fundação Cultural Palmares realizou iniciativas ousadas no campo da cooperação internacional por meio da cultura, e mais ousadas ainda por tratar-se da cultura negra brasileira em diálogo com as culturas afrodescendentes na América Latina, em especial com a Colômbia e o Equador.

As análises realizadas até aqui tiveram por objetivo delinear com alguma nitidez os cenários políticos, as diretrizes culturais e os instrumentos administrativos, internos e externos, nos quais a Fundação Cultural Palmares se ancorou para promover as políticas públicas de cultura para os afro-latinos, estabelecer diálogos, compartilhar ações, bem como identificar as convergências, em particular com as instituições culturais da Colômbia e do Equador, que nos possibilitasse agir de forma articulada na América Latina.

4.5 Programa Intercâmbio Afro-Latino

Na América Latina e em especial no Brasil, o período de 2003 a 2010 é considerado um dos mais profícuos no que diz respeito às liberdades democráticas. Ocorreram experiências e iniciativas no campo da gestão cultural que não apenas alteraram profundamente o

entendimento tradicional com que o Estado brasileiro percebia a cultura e geria suas políticas como também traduziram de forma singular as demandas e expectativas que habitavam os recônditos do fazer cultural no país. E a gestão do ministro Gilberto Gil, que integra esse período, interpretou, viveu e experimentou, como poucas gestões na história das políticas públicas de cultura, a complexidade advinda do delicado tecido social do qual somos originários de forma aberta e ousada.

Nesse sentido, a Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão vinculado ao Ministério da Cultura do Brasil, foi um instrumento importante para a consecução dos objetivos da gestão do ministro Gilberto Gil. No caso específico da Cooperação Sul/Sul, em particular na América Latina, a FCP cumpriu um papel importante de, a um só tempo, ampliar as ações de promoção da cultura negra brasileira para a região, assim como de estimular o intercâmbio entre as comunidades afrodescendentes nas Américas, notadamente em alguns países como Colômbia, Uruguai, Cuba, Haiti, Equador, Argentina, Peru, dentre outros. Com alguns desses países, podemos afirmar que os resultados foram além do esperado e foram estabelecidas de fato cooperações internacionais sob a orientação do Ministério das Relações Exteriores, pela via do seu Departamento Cultural, articulado com a Diretoria de Relações Internacionais do Ministério da Cultura e o Comissariado da Cultura Brasileira no Mundo, ambos instrumentos criados na gestão do ministro Gilberto Gil.

Portanto, o Programa Intercâmbio Afro-Latino foi consequência de atitudes combinadas e adotadas tanto pelo MinC como pelo Itamaraty. De um lado, o MinC pôs em prática uma decisão política da Presidência da República em fazer da América Latina uma prioridade, definindo políticas culturais voltadas para a região, e de outro, a concretização por parte do Itamaraty daquilo que conceituamos anteriormente como diplomacia cultural brasileira, efetivada pelo Ministério das Relações Exteriores. Em ambos os casos, o Ministério da Cultura participou ativamente. Mas é importante ressaltar, também, que havia uma ambiência política democrática na América Latina, que propiciava a investida em iniciativas dessa envergadura, pois vários países eram dirigidos por lideranças da esquerda e da centro esquerda, a exemplo do Brasil, com Lula, do Equador, com Rafael Correa, da Argentina, com Cristina Kirchner, do Uruguai, com Tabaré Vázquez, da Venezuela, com Hugo Chávez, assim como Michelle Bachelet, no Chile.

A única exceção nesse cenário era a Colômbia, onde o presidente Álvaro Uribe, originário dos setores conservadores e da extrema direita colombiana, dirigia o país com mão de ferro e forte repressão política, com o apoio dos Estados Unidos, mas que no campo cultural

experimentava uma novidade ao indicar para o Ministério da Cultura a primeira mulher negra na história do país, Paula Marcela Moreno Zapata, que dirigia o Ministério com um certo grau de independência e autonomia, articulando-se com setores e países com governos progressistas na América Latina, a exemplo do Brasil e do Equador. Esse cenário, com certeza, favoreceu a implementação de propostas como o Intercâmbio Afro-Latino.

De um lado, o Ministério da Cultura brasileiro, por meio do seu ministro, estabelecia as agendas culturais com os países latino-americanos considerados prioritários do ponto de vista cultural, incluía a Fundação Palmares nessas agendas e chancelava, por meio de programas executivos, protocolos de intenções ou eventos, os parâmetros pelos quais a Fundação Palmares deveria se orientar para materializar a sua política. Por conta dessa visão do Ministério da Cultura, que fazia da Fundação Palmares um ente ativo da política cultural nas relações internacionais, antes da materialização do programa Intercâmbio Afro-Latino, a Fundação Palmares participou de inúmeras reuniões e comissões mistas, realizadas entre os ministérios da Cultura do Brasil, da Colômbia e do Equador, bem como de várias outras reuniões multilaterais, onde estavam presentes organismos internacionais como a Unesco, a Segib, o Mercosul e representantes ministeriais da cultura de vários países latino-americanos, a exemplo de Argentina, Uruguai, Peru, Cuba, México, Haiti e Panamá.

Apesar do Programa Intercâmbio Afro-Latino ter alcançado quase todos os países latino-americanos, a escolha da Colômbia e do Equador para análise neste projeto de pesquisa deveu-se a alguns fatores importantes. O primeiro deles, os compromissos assumidos e materializados pelos dois países em várias ações e eventos entre 2007 e 2010, em parceria com a Fundação Palmares e o Ministério da Cultura do Brasil. O segundo, em razão da Colômbia ser o segundo país em população afrodescendente na América Latina, apesar das controvérsias existentes quanto aos critérios e métodos censitários colombianos, que estabelece um percentual aproximado de 10% da população colombiana, em torno de 4,6 milhões de pessoas (DANE, 2018)⁵ concentradas na região conhecida como Pacífico Colombiano, (fronteira com o Equador), enquanto as pesquisas realizadas por pesquisadores e instituições universitárias colombianas, e até mesmo organismos internacionais, argumentam que essa população varia entre 20 e 30%. A afirmação de Juan Pablo Estupiñan, antropólogo, consultor da OIM e professor da Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias

⁵ DANE é o Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia, uma entidade estatal colombiana responsável pela coleta de dados, análise e planejamento, vinculado ao Poder Executivo.

Sociales, Departamento de Antropología (Uniandes, Bogotá, Colômbia) e pesquisador do tema, confirma essa controvérsia:

El resultado fue que los afrocolombianos representaban el 10% de la población nacional, un dato que no generó consenso entre organizaciones y académicos que argumentaban que los afrocolombianos deberían ser entre el 20 y 30% del total nacional (ESTUPIÑAN, 2021, p. 286).

O terceiro fator é que, apesar do Equador possuir um percentual pequeno da população afrodescendente, algo em torno de 5%, aproximadamente 604 mil pessoas, segundo o último censo do país (2001), também possui uma concentração singular de afro-equatorianos na região de Esmeraldas: 25,5% em sua província; Guayas, 35%; e Pichincha, 13%. Regiões extremamente ricas do ponto de vista ambiental, da pesca e do petróleo, mas cuja população afrodescendente possui o maior percentual de pobreza do país (48,7% dos afro-equatorianos estão nessa condição).

A cada dez afro-equatorianos, sete residem em Guayaquil, Quito e Esmeraldas, entre outras cidades como Ibarra, Cuenca, Lago Agrio e Manta. No entanto, Guayaquil é a principal cidade de concentração. Somente nesta cidade, vivem 154.283 afro-equatorianos, o que representa 25,55% do universo afrodescendente do Equador (SÁNCHEZ, 2010, p. 19).

Outro elemento importante na escolha foi o fato das comunidades negras da Colômbia e do Equador terem alcançados avanços importantes na direção da cidadania plena e do reconhecimento, por parte dos seus Estados, do racismo e da desigualdade racial em períodos próximos, assim como o Brasil, que na Assembleia Nacional Constituinte (1988) não só criou a Fundação Cultural Palmares, como assegurou o direito aos afro-brasileiros aos territórios quilombolas, bem como consagrou na Constituição brasileira o racismo como crime inafiançável, como já foi discutido anteriormente. Os afro-colombianos, por sua vez, conseguiram a aprovação em sua Constituição da Lei 70 (1993),⁶ que reconhecia e assegurava os territórios sociais como espaços geográficos para o desenvolvimento dessa população, e o racismo como algo que contribuía para a desigualdade racial no país. Os afro-equatorianos, com as Constituições de 1998 e 2008, também conseguiram o reconhecimento do país como um Estado plurinacional e intercultural, onde os descendentes de africanos que lá viviam foram

⁶ ARTICULO 1º. La presente ley tiene por objeto reconocer a las comunidades negras que han venido ocupando tierras baldías en las zonas rurales ribereñas de los ríos de la Cuenca del Pacífico, de acuerdo con sus prácticas tradicionales de producción, el derecho a la propiedad colectiva, de conformidad con lo dispuesto en los artículos siguientes. Así mismo tiene como propósito establecer mecanismos para la protección de la identidad cultural y de los derechos de las comunidades negras de Colombia como grupo étnico, y el fomento de su desarrollo económico y social, con el fin de garantizar que estas comunidades obtengan condiciones reales de igualdad de oportunidades frente al resto de la sociedad colombiana.

inclusos na condição de “povo”. Para John Antón Sánchez, pesquisador afro-equatoriano e consultor do BID, povo assume aqui uma característica especial:

Como povo, aos afro-equatorianos lhes corresponde um conjunto de direitos coletivos. Esta categoria é definida por Douglas Quintero, líder do processo Afro-América XXI, como aqueles direitos humanos de terceira geração e se referem ao território, à proteção da identidade cultural, à consulta prévia e informada, à administração dos recursos naturais, à administração de justiça etc. (SÁNCHEZ, 2010, p. 23).

Houve, ainda, uma razão singular que influenciou decisivamente o recorte da pesquisa. O fato de os três países terem como gestores dos respectivos ministérios da Cultura, no período, pela primeira vez na história da América Latina, pessoas afrodescendentes: Gilberto Passos Gil Moreira, no Brasil, Paula Marcela Moreno Zapata, na Colômbia, e Antônio Preciado Bedoya, no Equador.

Gilberto Gil, o mais famoso dos três ministros, quando indicado para o cargo já era um artista consagrado no âmbito nacional e internacional, com uma carreira artística das mais proeminentes, com reconhecimento mundial, além de, à época, possuir uma relativa experiência tanto no campo da política institucional quanto da gestão executiva, visto que já havia sido vereador na cidade de Salvador (1989/1992) (eleito o vereador mais votado da cidade, em 1988, ano do centenário da abolição da escravidão no Brasil).

Gil também havia exercido o cargo de presidente da Fundação Gregório de Matos, da cidade de Salvador, instituição pioneira no campo da cultura na cidade mais negra do Brasil, entre 1987/1988. A Fundação iniciou seus trabalhos em 1986, como órgão vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo da cidade, tendo sido criada pelo então prefeito Mário Kertész (primeiro prefeito eleito diretamente após o período do regime militar (1964/1985) e que tinha e tem como finalidade formular e executar a política cultural do município). Gil teve uma gestão marcante nos seus dois anos à frente da instituição, tendo intensificado a relação Bahia/África e criado em Salvador a Casa do Benin, uma espécie de casa de cultura daquele país, visto que muitos dos afro-baianos são de origem beninense. Foi a primeira casa do gênero de um país africano na cidade.

Antônio Preciado, ao assumir o Ministério da Cultura do Equador, também já era um poeta consagrado no país e internacionalmente. Era chamado do poeta da diáspora, por conta da sua obra, considerada marcante, tendo lançado vários livros de poemas, assim como participado de inúmeras antologias no seu Equador e na América Latina. Além disso, era professor universitário, tendo sido reitor da Universidad Técnica Luis Vargas Torres, em

Esmeraldas (1984-1989), e representante do Consejo Nacional de Universidades y Escuelas Politécnicas en el Consejo Nacional de Cultura. Assim como Gil, possuía uma certa experiência administrativa visto que havia ocupado o cargo de presidente do Núcleo Provincial de Esmeraldas, da Casa de la Cultura Ecuatoriana Benjamín Carrión e diretor da Área Cultural del Banco Central del Ecuador em sua cidade, Esmeraldas. No campo da política e da diplomacia, havia ocupado por duas vezes o cargo de embaixador extraordinário e plenipotenciário do Equador, na Unesco em Paris (2002-2003) e na Nicarágua (2008-2013).

Paula Marcela Moreno Zapata, a mais jovem dos três, tinha apenas 29 anos quando assumiu o Ministério da Cultura da Colômbia em 2007; era formada em engenharia e pesquisadora acadêmica, além de professora. Foi a primeira mulher negra e mais jovem a ocupar um cargo do primeiro escalão do governo colombiano até aquele momento. À época, ela já possuía experiência administrativa por ter ocupado cargos importantes em organismos internacionais, como a de coordenadora nacional, gerente de projetos e consultora em agências de desenvolvimento, como Unesco e a Organização Pan-americana de Saúde, assim como era pesquisadora do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Cambridge. Ou seja, apesar da juventude, estava preparada para os desafios que iria enfrentar como dirigente do Ministério da Cultura da Colômbia

Essa conjunção de fatores, aliada à disposição que esses/as ministros/as tiveram em suas respectivas gestões, colocando em prática projetos que fortaleceriam a presença das manifestações culturais afro-latinas nas políticas culturais internas e internacionais na América Latina, fez com que a análise mais profunda sobre o Programa Intercâmbio Afro-Latino recaísse sobre esses dois países em diálogo com as políticas culturais executadas pela Fundação Palmares na região, pois essas três autoridades culturais demonstraram com clareza a afinidade com a temática cultural afro-latina.

A diretora da Oficina e assessora de Cooperacion Internacional de la Universidad del Pacífico Buenaventura (Colômbia) Alexandra Johanna Rivas Perea, ao ser indagada sobre a importância da cooperação internacional na América Latina, no trabalho desenvolvido pela universidade para os jovens afro-colombianos, afirmou que:

Esta oficina es de caracter estratégico por ello tiene gran importancias en el Desarrollo institucional, en las líneas y actividades que se desarrollan desde ORI, es importante mencionar que su hacer es transversal a los 3 ejes misionales que tiene la universidad que son Docencia, Investigacion y extencion y proyeccion social (PEREA, 2024).

E confirma a importância do intercâmbio cultural ao revelar o pouco conhecimento ou relação que os afro-colombianos possuem sobre as manifestações culturais afro-brasileiras e que para ela é fruto de um projeto deliberado de apagamento da contribuição da cultura negra no mundo:

Realmente debo decir que es muy poco lo que se conoce a nivel de Colombia de la cultura negra Brasil, no es un secreto que todo lo relacionado con las minorias étnicas em Colombia es de poco interes y reconocimiento, desde mi parecer es la forma de negar la posibilidad a nuestras generaciones de conocer la importancia y el aporte de afros em el mundo, ahora bien la Universidad del Pacifico viene realizando um ejercicio de divulgacion de los procesos sociales y culturales de los países donde se encuentra está poblacion, espacialmente, Brasil. Cuba, Peru y África, esperamos que nuestro encuentro pueda fortalecer sin lugar a duda el reconocimiento de ambas culturas que seguramente tendran mucho em comum (PEREA, 2024).

Por fim, Perea informou que esse tema:

en los últimos años há tomado bastante relevância y em algunos departamentos de Colombia si bien es ciertos la musica, las danzas y la gastronomia de la cultura negra generan um alto recurso econômico este no se ve reflejado en estas comunidades, ejemplo em el departamento del Valle del Cauca el festival Petronio Alvarez que se realiza en la ciudad de Cali uma de las mas racistas de Colombia (PEREA, 2024).

A professora Cláudia Miranda, professora da Universidade Federal Fluminense, ativista do movimento feminista negro na América Latina e que foi consultora da Fundação Palmares à época, ao ser indagada sobre o cenário das ações culturais afro-latinas ao iniciar-se o programa, assim se posicionou:

Infelizmente, sobre políticas públicas de cultura para afro-latinos, articuladas entre os governos latino-americanos, não se pode localizar muita coisa, no nível da gestão pública. O que podemos observar são formas de cooperação realizadas via organizações e associações reconhecidas como esferas da sociedade civil. Localizo, por exemplo, as diferentes Organizações lideradas por importantes feministas negras, e que participam de eventos que culminaram na “Asociación Red de Mujeres Afrolatinoamericanas Afrocaribeñas y de la Diáspora” (MIRANDA, 2019).

Miranda também ressaltou um aspecto importante sobre a presença do feminismo negro na América Latina, que em certa medida era o grande responsável pelas ações que a sociedade civil afro-latina realizava na região. Essa movimentação já vinha produzindo frutos importantes, dentre eles a criação do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, criado em 1992, durante o 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, realizado em Santo Domingo, na República Dominicana, e instituído formalmente pela Organização das Nações Unidas. Essa decisão incluiu definitivamente na

agenda internacional as reivindicações do movimento feminista negro da diáspora, fato mais que auspicioso, visto que era a concretização da interseccionalidade para as afro-latinas. Lideranças feministas negras importantes contribuíram para isso: Sueli Carneiro, Epsy Campel, Edna Roland, Matilde Ribeiro, Fanny Milena Quinones, Luiza Bairos, Benedita da Silva etc. Outro produto importante dessa movimentação foi a criação no Brasil do “Seminário Latinidades: Festival da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha”, realizado anualmente na cidade de Brasília, Distrito Federal, a partir de 2008, e que reúne centenas de ativistas negras da América Latina e do Caribe, com o objetivo maior de colocar as mulheres negras na centralidade do debate das questões raciais da região. Miranda ressalta essa dimensão ao afirmar que:

É justo reconhecermos esse modo de intervenção como sendo anticolonial, antirracista e antipatriarcal. As feministas negras buscam fortalecimento das suas pautas de reivindicações e, cada vez mais, se organizam em torno de um movimento afrodiaspórico. Contudo, vejo que esses são arranjos feitos a contrapelo, justamente pela falta de adesão dos governos de diferentes sociedades latino-americanas e caribenhas. O histórico de luta das mulheres negras é tremendamente incrível. Fizeram e fazem de um limão uma limonada. Nesse itinerário de cooperação, a América Latina e o Caribe, reconhecem a centralidade do Brasil e dos diferentes coletivos, associações e organizações antirracistas que compõem o Movimento Negro (MIRANDA, 2019).⁷

Complementando suas observações sobre o papel que o Ministério da Cultura da Colômbia e a Fundação Palmares tiveram para introduzir essa pauta nas suas respectivas instituições no período, ela disse:

Por outro lado, creio que um movimento que marca a região, sem nenhuma dúvida, tem a ver com a aproximação realizada entre os Ministérios da Cultura do Brasil e o Ministério da Cultura da Colômbia. A principal sinalização foi feita pelo Brasil e tem a ver com vontade política e, portanto, deve ser mais bem localizada. É preciso acentuar que essa foi uma agenda iniciada no âmbito da Fundação Cultural Palmares, entre os anos de 2007 e de 2010 (MIRANDA, 2019).

No ano de 2005, a FCP manteve suas incursões na América Latina ao participar do projeto “Cooperação e Intercâmbio Internacional”, na XIV Feira Internacional do Livro, realizada em Havana/Cuba, no período de 3 a 13 de fevereiro de 2005; também deu sequência ao Intercâmbio Cultural Brasil/Haiti, recepcionando quatro integrantes da comunidade artístico/cultural haitiana (Grupo Je Bateau) no Brasil, por meio da realização de oficinas para trocas culturais na cidade do Salvador/BA. Duas outras ações foram desenvolvidas pela Fundação Palmares

⁷ Entrevista concedida ao autor para a dissertação de mestrado, em 2019.

junto ao Haiti na América Latina: o projeto “Intercâmbio Cultural Brasil/Porto Príncipe”, participando do seminário sobre a contribuição das religiões de matrizes africanas para a construção da paz nas Américas, de 20 a 24/8/2005, realizado na cidade de Porto Príncipe, por meio da concessão de quatro passagens aéreas para religiosos baianos; e o projeto “Porto Príncipe/Haiti”, realizado no período de 11 a 15 de julho de 2006, que contou com a minha presença enquanto diretor de Promoção, Estudos, Pesquisas e Divulgação da Cultura Afro-Brasileira, integrando a missão do Ministério das Relações Exteriores, enquanto representante do Ministério da Cultura.

Em 2006, a FCP começa efetivamente a pensar e se articular para uma intervenção mais consistente e organizada na região, visto que, entre 2004 e 2006, poderíamos considerar como o período de prospecção e diálogos com os possíveis parceiros futuros. Por conta disto, o ministro da Cultura Gilberto Gil, que já possuía uma presença constante nas atividades culturais nos países latino-americanos, a exemplo da Colômbia, Equador, Argentina, Venezuela, Uruguai, Peru, inseriu a Fundação Palmares nessas incursões e as representações da FCP passaram a acompanhar a sua comitiva com maior regularidade, tendo como responsabilidade mapear e identificar ações referentes à cultura afro-latina, os diálogos que poderiam ser estabelecidos e as convergências que poderiam ser estabelecidas com os países latino-americanos.

Em 2007, participamos na cidade de Bogotá do seminário internacional “Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad”, no período de 17 a 19 de abril de 2007, promovido pela Universidad Pedagógica Nacional, em Bogotá, Colômbia, com a palestra “Ações afirmativas para a população negra”. Nesse seminário, a Fundação Palmares já tinha clareza de que a Colômbia poderia se transformar numa grande parceira para uma articulação afro-latina, por conta das tratativas ocorridas entre o ministro Gil e a ministra Paula Zapata.

Era perceptível que a experiência acumulada do Movimento Negro Brasileiro e a própria trajetória da FCP, única instituição entre os estados latino-americanos voltada exclusivamente para tratar das questões culturais com vistas à integração plena dos negros na sociedade brasileira, assim como a vontade política demonstrada pelo ministro da Cultura Gilberto Gil ao tratar dessa questão, tinham uma singularidade na América Latina que acentuava a assimetria entre o estágio de desenvolvimento da luta contra o racismo no Brasil e a posição do governo brasileiro e a dos demais países latino-americanos. Identificamos, à época, que o máximo que havia nas estruturas administrativas dos respectivos ministérios da Cultura nos países latino-americanos, no tocante às questões culturais afro-latinas, eram departamentos de diversidade

étnico-cultural e/ou assessorias especiais (onde estavam incluídas as manifestações culturais afro-latinas e as culturas indígenas), como eram os casos da Colômbia e do Equador.

É nesse contexto que é criado o Programa Intercâmbio Afro-Latino, que consolidou as ações da Fundação Palmares na América Latina: três seminários internacionais, um na Colômbia, realizado em Bogotá, e dois no Brasil, realizados nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, sempre articulados com instituições de caráter educacional (universidades) e com organismos multilaterais do sistema ONU, para que tivessem sua credibilidade devidamente reconhecida, deram partida ao conjunto de ações que denominamos política pública de cultura para os afro-latinos, o trabalho da Fundação Cultural Palmares. Nesse sentido, num artigo publicado à época pela *Revista Palmares – Cultura Afro-Brasileira*, sob o título “América Latina revisitada”, afirmei que:

Conhecer melhor os nossos vizinhos que passaram por situações semelhantes, dialogar com suas experiências, disponibilizar as nossas e fazer avançar a luta pela igualdade de direitos, acessos e oportunidades na América Latina deve ser um objetivo prioritário. Afinal, os afro-equatorianos, afro-colombianos, afro-venezuelanos etc. buscam tanto quanto nós o reconhecimento e o direito de serem tratados enquanto cidadãos plenos de direitos nos seus respectivos países e não como um erro que precisa ser corrigido. A imaginária América Latina, que durante mais de quatro séculos foi dominada, esquadrihada e escravizada por portugueses e espanhóis, e construída e desenvolvida pelo trabalho escravo, precisa ser revisitada pelos brasileiros no geral e pelos afro-brasileiros no particular (ARAÚJO, 2020, p. 12).

Ainda em 2007, quando da visita do ministro da Cultura Gilberto Gil à Colômbia, foi assinado, entre o ministro Gil e a ministra Paula Marcela Moreno Zapata, contando com a interveniência da Fundação Palmares, por parte do Brasil, e da Colômbia, com a Universidad Pedagógica Nacional, um protocolo de intenções entre o Ministério da Cultura do Brasil e o Ministério da Cultura da Colômbia para a cooperação, intercâmbio e divulgação da cultura afro entre os dois países. Esse foi o primeiro documento assinado entre os dois ministérios, que tratava explícita e exclusivamente do intercâmbio afro-latino entre os dois países, contando com o apoio do Departamento Cultural do Itamaraty, cujo chefe era o embaixador Paulo César Meira de Vasconcelos.

Logo no preâmbulo do protocolo de intenções estavam expressas a visão e os propósitos que os dois ministérios da Cultura (Colômbia e Brasil), bem como a Fundação Palmares, possuíam sobre os objetivos a serem alcançados:

Conscientes de que a cooperação, na área da cultura afro, reveste-se de especial interesse para as partes;

Determinados a desenvolver e aprofundar as relações de cooperação no âmbito da cultura afro;

Conscientes da necessidade de exercitar programas, projetos e atividades específicas de cooperação que possam dar efetiva contribuição ao desenvolvimento da cultura afro de ambos os países (ANEXO I, p. 1).

Nesse sentido, é importante destacar o reconhecimento explícito que os ministérios da cultura da Colômbia e do Brasil fazem sobre a importância e a experiência que a Fundação Palmares acumulava, para que o instrumento que estava sendo assinado pudesse alcançar os objetivos almejados:

Tendo em conta a reconhecida experiência do Brasil em matéria de cultura afro-brasileira, a partir da criação da Fundação Cultural Palmares, em 1988, cuja missão é fomentar e fortalecer os valores políticos, culturais, sociais e econômicos da população negra e integrá-la de maneira eficaz no processo de desenvolvimento do Brasil, superando todas as formas de discriminação (ANEXO I, p. 1).

Pelo lado colombiano, também foi evidenciada a importância da presença e participação da Universidad Pedagógica Nacional, que àquela altura era a principal referência no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial no país vizinho, promovendo discussões importantes como o Seminario Interculturalidad e Construcción de Ciudad:

Considerando que na Colômbia a Universidad Pedagógica Nacional vem articulando-se para erradicar discriminação, o racismo, e xenofobia; promovendo o reconhecimento da diversidade étnica e cultural; a construção de espaços de interação cultural; a formulação de um novo discurso de interculturalidade, assim como a fixação de políticas públicas destinadas a gerar um país mais equitativo (ANEXO I, p. 1).

Já no primeiro artigo do protocolo, em sua enunciação, está explícita a intenção da execução de políticas públicas entre os dois países, que expressassem algo para além dos protocolos formais que surgem nesses encontros, tendo como referência a cultura afro-latina:

Art. 1º - O objetivo do presente protocolo será a promoção, a divulgação, o intercâmbio, a construção de um ambiente de interação e discussão favorável à formulação de políticas públicas e ações referenciais na área da cultural afro (ANEXO I, p. 2).

No detalhamento sobre o alcance das ações que o protocolo pretendia abarcar, houve um cuidado em não circunscrever as ações e experiências no âmbito da cultura afro-latina apenas nas suas manifestações artísticas, como era de hábito. Estão inclusas, nesse amplo guarda-chuva da diplomacia cultural, ações pertinentes ao campo da educação, da política institucional, da economia e até mesmo do aprendizado da língua do outro país. De um lado, o português, e do outro, o espanhol. Ou seja, o protocolo de intenções visava criar e dar as condições para que os

dois países, e no caso especial a Fundação Palmares, pudessem desenvolver o intercâmbio afro-latino da maneira mais ampla possível, como podemos ver nos itens abaixo:

- I - Intercâmbio de experiências no âmbito da cultura afro;
- II - Apoio à criação e gestão de órgãos governamentais e não governamentais com a finalidade de fomentar e fortalecer os valores políticos, culturais, sociais e econômicos da população negra e integrá-la de maneira eficaz no processo de desenvolvimento social, superando todas as formas de discriminação;
- III - Atividades de planejamento, organização e execução de modelos de capacitação para os agentes culturais;
- IV - Apoio ao desenvolvimento de estratégias para reduzir o índice de discriminação, preconceito, racismos, xenofobias e intolerâncias em geral;
- V - Intercâmbio de experiências educativas através de estágios e eventos culturais que se organizem em ambos os países;
- VI - Fomento à produção de mecanismos de divulgação e difusão da cultura negra;
- VII - Fomento a iniciativas que, respeitando as legislações internas, promovam e desenvolvam o conhecimento, a difusão e o ensino do idioma oficial da outra parte, com ênfase nas comunidades afro-descendentes (ANEXO I, p. 2).

A chamada Declaração de Bogotá, feita pelo ministro Gil e a ministra Paula Moreno Zapata, em 29 de outubro de 2007, sobre a assinatura do protocolo de intenções entre o Brasil e a Colômbia, após uma semana de discussões, revela o propósito e a importância que foi dada ao referido protocolo:

O ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Passos Gil Moreira, e a ministra de Cultura da Colômbia, Paula Marcela Moreno Zapata, e outras autoridades culturais dos dois países, reuniram-se entre os dias 22 e 29 de outubro em Bogotá - Colômbia, para reafirmar seus compromissos de unir esforços para cooperação mútua no sentido de fortalecer a cultura e colocá-la como eixo central das políticas públicas em ambos os países, no âmbito do Acordo de Intercâmbio Cultural entre Brasil e Colômbia, assinado em 20 de abril de 1963, e do Programa Executivo assinado pelos países em 2004 (ANEXO II).

Na declaração pública, os dois itens que são destacados pelos ministros são:

- I. Protocolo de intenções para a cooperação, o intercâmbio, a promoção e a divulgação da cultura afrodescendente, voltado para a construção de um ambiente de interação e discussão favorável para a formulação de políticas públicas e ações conjuntas na área da cultura afrodescendente.
- 2. Termo de cooperação entre a Cinemateca Brasileira e a Fundación Patrimonio Fílmico Colombiano, no qual as partes se comprometem a cooperar nas seguintes áreas: preservação e difusão de suas respectivas obras cinematográficas, formação e intercâmbio de conhecimentos e técnicas de preservação e catalogação de imagens em movimento e de seus diferentes suportes (ANEXO II).

A assinatura conjunta entre os dois países desse protocolo de intenções, tendo a presidência da Fundação Palmares como interveniente, era na verdade uma demonstração clara da importância que o ministro Gil dava na sua gestão às questões culturais afro-latinas, ao mesmo tempo que assumia e sinalizava para o restante do Ministério que aquela pauta não era apenas da Fundação Palmares, mas do Ministério da Cultura como um todo. O protocolo de intenções foi cumprido tanto pela Colômbia como pelo Brasil.

Em seu discurso de despedida do país, Gil foi mais enfático ainda, ao afirmar o caráter especial que aquele protocolo possuía para sua gestão:

O que gostaria de ressaltar é que nossos países resolveram conjuntamente fortalecer as políticas culturais no âmbito das políticas estratégicas de Estado. Não me refiro às políticas para as belas artes, para uma minoria de artistas, mas para toda a sociedade, especialmente para os grupos mais vulneráveis, para as línguas, formas de vida e de ofício que foram marginalizados e que são portadoras por nossos países e por todos nós. Refiro-me ao direito cultural como direito social – uma questão central que nossos Estados, presidentes de uma cultura que precisa ser reconhecida, apoiada e valorizada e governos finalmente reconheceram. Este é um momento histórico para a América do Sul, para a qualidade de nossas políticas de cultura como direito de cidadania (ANEXO III).

Consciente do papel estratégico que a cultura deveria ter não apenas internamente entre as nações, mas também no campo das relações internacionais, Gil ressaltou na sua fala o papel importante que a cultura deveria ter: “Porque só teremos uma verdadeira integração sul-americana quando atuarmos além da economia e atuarmos conjuntamente no plano cultural.” (ANEXO III). Concluindo:

O sentido do trabalho que estamos aqui anunciando é que nossas sociedades são semelhantes. Somos afros, somos ameríndios, amazônicos, litorâneos, e gente do interior, somos formados pelos aportes europeus e de muitas outras culturas formadoras. São culturas vivas, devem ser reconhecidas e apoiadas pelo novo Estado que as políticas culturais incitam a surgir. Devemos aprofundar a admiração entre nossos povos, aprofundar o mútuo conhecimento e a cooperação em favor de nossa região, de nosso continente e hemisfério. São populações portadoras de muitas culturas, valores e práticas que constituem nosso maior patrimônio. Por isso necessitam de políticas culturais abrangentes e estratégicas (ANEXO III).

No mesmo período, outubro de 2007, foi assinado, pelos ministros da Cultura do Brasil Gilberto Gil e da Cultura do Equador Antônio Preciado, o Programa Executivo Cultural do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Equador, para o período 2007/2010. Esse programa executivo foi fundamental para que a Fundação Palmares estabelecesse de imediato tratativas visando ao intercâmbio cultural entre manifestações culturais afro-

brasileiras e afro-equatorianas, fato este que veio a ocorrer, já no ano de 2008, por meio de várias ações, dentre elas a turnê do bloco afro Ilê Aiyê ao Equador, assim como vieram artistas equatorianos ao Brasil.

E, mais uma vez, a Fundação Palmares esteve presente, não só na viagem do ministro Gil ao Equador, com a presença do então presidente da instituição Zulu Araújo, como também em todas as tratativas e reuniões realizadas tanto com a Presidência do Equador, cujo presidente era Rafael Correa, quanto com os representantes dos ministérios da Cultura e das Relações Exteriores dos respectivos países, no caso o ministro da Cultura Antônio Preciado e a ministra das Relações Exteriores Maria Fernanda Espinoza Garcez. O programa executivo com o Equador foi amplo, abrangendo praticamente todas as ações do Ministério da Cultura. Não havendo, no primeiro momento, um documento específico sobre o intercâmbio afro-latino, por conta da população afro-equatoriana ser de apenas 5% e estar concentrada na cidade de Esmeraldas. Mas, ainda assim, lê-se no programa executivo geral:

As Partes desenvolverão ações de intercâmbio e divulgação mútua de suas respectivas expressões e manifestações culturais nas áreas de artes visuais, teatro, circo, música, dança, audiovisual e cinema, literatura e culturas populares, *levando em conta a sua diversidade cultural, étnica e linguística*, assim como ações de pesquisa, promoção e proteção de seus patrimônios culturais tangíveis e intangíveis, de comum acordo e dentro dos limites de suas competências e possibilidades orçamentárias (ANEXO IV, p. 1).

Entretanto, quando da assinatura do II Protocolo de Intenções, no campo cultural, entre o Brasil e o Equador, tendo como ministro da Cultura do Brasil Juca Ferreira e do Equador Ramiro Noriega, em abril de 2010, o protocolo contou não só com um item específico sobre a cultura negra como ressaltou o compromisso do Equador em contribuir para a realização do II Encontro Afro-Latino, que viria a ser realizado na cidade de Salvador.

Acerca da mudança de postura por parte do Equador, ao inserir explicitamente no novo Protocolo de Intenções⁸ as dimensões culturais afro-latinas, é bastante plausível que a mudança tenha sido fruto da presença e participação do país em vários eventos, seminários e encontros

⁸ 5. As Partes comprometem-se a aprofundar a cooperação para o desenvolvimento de ações conjuntas de reconhecimento, promoção, intercâmbio e difusão das culturas afrodescendentes de ambos os países.

a. As Partes estimularão ações que valorizem as práticas culturais de matriz africana e promovam um maior intercâmbio de informações e especialistas sobre o tema.

b. As Partes promoverão a construção de um ambiente de interação e discussão favorável à formulação de políticas públicas e ações referenciais na área da cultura afro.

c. As Partes buscarão promover o intercâmbio entre os dois países na área dos saberes e fazeres tradicionais, com ênfase para as manifestações religiosas de matriz africana.

6. As Partes colaborarão para o êxito do II Encontro Ibero-Americano - Agenda Afrodescendente nas Américas, que será realizado em Salvador, Brasil, entre os dias 25 e 26 de maio de 2010 (ANEXO III, p. 2-3).

que promoveram a troca de experiências e revelaram a importância que o intercâmbio afro-latino poderia ter nas relações culturais entre os dois países. E, muito provavelmente, as ações conjuntas que foram realizadas entre a Fundação Palmares e o Ministério da Cultura do Equador também devem ter contribuído para isso. Em particular, o intercâmbio com o bloco afro Ilê Aiyê e a cidade de Esmeraldas, que ajudou em muito para que as manifestações culturais afro-latinas passassem a ter relevância no acordo firmado em 2010.

Esses são exemplos que confirmam o sentimento existente entre os dirigentes desses países sobre a importância de se criar um programa que viabilizasse esses diálogos, esses sentimentos e essas convergências entre os países latino-americanos, particularmente entre os gestores do campo da cultura afro-latina, em especial entre o Brasil, a Colômbia e o Equador.

Visando identificar com maior precisão qual teria sido o papel da Fundação Cultural Palmares, enquanto órgão do Ministério da Cultura do Brasil, nos diálogos que foram estabelecidos com a América Latina no período 2003/2010, com ênfase nas incursões realizadas na Colômbia e no Equador, revisitamos algumas entrevistas que havíamos realizado à época, quando da elaboração da minha dissertação de mestrado *Políticas públicas de cultura para afro-latinos: o trabalho da Fundação Cultural Palmares 2003/2010* no Pró-Cult/UFBA e as ampliamos com a participação de diplomatas, acadêmicos do Brasil e da Colômbia, assim como de dirigentes do MinC à época.

Indagamos o ex-ministro da Cultura Gilberto Gil, qual o papel que a Fundação Cultural Palmares teria desempenhado na sua gestão, e ele respondeu:

O sentido amplo da política do Ministério da Cultura na nossa gestão visava compatibilizar os vários papéis atribuídos à instituição tais como zelar pelo patrimônio histórico material e imaterial já reconhecido em sua importância e relevância, e ainda incorporar nesse rol, os fragmentos de contribuições abundantemente espalhados em nosso solo cultural pelos povos originários ameríndios e africanos (conhecimentos tradicionais das florestas, por exemplo, na vertente indígena; a valiosa herança africana preservada pelas comunidades quilombolas e terreiros de candomblé, por exemplo, na vertente negra). Justamente para a salvaguarda e o fortalecimento dessa herança africana seria desenhado o trabalho da Fundação Palmares que pautava sua atuação ao lado de outras secretarias do Ministério ocupadas com a implementação de políticas inspiradas pelas contemporâneas tecnologias da informação, ou pelas periferias urbanas com sua ampla atividade cultural popular, ou pelos resíduos da vida interiorana com seu instinto natural de preservação de uma cultura emanada da vida rural. Tudo isso fazia parte da política do Ministério em nossa gestão e a Fundação Palmares era uma linha importante nessa nova rede de transmissão cultural (GIL, 2019).

Indagamos também qual teria sido a importância da Fundação Cultural Palmares para a valorização e o reconhecimento da diversidade cultural no Brasil, em sua gestão. E Gil, mais uma vez, se posicionou:

A importância da Fundação Palmares reside justamente na atribuição de um valor específico à parcela negra e negro-mestiça da nossa cultura e a consequente criação de uma rede de proteção a essa parcela e a esse valor (GIL, 2019).⁹

Essas duas respostas complementaram uma outra que Gil já havia dado anteriormente, também em 2019, quando foi indagado sobre a criação da Secretaria Nacional da Identidade e Diversidade Cultural, pois havia o receio de que houvesse sobreposição das suas ações com a Fundação Cultural Palmares. Gil expressou de forma clara e precisa a sua visão sobre esses dois instrumentos político-administrativos da sua gestão:

A criação de uma Secretaria Nacional de Identidade e de Diversidade Cultural nascia no instante em que a Convenção da Diversidade Cultural da Unesco avançava em busca de reconhecimento e aprovação internacionais. O Brasil precisava estabelecer o seu protagonismo nesse novo campo de luta civilizatória (GIL, 2019).

E continuou:

A nova Secretaria pode ter sido, por um momento, um fator de inibição da atuação de alguns setores como a Fundação Palmares e outros. O problema do “sobreposição” levantado aqui. Creio, no entanto, que a criação da SNIDC além de fortalecer o nosso vínculo com a iniciativa estratégica da Unesco para o fortalecimento do conceito de diversidade cultural no plano internacional (conceito que efetivamente facilitaria a nossa inserção no mundo como cultura nacional de extraordinária relevância para o planeta) dava além disso, às nossas ações locais mais potência e legitimidade. Afinal, o que a Unesco buscava naquele instante era uma sinergia mais intensa entre as culturas derivadas dos grandes intercâmbios entre Europa, Ásia, Américas e Oceania. Por exemplo, a aproximação entre culturas de povos ameríndios e de povos aborígenes; ou entre comunidades negras afro-brasileiras e afro-americanas; ou entre as culturas de povos asiáticos e as mutações resultantes dos seus enclaves nas Américas. A preocupação interna do Ministério com a integridade de pautas setoriais, ainda que importante, era menor que o benefício geral que a nova Convenção da Diversidade poderia trazer. Daí, não entendermos a SNIDC como uma instância a fazer sobreposição sobre a Palmares ou outras partes do Ministério, mas, antes, a jogar luz sobre elas, possibilitando mais visibilidade de horizontes amplos de atuação (GIL, 2019).

Finalizando suas observações sobre o papel da Fundação Palmares nas ações do MinC na América Latina, de forma muito precisa, Gil afirmou:

⁹ Apesar da entrevista com o ex-ministro Gilberto Gil ter sido realizada em 2019, para a dissertação de mestrado, o seu conteúdo foi autorizado para uso na tese ora apresentada.

Animados, justamente, por esta nova noção de diversidade e interdependência de políticas culturais entre as nações é que cresceu o interesse pela cooperação entre as instituições culturais de países latino-americanos e africanos. Várias iniciativas de intercâmbio entre ministérios da cultura de Brasil, Colômbia, Peru, Equador, México, Paraguai no âmbito sul-americano e suas pautas ameríndias. Ou entre Brasil, Angola, Moçambique, África do Sul, Senegal, Nigéria, EEUU, Canadá e países centro-americanos, no âmbito de suas pautas afro-americanas. Tais iniciativas despertaram os governos e os seus povos nacionais para um novo ciclo, um novo eixo de políticas culturais entre si. De novo, a avaliação futura desses novos arranjos interculturais vai depender de como venham a se configurar as novas hegemonias políticas no mundo. Se teremos mais democracias avançadas ou não (GIL, 2019).

Portanto, foi com essas orientações do ministro Gilberto Gil que a Fundação Palmares deu os seus primeiros passos na América Latina, logo no início da gestão em 2004, ao participar do VIII Seminário Cultural Afro-Americano de Antropologia Social e Cultural, organizado pela Casa da África, instituição cubana, com o trabalho “Religião Afro-Brasileira no Brasil e o Combate à Intolerância Religiosa” (FCP, 2004). Também no II Encontro de Parlamentares Afrodescendentes das Américas, de 19 a 22 de maio de 2004, em Bogotá/Colômbia, cujo tema era “O Papel do Parlamento e dos Parlamentares Afrodescendentes na Formulação das Políticas e na Superação do Racismo”, que contou com a participação de representantes de 15 países latino-americanos.

Nesse encontro, a contribuição da Palmares se deu por meio da palestra “Um olhar sobre a nossa cultura afrodescendente”, realizada pelo então presidente Ubiratã Castro de Araújo. No mesmo período, a Fundação Palmares participou da reunião da Comissão Técnica de Cultura do Convênio Andrés Bello, que tratou do marco lógico dos projetos na área cultural, em Cartagena das Índias (FCP, 2004). Ainda no ano de 2004, no período de 20 e 21 de dezembro, o presidente da FCP Ubiratã Castro acompanhou a delegação brasileira coordenada pelo ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, para a assinatura de três projetos de cooperação técnica entre o Brasil e o Haiti, e participou do segundo evento latino-americano em Porto Príncipe/Haiti: Projeto Intercâmbio Cultural Brasil/Haiti. Desse projeto derivou a visita de uma delegação de artistas haitianos do Grupo Je Bateau à Bahia e São Paulo, no ano seguinte, onde juntamente com artistas afro-brasileiros realizaram várias atividades com trocas de experiências mútuas, particularmente no campo da arte religiosa.

Essas orientações do MinC, por um lado, estimulavam a Fundação Palmares a trabalhar internamente em articulação com a Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural e a Diretoria das Relações Internacionais, bem como com o Departamento Cultural do Itamaraty, e também sinalizavam que era importante que as manifestações culturais de origem negra e as políticas

da Fundação Palmares estivessem lado a lado com as demandas de caráter internacional que o MinC buscava, fosse no continente africano, na Europa ou na América Latina. Foi essa compreensão do papel da Fundação Palmares que permitiu a presença da instituição de forma natural nas ações de caráter internacional do MinC, com ênfase na América Latina e no continente africano.

O coordenador de Cooperação Bilateral do Ministério da Cultura no período, Bruno Henrique Rodrigues de Melo, especialista em política públicas e gestão governamental, além de formado em Relações Internacionais pela UnB, em depoimento para esta pesquisa, referenda esse entendimento da importância do trabalho que a Fundação Palmares desempenhou na América Latina e dá várias pistas sobre como o MinC via o intercâmbio cultural latino-americano e em especial o afro-latino. Ele afirma que, no primeiro momento, o Ministério da Cultura manteve, de algum modo, intercâmbio cultural com praticamente todos os países da América do Sul (10 países), assim como com o Caribe e a América Central, a exemplo da República Dominicana, Cuba e Haiti. No entanto, Melo afirma também que o trabalho mais forte com a Fundação Palmares se deu com a Colômbia, Equador e Uruguai, sendo que os mais intensos foram os dois primeiros, principalmente nas tratativas em que o ministro Gil esteve presente (MELO, 2024).

A estratégia do MinC, ainda segundo ele, que era de fortalecimento do trabalho da Fundação Palmares internacionalmente, resultou no fato de que muitas vezes a própria Fundação representou o Brasil em várias dessas missões diplomáticas e de cooperação, tanto na América Latina quanto no continente africano. Citando como exemplo as missões ocorridas no Benim, Angola, Senegal, Cabo Verde, além da Colômbia e do Equador, Melo disse: “Foi um momento muito intenso de cooperação, onde a gente tinha um foco nos países da América Latina e do Caribe, com alguns recortes” (MELO, 2024). Continuando com suas palavras:

Basicamente a gente focou a estratégia internacional do Ministério, na construção de uma aliança com os países da América do Sul, numa fase em que vários governos de esquerda estavam atuando, mas não trabalhávamos só com os governos de esquerda. Eram governos mais democráticos. E a gente teve momentos interessantes, tanto no Equador, no Chile, na Argentina, no Uruguai, mas também com o governo colombiano que não era um governo de esquerda, mas que tinha fortíssima relação com o Ministério da Cultura (MELO, 2024).

Melo afirmou que a estratégia do Ministério da Cultura era fortalecer os blocos regionais nas agendas que o MinC tratava, sendo que a agenda das culturas dos afrodescendentes no Brasil e na América Latina, ou seja da diáspora africana, era uma prioridade. Essa agenda estava

focada no intercâmbio sobre políticas públicas de cultura, no âmbito geral, mas tinha também ações muito fortes nessa relação da América Latina com a África.

[...] Portanto, todas as ações da Fundação Palmares neste período, tiveram um lastro na política internacional do Ministério, porque estavam absolutamente dentro da prioridade do Ministério que era a conexão com os países da América do Sul, América Latina e Caribe [...] (MELO, 2024).

Para comprovar seu depoimento, Melo colocou à disposição da pesquisa todo seu acervo pessoal de documentos que foram firmados pelos MinC à época com os países que são objetos desta pesquisa, visto que o MinC e praticamente todas as áreas e instituições da cultura do governo federal sofreram um verdadeiro apagamento da sua memória recente, por meio da destruição dos arquivos digitais e físicos, por parte das gestões culturais do governo anterior (2019/2022), fato este largamente divulgado por órgãos da imprensa nacional, a exemplo da Folha de São Paulo: “Fundação Palmares faz cruzada ideológica e deve excluir metade do seu acervo”¹⁰.

Nos documentos pesquisados, encontramos que, logo após a chegada da ministra da Paula Moreno Zapata ao governo colombiano, ela veio ao Brasil, encontrou-se com o ministro Gil e colocou o tema da cultura afro-latina na pauta com muita força. Dessa visita, foram gerados encontros de ministros na Colômbia e no Equador. Dessas reuniões bilaterais, o tema foi levado para as reuniões multilaterais. O ministro Juca Ferreira, que sucedeu a Gil no MinC, continuou essa caminhada com muita força. A Colômbia e o Equador foram os países mais ativos nesse processo.

“A Palmares era um braço muito forte da Cooperação Internacional do Ministério” (MELO, 2024). Essa afirmação de Bruno Henrique Melo é importante para compreendermos que o ministro Gil e posteriormente o ministro Juca inauguraram de verdade uma nova visão e a puseram em prática interna e externamente ao Ministério. Esse foi um período emblemático da história da cultura brasileira, dentro e fora do governo. Era na verdade a refundação do MinC, segundo Melo:

A Fundação Palmares, sempre foi importante nesse processo interno do MinC e isso era muito importante, pois a ação externa estava totalmente ligada a uma política que estava sendo desenvolvida internamente. O MinC tinha na Palmares, não só um braço de operação, mas também um braço de reflexão. A Fundação como um polo de reflexão sobre os temas da política cultural como um todo, e especialmente aqueles afeitos a cultura afrodescendente. A

¹⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/06/fundacao-palmares-faz-cruzada-ideologica-e-deve-excluir-metade-do-seu-acervo.shtml>. Acesso em: 14 jan. 2025.

Palmares tinha um papel central no Governo nesse período e dentro do Ministério da Cultura era uma instituição bastante valorizada (MELO, 2024).

As observações feitas pelo coordenador de Ações Bilaterais do MinC Bruno Henrique Melo demonstram que, de um lado o MinC havia construído sua política de relações internacionais em plena sintonia com as diretrizes apontadas pelo presidente Lula ao iniciar o seu governo, dentre as quais a América Latina era uma prioridade; e de outro, executava essa política de forma articulada com o Ministério das Relações Exteriores, por meio do Departamento Cultural, assim como com o próprio gabinete do ministro Celso Amorim. Também depreendemos dessas declarações que a Fundação Palmares possuía um papel destacado nessa política, notadamente em relação ao continente africano e à América Latina, apesar dos poucos recursos orçamentários e financeiros de que dispunha. Isso se dava muito por conta, também, da capacidade de execução e de fomentar os intercâmbios que a Fundação possuía.

O coordenador também afirmou que a “tecnologia que o Brasil foi desenvolvendo dentro das políticas culturais foi sendo um pouco espelhada nos outros países e a cooperação serviu para intensificar essas trocas” (MELO, 2024). Segundo ele, vários programas, especialmente na Colômbia, eram próximos dos que havia no Brasil. Isso estava presente em linhas de financiamento desses programas e nas narrativas desses países, que acabaram se fortalecendo sempre em torno do resgate das memórias dos povos afrodescendentes, mas não só das culturas tradicionais, como também com o objetivo de dar visibilidade para a relação da herança africana com as culturas atuais e contemporâneas. A narrativa que se firmou foi que a riqueza das nossas culturas se dava por conta dessa herança africana. Portanto, o grau de importância que a política cultural do MinC possuía nesse processo era expressivo.

Por fim, ao ser indagado sobre a importância da boa relação entre o MinC e o Itamaraty para o desenvolvimento das ações culturais na América Latina, Melo ressaltou que “foi um momento muito especial” (MELO, 2024) entre o MinC e o Itamaraty e que isso foi fundamental para o sucesso desse intercâmbio. Destacando que a presença de Gilberto Gil e Juca Ferreira no MinC, Celso Amorim nas Relações Exteriores, secundado pelo seu secretário executivo Samuel Pinheiro Guimarães, tendo o presidente Lula mediando essa relação, favoreceu muito o trabalho do Ministério da Cultura na chamada diplomacia cultural brasileira, pois todos eles possuíam uma visão arrojada sobre o papel que a cultura deveria ter nas ações brasileiras no exterior. Em certa medida, era a concretização do papel da cultura enquanto um elemento estratégico para o desenvolvimento humano (MELO, 2024), o que reforça o que esta tese vem discutindo até aqui.

No primeiro seminário, realizado na cidade de Bogotá, em 2007, no período de 17 a 19 de julho, intitulado “Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad”, coordenado pela Universidad Pedagógica Nacional da Colômbia, participei, como presidente da Fundação Palmares, proferindo a palestra “Ações Afirmativas para a População Negra”. O tema abria um diálogo com a Colômbia, que à época experimentava a situação inédita de ter a primeira mulher negra no primeiro escalão do governo, em toda sua história, na condição de ministra da Cultura – Paula Marcela Moreno Zapata –, fato este que caracterizava o cumprimento de uma das ações constantes no Plano de Durban (2001) e que dizia respeito a todos os afrodescendentes da diáspora, em particular os afro-latinos, que era a política de ações afirmativas.

O seminário contou ainda com a participação da professora Cláudia Miranda (Unirio), professora Catherine Walsh, diretora do Doutorado em Estudos Culturais da América Latina na Universidade Andina Simón Bolívar, professor Wilmer Villa, da Universidade Distrital da Colômbia, professora Fanny Milena Quiñones, da Universidad Pedagógica Nacional, professor Ramón Grosfoguel, da Universidade de Berkeley, Luiz Eduardo Garzón, prefeito de Bogotá, Sr. Marcelo Scaronne, representante da Unesco e o professor José Jorge de Carvalho, da Universidade de Brasília, dentre outros (SEMINÁRIO..., 2007b).

A participação da Fundação Palmares nesse seminário representou um passo importante para a criação do Programa Intercâmbio Afro-Latino, pois estabeleceu-se uma relação direta com organismos multilaterais, a exemplo da Unesco, que desenvolvia ações de política cultural e educacional nas comunidades negras da América Latina. Na minha dissertação de mestrado (ARAÚJO, 2020), afirmei que aquele foi um momento especial para a apresentação da Fundação Palmares como uma instituição que trabalhava para além do senso comum do entendimento do que é cultura negra.

A primeira ação do programa foi a realização do “Seminário Internacional Intercâmbios Afro-Latinos”, no período de 31 de julho a 3 de agosto de 2007, na cidade do Rio de Janeiro, e de 7 a 10 de agosto do mesmo ano, na cidade do Salvador (SEMINÁRIO..., 2007a). O tema foi “Diagnósticos e Perspectivas para a Comunidade Negra na América Latina”.

Esse seminário, que contou com o apoio da Universidade Federal da Bahia, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e do Ministério das Relações Exteriores, buscava identificar quais seriam as principais questões a serem tratadas no âmbito da cultura afro-latina no programa que havia acabado de ser lançado. Era uma escuta ativa com aqueles/as que se debruçavam sobre o tema. Indagado à época (2019) sobre essas iniciativas da Fundação Palmares, o professor e hoje reitor da UFBA, Paulo César Miguez de Oliveira, respondeu:

Então, veja o desafio que estava colocado, porque significava romper duas barreiras: primeiro, a própria relação do Brasil com a América Latina – que num certo sentido a construção do Mercosul começou a fazer isso um pouco mais numa perspectiva mais geral. Mas o desafio da Palmares ainda era maior porque era ultrapassar essa distância, esse desconhecimento da vida latino-americana, e nesse conjunto mais amplo, recortar para a situação dos afro-latinos. Eu acho que foi extremamente importante (MIGUEZ, 2019).

Esse primeiro contato com a realidade afro-latina foi fundamental para que a Fundação Palmares pudesse entender as dificuldades de um lado e as possibilidades de outro que um intercâmbio cultural afro-latino poderia ter e proporcionar a todos os entes envolvidos. Para tanto, a Fundação Palmares buscou, por meio do diálogo com os intelectuais orgânicos, os ativistas, a academia e gestores do aparelho do Estado, os conceitos, as reflexões e os caminhos que poderiam levar a instituição a elaborar e produzir ações que integrassem as manifestações culturais, grupos e artistas afro-latinos num projeto articulado, onde a convergência fundamental era fazer com que a cultura negra fosse o eixo central de todas as nossas ações e assim contribuir para a valorização, preservação e difusão das manifestações culturais afro-latinas, assim como para o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial.

Os temas abordados nesse seminário diziam respeito a um conjunto de incertezas e indagações que a Fundação Palmares possuía para dar partida ao seu Programa Intercâmbio Afro-Latino. Dúvidas que estavam presentes na enunciação e perspectiva afro-latina, nas práticas diaspóricas, além das alternativas que um programa como esse teria diante do processo avassalador da globalização que transforma em mercadorias e produtos a tudo e a todos. Outro tema discutido foi a cultura política e as sociedades multiculturais, além da negritude e formação para sociedades multiculturais. O que se estava buscando com aquele seminário era uma agenda política cultural que nos apresentasse perspectivas para a inclusão plena da comunidade negra na América Latina.

Para essa empreitada, contamos com a participação ativa de inúmeros intelectuais, ativistas e acadêmicos vinculados ao movimento negro latino-americano, como: Marcelo Paixão (UFRJ), Cláudia Miranda (Unirio), Júlio César Tavares (UFF), José Carlos Félix (UFRJ), Elielma Machado (PUC/RJ), Amaury Mendes (UERJ), Samuel Vida (UFBA), Paula Barreto (UFBA), Jocélio Telles (UFBA), Florentina Silva (UFBA). Da Colômbia, Fanny Millena Quiñones (Universidad Pedagógica Nacional), Wilmer Villa (Universidad Distrital); dos Estados Unidos, Mbare Ngon (Morgan State University), além da embaixadora do Brasil do Departamento Cultural do Itamaraty Maria Elisa Luna.

Na próxima seção, analisarei de forma mais acurada o I Encontro Ibero-Americano: Uma Agenda Afrodescendente nas Américas, realizado em outubro de 2008, na cidade de Cartagena das Índias, na Colômbia, pois este evento foi a um só tempo o coroamento de um conjunto de ações que a Fundação Palmares vinha realizando desde o ano de 2004, na América Latina, como também o início do Programa Intercâmbio Afro-Latino, que veio a ser apoiado por quase todos os países latino-americanos.

4.5.1 *I Encontro Ibero-Americano: Uma Agenda Afrodescendente nas Américas*



Ministerio de Cultura
República de Colombia

Libertad y Orden

Fonte: Ministerio de Cultura da República de Colombia: Memorias I Encuentro Iberoamericano Agenda Afrodescendiente en las Américas. 16 a 18 de outubro de 2008.

El I Encuentro Iberoamericano “Agenda Afrodescendiente en las Américas” ofreció una valiosa oportunidad para fijar una posición colectiva, desde los Estados, y particularmente desde los Ministerios de Cultura de la región, acerca de la indiscutible contribución afrodescendiente a la construcción de sociedades pan-americanas y de su avance. El logro de los Objetivos de Desarrollo del Milenio y la erradicación de la pobreza, enfrenta el desafío de

construir sociedades inclusivas y diversas en términos culturales; la plena expresión y reconocimiento cultural constituye un importante objetivo del desarrollo. Estos compromisos quedaron plasmados en la Declaración de Cartagena, Agenda Afrodescendiente en las Américas, suscrita en San Basilio de Palenque el 18 de octubre de 2008, por los Ministros de Cultura de Colombia, Angola, Bahamas, Barbados, Brasil, Guatemala, Guinea Ecuatorial, Jamaica, México, Panamá, Paraguay y República Dominicana, con el respaldo de la Organización de los Estados Iberoamericanos – OEI (ENCUENTRO..., 2008, p. 3).

Se a primeira ação do Programa, como vimos na seção anterior, foi o “Seminário Internacional Intercâmbios Afro-Latinos”, a segunda ação, por sua vez, foi o “I Encontro Ibero-Americano: Agenda Afrodescendente nas Américas”, realizado pelo Ministério da Cultura da Colômbia, na cidade Cartagena, no período de 16 a 18 de outubro de 2008, e que contou com a presença de 12 ministérios da Cultura da América Latina, dentre eles Brasil, Colômbia, Guatemala, Equador, Jamaica, Bahamas, e de organismos internacionais como Unesco, OIM (Organização Internacional das Migrações), Segib (Secretaria-Geral Ibero-Americana).

Na elaboração desse encontro e na montagem da sua pauta, bem como na abrangência que se buscava por meio dos temas abordados, integrando a um só tempo os movimentos culturais de origem negra, os intelectuais, os ministérios da cultura, das relações exteriores e as organizações internacionais multilaterais, estavam presentes todas as digitais e intenções dos compromissos assumidos pelo Ministério da Cultura, à época comandado por Gilberto Gil, um ano antes (2007), quando do seu encontro com a ministra Paula Moreno Zapata no Brasil, bem como os da sua viagem à Colômbia para a assinatura do Protocolo de Intenções para a Cooperação, Intercâmbio e Divulgação da Cultura Afro entre os dois países, ocorrida em 2007.

A iniciativa da realização do encontro partiu do Ministério da Cultura da Colômbia, cuja ministra Paula Zapata estava entusiasmada com o acolhimento que o ministro Gilberto Gil havia dado à agenda por ela proposta, que abrangia ações no campo da cultura afro-latina, mas também nas políticas culturais gerais, a exemplo das áreas de literatura, cinema e audiovisual. Ao propor o encontro, Zapata convidou a Fundação Palmares para constituir-se enquanto parceira do empreendimento. O encontro tinha por objetivo maior identificar, incorporar e articular as inúmeras iniciativas que estavam ocorrendo na América Latina, no tocante às manifestações culturais de origem negra, numa agenda institucional que fosse assumida pelos países latino-americanos através dos seus ministérios da cultura, contando com o apoio de instituições multilaterais do sistema ONU. Na verdade, tratava-se da primeira grande iniciativa no âmbito da América Latina tendo como eixo central a cultura, desde a Conferência de Durban. A proposta representava uma demonstração clara da seriedade com

que o Ministério da Cultura da Colômbia estava encarando o desafio de fazer com que a cultura afro-latina fosse tratada com a seriedade e a dignidade que merecia, conforme foi estabelecido em sua metodologia de trabalho:

El Primer Encuentro Iberoamericano Agenda Afrodescendiente en las Américas, estableció espacios de reflexión e intercambio de experiencias entre los diferentes países, con el fin de propiciar la formulación de recomendaciones para el desarrollo de una agenda de cooperación tendiente al reconocimiento de la diversidad cultural, en el marco de la búsqueda de alternativas para el mejoramiento de la condición de vida de la población afrodescendiente (ENCUENTRO..., 2008, p. 8).

O aceite foi de pronto, visto que o projeto do encontro além de grandioso atendia perfeitamente aos objetivos da Fundação Palmares, no sentido da criação de um intercâmbio afro-latino, para além dos encontros esparsos e bilaterais, onde todos os países que tivessem manifestações culturais de origem africana pudessem contribuir de alguma forma para o combate ao racismo e à discriminação racial, por meio da cultura, de forma institucional e articulada. Portanto, a proposta do encontro e o diálogo estabelecido com a Colômbia a partir daí inferiam que era possível e factível a realização de um trabalho conjunto. Essa compreensão convergiu para a realização do “I Encontro Ibero-Americano: Uma Agenda Afrodescendente nas Américas”, no qual consolidou-se de uma vez por todas o Programa Intercâmbio Afro-Latino, que era uma proposta da Fundação Palmares.

Na abertura do encontro, a ministra da Cultura da Colômbia fez um pronunciamento que representava o balizamento para as ações do futuro Programa Intercâmbio Afro-Latino e que se encaixava perfeitamente com a visão que o Ministério da Cultura do Brasil possuía sobre o papel que a cultura deveria desempenhar no desenvolvimento das nações:

La cultura ha sido la base del encuentro de la diáspora hoy, precisamente porque a pesar de los grandes sufrimientos de nuestros antepasados esclavizados, su cultura permaneció. ¿Cuál es la fuerza de una cultura que permanece y se recrea a pesar de la negación de su esencia humana? Esa es la fuerza histórica de los descendientes africanos, que hoy recuerdan para dialogar y construir futuro, para generar conciencia, pero también para reconocer que el presente trae consigo desafíos diversos cuya reflexión profunda implica una prioridad para regiones y continentes en el mundo (ZAPATA, 2008).

Embora o encontro tenha sido de ministros da Cultura, a Fundação Cultural Palmares teve assento na mesa de abertura, através do seu presidente Zulu Araújo, por conta da sua contribuição para a organização do evento, que realizou o pronunciamento que segue abaixo, ao lado da anfitriã, a própria ministra da Cultura da Colômbia Paula Marcela Moreno Zapata:

La Fundación Cultural Palmares, organización del Ministerio de Cultura de Brasil, fue creada en el centenario de la abolición de la esclavitud. Trabaja por la promoción y el intercambio cultural, el etnodesarrollo, la protección de bienes culturales afrobrasileños y el intercambio cultural con países africanos. Se ha realizado un trabajo intenso con la Unidad Africana desde el 2006, segunda conferencia de intelectuales de África y la diáspora.

Es necesario destacar la presencia negra en Brasil, que corresponde a un 50% e identificar las razones por las cuales la contribución no ha sido reconocida, no sería absurdo afirmar que existe una historia de los negros en Brasil.

Hay que establecer con claridad las consecuencias de la esclavización. Es preciso esclarecer con mayor precisión el papel de la folclorización de la cultura afro, que es una manera de relegar nuestros valores, e incluso lo negro y lo indio son considerados solo como parte del pasado.

Nunca vi en los libros, algo que haga alusión al aporte y contribución de los negros brasileiros. Es necesario reconocer que nuestra contribución también es fruto de un diálogo y encuentro con otras culturas y no solo la africana.

La samba, por ejemplo, dialoga con un conjunto de ritmos que no son solo africanos, también del Caribe, estos contactos deben ser precisados para ser apropiados.

No basta con reconocer e identificar las contribuciones afrodescendientes que aportamos a las diferentes naciones, sin embargo es importante que se adopten políticas públicas que permitan el reconocimiento de las manifestaciones y su proyección de manera que logren la inclusión plena de los afrodescendientes en cada uno de los países. Y así, construir un empoderamiento, una superación de la discriminación racial y de la segregación, que permita alcanzar la ciudadanía plena.

Existe una distancia espiritual entre Brasil y América Latina. Somos el único país de habla portuguesa en América Latina, que aloja casi el 60% de la población afro de la región.

Son pertinentes las nuevas propuestas para la ampliación del intercambio afrolatino. En ese contexto se inscribe el nuevo proyecto Laboratorio Afrolatino. Día nacional de la conciencia negra (ARAÚJO, 2008).

Logo após a abertura do encontro, foram definidos em plenário, contando com a unanimidade dos presentes, os objetivos do encontro, assim sintetizados:

1. *Generar un espacio de reflexión en torno a la importancia de la cultura afrodescendiente en los países de América Latina y el Caribe, que arroje insumos para la construcción de políticas públicas tendientes al reconocimiento de la diversidad cultural.*
2. *Compartir experiencias vitales desde la Cultura, la Política, la Economía y la Historia de los pueblos de América, el Gran Caribe y de África, desarrollando estrategias y acciones para el reconocimiento mutuo de identidades, dignidad y sentidos de vida conjuntos.*
3. *Estimular el desarrollo de una agenda de cooperación cultural en el marco de la búsqueda de alternativas para el mejoramiento de la*

condición de vida de la población afrodescendiente (ENCUENTRO..., 2008).

Do mesmo modo, foi aprovada por unanimidade a metodologia a ser utilizada:

El Primer Encuentro Iberoamericano Agenda Afrodescendiente en las Américas, estableció espacios de reflexión e intercambio de experiencias entre los diferentes países, con el fin de propiciar la formulación de recomendaciones para el desarrollo de una agenda de cooperación tendiente al reconocimiento de la diversidad cultural, en el marco de la búsqueda de alternativas para el mejoramiento de la condición de vida de la población afrodescendiente.

Se desarrolló a través de una metodología participativa, propiciando un debate colectivo abierto a los diferentes participantes.

Durante el Encuentro, se llevaron a cabo Foros y se organizaron diferentes mesas de trabajo, permitiendo a los asistentes exponer y expresar sus inquietudes, críticas y propuestas (ENCUENTRO..., 2008).

As mesas de trabalho foram constituídas a partir de seis temas e suas conclusões foram incluídas na declaração final do evento, como recomendações para os ministros da Cultura presentes.

Mesa 1: La contribución de los afrodescendientes a la construcción de las Américas: re-escribir la historia;

Mesa 2: Intercambio de experiencias juventud y niñez;

Mesa 3: Migración y diversidad étnica y cultural;

Mesa 4: Emprendimiento cultural afrodescendente;

Mesa 5: Representatividad política;

Mesa 6: El poder de los medios y el posicionamiento de la diversidad.

Para orientar as discussões nas mesas de trabalhos e possibilitar que as intervenções dos participantes do evento se dessem de forma qualificada, foram constituídos três eixos temáticos que contaram com a participação de palestrantes de universidades e instituições acadêmicas colombianas e latino-americanas:

1. *La contribución de los afrodescendientes a la construcción de las Américas: re-escribir la historia*, teve como palestrantes, Howard Dodson, diretor do Schomburg Center, Alfonso Múnera, historiador e Maguemati Wabgou, GEACES, Universidad Nacional de Colombia.
2. *Intercambio de experiencias juventud y niñez*: teve como palestrantes, Axel Rojas, professor da Universidad del Cauca, Colômbia e Miguel Pereira. Fundación Every Child, Peru.
3. *Migración y diversidad étnica y cultural*: este eixo não contou com palestrantes, sendo aberto à participação dos presentes.

O encontro também promoveu um conjunto de conferências com autoridades e especialistas do continente africano e da América Latina em torno de temas importantes

como: “*Tendencias globales: diáspora africana y necesidad de inclusión*”, cuja primeira conferência foi realizada por Ndioro Ndiaye, diretora adjunta de la OIM (Organização Internacional de Migrações), sobre o “*Movimiento mundial de la diáspora africana: poder, solidaridad y encuentro*”. O segundo conferencista foi Agustín Lao Montes, professor da Universidad de Massachusetts, com o tema “*Apoderamiento, descolonización, y democracia substantiva: afinando principios ético-políticos para las diásporas afroamericanas de cara a los desafíos del milenio*”.

A cultura foi um eixo com tratamento destacado no encontro, “*La cultura como la base del reencuentro y recreación de la agenda global étnica*”, cuja palestra intitulada “*Diversidad cultural y la diáspora africana em las Américas*” foi proferida por Doudou Diene, *Relator Especial sobre las formas contemporáneas de racismo, discriminación racial, xenofobia y formas conexas de intolerância*, da Unesco. Em seu pronunciamento, ele afirmou:

[...] *Uno de los primeros países que investigué fue Colombia. Hace seis años visité el país. En ese momento no había afrodescendientes en el gobierno. De manera que es un placer verla a Usted señora Ministra, ocupando esta posición. Después de muchos años caminando en la región, no sólo en la Ruta del Esclavo, sino también como Reportero de Naciones Unidas y trabajando en asuntos del Diálogo Intercultural, creo que la cultura es un elemento clave en este hemisferio (...) (...) Estoy convencido que una de las armas más poderosas utilizadas por los esclavos ha sido la cultura. ¿Por qué? Porque el pilar ideológico del esclavismo ha sido el racismo, esa teorización de la inferioridad cultural y humana* (ENCUENTRO..., 2008).

Edouard Firmin Matoko, *Director de la Oficina de la Unesco en Quito y Representación para Bolivia, Colombia, Ecuador y Venezuela*, também se pronunciou sobre essa temática com a palestra: “*La Unesco y el desarrollo cultural de las comunidades afrodescendientes em América Latina y Caribe*”, ressaltando a importância da salvaguarda das manifestações culturais intangíveis dos afro-latinos.

Tivemos, também, Alberto Abello, *Director Maestría en Desarrollo y Cultura* da Universidad Tecnológica de Bolívar, apresentando o tema “*Fragmentos de la diáspora africana em Colombia frente a la reconstrucción del desarrollo*”, momento em que ele destacou a importância de espaços de memória importantes da Colômbia, como o arquipélago de San Andrés, Providencia y Santa Catalina, localizado a 800 km de Cartagena, que é habitado por descendentes de escravizados das ilhas caribenhas e que dão importantes contribuições culturais para a Colômbia, bem como o El departamento del Chocó, onde 87% da população é de origem

afro-colombiana, e San Basílio de Palenque¹¹ (uma espécie de quilombo), com 4.000 habitantes, declarado pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Concluindo a temática cultural com o eixo “*La fuerza de la expresión afrodescendiente: artes, literatura, música, cinematografía... Tendencias globales*”, tivemos Rafael Palacios, bailarino, coreógrafo e diretor de dança, que desenvolveu sua fala sobre “*La danza como herramienta para el desarrollo de los derechos culturales del Pueblo afrocolombiano*”.

O encontro produziu um documento importante intitulado “Declaração de Cartagena das Índias” (ANEXO V), assinado por 12 ministros de Estado da Cultura, além de representantes da OIM, OEI, Unesco: Charles Maynard, das Bahamas; Charles Blackett, de Barbados; Juca Ferreira, do Brasil; Paula Marcela Moreno Zapata, da Colômbia; Jerónimo Lancerio Chingo, da Guatemala; Jerónimo Osá Egoro, da Guiné Equatorial; Sidney Bartley, da Jamaica; Mirna Vallejos de Crespo, vice-ministra de Educación de Panamá; Silvia Olvera, delegada do Consejo Nacional para la Cultura y las Artes (Conaculta) do México; Julio Saldaña, delegado do Ministerio de Cultura do Paraguai; Mateo Morrison, subsecretario de Estado de Desarrollo Institucional da República Dominicana; Fernando Vicario, coordenador de Cultura da Organización de Estados Iberoamericanos; Ndioro Ndiaye, diretora adjunta da Organización Internacional para las Migraciones; Edouard Matoko, director da Oficina Regional da Unesco em Quito; Larry Palmer, diretor da Fundación Interamericana; e David Soto, diretor da Alianza ACUA.

Destacamos nesse documento, em primeiro lugar, a preocupação que todos os representantes expressaram com o processo de globalização em curso (ANEXO V, item 3, p. 133), no qual as manifestações culturais de origem africana na América Latina poderiam estar sob grandes riscos e ameaças por conta da homogeneização provocada pelo viés globalizante:

3. La globalización económica y cultural, así como puede traer oportunidades para los países en el plano económico y en el acceso y circulación de los bienes de la cultura, puede también generar riesgos, amenazas y cambios no deseados que se pueden traducir en pérdidas culturales irreparables y en procesos de homogenización cultural. Es un deber de los gobiernos prevenir estos riesgos y valorar, apoyar y hacer visibles las manifestaciones culturales de los afrodescendientes como una fuerza vital en los procesos de desarrollo y el bienestar de nuestras naciones (ANEXO V).

¹¹ O Departamento Administrativo Nacional de Estadística – DANE (2016), da Colômbia, estima que a população do Palenque San Basílio é de aproximadamente 3.763 habitantes adultos (faixas etárias dos 18 a 65 anos de idade). Dessa população, 987 pessoas estavam entre os 18 e 34 anos; sendo 1.166 pessoas entre as idades de 35 e 64; e 299 pessoas com mais de 65 anos. As atividades predominantes laborais: a agricultura com 20,36%, a comercialização de bens e serviços 9,88% e atividades profissionais independentes 4,49%. Sendo 18,86% da população composta por estudantes.

Outro aspecto importante do documento foi o item 5, referente às questões migratórias vinculadas à população afro-latina, que mereceu uma atenção especial:

5. El fenómeno migratorio en las Américas representa importantes cambios sociales, económicos, demográficos y culturales y que los afrodescendientes han desarrollado flujos culturales de doble vía, propiciando el diálogo intercultural y la multiculturalidad, así como han establecido lazos de solidaridad y cohesión social con otros pueblos del mundo (ANEXO V).

Por fim, cabe ainda destacar o estímulo à cooperação internacional por meio da cultura afro-latina, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a inclusão plena dos afro-latinos em suas respectivas sociedades:

10. La cooperación cultural entre los países de las Américas y los de África debe contribuir a la consolidación de lazos permanentes y sostenibles de unidad, integración y solidaridad (ANEXO V).

Em verdade, para a Fundação Palmares, a declaração de Cartagena das Índias funcionou como um atestado público de confirmação que o Programa Intercâmbio Afro-Latino, bem como suas ideias e propostas, estavam ancoradas numa realidade que exigia capacidade de diálogo, articulação e ousadia. Além disso, podemos inferir que a Fundação Palmares se consolidou como uma interlocutora importante na área das políticas públicas de cultura para os afro-latinos, exatamente por ter participado ativamente não apenas da organização do encontro, como também da elaboração da sua agenda, da indicação dos convidados, assim como da elaboração das propostas aprovadas. Para tanto, foram fundamentais a presença e a articulação dos variados órgãos do MinC, a exemplo da Diretoria de Relações Internacionais e do Gabinete do Ministro, bem como do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores. A aprovação, por unanimidade, por parte das instituições presentes, da proposta apresentada pelo Ministério da Cultura do Brasil/Fundação Palmares no I Encontro para a criação do Observatório Afro-Latino, que foi hospedado posteriormente na Fundação Palmares e funcionou durante três anos (2009/2011), era um indicativo de que a Fundação estava correta ao fazer do Programa Intercâmbio Afro-Latino uma prioridade.

Imagem 1 – Edouard Matoko (Congo), Paula Marcela Moreno Zapata (Colômbia), Dudou Diene (Senegal) e Juca Ferreira (Brasil)



Fonte: Ministério da Cultura/Colômbia, 2008.

Durante as comemorações dos seus 21 anos, em 2009, a FCP deu prosseguimento ao seu Programa Intercâmbio Afro-Latino e apoiou o Programa Regional de Apoio às Populações Rurais de Ascendência Africana na América Latina (ACUA), coordenado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e pelo Convênio Andrés Bello (CAB). Além disso, a FCP cofinanciou a apresentação de grupos apoiados pelo Programa ACUA, da Fundación Activos Culturales Afros, que é uma instituição, criada em 2007, como um Programa da FIDA e tem como principal objetivo a promoção do empoderamento sustentável dos ativos culturais das comunidades afrodescendentes da Colômbia. Concretizamos esse intercâmbio por meio da presença do grupo Benkos Kusuto, da comunidade do Palenque San Basilio (território fundado por escravos fugidos principalmente de Cartagena das Índias no século XV e liderados por Benkos Biohó, um líder negro colombiano, à época, com perfil semelhante ao de Zumbi dos Palmares no Brasil), com população aproximada de 4.000 habitantes, e registrado pela Unesco como “Patrimônio Intangível da Humanidade”, sendo considerado o primeiro povo livre da América. E o grupo “Entre dos mares: *ensamble musical de Colombia, Ecuador y Panamá*”, formado por artistas desses três países e que se apresentaram no Distrito Federal e na cidade do Salvador. Sendo que em ambas as cidades, o grupo, além de apresentar seu espetáculo, participou de oficinas de percussão com instituições como o Grupo Cultural Olodum e o bloco afro Ilê Aiyê (FCP, 2009).

Por fim, no ano de 2009, dando cumprimento a uma política de governo brasileiro e ao que havia sido decidido no I Encontro Ibero-Americano: Uma Agenda Afrodescendente nas Américas, que tratava da aproximação do Brasil com os países da América Latina, foi lançado oficialmente o site do Observatório Afro-Latino.

4.5.2 *Observatório Afro-Latino*



O Observatório Afro-Latino merece uma análise especial não só por ser uma proposta inicialmente apresentada pela Fundação Palmares em 2008, como também por ter sua implementação ficado sob a responsabilidade da instituição, além de ter sido o instrumento mais viável para manter a articulação gerada pela Agenda Afrodescendente nas Américas naquele momento. A proposta visava à criação de um espaço virtual que fosse referência para intelectuais, pesquisadores, ativistas, artistas, grupos culturais e gestores culturais afro-latinos, e os contemplasse no sentido de mantê-los informados, articulados, fazendo uso do espaço para troca de informações e experiências relativas às manifestações culturais de origem negra na América Latina, gerando assim intercâmbios e articulações institucionais e comunitárias.

Em verdade, o Observatório Afro-Latino buscava ocupar um vazio provocado pelas enormes dificuldades encontradas do ponto de vista geográfico, político e financeiro para que as informações, os eventos artísticos e científicos e as produções culturais pudessem ser acessadas com a velocidade que a realidade contemporânea exigia. Essa necessidade foi identificada pela Fundação Palmares nos diálogos que foram estabelecidos a partir da participação em eventos como o seminário “Interculturalidad, Diversidad e Construcción de Ciudad”, na Colômbia (2007); o seminário “Populações Afrodescendentes na América Latina”, no Panamá (2008); ou a turnê do Ilê Aiyê no Equador (2008), onde quase sempre o Brasil era visto como um ente estranho àquele ambiente, fosse pela língua, afinal somos o

único país da América Latina a falar português, fosse pela excessiva dose de autoconfiança que o Movimento Negro Brasileiro possui diante dos nossos vizinhos, pela gigantesca população afrodescendente que possuímos, 56,7% da população brasileira, equivalente a mais de 112 milhões de habitantes.¹²

Todos esses indicativos, agregados à assinatura de dois protocolos de intenções firmados com a Colômbia e o Equador, assim como a realização do I Encontro Ibero-Americano: Uma Agenda Afrodescendente nas Américas, com a maioria dos ministros da cultura da América Latina, fez com que a Fundação Palmares compreendesse que precisava de um instrumento de diálogo permanente e ágil que aproximasse o Brasil das articulações que os movimentos culturais afro-latinos produziam na região. O Observatório Afro-Latino era o mecanismo adequado para que tivéssemos a aproximação com os nossos vizinhos latino-americanos transformada em realidade, para além da matriz cultural africana, que era e é nossa herança comum.

No período em que esteve em funcionamento, o Observatório Afro-Latino esteve sob a coordenação do Centro Nacional de Informação e Referência Negra, dentro da Fundação Palmares, visto que o órgão possuía todas as características e competência para abrigar o Observatório, conforme o seu artigo 16.

Art. 16 - Ao Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra compete:

I - Coordenar, orientar, fomentar e executar atividades de estudo, pesquisa e referência da cultura afro-brasileira;

II - Mapear, sistematizar, disponibilizar e atualizar informações, registros, cadastros nacionais e conhecimentos sobre a cosmologia afro-brasileira;

III - Apoiar a produção e disseminação de informações e conteúdos sobre a cultura afro-brasileira;

IV - Propor diretrizes, critérios e padrões técnicos para preservação do acervo bibliográfico, documental e arquivístico da FCP;

V - Propor, assistir e acompanhar processos de registro de bens culturais das comunidades tradicionais de matriz africana; e

VI - Proceder ao mapeamento das manifestações culturais das comunidades identificadas como remanescentes dos antigos quilombos, bem como dos bens culturais de natureza material e imaterial das comunidades tradicionais de matriz africana (FCP, 2009).

Nesse período, o Observatório Afro-Latino cumpriu a contento todas as funções que lhes eram inerentes. Segundo os dados levantados à época, o uso do portal era crescente e

¹² Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

qualificado, sendo uma referência para a produção cultural afro-latina. “Mas, lamentavelmente, sem que houvesse qualquer explicação, o Observatório Afro-Latino foi desativado na gestão seguinte, que tinha como ministra da Cultura do Brasil Ana de Holanda e como presidente da FCP Elói Araújo” (ARAÚJO, 2020, p. 105). Prova disto são os dados estatísticos e as matérias da imprensa à época:

Aumenta procura ao site do Observatório Afro-Latino. O acesso de internautas ao Observatório Afro-Latino e Caribenho, da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, aumentou cerca de 50% no mês de maio. De acordo com informações do CNIRC (Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra), gerenciadora do programa virtual, a busca por informações do Observatório se intensificou após a reformulação da página, ocorrida em março, e a realização do II Encontro Afro-Latino, promovido pela Palmares, na cidade de Salvador, em maio deste ano (FCP 2010).

As informações coletadas junto à Fundação Palmares indicavam que o Observatório estava num processo crescente de interação com a comunidade afro-latina e que o mesmo estava cumprindo rigorosamente com seus objetivos, conforme as tabelas e gráficos que seguem:

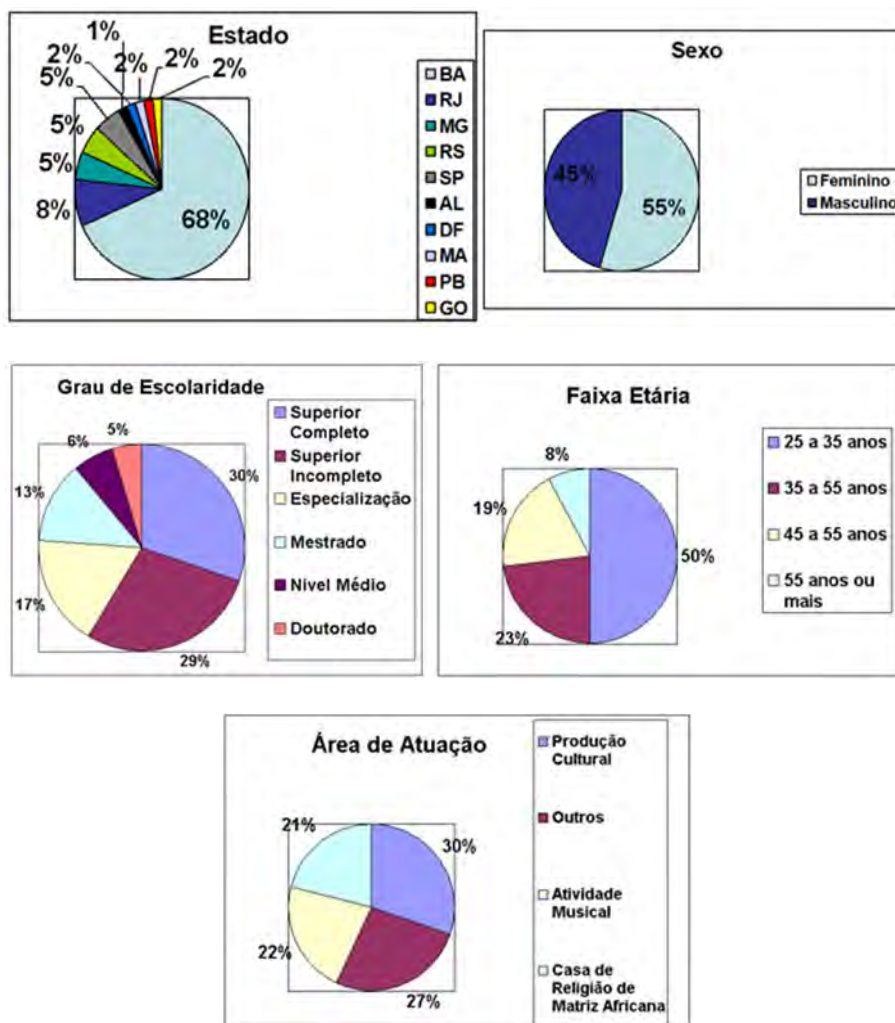
Segundo dados coletados pelo CNIRC, a maioria das pessoas (68%) que busca o Observatório é do estado da Bahia e 55% são do sexo feminino. Do total de usuários, 30% possuem o curso superior completo, 50% têm entre 25 e 35 anos e os que trabalham com produção cultural somam 30%. Fatores como o cadastramento dos visitantes e a consolidação da prática diária de responder os e-mails encaminhados para o Centro são também considerados importantes para o aumento dos acessos ao site (FCP, 2010).

A então coordenadora do CNIRC à época, Mércia Queiroz, assim se manifestou quando indagada sobre a pertinência do Observatório Afro-Latino:

Conhecer, reunir, socializar e divulgar informações sobre as diferentes culturas de raízes negras latino-americanas e caribenhas, bem como identificar, mapear e formar uma base de dados e informações de modo a ampliar o diálogo e a troca de experiências culturais e sociais e, ainda, contribuir para a promoção de uma reflexão crítica sobre a realidade das comunidades afro-latinas e caribenhas, que busque a erradicação do racismo e a garantia dos direitos dos afrodescendentes do ponto de vista da cultura, é a nossa meta (FCP, 2010).

Portanto, a extinção do Observatório Afro-Latino, ocorrida de forma abrupta e sem que houvesse qualquer informação sobre as razões que levaram a sua extinção, revela a fragilidade da qual se revestem as políticas públicas de cultura, em particular para os afro-latinos, assim como o grau de incompreensão e autoritarismo do qual ainda se revestem as gestões culturais na América Latina. Além de também explicitar o baixo índice de republicanismo existente mesmo em gestões governamentais aparentemente progressistas e de continuidade, como era o caso do governo que sucedeu ao do presidente Lula.

Imagem 2 – Gráficos referentes aos usuários do Observatório Afro-Latino



Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2010.

Prova disto é que, apesar dos dados positivos no cumprimento da sua missão e dos baixíssimos custos que sua manutenção representava para o orçamento da Fundação Palmares, ainda assim o Observatório Afro-Latino foi abruptamente encerrado. A decisão adotada pela direção da Fundação Palmares (2011) em extinguir o Observatório Afro-Latino é reveladora da incompreensão que está presente em parcela dos gestores culturais brasileiros, em particular quando se trata da temática da cultura negra, em não reconhecer as decisões que foram adotadas por gestores anteriores. O personalismo autoritário ainda é a marca, mesmo em governos da esquerda, quando se trata da administração da coisa pública. Nesse sentido, é importante lembrar que a aprovação para a criação do Observatório Afro-Latino foi uma decisão adotada por mais de uma dezena de ministros da cultura da América Latina, de organismos internacionais e de representantes da sociedade civil, decisão esta que foi reiterada no II Encontro Afro-Latino, realizado na cidade Salvador em 2010.

4.6 Esmeraldas – a Pérola Negra do Equador

Em 2008, o bloco afro Ilê Aiyê, da cidade de Salvador/Bahia, considerado o primeiro bloco afro do Brasil e que tem uma forte presença na luta de combate ao racismo por meio da cultura, na Bahia e no Brasil, foi a primeira instituição a realizar uma turnê por várias cidades do Equador (Quito, Ambato e Esmeraldas), como parte das ações do Programa Intercâmbio Afro-Latino. Como resultado dessa turnê, no ano seguinte, 2009, o Ilê Aiyê escolheu como tema para o seu desfile carnavalesco, na cidade de Salvador, a história da cidade de Esmeraldas, cujo título era: “Esmeraldas – a Pérola Negra do Equador”. Esmeraldas é uma cidade portuária, localizada na região noroeste do Equador, com um porto internacional, importante para as exportações do país na região do oceano Pacífico, e com uma população aproximada de 400 mil habitantes. A cidade possui uma história singular, que dialoga com as diretrizes da entidade negra baiana no que diz respeito à valorização da negritude e suas experiências exitosas. Para a Fundação Palmares, essa experiência se enquadrava em grande medida aos objetivos que o Programa Intercâmbio Afro-Latino buscava alcançar, isto é, proporcionar a troca de experiências entre grupos culturais afro-latinos.

A história da província de Esmeraldas é bastante singular e traumática na América Latina. Segundo inúmeros historiadores e pesquisadores equatorianos, dentre eles padre Rafael Savoia (1987, 1988, 1990, 1992), Fernando Jurado Novoa (1990, 1992) Julio Estupiñan Tello (1977), José Alcina Franch (1974), Luisa Raquel Báez (1983), Juan Pablo Pezzy (1996) y Jean Kapenda (2001), a província foi criada após o naufrágio de um barco oriundo do Panamá (20 de novembro de 1847), que seguia para o Peru, com uma carga de aproximadamente 200 escravizados e homens livres. Para o pesquisador John Antón Sánchez, assessor metodológico do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), no artigo intitulado “*Diagnóstico de la problemática afroecuatoriana y Propuestas de Acciones Prioritarias*” (SÁNCHEZ, 2003), há algo de muito interessante nesse fato, visto que, apesar da tragédia, uma semente de liberdade foi plantada, conforme ele afirma:

La característica más importante de este momento tiene que ver con la semilla de la libertad que los esclavizados y cimarrones siembran en territorios de libertad y autonomía que en toda América se conoció como Palenques o Kilombos, siendo uno de ellos la República de los Sambos en Esmeraldas (SÁNCHEZ, 2003, p. 5).

Para o pesquisador Sánchez, a história do Equador começa, em verdade, com a história da província de Esmeraldas, momento em que os primeiros escravizados puseram os pés nas

terras equatorianas, pelos idos de 1535. Desde o primeiro momento, a luta, a resistência e o enfrentamento com os indígenas locais forjaram a marca da presença dos descendentes de africanos no país. Daí o autor afirmar que:

Entre estos hijos de la diáspora se encontraba el Cimarrón Antón, quien guió el grupo de libres hacia la construcción de un reino. Según el cronista Miguel Cabello de Balboa, Antón se enfrenta violentamente contra los indios Pidi, quienes viendo la superioridad y la bravura de los africanos, deciden establecer alianzas y acuerdos para dominar juntos un territorio amenazado ya por los españoles. Mas tarde Antón es traicionado y muerto por los aborígenes, quienes optan por terminar la alianza y separarse. Los libertos, por su parte con la muerte de Antón, entran en pugnas por el poder y se debilitan militarmente ante la discordia por encontrar un nuevo líder. Luego de superar las rivalidades internas, el liberto Alonso de Illescas es reconocido como el nuevo jefe, quien luego se gana la amistad de los indígenas y pacta con ellos estratégicas alianzas con el propósito de conservar la autonomía y la libertad del territorio de Esmeraldas de manos de la Corona Española. Se funda así um territorio ligare con gobierno propio llamado "República de Sambos" (SÁNCHEZ, 2003. p. 6).

Pois foi exatamente nessa província que o bloco afro Ilê Aiyê, herdeiro das tradições africanas na cidade do Salvador/Bahia, se fez presente em 2008, no âmbito das ações do Programa Intercâmbio Afro-Latino. O impacto desse encontro foi enorme e proveitoso, tanto para a Fundação Palmares, que assim cumpria com sua missão de promover o intercâmbio e a troca de experiências com as manifestações culturais da diáspora africana na América Latina, quanto para o Ilê Aiyê, que agregou valor ao seu processo de pesquisa sobre a presença da cultura negra nas Américas e as difundiu pelas ruas de Salvador no carnaval seguinte. Tanto isso é verdade que, no ano de 2009, o tema de carnaval da entidade foi exatamente a província de Esmeraldas, conforme relata Wesley da Ressurreição Conceição, na sua dissertação de mestrado, pela UFBA, intitulada: *Música, memória e negritude: a estética do pensamento radical negro dos blocos afros de Salvador/BA* (CONCEIÇÃO, 2023). Em suas palavras:

Esse tema me chamou atenção porque, embora saibamos que todos os países americanos receberam escravizados africanos, além do Brasil, pouco se fala da presença negra nos demais países da América Latina. Gosto do verso “o Ilê Aiyê nos informa formatando a história para reflexão” porque ele põe em evidência um dos aspectos mais importantes dos blocos afros: questionar os discursos hegemônicos, produzir contradiscursos, difundir conhecimento, informar e formar cidadãos cidadãs conscientes de sua negritude (CONCEIÇÃO, 2023, p. 61).

O intercâmbio com o Equador foi o tema do Projeto de Extensão Pedagógica Cadernos de Educação do Ilê Aiyê, v. XVII, de setembro de 2009, com o título “Esmeraldas - Pérola Negra do Equador”, onde a entidade, de forma didática, discorre sobre as origens dessa cidade, sua história de resistência contra a escravidão e a sua luta no presente contra as discriminações,

assim como as semelhanças que a mesma possui, tanto do ponto de vista racial quanto cultural, com a história dos afrodescendentes brasileiros, em particular dos baianos. Esse caderno foi o instrumento educacional que orientou os compositores do bloco afro a criarem suas canções e disputarem no festival do Ilê Aiyê, intitulado “Noite da Beleza Negra”, no ano de 2009. A música vencedora, “Formatando a história”, de autoria dos músicos Valmir Brito, Luz Lene e Jó Nascimento, é um exemplo de como a troca de experiência e o intercâmbio afro-latino podem contribuir para a luta de combate às discriminações e pela valorização das manifestações culturais de origem negra na América Latina:

Esmeraldas/Pérola Negra do Equador/Nasceu em alto mar/No naufrágio a liberdade que virá/Esmeralda a retomada do poder/A luta para não escravizar o ser/A história envolve o povo do Ilê/Marimbas e tambores/Que se preservou/Na cultura afro-equatoriana [...] Ilê Aiyê, nos informa/Formando a história para a reflexão/De lá/No mar da África/No mar de Esmeraldas/No mar da Bahia/Tem negro remando noite e dia (ILÊ AIYÊ, p. 55, 2009).

O depoimento dado em entrevista para esta pesquisa pelo diretor do Ilê Aiyê da área de Gestão de Projetos e Captação de Recursos Edmilson Lopes das Neves, que chefiou a delegação da entidade na turnê realizada em 2008 até a cidade de Esmeraldas no Equador, é marcante nesse sentido:

Tivemos a oportunidade feliz de conhecer uma população majoritariamente negra, latino-americana, com uma história a ser contada. Eu não tinha a dimensão do que eu encontraria em Esmeraldas. A recepção da cidade foi extraordinária. Era e é uma gratificação você se identificar com aquela história. Nós trouxemos essa história, a Fundação nos oportunizou a trazer esse conteúdo para cá, a real história do que aconteceu com aquele povo que fez Esmeraldas (NEVES, 2024).

E continuou, ao ser indagado sobre a importância que essa viagem teve para o Ilê Aiyê, a relatar o impacto que essa viagem produziu no grupo:

É muita linda a cidade. Para mim foi mais mágico ainda o contato, por ser pesquisador nessa história, queria trazer essa história e vi o tamanho do conteúdo que tinha naquele processo [...] A importância dessa viagem está impressa no Caderno de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, 2009, onde está o trabalho de pesquisa feito pelo Ilê Aiyê, nesta viagem. Pesquisamos a parte histórica, social e cultural de Esmeraldas (NEVES, 2024).¹³

¹³ Entrevista concedida ao autor em dezembro de 2024, na cidade de Salvador/Ba.

Imagem 3 – Capa do Caderno de Educação do Ilê Aiyê



Fonte: ILÊ AIYÊ, 2008.

Esse intercâmbio produziu efeitos positivos tanto do ponto de vista individual quanto coletivo em toda a delegação do Ilê. Segundo Neves:

A gente caiu dentro de um bolsão de história, da nossa história. Ali a gente se lambuzou, se espalhou, porque a gente se identificou, a gente se encontrou. Foi diferente. Foi como beber água numa fonte que a gente conhece, mas uma água diferente. Matou uma sede (NEVES, 2024).

Esse relato, feito pelo dirigente do Ilê Aiyê, além de nos apresentar o impacto que esse intercâmbio teve para a entidade, evidencia efeitos conexos importantes como a produção de novos conhecimentos para a comunidade negra na cidade de Salvador. Além disso, o intercâmbio ensejou a produção de material didático para as crianças da Escola Mãe Hilda, além de ter gerado emprego e renda para os artistas e trabalhadores do bloco afro que criaram e confeccionaram as fantasias do bloco. Ademais, houve o intercâmbio e troca de experiências com gestores e artistas da cidade de Esmeraldas, que não somente contribuíram para a pesquisa levada a cabo pelo Ilê como também estiveram presentes no carnaval do Ilê, em 2009,

desfilando no bloco. Ou seja, era a concretização daquilo que havíamos intuído nos primeiros passos que demos em direção à formulação do Programa Intercâmbio Afro-Latino.

4.6.1 II ENCONTRO AFRO-LATINO E CARIBENHO



Fonte: Fundação Palmares, 2010.

O II Encontro Ibero-Americano de Ministros da Cultura para a Agenda Afrodescendente das Américas, ou II Encontro Afro-Latino e Caribenho, realizado em Salvador, no período de 25 a 28 de maio de 2010, foi uma espécie de coroação dos esforços empreendidos pela Fundação Palmares, com o apoio do MinC e do Itamaraty, para a execução do Programa Intercâmbio Afro-Latino. O tema escolhido foi “A força da diáspora africana”. A escolha do tema teve por objetivo dar visibilidade aos avanços que ocorreram no programa, a partir do ano de 2008, quando da realização do I Encontro na cidade de Cartagena das Índias. Além de buscar estimular os países latino-americanos a incorporarem em suas agendas as manifestações culturais afro-latinas, a partir dos exemplos que Brasil, Colômbia, Equador, Cuba, Haiti, Uruguai, Jamaica e Peru estavam dando.

A realização do II Encontro, na cidade do Salvador, era um compromisso assumido pela Fundação Palmares e o Ministério da Cultura ainda em 2008, quando da realização do I Encontro em Cartagena das Índias, na Colômbia, discutido acima. O Ministério da Cultura, bem como o das Relações Exteriores envidaram todos os esforços no sentido de sua concretização. A participação quase que dobrou no tocante às representações, tanto da sociedade civil quanto das instituições governamentais dos países latino-americanos. Tivemos a participação de representações oficiais de 18 países latino-americanos e de movimentos sociais e culturais, bem como da academia brasileira, tais como: a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), o Grupo Cultural Olodum e o Instituto Steve Biko, dentre outros.

No âmbito das manifestações culturais, tivemos a presença de artistas como Papá Roncón (Equador), Bahia Trio (Colômbia), Dúo Así Son (Cuba) e Carlinhos Brown (Brasil), que realizaram apresentações públicas bem como oficinas para os interessados. A troca de experiências e o intercâmbio entre as distintas sonoridades musicais e as danças afro-latinas funcionaram como elementos de consolidação do diálogo cultural que se realizava nas mesas de debates e nas conferências.

Barbados, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Uruguai e Venezuela e os representantes da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), da Segib (Secretaria-Geral Ibero-Americana), da Aecid (Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento) e o ACUA-FIDA (Programa de Apoio aos Povos Afrodescendentes Plurais da América Latina e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) participaram ativamente da construção da Carta de Salvador, declaração aprovada e assinada por unanimidade por todas as representações oficiais presentes, assim como pelos organismos internacionais.

O reconhecimento do trabalho que a Fundação Palmares estava realizando, por meio do Programa Intercâmbio Afro-Latino, materializou-se em todas as etapas de desenvolvimento do II Encontro. A coordenação executiva do evento ficou sob a responsabilidade da Fundação Palmares, por indicação do Ministério da Cultura do Brasil e concordância dos demais participantes. Esse reconhecimento ficou ainda mais explícito em dois pontos importantes do conteúdo da Carta de Salvador, nos itens 2 e 3:

2. Criar a Secretaria Pro Tempore da Agenda Afrodescendente nas Américas, designando a Fundação Cultural Palmares, do Brasil, para exercer esta função até o terceiro encontro;

3. Fortalecer o Observatório Afro-Latino e do Caribe com esquemas de cooperação nacional que permitam a circulação de conteúdos, com uma plataforma interativa que maximize a difusão e o acesso à informação, bem como o seu uso para a elaboração e execução de políticas públicas (ANEXO VI).

Essas duas manifestações, aprovadas por unanimidade durante o II Encontro Afro-Latino, consolidavam definitivamente o acerto da Fundação Palmares ao ter instituído o Programa Intercâmbio Afro-Latino enquanto mecanismo de articulação, elaboração e execução de políticas públicas de cultura para os afro-latinos. A partir disso, a Fundação Palmares assumia o protagonismo na América Latina no campo cultural afro-latino, com a responsabilidade de secretariar a Agenda Afrodescendente nas Américas, por meio da Secretaria Pro Tempore, assim como de aprimorar o Observatório Afro-Latino, que já se encontrava hospedado na página virtual da instituição, transformando-o definitivamente na grande plataforma interativa das informações afro-latinas.

Por fim, o II Encontro assumia como tarefa fundamental para a elaboração de políticas públicas de cultura para os afro-latinos a cooperação, conforme afirma o item 11 da carta já citada acima:

11. Promover a aproximação, a troca de experiências e iniciativas de cooperação entre as instituições dos países da América Latina e Caribe dedicadas à promoção da igualdade de direitos e oportunidades e valorização da cultura de matriz africana (ANEXO VI).

Conclusão

Dentre todas as ações realizadas pela FCP no campo afro-latino, no período de 2003 a 2010, é plausível afirmar que os dois encontros afro-latinos, realizados em Cartagena das Índias, na Colômbia, e em Salvador, no Brasil, a turnê do Ilê Aiyê ao Equador e a criação do Observatório Afro-Latino foram as ações mais importantes, tanto do ponto de vista institucional, por reunir por duas vezes consecutivas organismos internacionais como a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a OIM (Organização Internacional das Migrações), a OEI (Organização dos Estados Ibero-Americanos), a Segib (Secretaria-Geral Ibero-Americana), a Aecid (Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento), além de mais de uma dezena de ministros da Cultura dos países latino-americanos, a exemplo de Brasil, Colômbia, Equador, Peru, México, Venezuela, Cuba,

Jamaica, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Uruguai, como do ponto de vista dos seus resultados e compromissos gerados, pois produziu intercâmbios e troca de experiências não apenas para os gestores, mas para a comunidade afro-latina mais amplamente.

Imagem 4 – Encerramento do II Encontro Afro-Latino em Salvador, 2010



Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2010.

As duas declarações geradas a partir desses encontros são referências positivas de que apesar das dificuldades e entraves interpostos para a implementação de políticas culturais para os afro-latinos na região, a Palmares conseguiu indicar caminhos que poderiam ser percorridos para sua superação.

Essas ações desenvolvidas pela FPC instaram tanto organismos internacionais vinculados ao Sistema ONU quanto órgãos dos ministérios da Cultura de vários países latino-americanos, a exemplo do Brasil, Colômbia, Equador, Cuba, México, Peru, Argentina, Uruguai e Paraguai, a adotarem ações e assumirem compromissos no sentido do combate às distintas formas de discriminações que as manifestações culturais de origem negra encontram na região, assim como a estimular a troca de experiências e o intercâmbio cultural desses grupos e instituições.

Também observamos neste capítulo que, a partir da inserção brasileira na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento via Cooperação Sul/Sul, podemos inferir que o Brasil ainda está dando os primeiros passos nessa modalidade de cooperação, reconhecendo os valiosos esforços despendidos no período das duas gestões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que buscou inserir o país como protagonista nesse espaço. Outro aspecto importante que foi detectado nesta análise é a pouca ou quase inexistente presença da cultura no território da cooperação

internacional brasileira, apesar da grande importância que a temática cultural possui para os brasileiros e do próprio destaque que o governo de então deu para a cultura internamente.

Ademais, identificamos a dimensão da diplomacia cultural enquanto elemento integrante desse novo olhar sobre o papel estratégico que a cultura passa a ter nas relações internacionais, particularmente na diplomacia cultural brasileira, que teve, nos ministros da Cultura Gilberto Gil e Juca Ferreira e das Relações Exteriores Celso Amorim, dois ativos interlocutores e defensores desse novo papel que a cultura brasileira pode desempenhar, contribuindo para o desenvolvimento humano tanto interna quanto externamente.

Por fim, percebemos a enorme dificuldade que o país ainda possui em fazer uso de um dos ativos culturais mais importantes que possui, que são as manifestações culturais de origem negra, originária de quase 60% de sua população e referência hegemônica em várias regiões do país, além de ser uma referência internacional reconhecida por diversos órgãos multilaterais como a Unesco. Ainda assim, podemos afirmar que nas gestões dos ministros da Cultura Gilberto Gil e Juca Ferreira foram empreendidos esforços importantes no sentido de que a Fundação Cultural Palmares, instituição responsável pela elaboração de políticas públicas que levassem à promoção, valorização e divulgação da cultura negra no país, pudesse preencher minimamente essa lacuna, na área da cooperação sul/sul. Para tanto, um conjunto de ações foram desenvolvidas com relativo êxito, enfileiradas no Programa Intercâmbio Afro-Latino.

Portanto, mesmo diante do quadro incipiente no qual a cultura ainda se encontra no campo da cooperação internacional brasileira, é possível afirmar que a sua inclusão, e especialmente da cultura afro-latina, na agenda de cooperação internacional é factível, desejável e importante, visto que a cultura aborda temas importantes que estão na ordem do dia das agendas de relações internacionais contemporâneas, tais como: diversidade, discriminação racial, racismo, violência, gênero, feminismo negro, empoderamento e direitos humanos, no sentido mais amplo que esses temas possam ter. Afinal, a cultura e o intercâmbio cultural continuam sendo o melhor caminho para a aproximação entre os povos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos quatro capítulos desta tese, pudemos observar o quanto as questões de raça e racismo, assim como as culturais, sempre estiveram presentes na prática das relações internacionais e no campo acadêmico das relações internacionais, apesar do apagamento histórico e das exclusões que essas duas dimensões têm sofrido ao longo do tempo nas discussões e debates sobre os temas. No caso específico das relações raciais, o apagamento se dá inclusive nas correntes teóricas predominantes na disciplina, em particular no realismo, no liberalismo e no construtivismo, revelando uma prática norteadora que compõe concepções hegemônicas desse campo que tem sido a de evitar essa temática, por conta do grau de tensão que a mesma provoca e das iniquidades que foram exercitadas em nome dos interesses políticos, econômicos e militares dos mundos europeu e estadunidense. Afinal, o sucesso do empreendimento colonial realizado nas Américas se deveu em grande parte ao escravismo e, por meio dele, do uso da violência extrema contra as populações indígenas e afrodescendentes.

Portanto, ao aceitar o desafio de analisar o trabalho desenvolvido pela Fundação Palmares na América Latina, sob a luz e o olhar das relações internacionais, em particular no campo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, tendo como referência as políticas públicas de cultura para os afro-latinos formuladas e executadas no período de 2003/2010, eu não imaginava o quão importantes e inovadores haviam sido os desafios enfrentados pelo Ministério da Cultura nas gestões dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, nem muito menos o legado que essas gestões haviam deixado no trato das políticas culturais no Brasil. Legado este que possibilitou a presença do Brasil no cenário cultural mundial de forma digna, respeitosa e criativa. Exemplo maior nesse sentido foi o Programa Cultura Viva, popularmente conhecido como “Pontos de Cultura”, que além de ter sido uma experiência inovadora e exitosa no país, teve seu modelo exportado para outros países do mundo, como reconhecimento de uma prática democrática com os segmentos populares e suas manifestações culturais, tendo inclusive se transformado posteriormente em lei, pelo Congresso Nacional brasileiro, tal impacto e grau de acolhimento que teve esse programa na sociedade brasileira.

Essas políticas públicas, bem como o modo de operá-las, com diálogo e participação popular, impactaram de forma positiva as ações da Fundação Palmares, assim como sua presença interna no sistema MinC, bem como a presença externa na cooperação internacional. As entrevistas, os textos e os documentos produzidos a partir dessas gestões, no período de 2003 a 2010, analisados nesta tese, assim como em artigos, ensaios, dissertações e teses aqui

discutidos, são retratos fidedignos da importância do trabalho realizado e da largueza de visão que essas gestões tiveram sobre o papel que a cultura deveria desempenhar na sociedade brasileira. Papel este orientado pela dimensão econômica, simbólica e cidadã com a qual a cultura sempre deve ser tratada, para poder ser compreendida enquanto elemento estratégico tanto do desenvolvimento de uma nação quanto de sua relação com outras nações.

No entanto, também foi importante identificar que, apesar de todos os avanços alcançados ao longo do período pós-abolicionista na América Latina e no Brasil por parte dos afrodescendentes, raça e racismo continuam sendo referenciais negativos nas abordagens e análises em quaisquer campos que se busque pesquisar sobre a presença negra nas políticas públicas no continente. Decorrente dessa visão racializada do mundo ocidental sobre as populações não brancas, a partir da qual essas populações são vistas como inferiores ou subalternas, têm sido elaboradas e executadas políticas públicas, em particular no campo da cultura, que tentam desqualificar, subalternizar ou excluir as manifestações culturais das populações afrodescendentes nas Américas, relegando-as à condição de subproduto do colonialismo. No caso da América Latina, essa ação possui uma enorme gravidade, visto que atinge em torno de 30% da população da região, ou seja, mais de 150 milhões de seres humanos, dos quais 108,8 milhões são afro-brasileiros. Isso revela o quanto ainda teremos que avançar na luta pela promoção da igualdade racial para que o processo de colonização escravista que permeia a sociedade latino-americana seja superado e a população afrodescendente da região seja tratada com a dignidade e o respeito que lhe é devido. Esta tese também busca ser uma contribuição nesse sentido.

No campo das relações internacionais, o desafio está mais do que posto e tem sido parte integrante do fazer laboral e intelectual de inúmeros pesquisadores e estudiosos que, com coragem e determinação, têm aportado e apontado contribuições importantes para o aprofundamento dos estudos sobre a modelagem que o Ocidente tenta impingir ao resto o mundo, a partir da sua visão eurocêntrica, seja nos planos sociais, econômicos, políticos, religiosos e/ou culturais. A rigor, o diálogo feito nesta tese com os trabalhos de Stuart Hall, Édouard Glissant, Renato da Silveira, Immanuel Wallerstein, Michel-Rolph Trouillot, Robert Vitalis, Onofre Santos Filho, Achille Mbembe, dentre outros, comprova a forma discriminatória com que as questões de raça e racismo têm sido ocultadas não somente nas relações internacionais, como também em outros campos de conhecimento. Ao mesmo tempo, esse diálogo buscou evidenciar as provas incontestes que fazem da presença negra nas Américas um problema a ser enfrentado e superado, no que diz respeito à exclusão desses segmentos das

riquezas produzidas a partir das suas contribuições. Do mesmo modo, a ascensão vertiginosa que as forças conservadoras e da extrema direita têm alcançado no mundo, em particular na América Latina, onde racistas, homofóbicos, intolerantes religiosos e fascistas cada vez mais vêm ampliando seus espaços de atuação, nos indica o quão importante é o trabalho no campo da cultura, mais ainda quando esse trabalho proporciona a quebra de paradigmas discriminatórios e excludentes que pairam em sociedades como a nossa como se fossem verdades absolutas e imutáveis.

O apagamento histórico promovido pelas elites ocidentais sobre raça e racismo é tão evidente quanto o recente apagamento realizado nos arquivos do Ministério da Cultura e da Fundação Palmares, em passado recente (2016/2022), nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, fato este que dificultou sobremaneira uma análise mais profunda das políticas que foram executadas por essas instituições no Brasil e na América Latina, dada a escassez das fontes oficiais, criminosamente excluídas e/ou destruídas dos arquivos oficiais. Não fosse a abnegação de alguns servidores que guardaram em seus acervos pessoais documentos importantes desse período, o desastre teria sido maior ainda. Aliás, essa onda conservadora que tem se avolumado em praticamente todas as relações humanas também tem se feito presente e com bastante força no âmbito da cultura, e mais particularmente ainda quando os temas são relativos à cultura negra. Nesse cenário, monstros e monstruosidades que se encontravam adormecidas ou represadas na hipocrisia da alma brasileira, a exemplo do racismo e do feminicídio, têm se manifestado com toda força, violência e letalidade que possuem.

Do ponto de vista racional, não encontramos motivos para que as informações sejam tão escassas na América Latina, até porque a temática afrodescendente, seja no plano econômico, social ou até mesmo de mercado, teria um impacto positivo tanto para aqueles que negociam e empreendem quanto para aqueles que dialogam com a temática do desenvolvimento das populações afro-latinas. No entanto, o que ocorre até os dias atuais é que o racismo e a discriminação persistem no Brasil e na América Latina. Essas manifestações têm ocorrido, ora pela pura e simples exclusão, ora por uma visão folclórica, ora pela desqualificação sobre a importância da cultura, em particular da cultura negra como elemento estratégico da diplomacia, da cooperação e do desenvolvimento nos países latino-americanos, apesar de sua contribuição decisiva para a formação sócio/histórica/econômica e cultural da região.

Esta tese representa também um esforço para se juntar a outros trabalhos e publicações existentes, produzidos por pesquisadores e estudiosos, em sua grande maioria aliados ou vinculados ao movimento negro latino-americano, sobre a cultura afro-latina e sua

importância para a região, embora saibamos que ainda falta muito para o preenchimento desse espaço vazio existente quando estudamos essa temática. No caso brasileiro, esse esforço necessitará ser mais intenso, por conta das dificuldades que nós temos (intelectuais, movimento negro e sociedade) em nos percebermos enquanto latino-americanos. Esse fenômeno tem provocado a exclusão do Brasil de muitas experiências interessantes que apontam para a superação do legado colonial escravista latino-americano e tem nos colocado em situação complicada diante dos nossos vizinhos. A percepção, ainda hoje, entre os países latino-americanos é que o Brasil está mais identificado com o bloco de poder do mundo ocidental do que com as agruras, angústias e perspectivas da América Latina na luta por mais autonomia, seja ela econômica, política ou cultural.

Para driblar as dificuldades encontradas para acessar a documentação oficial, por conta do apagamento citado anteriormente, fiz uso de entrevistas com gestores, ativistas e intelectuais que participaram das ações do Programa Intercâmbio Afro-Latino, assim como de documentos oficiais disponíveis, publicações, catálogos e matérias jornalísticas produzidas por entidades e órgãos de imprensa. Enfim, busquei todas as fontes disponíveis para suprir as dificuldades de acesso aos documentos oficiais. No caso da Fundação Palmares, o acesso à documentação oficial foi mais complicado ainda, pois boa parte do seu acervo documental, principalmente o que se encontrava na biblioteca, foi propositalmente excluído ou destruído quando da última gestão (2016/2022), como parte do processo ideológico de apagamento que o governo de então promoveu, ao classificar o referido acervo de “oriundo e instrumento do chamado ‘marxismo cultural’”.

É importante destacar que as dificuldades de acesso a documentos oficiais desse período analisado não ocorreu apenas no Brasil. O mesmo se deu com o Equador e a Colômbia, onde tivemos as mesmas dificuldades de localizar até mesmo a estrutura organizacional que os seus respectivos ministérios possuíam à época. Isso porque, também nesses países, ocorreram momentos conturbados de mudanças políticas governamentais que ocasionaram atitudes semelhantes às ocorridas no Brasil, no que diz respeito ao apagamento das documentações oficiais. Aliás, isso parece ser uma prática corrente na América Latina, ainda mais quando se trata de cultura negra.

Contudo, isso não foi inibidor para que o trabalho alcançasse seus objetivos; foi, em verdade, desafiador. Daí que o ineditismo e a positividade em abordar a um só tempo as dimensões culturais e raciais no campo das relações internacionais, por meio das políticas culturais para os afro-latinos, está principalmente no registro e na análise daquilo que foi

produzido e não numa abordagem teórica pioneira. Até porque, por meio dessas informações que foram coletadas e aqui disponibilizadas, podemos afirmar que a Fundação Palmares não só desempenhou um papel importante para a cooperação e o desenvolvimento das relações culturais do Brasil na América Latina, por meio da cultura afro-latina, como também foi importante para o intercâmbio e a troca de experiências entre grupos negros do Brasil com as comunidades negras latino-americanas, abrindo novas possibilidades de trocas de experiências culturais entre os afro-latinos brasileiros e afro-latinos dos demais países. É importante ressaltar que a Fundação não fez isso sozinha, tendo contado com diversos apoios e parcerias, e com um cenário político regional favorável, além da compreensão política dos ministros da Cultura Gilberto Gil e Juca Ferreira, baianos que tinham a dimensão da luta antirracista incorporada no seu cotidiano, e do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, que também tinha sensibilidade para o tema.

Por outro lado, o diálogo interno e externo que ocorria dentro do Ministério da Cultura e suas instituições vinculadas (Iphan, Funarte, Fundação Casa de Ruy Barbosa, Ibram e Fundação Palmares) e o sentimento/entendimento de que aquele momento político permitia ações mais ousadas, fizeram com que o Programa Intercâmbio Afro-Latino fosse elaborado, ganhasse corpo e fosse executado com êxito, contando com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, sensibilizando organismos internacionais vinculados ao sistema ONU, a exemplo da OEI, Segib, Unesco e OIM, a participarem da empreitada. Do mesmo modo ocorreu com ministérios da Cultura de países como Colômbia, Equador, Cuba, México, Peru, Argentina, Uruguai e Paraguai, que se integraram ao programa por meio da assinatura de compromissos e de ações no campo da cultura que fortaleceram de um lado as manifestações culturais de origem negra na região e de outro o combate ao racismo e a todas as formas de discriminação que essas culturas sofriam, além de estimular o intercâmbio cultural e a troca de experiências. Exposições conjuntas, turnês de grupos culturais, debates, seminários, encontros e publicações materializaram esses compromissos.

Nesse sentido, podemos afirmar que as referências bibliográficas, as entrevistas e os documentos institucionais que foram analisados e cotejados ao longo desta pesquisa revelam que o ambiente democrático que estava presente na maioria dos países latino-americanos foi fundamental e estratégico para que a Fundação Palmares cumprisse com seu papel de articuladora no campo das políticas culturais para afro-latinos, apesar das dificuldades históricas existentes, tanto no Brasil quanto na região. Essas políticas, como visto ao longo da tese, serviram para o fortalecimento das manifestações culturais de origem negra no Brasil,

além de terem influenciado os países vizinhos a acolherem e adotarem ações semelhantes nos seus respectivos países.

Enfim, espero que esta pesquisa, além de contribuir para o entendimento da importância da elaboração de políticas públicas de cultura para os afro-latinos, da necessidade de sua valorização, preservação e difusão, também sirva para estimular novas pesquisas e estudos tanto no campo da cultura propriamente dito, como também nos campos de raça e cultura, em particular da cultura negra e de como está se dando a presença dessas duas dimensões na prática das relações internacionais e no campo de conhecimento das relações internacionais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Elga Lessa de; KRAYCHETE, Elsa Sousa. *O discurso brasileiro para a cooperação em Moçambique: existe ajuda desinteressada?* Salvador: Repositório Institucional da UFBA, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/25549>. Acesso em: 17 jan. 2025.
- ANDREWS, George iêiê; DE LA FUENTE, Alejandro. *Estudios afro-latino-americanos: uma introdução*. Buenos Aires: Clacso, 2018,
- ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. *Raça e racismo nas relações internacionais: confrontando a linha global de cores*. Londres: Routledge, 2015.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- ARAÚJO, Zulu. América Latina revisitada. *Revista Palmares – Cultura Afro-Brasileira*, Brasília, ano IV, n. 4. 2008. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_=7659. Acesso em: 7 jan. 2020.
- _____. *Políticas públicas de cultura para afro-latinos – o trabalho da Fundação Cultural Palmares: 2003-2010*. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2020.
- ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- AYLLÓN, Bruno Pino. *Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS)*. Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento, p. 57-85. André de Mello e Souza (org.). Brasília: Ipea, 2014.
- BANCO MUNDIAL. *Afrodescendentes na América Latina: Rumo a um Marco de Inclusão*. Washington: World Bank, 2018.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- _____. Pós-modernismo e pós-colonialismo. In: *O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- BIJOS, Leila; ARRUDA, Verônica. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. *Revista Diálogos*, Cuiabá, v. 13, n. 1, ago. 2010.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr.-jun. 2001.
- BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União – CGU. Portaria nº 1.089/2018 - Programas de Integridade. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2018.
- _____. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1988/23.pdf/ @download/file/23.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1988/23.pdf/@download/file/23.pdf). Acesso em: 18 fev. 2020.
- BROWN, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI. In: ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara; MELO, Mariana (org.). *Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios*. Recife: Seriguela, 2021.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. Estratégias para entrar y salir de la modernidade. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1995.

CANDIOTTO, César. Neoliberalismo e democracia. *Princípios*, Natal, v. 19, n. 32, p. 153-179, jul./dez. 2012.

CHEHAB, Gustavo Carvalho. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, 21ª Vara do Trabalho de Brasília – DF. *ACPCiv 0000673-91.2021.5.10.0021*. 2021.

CIAD: diáspora e o renascimento africano. *Relatório final*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 604 p.

COLLINS, Patrícia Hill. Intersectionality's Definitional Dilemmas. *The Annual Review of Sociology*, n. 41, 2015.

CONCEIÇÃO, Wesley da Ressurreição. *Música, memória e negritude: a estética do pensamento radical negro dos blocos afros de Salvador-BA*. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2023. 133 f.: il.

CONFERÊNCIA DE INTELLECTUAIS DA ÁFRICA E DA DIÁSPORA, 2, 2006, Salvador. II

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIAS CORRELATAS, 3, 2001, Durban. *Declaração de Durban*. Brasília: Ministério da Cultura, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2001.

COSTA LEITE, Iara. Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro IESP/UERJ. *Observatório Político Sul-Americano*, v. 7, n. 3, mar. 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. v. 1, n. 1, p. 7-16.

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, o Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1989. 125 p.

ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MINISTROS DA CULTURA PARA UMA AGENDA AFRODESCENDENTE NAS AMÉRICAS, 1, 2008, Cartagena das Índias. *Anais [...]*. Cartagena: Fundação Cultural Palmares, 2008.

ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MINISTROS DA CULTURA PARA UMA AGENDA AFRODESCENDENTE NAS AMÉRICAS, 2, 2010, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Fundação Cultural Palmares, 2010.

ENCUENTRO IBERO-AMERICANO DE MINISTROS DA CULTURA PARA UMA AGENDA AFRODESCENDENTE EN LAS AMÉRICAS – MEMÓRIAS, Cartagena das Índias, 16-18 de Outubro, 2008. Ministério de Cultura, República de Colômbia, 2008.

ESTUPIÑAN, Juan Pablo. Negro ou Afro-colombiano? Disputas pelas Classificações Raciais/Étnicas nos Censos Colombianos, 2021. *Mediações*, Londrina, v. 26, n. 2, p. 272-291, maio-ago. 2021.

FCP - FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Relatório de Gestão*. Brasília: Ministério da Cultura, 2004.

_____. *A Grande Refazenda, África e Diáspora Pós-II CIAD*. Waldomiro Santos Júnior (org.). Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007a.

_____. *Relatório de Gestão*. Brasília: Ministério da Cultura, 2008.

FURTADO, Celso. *Formação econômica da América Latina*. São Paulo: Lia Editora, 1969.

GALL, Josef Franz. *Anatomia e fisiologia do sistema nervoso em geral e do cérebro em Particular*. [s.l.], Nabu Press, [1810] 2011.

GIL, Gilberto. Discurso de posse no Ministério da Cultura, 2003. In: ALMEIDA, A.; ALBERNAZ, M. B.; SIQUEIRA, M. (org.). *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura 2003/2010* – Gilberto Gil & Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

_____. Gravação de entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado e tese de doutorado do entrevistador. Rio de Janeiro, 2019.

GLISSANT, Édouard. Cultura e identidade. In: GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Tradução Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: UFJF, 2005. p. 71-95.

GOBINEAU (Joseph Arthur, conde). *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Paris: Éditions Pierre Belfond, [1853] 1967. 873 pages (Livres 1, 2, 3, 4, 6).

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. p. 78.

HOBBS, T. *Leviatã ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *Do cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro; Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Os elementos da lei natural e política*. Tradução de Bruno Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ILÊ AIYÊ. Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê. *Caderno de Educação do Ilê Aiyê*, v. XVII. Salvador: Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, 2009.

IPEA. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. Brasília: Ipea; 2010. 78 p.

KRAYCHETE, Elsa Sousa; VITALE, Denise (org.). *Cooperação internacional para o Desenvolvimento: desafios no século XXI*. Salvador: Edufba, 2013. 292 p.

LAGE, Victor Coutinho. *O Atlântico vermelho: modernidade e marcadores de discriminação*. Salvador, 2021.

LAPOUGE, G. Varcher de. *L'aryen: son role social*. Paris: Albert Fontimoing Editeur, 1899.

MBEMBE, Achile. O devir negro no mundo. In: MBEMBE, Achile. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Editora Antígona, 2014. p. 9-22; p. 299-306.

_____. *A era do humanismo está terminando*. *Mail & Guardian*, África do Sul, 2016. Disponível em: <https://www.pensarcontemporaneo.com/humanismo-mbembe/?fbclid=IwAR2BhRuDFzx6tMk7OB-23ezzG96jPHbSGehxtthFCaSVARO-bAI6kEinxpY>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____, Achille. *Brutalismo*. Tradução Sebastião Salgado. 1ª ed. São Paulo: N1 Edições, 2021. p. 11, 12, 22.

MELO, Bruno Henrique Rodrigues de. Gravação de entrevista concedida para elaboração da tese de doutorado do entrevistador, Brasília: 2024.

OLIVEIRA, A. N.; CASTRO, J. L.; SANTOS, L. C. S. D. Charge, documento visual ácido: uma análise crítica do discurso e das falas do presidente Jair Bolsonaro e a covid-19. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 28, p. 1-32, 2023.

PAULO, Lucas dos Santos de. *O acervo da vergonha: atos e intencionalidades na Fundação Cultural Palmares*. 2024. 211 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

PEREA, Alexandra Johanna Rivas. Gravação de entrevista concedida para elaboração da tese de doutorado do entrevistado, Buenaventura/Colômbia, 2024.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2ª ed. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 19, 20, 47.

RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando (org.). *Política externa brasileira, Cooperação Sul-Sul e negociações internacionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. (cap. 1 - As diferentes dimensões da cooperação Sul-Sul na política externa brasileira).

RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia Cultural seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 128p.

RIBEIRO, M. T. F.; MELO, M. C.; SILVA, Diego. *Cartografias de ação na América do Sul: uma proposta de abordagem*. [s.l.]: [s.n.], 2013. p. 269.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais, entre o possível e o impossível. O público e o privado. *Revista do PPG em Sociologia*, Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará – UECE, n. 9, jan.-jun. 2007.

_____. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183-203, jan.-jun. 2008.

_____. Políticas culturais e novos desafios. *Revista Matrizes*, São Paulo, ano 2, n. 2, 1º sem. 2009.

SÁNCHEZ, John Antón. *Apuntes sobre la historia de los afrodescendientes en el Ecuador*. Banco Interamericano de Desarrollo BID-Ecuador - Consejo de Coordinación de las Organizaciones de la Sociedad Civil Afroecuatoriana de la cooperación técnica BID ATN/SF-7759-EC, Diagnóstico de la problemática afroecuatoriana y Propuestas de Acciones Prioritarias, 2003.

_____. Territórios, Ancestrais Afroecuatorianos: Uma Proposta para el Ejercicio de la Autonomía y Los Derechos Colectivos. *Revista da ABPN*, v. 1, n. 3, p. 15-52, nov. 2010-fev. 2011.

_____. *El territorio ancestral afroecuatorianos: el problema de acceso a la tierra en el valle del Chota, La Concepción y Salinas*. Quito: Ediciones Abya Yala, 2022.

SEGIB. Secretaria-Geral Ibero-Americana. Atualidade afrodescendente na Ibero-América. *Cuadernos Segib-PNUD*, n. 1, jul. 2010. Disponível em: <https://www.segib.org/pt-br/?document=cadernos-segib-pnud-no-1-atualidade-afro-descendente-na-ibero-america-3>.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaio sobre a dependência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26.

SANTOS, Fernanda Barros dos. Estado e movimentos sociais negros (1980-2010). *Tempo e Argumento*, revista de história do tempo presente, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 144-182, jul.-set. 2018.

SANTOS FILHO, Onofre. Ultra Aequinoxialem Non Peccari: anarquia, estado de natureza e a construção da ordem político-espacial. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v. 8, n. 15, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>.

SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CULTURAS POPULARES, 1, 2005, Brasília. *Anais* [...]. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERCÂMBIOS AFRO-LATINOS, 1, 2007, Rio de Janeiro; Salvador. *Anais* [...]. Rio de Janeiro; Salvador: FCP, 2007a.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIVERSIDAD, INTERCULTURALIDAD Y CONSTRUCCIÓN DE CIUDAD, 1, 2007, Bogotá. *Anais* [...]. Bogotá, Universidad Pedagógica Nacional, 2007b.

SILVEIRA, R. da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, 2000.

TAVOLARO, Sergio B. F. *América Latina, variável independente?* Para uma crítica ao binômio centro-periferia. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, v. 18, p. 85-118, 2009.

TRILLO, Tenorio Trillo. América Latina: a ideia, mais uma vez. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 241-267, dez. 2012.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016. 263 p.

VASCONCELOS, Debora Kelly Ferreira; ALVES, Patricia Formiga Maciel. As dificuldades da efetivação das leis 10.639/03 e 11.645/08 em sala de aula. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (III ConedUPE) – Educação, 2022. Recife/PE. *Anais* [...]. Recife, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v13n2a2024-69548>. Acesso em: 17 jan. 2025.

VITALIS, Robert. *White world order, black power politics: the birth of American international relations*. New York: Cornell University Press, 2016.

XAVIER, Fabiana Guimarães. *Políticas públicas para a cultura negra: a Fundação Cultural Palmares*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANEXO I

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO DA CULTURA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DA CULTURA DA REPÚBLICA DA COLOMBIA PARA A COOPERAÇÃO, INTERCÂMBIO, PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA AFRO

O Ministério da Cultura, Órgão Federal do Governo da República Federativa do Brasil, por intermédio da Fundação Cultura Palmares e o Ministério de Cultura da República de Colômbia, em parceria com Universidade Pedagógica Nacional, doravante denominados “Partes”,

Tendo em conta o desejo de incrementar o intercâmbio cultural e artístico entre as Partes, explicitado no Acordo de Intercâmbio Cultural entre Brasil e Colômbia, firmado em Bogotá, em 20 de abril de 1963;

Afirmando a importância da erradicação da discriminação, do racismo, do preconceito e do xenofobismo na sociedade;

Conscientes de que a cooperação, na área da cultura afro, reveste-se de especial interesse para as Partes;

Determinados a desenvolver e aprofundar as relações de cooperação no âmbito da cultura afro;

Conscientes da necessidade de executar programas, projetos e atividades específicas de cooperação que possam dar efetiva contribuição ao desenvolvimento da cultura afro de ambos os países;

Considerando que os projetos e atividades identificados aportarão significativos benefícios às políticas culturais de ambos os países, além de contribuírem para o fortalecimento institucional e se revestirem de caráter multiplicador;

Tendo em conta a reconhecida experiência do Brasil em matéria de cultura afro brasileira, a partir da criação da Fundação Cultural Palmares, em 1988, cuja missão é “fomentar e fortalecer os valores políticos, culturais, sociais e econômicos da população negra e integrá-la de maneira eficaz no processo de desenvolvimento do Brasil, superando todas as formas de discriminação”;

Considerando que o Ministério da Cultura da Colômbia trabalha por um país criativo e responsável por sua memória, desfrutando das expressões culturais, desportivas, recreativas e aproveitando o tempo livre em condições de igualdade e respeito a diversidade;

Considerando que na Colômbia a Universidade Pedagógica Nacional vem articulando-se para erradicar a discriminação, o racismo e xenofobia; promover o reconhecimento da diversidade étnica e cultural; a construção de espaços de interação cultural; a formulação de um novo discurso da interculturalidade, assim como a fixação de políticas públicas destinadas a gerar um país mais equitativo;

Decidem firmar o presente Protocolo de Intenções:

Art. 1º O objetivo do presente protocolo será a promoção, a divulgação, o intercâmbio, a construção de um ambiente de interação e discussão favorável à formulação de políticas públicas e ações referenciais na área da cultura afro.

Art. 2º As Partes prestarão, em regime de reciprocidade, de cooperação na área da cultura afro, nos diferentes segmentos, níveis e modalidades, sobretudo por meio de:

I - Intercâmbio de experiências no âmbito da cultura afro;

II - Apoio à criação e gestão de órgãos governamentais e não-governamentais com a finalidade de fomentar e fortalecer os valores políticos, culturais, sociais e econômicos da população negra e integrá-la, de maneira eficaz, no processo de desenvolvimento social, superando todas as formas de discriminação;

III - Atividades de planejamento, organização e execução de modelos de capacitação para os agentes culturais;

IV - Apoio ao desenvolvimento de estratégias para reduzir o índice de discriminação, preconceito, racismos, xenofobias e intolerâncias em geral;

V - Intercâmbio de experiências educativas através de estágios e eventos culturais que se organizem em ambos os países;

VI - Fomento à produção de mecanismos de divulgação e difusão da cultura negra;

VII- Fomento a iniciativas que, respeitando as legislações internas, promovam e desenvolvam o conhecimento, a difusão e o ensino do idioma oficial da outra Parte, com ênfase nas comunidades afro descendentes.

§ 1 A implementação das ações previstas neste artigo será efetivada por meio dos procedimentos administrativos e legais pertinentes, nos quais serão definidos os elementos necessários à realização das referidas ações, com base nos projetos e atividades de cooperação culturais.

§ 2 As atividades previstas neste artigo serão implementadas quando as partes forem provocadas.

Art. 3º A Parte colombiana deverá, quando necessário e/ou solicitado, disponibilizar à Parte brasileira os conhecimentos sobre a cultura afro, preferencialmente com materiais traduzidos para o idioma português, incluindo o assessoramento com pessoal técnico.

Parágrafo Único: De igual modo, a Parte brasileira dispõe-se a oferecer sua experiência nos mesmos moldes do caput deste artigo, preferencialmente na língua espanhola.

Art. 4º As Partes deverão elaborar conjuntamente um plano de trabalho anual abrangendo os termos da cooperação a ser desenvolvida, assim como os programas, projetos e atividades culturais almejados.

Art. 5º Para a coordenação, monitoramento e avaliação das ações de cooperação derivadas, bem como, para a execução dos projetos e atividades do presente Protocolo, as Partes criarão grupos de trabalho,

compostos por representantes da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura da Colômbia e da Universidade Pedagógica Nacional, e, ainda, como representantes de entidades eventualmente envolvidas no processo.

Art. 6º Para a implementação dos programas ou projetos de cooperação no domínio da cultura, as Partes poderão estabelecer parcerias com instituições dos setores público e privado, organismos e entidades internacionais, bem como com organizações não governamentais.

Art. 7º As condições financeiras para implementação das atividades decorrentes deste Protocolo serão acordadas caso a caso, diretamente entre as Partes e instituições envolvidas no processo, não excluindo a possibilidade de recorrer a outros mecanismos e fontes de financiamento disponíveis.

Art. 8º As diferenças que possam surgir da interpretação ou aplicação do presente instrumento serão resolvidas pelas Partes, de comum acordo ou pela via diplomática.

Art. 9º O presente Protocolo poderá ser modificado por mútuo consentimento das Partes, formalizado por meio de comunicação escrita, em que se especificará a entrada em vigor das modificações.

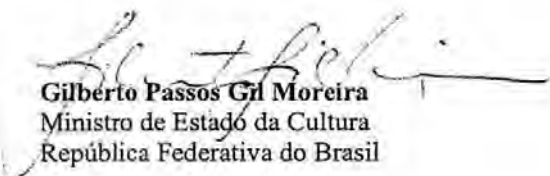
Art. 10 As Partes poderão denunciar, a qualquer momento, o presente Protocolo.

§ 1 A denúncia deverá ser notificada por escrito, e terá validade após 90 dias da notificação.

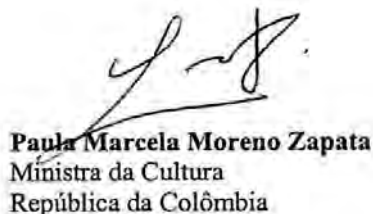
§ 2 A denúncia não afetará a conclusão das ações de cooperação que tenham sido formalizadas durante a vigência do presente Protocolo de Intenções.

Art. 11º O presente Protocolo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência por três anos, prorrogável por igual período, após prévia anuência das Partes.


Firmado em Bogotá, no dia 29 de outubro de 2007, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



Gilberto Passos Guimarães
Ministro de Estado da Cultura
República Federativa do Brasil



Paula Marcela Moreno Zapata
Ministra da Cultura
República da Colômbia



Zulu Araújo
Presidente da Fundação Cultural Palmares República Federativa do Brasil

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BOGOTÁ

O Ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Passos Gil Moreira, e a Ministra de Cultura da Colômbia, Paula Marcela Moreno Zapata, e outras autoridades culturais dos dois países, reuniram-se entre os dias 22 e 29 de outubro em Bogotá - Colômbia, para reafirmar seus compromissos de unir esforços para cooperação mútua no sentido de fortalecer a cultura e colocá-la como eixo central das políticas públicas em ambos os países, no âmbito do Acordo de Intercâmbio Cultural entre Brasil e Colômbia, assinado em 20 de abril de 1963 e do Programa Executivo assinado pelos países em 2004.

Durante a referida visita, com vistas a consolidar as intenções de cooperação técnica em áreas específicas no âmbito dos acordos mencionados, foram assinados os seguintes documentos:

1. **Protocolo de intenções para a cooperação, o intercâmbio, a promoção e a divulgação da cultura afrodescendente**, voltado para a construção de um ambiente de interação e discussão favorável para a formulação de políticas públicas e ações conjuntas na área da cultura afrodescendente.
2. **Termo de cooperação entre a Cinemateca Brasileira e a Fundación Patrimonio Fílmico Colombiano**, no qual as partes se comprometem a cooperar nas seguintes áreas: preservação e difusão de suas respectivas obras cinematográficas, formação e intercâmbio de conhecimentos de técnicas de preservação, e catalogação de imagens em movimento e de seus diferentes suportes.

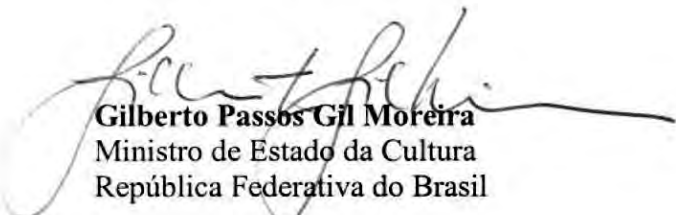
A partir do intercâmbio de diferentes experiências e de reuniões para integração das ações culturais dos dois países, as partes identificaram as seguintes áreas de cooperação:

- Economia da cultura
- Regulação e legislação no setor cultural
- Audiovisual
- Cultura digital
- Livro, leitura e Bibliotecas
- Diversidade Cultural
- Cultura Afrodescendente
- Patrimônio e Museus
- Sistemas nacionais de informação cultural
- Formação artística
- Projetos e ações que promovam a inclusão social, a cidadania e a convivência


As partes se comprometem a detalhar atividades concretas a serem executadas nas áreas mencionadas, bem como a celebrar programas executivos de ordem técnica para o desenvolvimento das mesmas.

Os Ministros ressaltam a sua satisfação com o alto grau de sinergia e empatia entre as equipes de ambos os países, que trabalharam conjuntamente na identificação de áreas para cooperação mútua, fortalecendo assim os laços culturais e de amizade entre os dois países

Firmado em Bogotá no dia 29 de outubro de 2007,



Gilberto Passos Gil Moreira
Ministro de Estado da Cultura
República Federativa do Brasil



Paula Marcela Moreno Zapata
Ministra da Cultura
República da Colômbia

ANEXO III

Discurso do ministro Gilberto Gil

Prezada Ministra Paula Moreno Zapata,

Prezados colegas do Ministério da Cultura de Colômbia,

Prezado Embaixador do Brasil na Colômbia, Julio César Gomes

Senhoras e Senhores aqui presentes.

Gostaria, brevemente, de ressaltar o significado deste momento, onde iniciamos esta parceria entre Brasil e Colômbia, entre nossos dois Ministérios da Cultura.

Os temas de cooperação são muitos e preparamos nossos planos de trabalho de forma cuidadosa para os próximos três anos. Vamos trabalhar juntos em questões como cultura-afro e indígenas, economia da cultura, museus e patrimônio, sistemas de informação cultural, diversidade cultural, políticas de bibliotecas e leitura, leis de incentivo à cultura, Pontos de Cultura e programas de inclusão social pela cultura, formação artística, cultura digital, audiovisual e preservação.

Além de sinalizar nosso compromisso essa ampla agenda temática que já foi detalhada pelas equipes técnicas de nossos Ministérios da Cultura, este momento também marca a assinatura de dois documentos que já darão início imediato à nossa cooperação:

1. **Um Protocolo de Intenções para a cooperação, intercâmbio, promoção e divulgação da cultura afro**, com o objetivo de construir um ambiente de interação e discussão favorável à formulação de políticas públicas e ações referenciais na área da cultura afro. Reafirmamos, assim, a importância da erradicação da discriminação, do preconceito, e do xenofobismo em ambas as sociedades;
2. **Um Termo de Cooperação entre a Cinemateca Brasileira e a Fundación Patrimonio Fílmico Colombiano**, no qual se comprometem a cooperar para a preservação e difusão de suas respectivas obras cinematográficas, bem como para a formação e a troca de conhecimentos em técnicas de preservação, restauração, catalogação de imagens em movimento em seus diferentes suportes.

O que gostaria de ressaltar é que nossos países resolveram conjuntamente fortalecer as políticas culturais no âmbito das políticas estratégicas de Estado. Não me refiro às políticas para as belas artes, para uma minoria de artistas, mas para toda a sociedade, especialmente para os grupos mais vulneráveis, para as línguas, formas de vida e de ofício que foram marginalizados e que são portadoras de uma cultura que precisa ser reconhecida, apoiada e valorizada por nossos países e por todos nós. Refiro-me ao direito cultural como direito social – uma questão central que nossos Estados, presidentes e governos finalmente reconheceram. Este é um momento histórico para a América do Sul, para a qualidade de nossas políticas de cultura como direito de cidadania.

Estamos afirmando aqui que nossos governos consideram as políticas culturais políticas centrais em nossos governos. Brasil e Colômbia estão juntos renovando a maneira de conceber políticas culturais. Não acreditamos que se trata de levar a cultura ao povo, como nos moldes colônias de civilização, mas de fortalecer os saberes, conhecimentos e expressões culturais de nossa sociedade.

Devemos reconhecer esta diversidade como alta tecnologia, como patrimônio a promover e a integrar. Devemos constituir um pensamento estratégico para esse tema. Por complexos de inferioridade colonial, demoramos para reconhecer a diversidade cultural de nossos povos sul-americanos como nosso maior patrimônio. Muitas vezes o foco das políticas foi reduzido aos artistas. Hoje, afirmamos em alto e bom som que o objetivo estratégico é garantir o acesso cultural à toda sociedade. Porque as políticas culturais são políticas que qualificam a vida social de nossas populações, oferecendo maior acesso à cultura, maior qualidade e diversidade na educação, oferecem emprego e renda. Criam uma economia que não polui e não degrada a natureza, que qualifica os indivíduos e elevam o respeito e amor pela diferença.

Finalmente, os Estados de Brasil e Colômbia resolveram afirmar a cultura como uma questão central de um modelo de desenvolvimento coerente com a diversidade de nosso povo.

Porque só teremos uma verdadeira integração sul-americana quando atuarmos além da economia e atuarmos conjuntamente no plano cultural. A circulação de mercadoria não é suficiente para integrar os nossos povos. Só a cultura une de fato o que as fronteiras nacionais artificialmente separaram no período colonial. Nossas línguas, o português, o espanhol, nossas línguas indígenas e afros são nosso patrimônio. O portunhol é uma língua do futuro, que representa a interação criadora de nossos povos.

O sentido do trabalho que estamos aqui anunciando é que nossas sociedades são semelhantes. Somos afros, somos ameríndios, amazônicos, litorâneos, e gente do interior, somos formados pelos aportes europeus e de muitas outras culturas formadoras. São culturas vivas, devem ser reconhecidas e apoiadas pelo novo Estado que as políticas culturais incitam a surgir. Devemos aprofundar a admiração entre nossos povos, aprofundar o mútuo conhecimento e a cooperação em favor de nossa região, de nosso continente e hemisfério. São populações portadoras de muitas culturas, valores e práticas que constituem nosso maior patrimônio. Por isso necessitam de políticas culturais abrangentes e estratégicas.

Admiramos muito o trabalho da Ministra Zapata que é um exemplo para o Brasil. Nestes próximos anos, trabalhando juntos, vamos aprender muito e pretendemos apoiar a Colômbia em assuntos em que temos avançado no Brasil: temas como a importância da cultura digital, os direitos autorais, os pontos de cultura, os museus comunitários.

Nós, brasileiros, somos sentimentais como os colombianos. Gostaria de expressar ao povo colombiano nosso sentimento de alegria, de afinidade, de respeito e amizade pela população e pela sociedade colombiana. Vamos trabalhar muito nos próximos anos para alcançar os objetivos deste acordo. Acredito que estamos dando um passo histórico na direção de genuína integração

Muito obrigado.

ANEXO IV**ATA FINAL****IV REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA CULTURAL, EDUCACIONAL E ESPORTIVA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DA COLOMBIA****Bogotá, 4 e 5 de junho de 2009**

No marco do Acordo Cultural entre a Republica Federativa do Brasil e a Republica da Colômbia, assinado a 20 de abril de 1962 e vigente a partir de 30 de agosto de 1974, celebrou-se na cidade de Bogotá, Colômbia, a IV Reunião da Comissão Mista Cultural, Educacional e Esportiva, com o propósito de acordar um Programa de Cooperação entre os dois países para o período 2009 – 2012.

A delegação colombiana foi presidida pela Dra. Maria Elvira Quintana Calderón, Diretora do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia, e a delegação brasileira foi presidida pelo Conselheiro Marcelo Dantas, Diretor de Relações Internacionais do Ministério de Cultura de Brasil.

A reunião se realizou de acordo com a Agenda de Trabalho aprovada pelas duas delegações, que figura como Anexo I. A lista de participantes de cada delegação figura como Anexo II da presente Ata.

Ato seguido, as delegações sustentaram um intercambio frutífero de idéias e experiências, conscientes do crescente reconhecimento do papel da cultura e da educação no desenvolvimento de nossos países, no fortalecimento da cidadania e da inclusão social dos nossos povos;

determinados a intensificar a integração dos nossos países; animados pelo propósito de promover ações culturais e educativas conjuntas no âmbito bilateral e, quando possível, com outros países;

convencidos da necessidade de se coordenar nas negociações em foros políticos e de comercio internacional sobre os temas de educação e a questão dos bens e serviços culturais;

certos da especial importância de ter posições coordenadas no âmbito da UNESCO, da Secretaría Geral Iberoamericana, MERCOSUR e OEA, e desejosos de criar mecanismos eficazes de captação de recursos, patrocínios e investimento na cultura e na educação;

decidem estabelecer os seguintes Programas de Cooperação nas áreas da cultura e da educação.

CULTURA

I. Disposições Gerais

1. As Partes concordam em desenvolver ações de cooperação, intercâmbio e divulgação mútua de todas as suas experiências e manifestações culturais, levando em conta a sua diversidade cultural, étnica e linguística, assim como ações de promoção e proteção de seu patrimônio cultural tangível e intangível, de comum acordo e dentro dos limites de suas competências e possibilidades.
2. As Partes promoverão a cooperação e o intercâmbio sobre políticas públicas, planos nacionais e programas culturais voltados para a construção da cidadania, a transformação social e a ampliação do acesso a bens e serviços culturais.
3. As Partes cooperarão na promoção de ações voltadas para o fortalecimento da economia da cultura em ambos os países, bem como incentivarão a troca de experiências sobre legislações, sistemas de informações e mecanismos de incentivo e fomento à cultura, considerando a profunda incidência econômica e sociocultural das atividades culturais no desenvolvimento sustentado de ambas as nações.

As Partes estudarão as formas de impulsionar o intercâmbio de experiências, assistência técnica, e indicadores estatísticos em todas as áreas da cultura.

4. As Partes comprometem-se a envidar esforços no sentido de ampliar a abrangência geográfica de suas relações culturais, envolvendo outras áreas além das grandes capitais. As Partes comprometem-se, ademais, a viabilizar um maior intercâmbio nas regiões de fronteiras.

II. Linguagens Artísticas

5. As Partes encorajarão a participação de artistas e grupos artísticos, diretores, técnicos e demais profissionais das artes de seus países em exposições, concertos, espetáculos, workshops, mostras e outros eventos a serem realizados no território da outra Parte.

Respeitadas as condições legais vigentes, as Partes buscarão facilitar a disponibilização de salas ou espaços adequados para a apresentação de artistas e grupos artísticos no território da outra Parte.

A Parte colombiana, por meio do Banco da República - Biblioteca Luis Ángel Arango de Bogotá, informa que está interessada em realizar exposições com obras da pintura clássica e de artistas contemporâneos, promovendo a apresentação de amostras selecionadas de artistas representativos da República Federativa do Brasil. As propostas que nesse sentido se apresentam serão estudadas pelas instâncias internas do Banco da República e, caso aprovadas, terão os custos determinados e repartidos de comum acordo entre as instituições que nesse momento estejam envolvidas.

6. As Partes concordam em estimular e fortalecer o intercâmbio de especialistas, produtores, diretores artísticos, coreógrafos e acadêmicos ligados às diversas expressões artísticas, entre as universidades, escolas técnicas e instituições públicas e privadas de ambos os países, com o objetivo de ministrar cursos e realizar oficinas (workshops) no outro país.

7. As Partes concordam em incentivar os contatos e a cooperação entre as instituições nacionais e regionais representativas dos artistas de ambos os países, fomentando a realização de trabalhos e eventos conjuntos.
8. As Partes cooperarão na área de conservação e preservação de acervos e coleções fotográficas, e intercambiarão publicações e informação técnica sobre o tema.
9. As Partes comprometem-se a trocar informações sobre seminários, congressos e aulas magistrais (masterclasses) que se realizem no território de cada uma delas.
10. As Partes estimularão o intercâmbio de experiências significativas relacionadas às políticas públicas voltadas para as diversas linguagens artísticas e expressões culturais de ambos os países.
11. As Partes apoiarão o intercâmbio de expressões artísticas de ambos os países e propiciarão a participação de jovens e novos talentos em concursos internacionais e em festivais que se realizem no território da outra Parte. Comprometem-se ainda a colaborar realizando gestões junto aos organizadores dos festivais correspondentes, sempre e quando seja possível.
12. Na área da música, as Partes envidarão esforços para realizar um intercâmbio de especialistas em temas relacionados aos programas implementados pelos governos, tais como o fomento à pesquisa, circulação de espetáculos, musicologia e música tradicional e popular. As Partes buscarão, ainda, promover ações conjuntas entre as escolas municipais do Plano Nacional de Música para a Convivência do Ministério da Cultura da Colômbia e os Pontos de Cultura do Ministério da Cultura do Brasil
13. As Partes fomentarão a cooperação na área de música erudita, incluindo a circulação de artistas, o intercâmbio de partituras e a interpretação de obras de autores da outra parte, respeitando as leis vigentes de direitos autorais.

14. As Partes apoiarão as iniciativas de gravação e publicação de obras de compositores colombianos no Brasil e de compositores brasileiros na Colômbia.

15. Os Ministérios da Cultura do Brasil e da Colômbia acordaram estudar a possibilidade de assinar um convênio específico na área da música para o fortalecimento da cooperação bilateral.

16. A parte colombiana, por meio do Banco da República – Biblioteca Luis Ángel Arango de Bogotá, manifesta sua vontade de gerar espaços dentro de sua programação musical de forma que possa contar na sua sala de concertos com intérpretes solistas, grupos de câmara e música tradicional do Brasil. As propostas que neste sentido se apresentem serão estudadas pelas instâncias internas do Banco da República e, no caso de que sejam aprovadas, os custos serão determinados e assumidos de comum acordo entre as instituições que nesse momento estejam envolvidas.

17. As partes fomentarão o intercâmbio e a colaboração entre as universidades e instituições públicas e privadas de ambos os países que se dediquem ao ensino das artes, como a reflexão e a crítica cultural.

18. As Partes facilitarão o intercâmbio de publicações sobre o ensino das artes e promoverão a cooperação na matéria.

19. No campo das artes visuais e cênicas, as partes promoverão uma circulação maior de espetáculos, exposições, diretores, produtores, artistas e peritos, incluindo sempre que seja possível a realização de seminários e workshops que propiciem um intercâmbio direto entre as áreas artísticas dos países e as pessoas do setor.

20. As Partes manifestaram seu interesse em apoiar a tradução de textos dramáticos brasileiros para o espanhol e colombianos para o português, com a finalidade de promover o intercâmbio na área do teatro.

III. Artes Audiovisuais

21. As Partes estimularão o intercâmbio de experiências na implementação de políticas públicas e execução de programas e projetos nos diversos segmentos do setor audiovisual, bem como a troca de informações sobre as instituições públicas responsáveis pela política audiovisual de cada país.

22. As Partes promoverão a participação de autoridades cinematográficas, assim como de artistas e profissionais do setor, tais como produtores e diretores, em festivais internacionais de cinema e eventos do gênero, organizados no território da outra Parte, de acordo com o regulamento de cada festival.

A Parte colombiana convida a Parte brasileira para se fazer presente como concorrente e jurada nos Festivais Internacionais de Cinema de Bogotá e Cartagena e no Encontro Internacional de Produtores de Cartagena, que se realizam anualmente.

23. As Partes concordam com a necessidade de desenvolver programas de cooperação destinados à distribuição de obras audiovisuais e realização de mostras regulares de cada um dos países no território da outra Parte, a serem executados pelos organismos nacionais competentes.

24. As Partes favorecerão a cooperação e o intercâmbio de experiências na área do cinema e do audiovisual, especialmente no âmbito de pesquisa, desenvolvimento de programas conjuntos, co-produções, catalogação, conservação, digitalização, restauração, aquisição e gestão de acervos audiovisuais, além do treinamento, da formação técnico-profissional e da

difusão de acervos e conteúdos de caráter cultural e educativo de ambos os países.

25. As Partes promoverão o intercâmbio técnico entre as Cinematecas nacionais e os institutos de preservação da memória audiovisual.

26. Cada Parte manifesta seu interesse em realizar, em coordenação com os organismos correspondentes dos estados ou municípios em que exista o ensino público do idioma do outro país, festivais ou mostras de cinema com o objetivo de fortalecer o ensino do idioma da outra Parte em estabelecimentos escolares.

27. As Partes se comprometem a desenvolver propostas de cooperação, produção e programação entre as redes de televisão públicas de ambos os países.

As Partes encorajarão nos âmbitos multilateral e bilateral a cooperação audiovisual, em três eixos principais: intercâmbio e distribuição, produção conjunta de conteúdos (co-produções) e formação e capacitação.

As Partes destacam a necessidade de aumentar as relações entre suas televisões públicas, em especial no que se refere ao intercâmbio de programas culturais e educativos.

28. As Partes cooperarão no desenvolvimento da cultura digital em ambos os países, por meio de oficinas (workshops) de capacitação, intercâmbio de experiências sobre redes audiovisuais e intercâmbio de informação sobre políticas públicas de desenvolvimento deste segmento. A Parte colombiana propõe, no mês de novembro de 2009, que se possa realizar uma oficina (workshop) conjunta sobre este tema na região da fronteira (Leticia-Tabatinga).

29. As Partes fomentarão os contatos entre emissoras de rádio, com propósito de intercambiar programas de caráter educativo e cultural.

IV. Livro, Leitura, Bibliotecas e Arquivos

30. As Partes promoverão o intercâmbio de experiências sobre seus respectivos planos nacionais do livro e leitura e programas voltados para a universalização do acesso à leitura e construção de indicadores neste segmento.

31. As Partes aprofundarão, inclusive em nível federativo, o intercâmbio de experiências sobre os modelos de bibliotecas, promoção da leitura e centros culturais multiusos e iniciativas correlatas de transformação social pela cultura, implementadas em ambos os países, em especial (pela parte colombiana) a Rede Capital de Bibliotecas Públicas de Bogotá - BibloRED, os Parques Bibliotecas de Medellín, as Bibliotecas Públicas Municipais do Plano Nacional de Leitura e Bibliotecas, e pela parte brasileira o Programa "Cultura Viva", o "Programa Mais Cultura", as iniciativas de fomento à leitura nas comunidades indígenas e comunidades rurais.

32. As Partes concordam em fomentar e facilitar o intercâmbio recíproco de escritores, acadêmicos, ilustradores e gestores culturais para participar no outro país, de oficinas (workshops), encontros e atividades acadêmicas, cátedras de estudos literários, foros ou conferências, organizados pelas instituições públicas ou privadas.

33. As Partes promoverão a participação de escritores, ilustradores e editores nacionais em eventos e Feiras Internacionais do Livro que se realizem no território da outra Parte.

34. A Parte Colombiana, por meio da Biblioteca Nacional, informa que está interessada em que técnicos brasileiros participem como conferencistas no Congresso de Bibliotecas que organiza a Biblioteca Nacional da Colômbia no ano de 2010, bem como outros eventos relacionados com o fomento do livro e da leitura.

35. As Partes estimularão a publicação e a distribuição de livros de literatura, científicos, técnicos, profissionais e universitários, devidamente traduzidos, de autores de ambos os países, tanto na Colômbia quanto no Brasil.

As Partes estudarão a possibilidade de promover a doação de livros de autores nacionais para as principais bibliotecas localizadas no território da outra Parte.

36. A parte colombiana, por meio do Banco da República – Biblioteca Luis Ángel Arango de Bogotá, manifesta sua vontade de enriquecer mutuamente as coleções bibliográficas para difundir a cultura dos dois países, por meio da modalidade de intercâmbio de suas publicações, como o boletim Cultural y Bibliográfico, a Revista do Banco da República, os ensaios sobre política econômica, catálogos de expressões de arte, e livros, entre outros, com cada uma das instituições educativas e culturais e científicas da República Federativa do Brasil.

37. As Partes comprometem-se a impulsionar vínculos de cooperação entre suas respectivas Bibliotecas e Arquivos Nacionais, a fim de promover a realização conjunta de atividades de interesse cultural e educativo. Da mesma forma, estimularão o intercâmbio de seus respectivos periódicos institucionais, de cópias de livros e documentos históricos, e de resultados de pesquisas e experiências nos campos da história comum aos dois países.

38. As Partes estimularão o intercâmbio de informações e experiências entre suas respectivas Bibliotecas e Arquivos Nacionais e outras instituições públicas, com ênfase na conservação, restauração, digitalização e difusão do patrimônio bibliográfico; no processamento de acervos bibliográficos; na manutenção e restauração de manuscritos e documentos antigos; na construção de redes de bibliotecas; e em novas tecnologias da informação.

39. A Parte colombiana, por meio da Biblioteca Nacional, apresenta um projeto para receber assistência técnica na conformação de redes de bibliotecas patrimoniais.

Por tratar-se de um projeto de assistência técnica, será analisado no âmbito da cooperação técnica Brasil - Colômbia.

40. As Partes comprometem-se a apoiar o intercâmbio de informações e cópias de documentos textuais e iconográficos entre seus respectivos arquivos nacionais. As condições serão definidas diretamente pelas partes interessadas, de acordo com as legislações locais em vigor.

41. A Parte colombiana, por meio do Arquivo Geral da Nação, manifesta seu interesse em fortalecer os laços de cooperação e as relações entre o Arquivo Nacional do Brasil e o Arquivo Geral da Nação da Colômbia, para o qual propõe o intercâmbio de experiências relacionadas com a formulação, implementação, e avaliação das políticas nacionais de arquivos, em especial as relacionadas com o acesso democrático dos cidadãos à informação pública, a garantia de seus direitos, a eficiência e transparência na gestão do Estado e a salvaguarda do patrimônio documental.

Neste sentido, para o Arquivo Geral da Nação é de especial interesse conhecer o projeto "Memórias Reveladas" que realiza o Arquivo Nacional do Brasil.

V. Preservação e Salvaguarda de Bens Culturais

42. As Partes comprometem-se a encorajar a cooperação nas diversas áreas do patrimônio cultural, facilitando a troca de informações e de experiências sobre a conservação e restauração de monumentos, reabilitação de sítios históricos e áreas urbanas protegidas, registro do patrimônio cultural material e imaterial, cartografia cultural e sistemas de informação para o patrimônio.

43. As Partes, por meio de seus organismos nacionais correspondentes, promoverão o desenvolvimento de programas de cooperação no setor da preservação, salvaguarda e gestão de bens culturais em vários níveis. Essa

cooperação consistirá na realização de oficinas (workshops), visitas técnicas e outras atividades especializadas, tanto na Colômbia quanto no Brasil.

44. As Partes continuarão desenvolvendo ações tendentes a pesquisar e fortalecer a história comum dos países, do ponto de vista do patrimônio cultural brasileiro- colombiano, com o objetivo de fortalecer a integração, a amizade, o encontro e a cooperação entre seus respectivos povos.

As Partes promoverão ações de preservação do patrimônio documental em temas de interesse para a compreensão e a difusão do conhecimento sobre a história comum, favorecendo os meios para o acesso a esse patrimônio documental compartilhado.

45. A Parte colombiana, por meio do Arquivo Geral da Nação, esta interessada em receber treinamento na área de preservação e conservação em suportes diferentes do papel, assim como na preservação digital. Da mesma forma, manifesta seu interesse em conhecer a experiência brasileira no desenvolvimento para as técnicas de elaboração do papel japonês.

46. As Partes facilitarão a circulação de documentos e a troca de informações sobre o patrimônio documental, assim como cooperarão para o desenvolvimento de parâmetros comuns de digitalização e de gestão dos bancos de dados, cooperando também para a formação de profissionais.

47. A Parte Brasileira envidará esforços para, no âmbito da gestão do patrimônio cultural, propiciar a participação de agentes públicos colombianos nas atividades a serem desenvolvidas pelo Centro Regional de Formação para a Gestão do Patrimônio (Centro Categoría II da UNESCO), a instalar-se no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro.

A Parte Colombiana se dispõe a aportar documentação técnica para a constituição da Biblioteca de Referência em Gestão do Patrimônio Cultural, a ser instalada no citado Centro de Formação.

48. As Partes promoverão, com base na reciprocidade, o oferecimento de vagas para especialistas em cursos de restauração de bens culturais, realizados nos centros de excelência de ambos os países. As condições da cooperação serão acordadas entre os Ministérios da Cultura, com o apoio das Agências de Fomento à Cooperação e os Ministérios das Relações Exteriores.

49. As Partes comprometem-se a trocar experiências sobre a legislação que trate dos aspectos intangíveis da cultura de ambos os países e promoverão seminários, estudos e projetos conjuntos relativos ao tratamento da dimensão imaterial do patrimônio cultural, em especial no que se refere à cartografia cultural e aos povos indígenas e às comunidades afrodescendentes.

50. Na área de patrimônio material, as Partes promoverão a aproximação de equipes técnicas para o desenvolvimento de estudos, a realização de encontros técnicos, a troca de informações e o intercâmbio de experiências sobre temas relacionados a paisagem cultural, à apropriação social do patrimônio arqueológico em geral e a gestão de cidades e centros históricos.

51. As Partes apoiarão iniciativas, tanto do setor governamental, quanto do setor privado, para que a indústria do turismo cultural se desenvolva de maneira responsável e sustentável em ambos os países procurando fazer que se constituam circuitos culturais que possam difundir as manifestações artísticas, bem como as expressões de seu patrimônio cultural material e imaterial.

52. As Partes manifestam a importância do trabalho conjunto em nível multilateral e bilateral para combater o tráfico ilícito de bens culturais e arqueológicos.

53. A Parte colombiana propõe à Parte brasileira que se estude a possibilidade de assinar um convênio bilateral para a prevenção do tráfico ilícito de bens culturais. O Ministério da Cultura da Colômbia enviará ao Brasil um modelo de convênio para seu estudo.

54. As Partes estimularão ampla cooperação entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e a Direção de Patrimônio do Ministério da Cultura da Colômbia.

VI. Museus

55. As Partes comprometem-se a encorajar a cooperação na área de museus, facilitando a troca de informações entre instituições públicas e museus localizados nos territórios de ambos os países e estimulando projetos de pesquisa conjuntos, bem como o intercâmbio de experiências relacionadas às políticas nacionais de museus e capacitação de profissionais, além de incentivar a participação de técnicos em programas de estágio voltados aos profissionais da área. A Parte brasileira disponibiliza a experiência do Estatuto de Museus e do Sistema Brasileiro de Museus como marcos regulatórios do setor.

56. As Partes manifestam o seu interesse em cooperar nas áreas de instrumentos para gestão e organização do setor museológico, medidas de democratização e acesso a bens culturais, capacitação e qualificação de recursos humanos para museus, informação, modernização de infraestrutura museológica, financiamento e fomento para museus e políticas de aquisição e gerenciamento de acervos de bens culturais.

A Parte colombiana, por meio do Museu Nacional e o Programa Rede Nacional de Museus, informa que solicitam a cooperação e o intercâmbio de experiências por parte do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, para a construção da Política de Museus e capacitação nas diversas áreas museológicas e museográficas.

57. As Partes ressaltam a importância do Programa Ibermuseus, como forma de promover a integração regional no setor.

58. As Partes facilitarão o intercâmbio de documentos, pessoal técnico e coleções de seus respectivos patrimônios museológicos. As condições para essas trocas deverão ser definidas pelas instituições responsáveis.

59. As Partes manifestam seu interesse em promover iniciativas conjuntas de pesquisa e curadoria para a realização de exposições nos campos da arte, da história e do patrimônio material e imaterial. Um tema de interesse comum seria a realização de uma exposição que compare o barroco brasileiro e o barroco andino na Nova Granada.

60. As Partes sublinham a importância de desenvolver conjuntamente pesquisas e iniciativas sobre uma museologia adaptada às condições climáticas e sociais de nossos países.

61. A Parte brasileira compromete-se a enviar, no segundo semestre de 2009, uma missão técnica a Colômbia para o estabelecimento de um programa de trabalho conjunto na área dos museus.

62. Estas atividades serão gerenciadas pelo Museu Nacional e o Programa Red Nacional de Museus, na Colômbia, e pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), no Brasil.

VII. Diversidade Cultural e Cidadania

63. As Partes destacam a importância de defender a diversidade cultural de seus povos em todas as suas múltiplas expressões. Nesse sentido, reconhecem que os bens e serviços culturais são recursos estratégicos para o fortalecimento da identidade cultural, para o desenvolvimento sustentável das nações e para a participação democrática dos cidadãos. Em consequência, concordam sobre a necessidade de coordenar posições nos foros internacionais sobre o tema dos bens e serviços culturais.

64. As Partes estabelecerão um diálogo permanente sobre políticas culturais e trabalharão em conjunto para promover a cooperação em foros multilaterais, em particular no âmbito das negociações que se realizarem na UNESCO, Ibero-américa, MERCOSUL e a OEA.

65. As Partes cooperarão para a troca de experiências, preservação da memória, transmissão de conhecimentos e intercâmbio entre os povos indígenas da Amazônia brasileira e colombiana.

66. As Partes também intercambiarão experiências sobre programas de valorização das culturas populares e das expressões culturais das minorias.

67. As Partes, reconhecendo a importância da cultura como fator de desenvolvimento, construção da cidadania e transformação social, aprofundarão o intercâmbio de políticas públicas e programas nessa área. Nesse sentido, a Parte brasileira se dispõe a compartilhar as metodologias do "Programa Mais Cultura" e do "Programa Cultura Viva".

68. As Partes envidarão esforços para intensificar o intercâmbio entre entidades culturais brasileiras e colombianas, por meio da co-realização de seleções públicas para promover atividades conjuntas envolvendo Pontos de Cultura do Brasil e organizações congêneres da Colômbia.

VIII. Culturas Afrodescendentes

69. As Partes reafirmam a importância da erradicação da discriminação, do racismo, do preconceito e da xenofobia na sociedade e reiteram os compromissos assumidos na Declaração de Cartagena, em outubro de 2008, que propôs a Agenda Afrodescendente nas Américas. Para tanto, comprometem-se a aprofundar a cooperação para o desenvolvimento de ações conjuntas de reconhecimento, promoção, intercâmbio e difusão das culturas afrodescendentes de ambos os países.

Tal como se propôs na Declaração de Cartagena, o Brasil será a sede do II Encontro Ibero-americano: Agenda Afrodescendentes nas Américas, que se realizará na cidade de Salvador no primeiro semestre de 2010.

70. As Partes facilitarão a troca de experiências para a construção de um ambiente de interação e discussão favorável à formulação de políticas públicas referenciais na área da cultura afrodescendente. As Partes realizarão, em conjunto, atividades de planejamento, organização e execução de modelos de capacitação para os agentes culturais

71. As Partes realizarão atividades de planejamento, organização e execução de modelos de capacitação, estratégias para redução dos índices de discriminação, intercâmbio de experiências educativas e apoio à institucionalização das políticas públicas de cultura voltadas para as comunidades afrodescendentes.

72. As Partes manifestam seu interesse de trabalhar em conjunto para assegurar uma presença relevante das comunidades afrodescendentes de seus dois países no III Festival Mundial de Artes Negras – III FESMAN, o qual se realizará de Dacar, Senegal, entre 1 e 14 de dezembro de 2009.

IX. Artesanato

73. As Partes incentivarão a troca de experiências em relação à políticas públicas destinadas a promover e divulgar os artesanatos em seus respectivos países, com o intuito de capacitar artesãos e facilitar a comercialização de sua produção. Nesse sentido, a instituição “Artesanias de Colômbia”, oferece sete (7) ofertas de cooperação, que foram apresentadas ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o qual se comprometeu a transmiti-las às instituições brasileiras correspondentes.

X. Centros Culturais e de Idiomas

74. A Parte colombiana informa que se encontra interessada em obter informação sobre a experiência que tiveram os distintos institutos culturais e

de idiomas brasileiros no seu trabalho de difusão da cultura brasileira e da língua portuguesa no mundo.

XI. Comemoração dos Bicentenários

75. As Partes manifestam seu interesse em identificar atividades conjuntas no âmbito da Comemoração dos Bicentenários da Independência.

76. A Parte colombiana, por meio do Arquivo Geral da Nação, manifesta seu interesse em intercambiar documentos em formato digital de interesse para ambos os países que documentem processos anteriores à independência e do período de transição da conformação de ambas Nações, bem como intercambiar exposições temporárias relacionadas com esta celebração, para o qual oferece as salas de exposições do prédio do Arquivo Geral da Nação.

XII. Relações Ibero-americanas

77. As Partes manifestam sua determinação em apoiar a realização do II Congresso da Cultura Ibero-americana, na cidade de São Paulo, de 30 de setembro a 03 de outubro de 2009, sobre o tema "Cultura e Transformação Social", e do III Congresso da Cultura Ibero-americana, na cidade de Medellín em junho de 2010, sobre o tema "Música".

78. As partes sublinham a importância de sua participação nos programas, iniciativas e projetos culturais ibero-americanos. A Parte brasileira comunica sua decisão de ingressar no Programas Iberescena e Iberorquestra, bem como sua intenção de apresentar à SEGIB a proposta de um Programa Ibercultura dedicado à criação de Pontos de Cultura Ibero-americanos.

EDUCAÇÃO

I. Mobilidade e Fortalecimento de Doutorado

1. A Parte colombiana, por meio do Ministério da Educação Nacional, informa sobre seu interesse em fortalecer a formação de doutorandos da Colômbia. Devido ao fato de que a Parte brasileira avançou neste tema, o Ministério da Educação acha interessante receber apoio na formação de doutorados, por exemplo, por meio do intercâmbio de doutores e pesquisas conjuntas, entre outras atividades.

A Parte brasileira recebeu com satisfação a demanda colombiana e comprometeu-se a enviar à Colômbia, no ano de 2009, uma missão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para estudar com o Ministério da Educação da Colômbia as possíveis modalidades de implementação destes objetivos, tendo como modelo o Programa Binacional de Centros Associados de Pós-graduação Brasil-Argentina.

As Partes identificaram a necessidade de um diálogo entre “Colciencias” e o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil.

II. Formação de professores para a pedagogia do campo – setor rural

2. A Parte colombiana, por meio do Ministério da Educação Nacional, reafirma o interesse manifestado na anterior Comissão de Vizinhaça Brasileiro-Colombiana, em fortalecer a educação superior para docentes rurais.

III. Programa de alfabetização na fronteira

3. A Parte colombiana, por meio do Ministério da Educação Nacional, consciente de que na região amazônica alfabetizaram-se aproximadamente 2.500 pessoas, informa à Parte brasileira seu interesse em realizar uma avaliação de impacto da referida alfabetização. A Parte colombiana espera que o Governo do Brasil, junto com entidades da Sociedade Civil dedicadas ao tema, prestem assistência na elaboração de um programa de avaliação na fronteira.

IV. Povos indígenas na fronteira Brasileiro-Colombiana

4. A Parte colombiana, por meio do Ministério da Educação Nacional, informa que está interessada em realizar, junto com a Parte brasileira, a identificação dos povos indígenas que se encontram na região fronteiriça, com o fim de realizar encontros para estabelecer uma agenda de gestão conjunta na que se possam desenvolver projetos étnico-educativos na fronteira. A Parte colombiana propõe iniciar com três (3) grupos de trabalho, respeitando a diversidade cultural e lingüística, que tenham representação dos povos identificados nessas áreas, os Ministérios da Educação do Brasil e da Colômbia.

Os temas tratados nos parágrafos 2, 3 e 4 serão submetidos a análise das instituições pertinentes com o objetivo de avaliar sua viabilidade como projetos de cooperação técnica de acordo com as legislações brasileira e colombiana.

V. Primeira infância

5. As Partes, por meio de seus Ministérios da Educação, informam que estão interessadas no intercâmbio de experiências em modelos de atendimento, financiamento e mobilização da cidadania, tendo em vista o fato de que o Brasil conseguiu avanços importantes na elaboração de documentos padronizados de infraestrutura e de atendimento, assim como nos temas de registro e legalização. As partes acordam realizar este intercâmbio nos próximos seis meses.

VI. Bilingüismo

6. As Partes manifestaram interesse no fortalecimento do ensino do português e do espanhol em seus territórios e sublinharam a importância de cooperar e estabelecer mecanismos para o desenvolvimento dos Programas de Formação de Professores no ensino destes idiomas como línguas estrangeiras.

A Parte colombiana, por meio do Ministério da Educação Nacional, informa que está interessada em intensificar os programas de fortalecimento do português como língua estrangeira para a área fronteiriça. Devido ao fato de que já existe uma experiência prévia na qual o Brasil capacitou em português vinte (20) professores colombianos durante duas semanas no presente ano, em Florianópolis, e que a Colômbia oferecerá um curso de ensino do espanhol como língua estrangeira para vinte (20) professores brasileiros em julho de 2009, a Parte colombiana considera conveniente para ambos os países institucionalizar este programa.

As Partes ressaltam a importância de que estes programas sejam realizados preferencialmente com professores das fronteiras.

7. A parte Colombiana, por meio do Instituto Colombiano de Crédito Educativo e Estudos Técnicos no Exterior, ICETEX, informa que está interessada em incluir, dentro do processo de cooperação, o Programa de Assistentes de Idiomas, o qual procura fomentar o bilinguismo mediante o aperfeiçoamento do ensino do português na Colômbia e do espanhol no Brasil. Enviar-se-á, por via diplomática, informação detalhada sobre o mencionado Programa.

8. A Parte colombiana, por meio da Universidade Pedagógica Nacional, encontra-se interessada em propor o intercâmbio em matéria de cátedras ou leitorados para o ensino do espanhol (em especial a formação de docentes) e cultura colombiana no Brasil e o ensino do português e da cultura brasileira na Colômbia.

A Parte brasileira indicou a existência de um programa de leitorados brasileiros no exterior onde se poderia incluir a Universidade Pedagógica Nacional e outras instituições de Educação Superior da Colômbia para a designação de um leitor brasileiro. Sendo assim, o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil está disposto a identificar instituições brasileiras interessadas em receber professores colombianos para a formação docente em espanhol.

VII. Atendimento educativo à população com limitação visual e auditiva

9. As Partes demonstraram interesse em aprofundar o intercâmbio de experiências entre o Ministério da Educação do Brasil (Secretaria de Educação Especial) e as instituições colombianas dedicadas à inclusão educativa da população com limitação visual (Instituto Nacional para Cegos, INCI) e auditiva (Instituto Nacional para Surdos, INSOR). Nos próximos seis meses se estabelecerá este intercâmbio.

10. A Parte colombiana, por meio do Instituto Nacional para Cegos, INCI, oferece áudio-livros digitais em espanhol, os quais são colocados à disposição da população brasileira. Oferecem, além disso, capacitação na utilização de ferramentas de produção e de reprodução, bem como assessoria na implementação de estudos de produção e estruturação de livros em formatos digitais (os livros são produzidos em formatos DAISY – Digital Accesible Information System).

A Parte brasileira recebe com satisfação a oferta colombiana e se disponibiliza a verificar internamente suas possibilidades de reciprocidade nesta matéria.

VIII. Mobilidade Acadêmica

11. A Parte colombiana, por meio do ICETEX, manifesta seu interesse em assinar convênios interinstitucionais com a CAPES e com o CNPq no Brasil com o fim de estabelecer alianças em matéria de cooperação educativa e assim canalizar o fluxo de estudantes entre os dois países.

A Parte brasileira recorda a existência no Brasil dos Programas de Estudantes-Convênio para graduação (PEC-G) e pós-graduação (PEC-PG), os quais tradicionalmente recebem em universidades brasileiras estudantes estrangeiros de países em desenvolvimento, incluindo a Colômbia. No período 2000 a 2009 Brasil recebeu 253 estudantes colombianos de pós-graduação, 20% do total dos estudantes estrangeiros que ingressaram no Brasil pelo programa PEC-PG. A fim de facilitar a divulgação de informação

sobre estes programas, as Partes acordam estreitar os contatos entre o ICETEX e a Embaixada do Brasil na Colômbia.

12. A Parte colombiana, por meio do ICETEX informa que, no âmbito do Programa de Estrangeiros na Colômbia em suas modalidades Bolsas para Pós-graduação para Estrangeiros e Professores Visitantes, esta entidade continua oferecendo ao Governo do Brasil bolsas para pós-graduação para estudantes brasileiros. As Partes se comprometem a incrementar os esforços de divulgação por meio de suas Missões Diplomáticas.

13. A Parte colombiana, por meio do ICETEX, expressa seu desejo de incluir as seguintes modalidades de alianças com o Governo do Brasil:

- Pesquisa conjunta.
- Mobilidade Acadêmica.
- Missão Acadêmica-Empresarial Colômbia – Brasil.
- Professores Convidados.

A Parte brasileira recebe com satisfação o desejo expressado por Colômbia e entrará em contato com as instituições no Brasil responsáveis por estes temas.

IX. Convalidação de Títulos

14. A Parte colombiana, por meio do Ministério da Educação Nacional, apresentou um exemplar de um Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM) dos Sistemas de Garantia de Qualidade da Educação Superior, com o objeto de que este seja analisado como proposta para assinar, no futuro, um Acordo de Reconhecimento Mútuo com a Parte brasileira.

A Parte colombiana, por meio do Conselho Diretivo da Associação de Universidades Amazônicas, UNAMAZ, solicita às autoridades educativas dos países da Bacia Amazônica a convalidação e homologação de títulos do ensino médio e dos exames de Estado, que permitam o acesso de nacionais colombianos a universidades destes países e vice-versa, assim como títulos de graduação, que permitam a realização de estudos de pós-graduação, e

também os de pós-graduação, que permitam adiantar formações doutorais nos dois países.

A Parte brasileira tomou nota do interesse colombiano e, no entanto, informou sobre as restrições da legislação brasileira nesta matéria, que não permitem ao Ministério da Educação do Brasil assinar Acordos de Reconhecimento de Sistemas de Credenciamento da Qualidade da Educação Superior e de Convalidação e Homologação de Títulos.

Nesse sentido, as Partes manifestaram desejo em iniciar um diálogo de alto nível sobre estes temas, para que se encontrem mecanismos que facilitem uma maior cooperação.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Os projetos e atividades previstos no presente Programa serão implementados, caso a caso, conforme as disposições acordadas entre as instituições interessadas de cada Parte, ou por via diplomática, na medida das disponibilidades financeiras e de acordo com as normas internas vigentes em cada país.

O presente Programa não exclui a realização de outras atividades ou projetos de cooperação nos campos da cultura e da educação, os quais deverão ser negociados por via diplomática ou diretamente entre as instituições envolvidas.

Qualquer divergência ou controvérsia sobre a interpretação ou aplicação dos dispositivos do presente Programa deverão ser resolvidos por acordo mutuo entre as Partes, por via diplomática.

O presente Programa entrará em vigor na data de sua assinatura, e vigirá até o dia 31 de dezembro de 2012.

Feita na cidade de Bogotá e assinada na cidade de Cartagena no dia 8 de junho de 2009, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

**PELO GOVERNO DA
REPÚBLICA DA COLOMBIA**



Carlos Kessel
Ministério das Relações Exteriores



Maria Elvira Quintana
**Ministério das Relações
Exteriores**

ANEXO 1

AGENDA DE TRABALHO

Quinta-feira, 4 de junho

Local: Ministério das Relações Exteriores, Salão Teatro San Carlos

Abertura

9:00 Palavras iniciais

9:10 – 12:30 Início da sessão de trabalho

Apresentação dos projetos de cooperação educacional que integrarão o IV Programa de Cooperação Cultural, Educacional e Esportiva para os anos 2009 – 2012 entre Brasil e Colômbia.

9:10 Educação Superior
Ministérios da Educação

9:30 Programas de Fronteira
Ministerios da Educacao

9:40 Primeira Infância
Ministérios da Educação

9:50 Bilinguismo
Ministérios da Educação
ICETEX
Universidad Pedagógica Nacional

10:10 Educação para pessoas com deficiência visual e auditiva
INCI

10:20 Mobilidade Acadêmica
ICETEX

10:40 Negociação das propostas brasileiras
Ministérios da Educação
ICETEX

12:30 Almoço livre

Sexta-feira, 6 de junho

Local: Ministério das Relações Exteriores, Salão Teatro San Carlos

Apertura

9:00 Palavras iniciais

9:10 – 12:30 Início da sessão de trabalho

Apresentação dos projetos de cooperação cultural que integrarão o IV Programa de Cooperação Cultural, Educacional e Esportiva para os anos 2009 – 2012 entre Brasil e Colômbia.

9:10	Disposições gerais Ministérios da Cultura
9:20	Linguagens artísticas Ministérios da Cultura Biblioteca Luis Ángel Arango
9:30	Audiovisual Ministérios da Cultura
9:40	Leitura, Bibliotecas e Arquivos Ministérios da Cultura Biblioteca Nacional Biblioteca Luis Ángel Arango
9:50	Preservação e proteção de bens culturais Ministérios da Cultura
10:00	Museus Ministérios da Cultura
10:10	Diversidade Cultural e Cidadania Ministérios da Cultura
10:20	Cultura Afrodescendente Ministérios da Cultura
10:30	Direitos Autorais e Direitos Conexos
10:40	Centros Culturais e de Idiomas Diretorias de Assuntos Culturais
10:50	Relações Interinstitucionais Ministérios da Cultura
11:00	Celebrações dos Bicentenários Ministérios da Cultura
12:30	Almoço livre
14:30	Preparação e disposições finais da Ata

ANEXO II

DELEGAÇÃO BRASILEIRA

Conselheiro Marcelo Dantas, Diretor da Área Internacional do Ministério da Cultura

Conselheira Maria Cristina de Castro Martins, Chefe do Setor de Cooperação Educacional da Embaixada do Brasil.

Segundo Secretário Carlos Kessel, do Departamento Cultural do Ministério de Relações Exteriores

Segundo Secretário Diogo Rosas Gugisch, Chefe do Setor Cultural da Embaixada do Brasil

Maria Auriana Diniz, subchefe da Assessoria Internacional do Ministério da Educação

Carol Castillo, Assessora do Setor Cultural da Embaixada do Brasil

Catalina Sabogal, Assessora do Setor de Cooperação Educacional da Embaixada do Brasil.

DELEGAÇÃO COLOMBIANA

Dra. Maria Elvira Quintana Calderón, Diretora do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério de Relações Exteriores

Bibiana Rodríguez, Assessora do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério de Relações Exteriores

Laura Lanz, Assessora para Assuntos Internacionais e de Cooperação, Gabinete da Ministra da Cultura

Gustavo Torres, Coordenador de Assuntos Regionais do Escritório de Cooperação e Assuntos Internacionais do Ministério da Educação.

Santiago Fernandez de Soto, Profissional Especializado do Escritório de Relações Internacionais do ICETEX

María Victoria de Robayo, Diretora do Museu Nacional da Colômbia

Graciela Prieto, Profissional Especializada da Biblioteca Nacional

María Fernanda Loaiza, Assessora do Patrimônio Documental do Arquivo Geral da Nação

José Ignacio Gómez, Decano da Faculdade de Humanidades da Universidade Pedagógica Nacional

Martha Lucía Gómez, Assessora da Vice-reitoria Acadêmica da Universidade Pedagógica Nacional

José David García, Assessor de Comunicações e Cooperação, do Instituto Nacional para Cegos

Lucía Ruíz, Gestora do Programa de Geração e Apropriação Social do Conhecimento, do Instituto Nacional para Cegos

Jhon Jairo Jiménez, Produtor de livros falados digitais

ANEXO V

ENCUENTRO IBEROAMERICANO AGENDA AFRODESCENDIENTE EN LAS AMERICAS



Ministerio de Cultura
República de Colombia

ENCUENTRO IBEROAMERICANO AGENDA AFRODESCENDIENTE EN LAS AMERICAS

Cartagena de Indias - Octubre 16-18 de 2008

I. Presentación

En el marco de un esquema de cooperación multilateral, los países iberoamericanos han definido la diversidad cultural como un eje de su proyecto común de integración. Uno de los pilares de la política de diversidad cultural de la región es la pluriétnicidad y multiculturalidad existente, y es en este marco donde el enfoque diferencial para una representativa comunidad afrodescendiente adquiere vital importancia.

El I Encuentro Iberoamericano “Agenda Afrodescendiente en las Américas” ofrece una valiosa oportunidad para fijar una posición colectiva, desde los Estados, y particularmente desde los Ministerios de Cultura de la región, acerca de la indiscutible contribución afrodescendiente a la construcción de sociedades pan-americanas y de su avance. El logro de los Objetivos de Desarrollo del Milenio y la erradicación de la pobreza, enfrenta el desafío de construir sociedades inclusivas y diversas en términos culturales; la plena expresión y reconocimiento cultural constituye un importante objetivo del desarrollo.

El proceso migratorio forzado de África hacia las Américas ha sido el mayor flujo masivo de personas en la historia de la humanidad. Más de 11 millones de hombres, mujeres, niños y niñas tuvieron que recrear su destino a pesar de la adversidad. Hoy en día, se estima que Latinoamérica y el Caribe tienen una población de 150 millones de afrodescendientes. La diáspora africana en la región representa alrededor del 30% de la población total. La mayor concentración referente a su representatividad en la población se ubica especialmente en República Dominicana (90%) Brasil (50%), Cuba (30%), Colombia (20%) y Venezuela (10%) (CEPAL 2001).

Para muchos hoy es claro que por décadas la vieja y establecida lógica del “mestizaje”, como marca única de la “identidad” latinoamericana, ha impedido ver esta contundente realidad, obliterando la enormidad de las contribuciones de los afrodescendientes en todos los campos de la vida pública. En efecto, en el caso de América Latina, ha existido una desatención generalizada que se evidencia en una consecuente estigmatización cultural naturalizada e invisibilización. Con algunas notables excepciones, varios siglos de aporte cultural material, inmaterial y simbólico afrodescendiente han sido y son omitidos o subvalorados en los mapas culturales de los diferentes Estados iberoamericanos, poniendo a esta población al margen de los que se conoce como *historia* y *cultura*. De ahí la urgente necesidad de definir una agenda que rescate y circule el patrimonio histórico-cultural, determine una revisión crítica de la historia y su difusión masiva en sistemas

educativos, genere procesos de fortalecimiento de identidad y memoria viva a través de las nuevas tecnologías de la información e integre las manifestaciones culturales étnicas, por fuera del marco de lo exótico.

De otro lado, la comunidad afro-descendiente de las Américas plenamente integrada a la construcción de sociedades inclusivas y diversas, deberá dar un paso hacia sí mismos en perspectiva histórica, preparándose y formándose con excelencia para construir una reivindicación cultural en el marco de una globalización social cuyo denominador común es la riqueza y el encuentro de la diferencia. Esta construcción les da un rol fundamental a los niños y jóvenes de la región, quienes deberán formarse con una plena conciencia de su condición étnica como eje transversal de muchos campos del conocimiento. La cultura puede funcionar como un vehículo potente de formación de liderazgo artístico, político, económico y social.

Hoy, frente a una sociedad multicultural globalizada, el objetivo de este Encuentro es definir una agenda que contribuya a valorar y adueñarse de su patrimonio etno-cultural, no con una mirada obsesiva y autocompasiva con el pasado, sino con una mirada crítica en aras de construir una historia con futuro.

II. Objetivos Generales

1. Generar un espacio de reflexión en torno a la importancia de la cultura afrodescendiente en los países de América Latina y el Caribe, que arroje insumos para la construcción de políticas públicas tendientes al reconocimiento de la diversidad cultural.
2. Compartir experiencias vitales desde la Cultura, la Política, la Economía y la Historia de los pueblos de América, el Gran Caribe y de África, desarrollando estrategias y acciones para el reconocimiento mutuo de identidades, dignidad y sentidos de vida conjuntos.
3. Estimular el desarrollo de una agenda de cooperación cultural en el marco de la búsqueda de alternativas para el mejoramiento de la condición de vida de la población afrodescendiente.

III. Resultados

Elaborar un documento indicativo para el trabajo con las poblaciones afrodescendiente en los países participantes, de manera que permita una reflexión colectiva y el diseño de estrategias conjuntas para el trabajo con jóvenes y niños afrodescendientes, a partir de las experiencias propias, haciendo de la cultura el elemento vinculante entre ellas.

IV. Enfoque Metodológico

El Encuentro tiene tres componentes para su desarrollo:

- Componente académico: a través de ponencias magistrales relacionadas con las nuevas tendencias de la diáspora en las Américas.

- Componente de intercambio de experiencias: a partir de unas líneas establecidas los países hacen una presentación de sus experiencias (previa preinscripción), en mesas de trabajo.
- Agenda interinstitucional para las Américas: reúne las conclusiones de las discusiones y genera un espacio de encuentro entre los Ministros de Cultura de los distintos países participantes.

V. Agenda (en construcción)

Primer día

Hora	Actividad
8:00 - 8:30	Inscripciones
8:30 - 9:00	Sesión de apertura
	Palabras de bienvenida Paula Marcela Moreno Zapata , Ministra de Cultura Leire Pajín , Secretaria de Cooperación del Gobierno de España Álvaro Marchesi , Director Organización de Estados Iberoamericanos
FORO I: Tendencias globales: diáspora africana y necesidad de inclusión	
9:15 - 10:30	Movimiento mundial de la diáspora africana: poder, solidaridad y encuentro. Ponentes: Graca Machel , Abogada defensora de los derechos humanos Ndiro Ndiaye , Directora Adjunta de la OIM Michael Gómez , Universidad de Nueva York
10:30 - 11:00	Preguntas y comentarios
11:00 - 11:15	Café
11:15 - 12:00	Los desafíos del desarrollo para la población afro descendiente en el mundo Ponentes: Jeffrey Sachs , Columbia University Luis Alberto Moreno , Presidente BID Jacques Lang , Ex Ministro de Cultura de Francia
12:00 - 12:30	Preguntas y comentarios
12:45 - 2:00	Almuerzo Claustro las Animas , Centro de Convenciones Gonzalo Jimenez de Quesada
Foro II: La cultura como la base del reencuentro y recreación de la agenda global étnica	
2:00 - 3:00	<i>Diversidad cultural y la diáspora africana en las Américas</i> Ponentes: Gilberto Gil , Ministro de Cultura de Brasil Doudou Diene , Ex Director del Departamento Intercultural e Interreligioso de UNESCO

ENCUENTRO IBEROAMERICANO AGENDA AFRODESCENDIENTE EN LAS AMERICAS

	Sheila Copps , Ex Ministra de Cultura de Canadá Edoaurd Matoko , UNESCO
3:00-3:30	Preguntas y comentarios
3:30 -3:45	Café
3:45 – 5:00	La fuerza de la expresión afrodescendiente: artes, literatura, música, cinematografía...Tendencias globales Moderadora: Carole Davis , Profesora de Estudios Africanos Ponentes: Danny Glover , Actor Afroamericano Babaa Mal , Cantante Senegalés Yury Buenaventura , Cantante Colombiano
5:00-5:30	Preguntas y comentarios
5: 30 – 7: 00	Espacio abierto: Exposiciones artes visuales <i>Prohibido olvidar</i> Oficina Regional de UNESCO
8:00	Cena: Claustro de Santo Domingo Festival gastronómico “Cocina Afrocaribeña”

Segundo día

Hora	Actividad
9:00 – 9:30	Presentación – Síntesis primer día Esquema de trabajo segundo día
9:30 – 12:00	Mesas de Trabajo <u>Mesa 1:</u> La contribución de los Afrodescendientes a la construcción de las Américas: re-escribir la historia. Moderador: Giovanni Córdoba , Director Centro de Documentación Afrocolombiano Exponentes líneas propuestas: Howard Dodson , Director Schomburg Center Zulu Araujo , Director Fundación Palmares Alfonso Múnera , Universidad de Cartagena Maguemati Wabgou . GEACES
	<u>Mesa 2:</u> Intercambio de experiencias juventud y niñez Moderadora: Doris de la Hoz , Directora Etnocultura Ministerio de Cultura de Colombia.

	Exponentes líneas propuestas: Axel Rojas , Universidad del Cauca Josefina Stubbs , Directora para América Latina, FIDA Miguel Pereira , Every Child, Perú
	Mesa 3: Migraciones: Desplazamiento Forzado en Colombia Moderador: José Angel Oropeza , Jefe Misión OIM Colombia Exponentes: Por definir
12:00 – 2:00	Almuerzo Restaurante Club de Pesca
2:30 – 5:00	Mesa 3: Emprendimiento Cultural Afrodescendiente Moderador: Álvaro Garzon Exponentes líneas propuestas: Judith Morrison , Directora America Latina, Fundación Interamericana Fernando Vicario OEI Leonore Yafree OEA
	Mesa 4: Representatividad política Moderador: Badi Foster , Fundación Phelp Stokes Exponentes líneas propuestas: Gregory Meeks , Congresista Afroamericano Epsy Campbell , Congresista Costarricense Alpha Oumar Konore , Presidente Unión Africana
	Mesa 5: El poder de los medios y el posicionamiento de la diversidad. Moderador: Germán Franco , Director de Comunicaciones Mincultura Exponentes líneas propuestas: Directora Canal Futura Brasil Germán Rey , Experto Iberoamericano
5:00 -5:30	Café
5:30 -6:00	Elaboración de conclusiones del día
8:00	Cena: Restaurante Santísimo

Tercer día

Hora	Actividad
8:00 – 9:00	Presentación de conclusiones de paneles y mesas de trabajo
9:00 – 10:00	Encuentro de Ministros, Secretario General OEI, Secretaría General Iberoamericana SEGIB – Discusión Agenda Afrodescendiente para las

ENCUENTRO IBEROAMERICANO AGENDA AFRODESCENDIENTE EN LAS AMERICAS

	Américas
10:00-10:30	Café
10:30 -11:00	Declaración en Plenaria – Asistentes
11:00 – 12:00	Rueda de prensa
12:00 – 2:00	Almuerzo de clausura Palacio de la Inquisición
2:30 – 5:30	Visita a San Basilio de Palenque Presentaciones musicales de grupos de los Montes de María y las Alegres Ambulancias de Palenque

AGENDA Y PERFILES DEL ENCUENTRO

Conferencias Magistrales

I. Movimiento mundial de la diáspora africana: poder, solidaridad y reencuentro

Ndioro Ndiaye. Nació en Bignona (Senegal) el 6 de noviembre de 1946. Realizó estudios de secundaria en Francia, para luego estudiar medicina en las Universidades de Dakar (Senegal), Bordeaux y París VII Garancière (Francia). Fue una de las primeras mujeres africanas en obtener el título francés de “agregación” (especialización en odontología y estomatología) lo que la llevó a asumir las funciones de Jefe de Departamento de Odontología y Estomatología en la Universidad Cheikh Anta Diop en Dakar. En 1988 fue nombrada por el Presidente de la República de Senegal como Ministra de Desarrollo Social. Durante la crisis entre Senegal y Mauritania coordinó las actividades humanitarias. En 1990, UNICEF la invitó a ser parte de la organización de la Cumbre Mundial a favor de la Infancia. Allí, propuso que los países ricos considerasen la reinversión de la deuda que tenían los países pobres en programas destinados a la infancia. Como Presidenta de la Quinta Conferencia Regional de Mujeres Africanas, contribuyó a la preparación de la Cuarta Conferencia Mundial de las Naciones Unidas para la Mujer, celebrada en Beijing, China en 1995. En su calidad de miembro fundador del Comité Científico para las Mujeres y el Desarrollo, creó en la década de los noventa la ONG “Red de Mujeres Africanas Líderes a favor de la Paz y el Desarrollo”, de cuya coordinación se encargó hasta su elección en la OIM.

Michael Gomez, Presidente del Movimiento Mundial de diáspora africana, profesor de la Universidad de Nueva York y director de Association for the Study of the Worldwide African Diáspora (ASWAD).

■ Los desafíos del desarrollo para la población afrodescendiente en el mundo

Jeffrey Sachs, Columbia University. Nació en Detroit, Michigan en 1954. Estudió en Harvard, donde obtuvo su graduación (1976), maestría (1978) y doctorado (1980). Ha sido profesor de Harvard de 1980 hasta 2005, que fue contratado por la Columbia University como director del

Alfons Martinell, Nacido en 1948, es Doctor por la Universidad de Girona, Profesor Titular de la Universidad de Girona, Licenciado en Filosofía y Letras por la Universidad Autónoma de Barcelona y Maestro de Enseñanza Primaria por la Universidad de Barcelona. Como Técnico Superior de Administración Especial municipal especializado en Cultura y Educación, ha desempeñado diferentes funciones en el Ayuntamiento de Girona, entre ellas las de Director del Centro Cultural La Mercé, Director de la Sección de Cultura y Educación y Director de la Escuela de Educadores en el Tiempo Libre. Ha sido Director Académico de los Campus Euroamericanos de Cooperación Cultural en Barcelona, Cartagena de Indias y Sevilla, así como Director de los seminarios de formación de Formadores en Gestión Cultural en México, Chile y otros países latinoamericanos. Fue Vicerrector y Director de la Cátedra UNESCO de la Universidad de Girona (2.000-2.004), Presidente de la Fundación INTERARTS de Barcelona (1.995-2.004) y Promotor de la Red Iberformat de Centros de Unidades y Formación en Gestión Cultural en Iberoamérica y formador en el campo de las políticas culturales y la cooperación internacional¹.

Sheila Copps, Canadiense, nacida el 27 de noviembre de 1952. Periodista. Elegida en 1994 como Congresista en el Cámara de los Comunes. Durante los años 1993 y 1997 fue Primer Ministra Adjunta de Canadá. Estuvo en el gobierno de Canadá como Ministra de Medio Ambiente, Comunicaciones, Multiculturalismo y Ciudadanía, del Deporte y de Patrimonio Canadiense.

Edoaurd Matoko.

■ Diversidad cultural y la diáspora africana en las Américas

Danny Glover. Actor estadounidense nacido en San Francisco, California. Estudió en la academia Black Actors Workshop del American Conservatory Theater. Comenzó como actor de teatro participando en numerosas producciones como *The Island* y *Macbeth*. Su mayor éxito de taquilla lo alcanzó junto a Mel Gibson en *Arma letal* y sus secuelas, en las que interpreta a un detective de la policía. Activista por los derechos de los afroamericanos en los Estados Unidos y de las minorías en este país de América.

Babaa Mal

Yuri Buenaventura

VI. REUNIÓN DE LOS MINISTROS DE CULTURA DE LAS AMÉRICAS

Propuesta de Agenda Iberoamericana para la gestión cultural de los afrodescendientes.

Participantes

10 Ministros de Cultura

10 Invitados especiales Estados Unidos y otros países (Apoyo - Fundación Interamericana)

45 Representantes de todas las Américas (3 por país) (Apoyo - OEI)

¹ Tomado de la página de la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, AECID.

Número total asistentes: 120 incluyendo a los representantes de organismos internacionales y de gobierno y al equipo organizador.

Países miembro de la OEI (23): Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Ecuador, El Salvador, España, Guatemala, Guinea Ecuatorial, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Portugal, Puerto Rico, Uruguay y Venezuela

Adicionalmente invitar a Estados Unidos, Canadá, Haití, Trinidad y Tobago y Jamaica.

Invitados especiales

Colin Powell. Ex Secretario de Defensa de Estados Unidos
Luis Alberto Moreno. Presidente del BID
Howard Dodson. Director de Shomburg Center
Galo Mora Witt Ministro de Cultura de Ecuador.
Gilberto Gil Ex Ministro de Cultura de Brasil
Charles Rangel. Congresista Afro Americano
Gregory Meeks. Congresista Afro Americano
Epsy Campbell. Congresista Afrocostarricense
Abel Prieto. Ministro de Cultura de Cuba.
Roberto Surbano. Intelectual afrocubano (tema de políticas culturales)
Maxime Waters. Congresista estadounidense
Alpha Oumar Konaré. Unión Africana

VII.DATOS DE CONTACTO

Mónica Fernández de Soto Camacho

Asesora
 Grupo de Políticas Culturales y Asuntos Internacionales
 Despacho de la Ministra de Cultura
 Teléfono (571) 342-4100 Ext. 1002
 Correo Electrónico: mfemandez@mincultura.gov.co

María del Pilar Barona Salazar

Asesora
 Grupo de Políticas Culturales y Asuntos Internacionales
 Despacho de la Ministra de Cultura
 Teléfono (571) 342-4100 Ext. 2122
 Correo electrónico: mbarona@mincultura.gov.co



ANEXO VI

A DECLARAÇÃO DE SALVADOR

Nós, os participantes da 2ª Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora – 2ª Ciad, reunidos em Salvador, de 12 a 14 de julho de 2006:

RECORDANDO a 1ª Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora – 1ª Ciad, realizada em Dacar (Senegal), de 6 a 9 de outubro de 2004, sob o tema geral “A África no Século 21: Integração e Renascimento”;

CONCORDANDO em que o tema da 2ª Ciad, “A Diáspora e o Renascimento Africano”, agrega e enseja perfeita continuidade em relação à 1ª Ciad;

Reconhecendo a importância da participação do presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que abriu os trabalhos da Conferência;

EXPRESSANDO à Comissão da União Africana e ao Governo da República Federativa do Brasil seu apreço pela organização da 2ª Ciad, iniciativa que lança as bases para uma cooperação permanente entre a União Africana, principal organização do continente, e os países da Diáspora;

DESTACANDO a riqueza dos debates ocorridos nas três mesas redondas e doze grupos temáticos;

Comunicamos que:

- A crescente consciência de uma cidadania africana, com suas repercussões políticas, econômicas e culturais, e o entendimento dos Estados da África, reunidos em torno da União Africana, constituem elementos essenciais ao Renascimento Africano;
- A Diáspora africana, presente em todo o globo terrestre, representa parte fundamental do patrimônio cultural e político africano e mantém viva a consciência de suas origens;
- As comunidades de origem africana enfrentam dificuldades de variada natureza em seus países e um real encontro da Diáspora com suas raízes ancestrais tem papel fundamental na superação dessas dificuldades, podendo os governos e a sociedade civil contribuir para as soluções por meio de uma maior consciência da cultural africana;
- O encontro de intelectuais, no contexto da Ciad, incentiva e contribui para a integração da Diáspora com suas origens ancestrais;
- O desenvolvimento da África será dinamizado por meio da contribuição da Diáspora Africana;

A 1ª e 2ª Ciad se apresentam como relevantes mecanismos para a compreensão global do Renascimento Africano.

Declaramos que:

- A 2ª Ciad realça a necessidade de que o diálogo entre os intelectuais africanos e da Diáspora seja mantido entre e após as reuniões;
- A União Africana deverá promover atividades da Diáspora como parte importante de seu organograma e reforçar e apoiar o Departamento da Sociedade Civil e das Relações com a Diáspora (Cido), responsável pelos contatos com as comunidades de origem africana em outros países;
- As comunidades africanas e os países da Diáspora devem apoiar o trabalho do Departamento, em particular, e da iniciativa da União Africana para a Diáspora, em geral;
- A União Africana deverá estabelecer o Comitê de Coordenação de Intelectuais para auxiliar a Comissão da União Africana nos preparativos da 3ª Ciad.
- Na melhor tradição da investigação intelectual com responsabilidade social, aspiramos a trabalhar juntamente com o Comitê de Coordenação para promover a cooperação estratégica entre os intelectuais e autoridades governamentais na África e na Diáspora, por meio de mecanismos organizados e sustentáveis. Também buscaremos desenvolver modalidades para a coordenação da pesquisa, do ensino e do diálogo, bem como outras atividades de interesse estratégico, para

dinamizar o Renascimento Africano e integrar essas atividades com aquelas da União Africana e outras iniciativas multilaterais.

- O Governo da República Federativa do Brasil, anfitrião da 2ª Ciad, e a União Africana deverão considerar a criação de um Centro Internacional da África e da Diáspora que, entre outras atribuições, funcionaria como um dos pontos de referência para ampliar a cooperação entre as organizações e instituições acadêmicas, intelectuais e artísticas africanas e da diáspora, promovendo reuniões setoriais, projetos científicos, seminários, manifestações artísticas e encontros de jovens, entre outras atividades, a fim de adensar e encorajar um pensamento africano mundial.

- A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) é convidada a incluir em seu programa e orçamento para o biênio 2008-2009, e para sua estratégia a médio prazo 2008-2013, o apoio à atividade de seguimento da 2ª Ciad e outras iniciativas que promovam o estreitamento dos laços entre a África e a Diáspora;

- A 2ª Ciad é um marco das estreitas relações entre os países africanos e os países da Diáspora e testemunho da crescente importância da África no mundo;

- A concretização do Renascimento Africano é elemento essencial para que o século XXI inicie uma era em que todos os povos e países tenham acesso à riqueza e à cultura, em pleno respeito da dignidade, dos direitos e dos valores das crianças, mulheres, idosos e homens de todas as etnias e crenças.